

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

MARCIA MARTINS DE OLIVEIRA

INFORMAÇÃO, PODER E SEGURANÇA PÚBLICA:
Um Estudo da Unidade de Polícia Pacificadora

RIO DE JANEIRO
Março de 2013

Marcia Martins de Oliveira

INFORMAÇÃO, PODER E SEGURANÇA PÚBLICA:

um estudo da Unidade de Polícia Pacificadora

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Sarita Albagli

Rio de Janeiro

2013

- O48 Oliveira, Marcia Martins de.
Informação, poder e segurança pública: um estudo da unidade de Polícia Pacificadora / Marcia Martins de Oliveira. Rio de Janeiro, 2013.
244 f.
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013.
Orientadora: Sarita Albagli.
1. Ciência da informação. 2. Informação. 3. Poder. 4. Segurança Pública. I. Albagli, Sarita (orient). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. IV. Título.

CDU

Marcia Martins de Oliveira

INFORMAÇÃO, PODER E SEGURANÇA PÚBLICA:

um estudo da Unidade de Polícia Pacificadora

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em

Profª Drª Sarita Albagli (Orientadora)
PPGCI/IBICT - UFRJ

Prof. Dr. Gerardo Alberto Silva
Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Jose Ignacio Cano Gestoso
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Maria Lúcia Álvares Maciel
PPGCI/IBICT - UFRJ

Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco
PPGCI/IBICT - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Nos quatro anos em que fiz essa pesquisa empreendi uma jornada com desafios que me proporcionaram construção e amadurecimento. Nesse processo contei com a colaboração de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de profundo reconhecimento, em particular:

À Profa Dra Sarita Albagli, minha orientadora, por sua disponibilidade, competência e generosidade em compartilhar suas experiências e conhecimentos.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo saber e o prazer de partilhá-lo conosco.

Aos Professores membros da Banca do Exame de Qualificação e da Banca Examinadora de Defesa pelas valiosas contribuições.

Aos servidores e funcionários do IBICT pela ajuda cordialidade e eficiente em todos os momentos.

Aos colegas de turmas pelo companheirismo e ânimo que tornaram essa caminhada mais prazerosa.

Aos moradores das comunidades pelo compartilhamento generoso de suas memórias, experiências e lutas.

Às minhas amigas Fatima Ivone Oliveira, Katia Motta, Maria Luiza Ramiarina, Martha Yvonne de Almeida e Vania Patalano pelas consultorias que foram tão importantes para esse trabalho.

À minha família e, em especial, ao meu marido por tudo.

RESUMO

OLIVEIRA, Marcia Martins. **Informação, poder e segurança pública**: um estudo da UPP. Orientadora: Sarita Albagli. 2013. 238f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

Esta tese parte do suposto que a informação tem tido um papel relevante nas ações e políticas de segurança pública figurando, por um lado, como elemento de poder/controlado do Estado, e, por outro, como fator de resistência/potência dos sujeitos. Supõe, ainda, que a informação do ponto de vista da cidadania representa a possibilidade de registrar e difundir outras formas de significação, fruto da perspectiva das comunidades. Desse modo, busca-se analisar as relações entre informação, poder e segurança pública tendo como objeto de estudo as dinâmicas informacionais que têm lugar em UPPs, no Rio de Janeiro, considerando não só o território no qual estão instaladas, mas os diversos espaços-tempo que a ela se referem. Para a consecução desse objetivo elegeu-se um tratamento metodológico composto por análise bibliográfica, levantamento de material na internet, entrevistas com moradores e pesquisadores, observação nas comunidades e análise do conteúdo de reportagens publicadas na grande mídia. O referencial teórico adotado contou com a produção de Foucault, Negri, Frohman, González de Gomes e Wersig, dentre outros. As UPPs do Morro Santa Marta e do Morro da Providência, por seus valores históricos, foram escolhidas como campo para essa pesquisa. Com esses recursos, buscou-se captar não só as posições hegemônicas como também as principais ações de informação de outros atores sobre o tema UPP. As múltiplas e heterogêneas visões identificadas nesse processo correspondem aos diferentes modos de perceber a realidade que se confrontam cotidianamente nas disputas pela produção e apropriação de significados/sentidos e, por isso, conferem ao campo estudado as características de um espaço agonístico, no qual os embates se materializam através de discursos que não só enunciam, mas também constituem a realidade. A análise das produções informacionais sinaliza que tem ocorrido uma alteração no papel da informação nas políticas de segurança pública, ao longo dos tempos, que não é fruto de concessões do Estado, mas resultado das lutas dos cidadãos pela apropriação dos novos meios informacionais que, por sua vez, viabilizam inovações nas relações entre políticas públicas e sociedade.

Palavras-chave: Informação. Poder. Segurança Pública. UPP.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Marcia Martins. **Informação, poder e segurança pública**: um estudo da UPP. Orientadora: Sarita Albagli. 2013. 238f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

This thesis assumes that information has played an important role in the actions and policies of public safety ranks. Firstly, as an element of power / control of the state and, secondly, as a factor of resistance / power of the subject. It supposes further that information, from the point of view of citizenship, is the ability to record and disseminate other forms of signification, which result from the perspective of communities. Thus, it seeks to analyze the relationship among information, power and public safety, having as its object of study the informational dynamics that takes place at the UPPs in Rio de Janeiro, considering not only the territory in which they are located, but the various space-time relationships to which they refer. In order to achieve this goal the methodology elected consists of literature review, collection of material from social networking sites such as Facebook and Youtube, interviews with residents and researchers, community observation and content analysis of articles published in the mainstream media. The theoretical approach involved the production of Foucault, Negri, Frohman, Gomes and Wersig González, among others. The UPPs Santa Marta and Morro da Providencia, for their historical values, have been chosen as the sites for this research. With these features, it has been sought to capture hegemonic positions as well as main information actions of other actors on the topic 'UPP'. The multiple and heterogeneous visions identified in this process correspond to different ways of perceiving reality. These different ways face each other in daily disputes for the production and appropriation of meanings / senses and, therefore, give the field under analysis the characteristics of an agonistic space, in which clashes materialize through speeches that not only enunciate, but also constitute reality. The analysis of the informational productions signals that there has been a change in the role of information in public safety policies over time. However, these changes are not the result of grants from the state, but of the struggles of citizens for the appropriation of new informational means that, in their turn, enable innovations in the relationships between public policies and society.

Keywords: Information. Power. Public Safety. UPP.

LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
APAFUNK	Associação dos Profissionais e Amigos do Funk
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPChoque	Batalhão de Polícia de Choque
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CMP	Central de Movimentos Populares
CNseg	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONDI	Conselho de Defesa Interna
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais
CPA	Comando de Policiamento de Área
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamento de Operações e Informações
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
GAPE	Grupamento de Aplicação Prático-Escolar
GPAE	Grupamento Policial para Áreas Especiais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo
ISP	Instituto de Segurança Pública

LUCE	União Cinematográfica Educativa
MST	Movimento dos sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POUSO	Posto de Orientação Urbanística e Social
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSPB	Projeto Segurança Pública para o Brasil
SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
SESCON	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SindRio	Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UPS	Unidade Paraná Seguro
ZDI	Zonas de Defesa Interna

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	INFORMAÇÃO, PODER E SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
2.1	A INFORMAÇÃO.....	21
2.2	O PODER.....	29
2.3	SEGURANÇA PÚBLICA.....	42
2.3.1	A Questão conceitual.....	43
2.3.2	Antecedentes históricos no Brasil.....	54
2.3.3	Panorama atual.....	82
3	UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA: DISCURSOS E REGIMES DE VERDADE.....	85
3.1	DISCURSOS E REGIMES DE VERDADE.....	85
3.2	A VERSÃO OFICIAL E SEUS DOCUMENTOS.....	90
3.3	ENFOQUE DA GRANDE MÍDIA.....	97
3.3.1	Carta Capital.....	98
3.3.2	Revista Veja.....	107
3.3.3	Jornal O Globo.....	118
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	138
4	TERRITÓRIOS, SUJEITOS E DINÂMICAS INFORMACIONAIS	142
4.1	MORRO SANTA MARTA.....	143
4.1.1	Histórico/Perfil.....	143
4.1.2	Ações de informação.....	145
4.2	MORRO DA PROVIDÊNCIA.....	175
4.2.1	Histórico/Perfil.....	175
4.2.2	Ações de informação.....	178

4.3	OS TERRITÓRIOS COMO ESPAÇO DE PODER E RESISTÊNCIA MEDIADOS PELA INFORMAÇÃO.....	191
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	212
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
	REFERÊNCIAS.....	226
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PERFIL COMUNIDADE.....	243
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PERFIL PESQUISADOR.....	244

1 INTRODUÇÃO

O tema da segurança pública vem ganhando importância e sendo objeto de diversos tipos de políticas públicas que, em sua gênese, carregam visões distintas sobre o próprio significado do termo segurança. Este trabalho vai problematizar essa questão, a partir do entendimento do lugar e do papel que as dinâmicas de informação ocupam nos diversos paradigmas de segurança pública adotados na história recente (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1990).

É possível constatar uma evolução desses paradigmas que, sucessivamente, ampliaram o escopo de atuação e os protagonistas da segurança pública. Ao longo dos anos verifica-se a ocorrência, exclusiva ou concomitante, de todos eles na América Latina (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004). Embora possuam bases filosóficas distintas, no Brasil, nota-se a permanência de estereótipos e práticas autoritárias, iniciadas no período colonial, contra as camadas mais pobres da sociedade.

As mudanças do cenário político e a evolução dos movimentos sociais evidenciaram que o uso da informação transformou-se em elemento relevante para a distinção dos paradigmas da segurança pública. Por sua vez, a difusão das tecnologias de informação e comunicação viabilizou diferentes usos da informação cujas contradições ficaram mais evidentes no paradigma da segurança cidadã.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a informação têm tido um papel relevante nas ações e políticas de segurança pública figurando, por um lado, como elemento de poder/controle do Estado e do capital, e, por outro, como fator de resistência/potência dos sujeitos. Supõe, ainda, que a informação do ponto de vista da cidadania representa a possibilidade de registrar e difundir outras formas de significação, fruto da perspectiva das comunidades. Para além do Estado e do capital, o universo discursivo passa a agregar outros atores, acirrando a disputa de sentidos/significações sobre segurança pública.

Meu interesse pelo tema, informação e segurança pública, foi uma construção que se delineou ao longo de quatro anos, 2004 a 2008, período dedicado à implantação do Colégio Pedro II em Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Segundo informações do Armazém de Dados¹, Realengo, localizado a 35 km do centro da cidade, é o sexto bairro mais populoso da cidade do Rio de Janeiro e ocupa o octogésimo nono lugar em índice de desenvolvimento municipal.

Agregada aos dados oficiais está uma realidade composta por quarenta e uma favelas com uma rotina de violência gerada pelos confrontos policiais com milícias e traficantes de drogas.

Durante esse período, exercendo a função de Chefe do Departamento de Ciência da Computação, participei da elaboração de vários cursos e oficinas para a comunidade. Essas experiências motivaram a criação de uma Biblioteca Digital.

A observação dos discursos dos usuários da Biblioteca, que eram em grande parte vítimas de diversos tipos de exclusão social, evidenciava a centralidade da violência no cotidiano do bairro. A interação com esse público permitia entrever a complexa representação social da segurança pública na região.

Compartilhei dessa realidade durante cinco anos e acompanhei à distância a implantação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do Batam, comunidade de Realengo, anteriormente controlada por milícias. As UPPs, modelo de segurança pública adotado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, envolvem policiamento comunitário e expansão da oferta de serviços e políticas sociais nas comunidades ocupadas.

As ações iniciais do Estado no Batam consistiram na ocupação policial e na disponibilização de acesso à internet para a comunidade. A experiência profissional e o impacto desse conjunto singular de iniciativas despertou-me o interesse por investigar o papel da informação na segurança pública. As reflexões realizadas nas disciplinas do Doutorado me permitiram conformar o presente tema de pesquisa.

Historicamente, as políticas de segurança pública utilizam a informação como uma arma contra o cidadão. A realidade das comunidades ocupadas pelas UPPs sinaliza para uma mudança nesse quadro, visto que os fluxos socioinformacionais observados evidenciam disputas e revelam diferentes discursos sobre o conceito de segurança pública.

Nesse contexto, cabe identificar as dinâmicas socioinformacionais desenvolvidas em torno das ações das UPPs e seu papel nas relações entre

¹O Armazém de Dados (<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>) é um repositório de dados sobre a Cidade do Rio de Janeiro, disponibilizado através do Portal da Prefeitura e administrado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP.

segurança pública e cidadania, envolvendo o Estado, a mídia, os pesquisadores e os moradores das comunidades na sua relação com a sociedade em geral.

No Brasil, poucas pesquisas abordam as implicações da informação na segurança pública. Pesquisas realizadas no Banco de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, em fevereiro de 2012, com as palavras chaves informação e segurança pública retornaram nove trabalhos que abordavam geoprocessamento²; adoção das tecnologias de informação e comunicação na gestão de pessoal da segurança pública³; sistemas de informação⁴, gestão do conhecimento⁵; simulação multiagente⁶ e dois que tratavam efetivamente de informação e segurança pública⁷.

Tendo em vista a exiguidade da literatura científica focada nas relações entre informação e segurança pública e a centralidade que esta tem alcançado na agenda contemporânea, procuramos, ao longo desta pesquisa, aprofundar e analisar essas interações, especialmente no que diz respeito a seu papel nas relações de poder.

A pesquisa se dedica a desvelar parte desse papel em um contexto bastante específico e recente: o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), uma política de segurança pública que se autodenomina inovadora, implantada no Rio de Janeiro a partir de 2008.

Buscar-se-á analisar as relações entre informação, poder e segurança pública, tendo como objeto de estudo as dinâmicas socioinformacionais que têm lugar em UPPs, no Rio de Janeiro, considerando não só o território no qual estão instaladas, mas os diversos espaços que a ela se referem. Trata-se de contribuir para a compreensão do papel da informação no âmbito da segurança pública, dando maior visibilidade a essa relação e observando a dinâmica que aí se estabelece a fim de entender como tais eventos interferem no exercício do poder.

² As dissertações e teses sobre geoprocessamento possuem as seguintes referências: Vasconcelos Filho (2006) e Cotrim (2008).

³ A dissertação sobre adoção das TICs na gestão de pessoal tem a seguinte referência: Almeida (2009).

⁴ As dissertações e teses sobre sistema de informação possuem as seguintes referências: Ferreira (2003) e Souza (2003).

⁵ A dissertação sobre gestão do conhecimento tem como referência Reis (2009).

⁶ A dissertação sobre adoção simulação multiagentes tem como referência Vasconcelos (2008).

⁷ As dissertações sobre informação e segurança pública tem as seguintes referências: Moreira (2004) e Azevedo (2006).

A partir das análises das relações do trinômio informação–poder–segurança pública busca-se responder a uma série de questionamentos sobre essa relação, resumidos em três questões centrais, descritas a seguir:

- Como se dá a dualidade da informação, no âmbito das políticas de segurança pública, no tocante ao controle/poder do Estado e à resistência/potência da sociedade?
- Na implementação das UPPs, e dos demais programas sociais que as compõem, qual é o papel das ações de informação desenvolvidas pelos diferentes atores locais na disputa entre distintas perspectivas e significações da segurança pública?
- Historicamente, tem-se observado uma alteração do papel da informação nas políticas de segurança pública?

A fim de alcançar o objetivo geral desta pesquisa, buscam-se os seguintes objetivos específicos:

- Discutir as relações entre poder e segurança pública olhando, especificamente, o papel da informação nesse contexto.
- Situar, historicamente, este papel da informação nos diferentes paradigmas de segurança pública no Brasil.
- Identificar e caracterizar as ações de informação no âmbito das ações das UPPs, verificando a existência de dinâmicas de conflito decorrentes do poder/controle do Estado e da resistência/potência dos cidadãos nas comunidades consideradas.

Para a consecução destes objetivos elegeu-se um tratamento metodológico composto por análise bibliográfica, levantamento de material na internet, entrevistas, observação nas comunidades e análise de conteúdo.

Tendo por base as questões e objetivos apresentados, o trabalho estrutura-se em três grandes blocos: a revisão e discussão da literatura, estabelecendo as relações entre informação, poder e segurança pública; a reconstrução histórica dos paradigmas da segurança pública e suas relações com as dinâmicas de informação; e a observação dessas dinâmicas em casos concretos de UPPs no Rio de Janeiro,

verificando o papel das dinâmicas de informação e comunicação nos embates de regimes discursivos sobre segurança pública.

O ponto de partida deste estudo se dá com a definição do conceito de informação, tendo como referência autores clássicos da Ciência da Informação, tais como Capurro (2007), Belkin e Robertson (1976), Zins (2007), Wersig (1975; 1993) e Gonzáles de Gómez (2003).

A contextualização da informação/poder, no âmbito desta pesquisa, se dá em duas perspectivas. A primeira adota uma visão mais institucionalizada enfocando o poder, os regimes de informação e as ações de informação através das abordagens de Braman (2009) e Wersig (1975; 1993). E, a segunda perspectiva se debruça sobre os mesmos conceitos a partir da visão de González de Gomez (2002) e Frohman (1995) e é complementada pelos conceitos de discurso, regime discursivo, poder constituinte, poder constituído, *homo sacer*, estado de exceção, multidão e comum tal qual elaborados por Foucault (1988, 1996, 2001, 2002, 2003), Deleuze (1990), Negri (2001, 2003, 2005) e Agamben (2002, 2004, 2007).

Nesse cenário, a informação é entendida não como um ente fetichizado como critica Latour (2002), mas como elemento/enunciado de discursos que traduzem lutas e sistemas de dominações complexamente articulados em nível econômico, político e social. Assim, partindo da discussão do conceito de informação, sob essa ótica, a análise do conceito de poder torna-se fundamental. Sob essa perspectiva, será adotado o conceito de poder tal qual discutido por Foucault (1975; 1977; 1978; 1979; 1980; 1981; 1982; 1988; 2002; 2004; 2008) em suas categorias, contemplando também as tecnologias de poder utilizadas para exercê-lo.

É também em Foucault, com o conceito de biopolítica, que encontraremos a fundamentação teórica para a resistência das “classes perigosas” que tanto afligiram a segurança pública ao longo dos tempos. Especial atenção será dada, nesta pesquisa, ao estabelecimento de relações entre a informação, o poder e a resistência/potência. Estas se mostram, especialmente, adequadas à discussão da segurança pública e da informação. Esta formulação dialogará com a visão de Negri (2002) de poder constituinte e poder constituído que remetem aos conceitos de poder e potência de Spinoza.

Ao poder constituinte e à biopolítica se contrapõem os conceitos de vida nua, *homo sacer* e o estado de exceção de Agamben (2002; 2004). A vida nua é caracterizada pelo esvaziamento dos direitos políticos e legais do cidadão,

reduzindo-o à precariedade da sua vida biológica. O *homo sacer*, protagonista da vida nua, é excluído socialmente e tem a sua exclusão como motivo para a subtração de direitos por parte do soberano/governo. O estado de exceção, por sua vez, é o contexto político que permite a instauração da vida nua. A análise das dinâmicas socioinformacionais nas comunidades alvo das UPPs demonstrará a pertinência das críticas ao conceito de vida nua de Agamben (2002, 2004).

O ponto seguinte é a abordagem histórica do conceito de segurança pública que recebe novo fôlego na última década do século XX, onde é vinculado à ideia de desenvolvimento humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1990, 1994, 2007). Essa releitura permitiu a identificação dos paradigmas que compuseram, segundo a ONU, as várias etapas da segurança pública no mundo ocidental (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1990).

A literatura dedicada ao tema, nesse período e nos anteriores, não explicita as relações entre a informação e a segurança pública, foco deste trabalho. Entretanto é possível inferi-las a partir de segmentos da História do Brasil que expressam as diferentes visões dos gestores públicos em relação ao uso da informação e sua interação com o poder. Desse modo, observa-se a dimensão instrumental do poder nas devassas policiais praticadas pela Guarda Real da Polícia no Império que se baseava em informação e suspeição. Ainda no Império, assiste-se às primeiras aplicações da Estatística no Brasil que chega como ferramenta de gestão da informação policial e judiciária da Corte.

Em finais do século XIX e no início do século XX, durante toda a República Velha, a dimensão estrutural⁸ do poder aliada à gestão de informações dão suporte à criação de várias polícias políticas no país. A dimensão simbólica do poder atinge seu ápice no Estado Novo quando a veiculação da informação por diversos meios estrutura o projeto político-pedagógico do Estado Novo. No período da ditadura militar órgãos de repressão vinculados à segurança pública – SNI, DOI-CODI, dentre outros – que moveram as tiranas engrenagens da repressão política, traziam a informação em seus nomes e a tinham como motivo oficial de criação. Da fase de redemocratização do país até os dias atuais, a informação assume um papel difuso ainda pouco estudado e/ou sistematizado.

⁸ Os conceitos de poder instrumental, poder estrutural e poder simbólico utilizados por Braman(2009) serão apresentados no capítulo 1.

Nessa parte, a análise bibliográfica foi orientada para a análise do marco jurídico-institucional brasileiro e das produções intelectuais nacionais e internacionais, destacando destes os temas relacionados à segurança pública. Esses documentos situaram e permitiram reconstituir as políticas públicas vigentes no país desde seus primeiros esforços de colonização até os dias atuais. Nessa reconstituição histórica foi destacado o papel da informação e sua relação com o poder.

Posteriormente, foram feitas leituras de autores brasileiros contemporâneos com significativa produção acadêmica na área de segurança pública, políticas públicas e violência urbana dando ênfase especial à produção dos profissionais entrevistados.

O referencial teórico utilizado para a construção desta trajetória envolve autores como Pires (2008), Silva (1998), Mir (2004), Facó (1991), Schwartz (1979), Mariano (2004), Cancelli (1993), Carvalho (2005), Corrêa (1999), Holloway (1997), Fausto (1995, 1997), Castro (1995), Moura (1999), Leal (1997), Agamben (2002; 2004), Freire (2009), Soares (2005; 2006; 2007) e outros.

Um terceiro momento de trabalho envolveu observações e entrevistas em duas comunidades que não são homogêneas entre si, mas compõem um recorte consistente do universo das comunidades ocupadas por UPPs, no Rio de Janeiro. A primeira comunidade escolhida foi o Morro da Providência. Esta comunidade se reveste de alto valor simbólico por se tratar da primeira favela do Brasil. Sua ocupação tem início no final do século XIX com os egressos da Guerra de Canudos e tem novo influxo na primeira década do século XX com a remoção dos cortiços e habitações populares do Centro da cidade em função da modernização promovida pelo Prefeito Pereira Passos.

A segunda comunidade escolhida foi o Morro Santa Marta que serviu como projeto piloto para as Unidades de Polícia Pacificadora, tendo sido ocupada em dezembro de 2008.

O método de entrevistas semiestruturadas pareceu mais adequado para o levantamento dos pontos de vista dos diversos atores sociais envolvidos na implantação e no cotidiano das UPPs. O grupo entrevistado foi composto por:

- pesquisadores das áreas de segurança pública, políticas públicas e violência urbana;

- moradores e profissionais que atuam nas comunidades pacificadas.

A seleção dos entrevistados levou em conta o nível de protagonismo no desenvolvimento do projeto, no cotidiano das comunidades e a produção acadêmica sobre o tema. As entrevistas, por sua vez, possuem roteiros variáveis que se adaptam ao perfil do entrevistado, podendo ser Perfil Comunidade ou Perfil Pesquisador. Os dois roteiros encontram-se nos Apêndices A e B, respectivamente.

Com essas fontes, o trabalho buscou captar não só as posições hegemônicas, mas as principais ações de informação dos diversos atores e as diferentes visões sobre o tema UPP.

Além desta introdução, este trabalho foi estruturado em três capítulos. O Capítulo 2 está organizado em três seções que apresentam os conceitos/categorias fundamentais desta pesquisa estabelecendo as relações entre eles e a evolução desta relação. As duas primeiras seções se dedicam à análise das relações entre informação e poder explorando tanto o lado mais tradicional da Ciência da Informação como os enfoques alternativos apresentados por autores de outras áreas. Após essa análise, a terceira seção do capítulo dedica-se a uma reconstrução histórica da segurança pública no Brasil enfatizando o papel da informação em cada uma de suas fases. A análise dos pesquisadores é utilizada ao longo desse capítulo para complementar os conceitos e ideias apresentados.

O Capítulo 3 está organizado em quatro seções que apresentam as UPPs sob duas perspectivas que representam segmentos do regime de informação adotado para legitimar esse programa/política de segurança pública. A primeira seção apresenta os conceitos de discurso e regimes de verdade, segundo a ótica de Foucault, necessários à discussão dos conteúdos analisados posteriormente. A segunda seção traz a fundamentação legal e a estrutura das UPPs contida nos documentos, sites e materiais de divulgação produzidos pelos governos municipal e estadual do Rio de Janeiro. A terceira seção apresenta a abordagem do tema UPP realizada pela mídia. A visão dos pesquisadores é, mais uma vez mobilizada, agora com o objetivo de fazer um contraponto às abordagens do Estado e da mídia. A quarta seção apresenta uma conclusão parcial a partir das contribuições desse capítulo.

O capítulo 4 apresenta a pesquisa empírica e é composto por quatro seções. Nas duas primeiras são apresentadas as comunidades escolhidas como campo de

estudo, as ações de informação lá desenvolvidas e os sujeitos da pesquisa. A terceira seção analisa os dados colhidos evidenciando as tensões, as potências, o controle e as resistências mediadas pela informação no cotidiano das UPPs. Especialmente nessa seção, são articulados à pesquisa bibliográfica os dados empíricos a fim de promover um aprofundamento destes à luz das categorias descritas no Capítulo 2. A quarta seção apresenta uma conclusão parcial a partir das contribuições desse capítulo.

O último capítulo, Considerações Finais, faz um retrospecto das contribuições desta tese, expõe as principais conclusões e aponta algumas perspectivas para trabalhos futuros.

2 INFORMAÇÃO, PODER E SEGURANÇA PÚBLICA

Este capítulo está organizado em quatro seções que apresentam as categorias básicas dessa pesquisa – informação, poder e segurança pública – estabelecendo as relações entre elas e a evolução desta relação. As duas primeiras seções se dedicam à análise das relações entre informação e poder, explorando tanto o lado mais tradicional da Ciência da Informação como os enfoques alternativos apresentados por autores de outras áreas. Após essa análise, a terceira seção dedica-se a reconstrução histórica da segurança pública no Brasil, enfatizando o papel da informação em cada uma de suas fases. A análise dos pesquisadores entrevistados é utilizada ao longo desse capítulo para complementar os conceitos e ideias expostos.

2.1 A INFORMAÇÃO

Segundo os estudos de Capurro (2003), o termo informação tem origens que remontam há mais de dois mil anos. A Epistemologia da Ciência da Informação apresenta centenas de definições para o termo que tem sido continuamente alterado. Capurro identificou nesse universo de abordagens três paradigmas epistemológicos: o físico, o cognitivo e o social.

O paradigma físico tem como área de interesse os sistemas informatizados e o conceito de informação tem sentido estritamente técnico. Para as teorias enquadradas neste paradigma, a informação é mensurável e não tem, necessariamente, significado semântico. A produção e o consumo da informação são desconsiderados, bem como o sujeito dessas ações (CAPURRO, 2003).

Na década de 1970, o foco das pesquisas em Ciência da Informação deslocou-se da informação para o usuário dando início ao paradigma cognitivo. Ao considerar as características e necessidades do usuário no processo de interação com a informação, a Psicologia, a Ciência da Computação e a Ciência Cognitiva passaram a contribuir com seus métodos e ferramentas para a solução dos problemas da Ciência da Informação (CAPURRO, 2003).

Frohman (1995) classificava o paradigma cognitivo como idealista e associal, pois considerava a informação como algo separado do usuário localizado em um

mundo inalcançável ou via o usuário como um sujeito cognoscente ignorando os condicionamentos sociais e materiais do existir humano. A fundamentação para essas críticas baseou-se, em parte, na Epistemologia das Investigações Filosóficas de Wittgenstein (1958) e na teoria do discurso como manifestação de poder de Michel Foucault (1994).

As críticas de Frohman deram início ao paradigma social da Ciência da Informação. Este enfatiza a subjetividade, a cultura e a interpretação e abandona “a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação, como aspiram os paradigmas físico e o cognitivo.” (CAPURRO, 2003, p. 9).

No conjunto de autores vinculados ao paradigma social encontra-se Wersig, que se destaca por ser aquele que mais precocemente se debruça sobre o papel do conhecimento na sociedade pós-industrial. Ele considerava que a Ciência da Informação não deveria se restringir a enunciados e conceitos, mas se ampliar até a proposição de estratégias para lidar com problemas (WERSIG, NEVELLING, 1975).

Posteriormente, o autor enfatizou a dimensão pragmática e engajada da informação definindo-a como “conhecimento para ação” e base do comportamento racional numa sociedade que se tornava cada vez mais densa em informação.

o comportamento racional, em todos os sentidos de “racional”, necessita do conhecimento. Este conhecimento precisa ser transformado em algo que apoie uma ação específica em uma situação específica (WERSIG, 1993, p. 233).

É esse conceito de informação que será adotado neste trabalho por entendê-la como elemento/enunciado de discursos que traduzem lutas e sistemas de dominações – poder e resistência – complexamente articulados em nível econômico, político e social.

O discurso é aqui entendido, tal qual proposto por Foucault como

um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2005, p. 136-137).

Assim concebido, o discurso se articula a outras práticas econômicas, sociais e políticas de forma sempre conflituosa, visto que

existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e [...] estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência (FOUCAULT, 1988, p. 179-180).

Consequentemente,

o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, espora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz o poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (FOUCAULT, 1977, p. 96).

Dessa forma, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os esquemas de poder ou as estratégias de resistência, mas é aquilo pelo que se luta, o poder do qual os oponentes desejam se apoderar (FOUCAULT, 1971, p. 5).

Logo, para entender os esquemas e estratégias é fundamental identificar os regimes de informação dos quais emergem tais discursos. O regime de informação, como instrumento analítico, visa à reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes de relações culturais, sociais e econômicas condicionadas pelas relações de poder. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 5).

Sob essa perspectiva, um regime de informação se define como

o conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores a diferentes destinatários ou receptores de informação (sejam estes usuários específicos ou públicos amplos), através de muitos e diversos meios, canais e organizações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Além de viabilizar a organização da produção material e simbólica de um grupo social, os regimes de informação representam o diagrama das relações sociais, permitindo identificar tanto o modo de produção informacional dominante

quanto as fontes disseminadoras de informação que exercem influência naquele ambiente social (UNGER; FREIRE, 2006, p. 102).

Nesse contexto, a produção se constitui através de ações de informação que são desenvolvidas pelos atores sociais em suas práticas cotidianas.

A ação de informação seria assim aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas e interacionais, movidas por diferentes demandas ou “preocupações”. Na ação de informação o ator social exerce sua potência ontológica (de abrir e revelar perspectivas de mundo) e o poder seletivo para tematizar e dar ancoragem espaço-temporal à produção e fixação de sentido, sempre conjugando conhecimento, comunicação e ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p. 5).

Assim entendidas, as ações de informação podem ser de três tipos: de mediação, formativa ou relacional. Uma ação de informação é dita de mediação quando fica atrelada a atividades sociais múltiplas que têm como objetivo transformar o mundo social ou natural (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 36).

A ação de informação formativa, por sua vez, é aquela desenvolvida por sujeitos sociais heurísticos e tem por objetivo transformar os modos culturais de agir e de fazer, nas artes, na política, na ciência, na indústria e no trabalho, iniciando um novo domínio informacional. Dito de outra forma, as ações de informação formativas visam transformar o conhecimento para transformar o mundo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 36).

A ação de informação relacional é protagonizada por sujeitos sociais articuladores e reflexivos através de atividades sociais de monitoramento, controle e coordenação que têm como objetivo transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2003, p. 37).

Essa construção teórica se remete às ideias de Frohman (1995), segundo o qual na análise de um regime de informação é imprescindível entender como ele se origina e se estabiliza, como determina relações sociais e como formas de poder específicas são exercidas dentro e através deles. Por isso, “descrever um regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em estabilizações tentativas e difíceis de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMAN, 1995 apud MACIEL; ALBAGLI, 2011).

Ainda nesse campo tem-se a abordagem de Braman (2004) que enfatiza a dimensão institucional das práticas informacionais. A autora partiu de questões controversas em relação ao regime de política global de informação, vigentes no início do século XXI, e elaborou uma categorização da informação segundo essas questões.

Sua abordagem partiu dos vários conceitos de informação compilados por Zins (2007) no estudo “Knowledge Map of Information Science”, no qual pesquisadores de várias partes do mundo conceituaram “dado”, “informação” e “conhecimento”.

Tendo esse e outros estudos como referência, Braman (2004) verificou que tais definições poderiam ser agrupadas pela complexidade, pelo escopo ou pelo poder atribuído à informação. No primeiro grupo é destacada a complexidade da estrutura social nas quais a definição pode ser aplicada. O segundo grupo, escopo, se refere à gama de processos sociais nos quais a definição é aplicável. E, no terceiro grupo estão as definições que analisam o poder concedido à informação, sua criação, processamento, fluxos e uso.

A partir dessa constatação Braman desenvolveu uma taxonomia especial da informação dedicada às políticas públicas. Mais especificamente, a proposta sintetiza as possíveis visões do gestor sobre a informação no âmbito das políticas públicas. As seis categorias que compõe a taxonomia são: a informação como um recurso, a informação como uma mercadoria, a informação como a percepção de padrão, a informação como um conjunto de possibilidades, a informação como um agente e a informação como uma força constitutiva da sociedade (BRAMAN, 2009, p. 12).

A noção de informação como recurso enfatiza o seu uso em vez de seus efeitos sobre as pessoas e a sociedade. A informação e os usuários são vistos como entidades isoladas. Da mesma forma, a informação é tida como unidade alheia ao conhecimento ou aos fluxos nos quais possa ser organizado. Por isso, a informação não é vista como tendo qualquer poder (BRAMAN, 2009, p. 13).

Braman (2009) afirma que a análise da informação a partir desta abordagem é geralmente quantitativa e não considera o conteúdo, o uso ou os efeitos comportamentais ou formação de sentido (BRAMAN, 2009, p. 12).

A segunda categoria define a informação como mercadoria e teve ampliado o seu alcance devido aos avanços da Economia da Informação. Nela, a informação é

considerada mercadoria podendo ser comprada ou vendida. Organismos internacionais também utilizam o termo “serviço” para se referir à informação dentro desta abordagem (BRAMAN, 2009, p. 13-14).

Esta noção requer como complemento o conceito de cadeia de produção da informação. As etapas dessa cadeia incluem a criação, o processamento (cognitivo e algorítmico), o armazenamento, o transporte, a distribuição, a pesquisa e a destruição da informação. Cada um desses estágios agrega valor econômico à informação (BRAMAN, 2009, p. 15).

Os críticos dessa abordagem afirmam que ela não só pode ocultar muitas das funções sociais da informação, como também pode destruir outras formas de valor. Ainda assim, o alcance dessa noção é mais amplo que a anterior, visto que incorpora a troca de informações entre pessoas e atividades relacionadas à sua utilização.

A terceira categoria de Braman, a informação como percepção de padrões, tem passado, futuro, motivação, fatores ambientais e consequências. Isto lhe confere contexto e estrutura, ampliando a sua abrangência e possibilitando a aplicação em estruturas sociais altamente complexas (BRAMAN, 2009, p. 15).

Um dos pontos fortes dessa abordagem é a aproximação com o ambiente real de criação, processamento, fluxo e uso da informação.

When information is defined as perception of pattern, a complex social structure is assumed, information has significant power in its own right, and the realm within which information exerts power is significantly broadened. As Wallerstein and Braudel demonstrated, those who perceive the broadest patterns — those who think about information within the widest contexts — have the most power (BRAMAN, 2009, p. 16).

Uma das desvantagens desta abordagem é o seu relativismo. A percepção de padrões e contextos muda de acordo com o observador, o que torna as definições imprecisas e exige a explicitação do ponto de vista adotado.

Nas abordagens anteriores, a informação é tida como um objeto utilizado por indivíduos, organizações ou governos. Entretanto, com o crescente desenvolvimento tecnológico, a informação assume o papel de sujeito em determinadas circunstâncias passando a agir e definir a ocorrência ou não de determinados eventos. Daí surge a abordagem da informação como agente.

Este processo teve início no século XIX com a automação das linhas de produção. A partir daí, o papel da informação como agente tem crescido progressivamente e teve um impulso considerável com o desenvolvimento de softwares capazes de tomar decisões, em contextos específicos, e gerenciar a ação autônoma de equipamentos.

Na quinta categoria, informação como um conjunto de possibilidades, Braman (2009) propõe uma visão probabilística da informação. De acordo com a autora, o crescimento e sofisticação alcançados pela probabilidade se deveram, em grande parte, às necessidades teóricas e metodológicas dos elaboradores de políticas públicas. Essa categoria se aplica a uma ampla gama de processos sociais e em todos os níveis da estrutura social. Ela compartilha com a definição de informação como percepção de padrão a ênfase na construção de sentidos, mas difere dela na natureza do objeto.

The power of information as a basin of possibilities lies in its identification of potential futures that, as a result of their expression, increase in likelihood. Interestingly, however, this approach provokes a paradox—when the world was described in qualitative terms, there was a belief in precision, but as the capacity for quantitative description increased, so did the sense that it is impossible to be completely exact (BRAMAN, 2009, p. 19).

A última categoria se destaca como a mais impactante nas políticas públicas, uma vez que a informação é vista como uma força constitutiva da sociedade. Nela a informação não está apenas incorporada na estrutura social, mas ela própria cria a estrutura.

Ao assumir a informação como força constitutiva da sociedade, os papéis constitucional e constituinte da informação estão intimamente relacionados, embora o primeiro defina um ideal e o segundo tenha um efeito empírico que aproxima ou afasta a sociedade dos objetivos constitucionais. As leis são um dos exemplos de poder constitutivo da criação, processamento, fluxo e uso da informação. Ao aprofundar a comparação com as demais abordagens, Braman afirma que

While definitions of information as perception of pattern acknowledge the role of context, those that see information as a constitutive force emphasize the ability of information to actively shape context. Defining information as an agent can be operationalized for single instances of action, while defining information as a constitutive social

force applies to the cumulative effect of numerous flows and actions. Information is not just affected by its environment, but affects its environment as well (BRAMAN, 2009, p. 19).

As políticas públicas que utilizam essa abordagem são necessariamente teleológicas. Tomar qualquer decisão política sobre a informação, nesse contexto, é tomar uma decisão sobre como a sociedade está sendo estruturada, ou seja, como as classes são distinguidas, como elas interagem entre si, como é dado o equilíbrio entre os direitos do indivíduo e os da comunidade, e como se estruturam os processos decisórios coletivos (BRAMAN, 1989, p. 240).

Ao hierarquizar suas categorias de informação, Braman (2009) coloca a informação como força constitutiva da sociedade no topo. Isto porque, segundo a autora, ela pode ser aplicada a uma ampla variedade de fenômenos nos quais a informação está envolvida abarcando estruturas sociais de vários graus de articulação e complexidade e conferindo um vultoso poder à informação na construção da realidade (BRAMAN, 2009, p. 20).

Neste ponto, Braman (2009) se aproxima da afirmação de Belkin e Robertson (1976): “informação é aquilo que é capaz de alterar uma estrutura”. A definição clássica e a releitura tratam a informação como fetiche, atribuindo a esta características que não lhe são próprias (LATOURET, 2002). A informação é tratada como um ente dotado de poder e não como produto social, trabalho ou dispositivo de agenciamento.

A contribuição da taxonomia de Braman possibilita a análise de um dos lados da relação entre informação, poder e segurança pública, ou seja, as formas como os gestores concebem a informação no âmbito das políticas públicas. Através dessa concepção pode-se verificar/inferir a coerência entre as propostas, as intervenções, os recursos mobilizados e os resultados alcançados no tocante às políticas de segurança pública que serão analisadas na próxima seção.

Apesar de a autora ter utilizado essas distinções para analisar o conceito de informação em relação à política de informação, é possível aplicá-las em outros contextos como nas organizações privadas e públicas, na sociedade civil e nas políticas públicas nacionais.

No caso específico desta pesquisa, os regimes e as ações de informação, sob as duas perspectivas teóricas, se revestem de alta complexidade tendo em vista a tensão estabelecida entre os diversos grupos diretamente envolvidos ou agenciados

nas disputas materiais e simbólicas que se estabelecem numa comunidade ocupada por uma UPP. Os atores diretamente envolvidos são aqui representados por moradores, servidores públicos e profissionais contratados para atuar em determinado território. Os atores agenciados são cidadãos com relações extraterritoriais, mobilizados através de redes de responsabilidades éticas a fim de construir o comum.

Tal qual proposto por Hardt e Negri (2005), “o comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção. Enquanto o individual se dissolve na unidade da comunidade, as singularidades não se veem tolhidas, expressando-se livremente no comum. [...] Precisamos reconhecer que o “comum” pode ser construído politicamente em nosso mundo contemporâneo.” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 266).

O comum é algo que só pode existir dentro do processo de sua constituição, ou seja, o comum é constituinte e, por isso, não é poder, mas potência (COCCO, 2006, p. 196).

Nesse cenário, os blogs, os sites de postagem de vídeos e as redes sociais transformaram-se em elementos estratégicos que agregam esforços em lutas simbólicas, de cunho social e político, nas quais a informação, estruturada sob a forma de discurso, configura-se como o principal instrumento de poder/resistência.

Independente da abordagem escolhida para analisar a informação recai-se continuamente na questão do poder. Quer seja nos processos agonísticos dos regimes de informação de Frohman, quer seja nas políticas vinculadas aos regimes globais de política de informação de Braman, quer seja na produção do comum de Hardt e Negri, há sempre uma visão de poder associada. Na próxima seção serão apresentadas cada uma das visões que embasam as vertentes contidas nesse texto.

2.2 O PODER

Ao pensarmos no processo de pacificação das favelas cariocas devemos dedicar certa atenção à diversidade de atores mobilizados e a pluralidade de pontos de vista a considerar. Essas múltiplas visões, que não são homogêneas, representam os diferentes modos de perceber a realidade que se confrontam cotidianamente em disputas pela produção e apropriação de significados/sentidos.

Como todo confronto, este também envolve poder: o poder de enunciar, classificar e nomear a realidade (MARTELETO, 2007).

Essa idéia suscita um conceito de poder pervasivo, ubíquo que se encontra imiscuído em todo o tecido social, tal qual estudado por Foucault. Ao tratar do poder, Foucault abandonou as visões tradicionalmente contratuais e repressivas dadas ao tema. Seu alvo era a análise do exercício do poder, não sob a perspectiva de quem o detém, mas sob a interpretação de suas estratégias entendidas como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos.

O poder, assim entendido, é constituído por uma multiplicidade de ações e relações humanas. Sob essa perspectiva, o poder abandona o lado negativo, da dominação e violência, e assume sua face produtiva incitando, suscitando e produzindo relações sociais.

Em si mesmo o poder não é violência nem consentimento [...] Ele é uma estrutura de ações; ele induz, incita, seduz, facilita ou dificulta; ao extremo, ele constrange ou, entretanto, é sempre um modo de agir ou ser capaz de ações. Um conjunto de ações sobre outras ações (FOUCAULT, 1982, p. 220).

Assim, não existe poder em si, mas relações de poder cujos processos de reprodução são pensados por Foucault

em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana (FOUCAULT, 2003, p. 161).

Consequentemente, o poder não é “propriedade” de uma classe social e passa a estar presente em todas as relações sociais na forma de estratégia, manobras, táticas e técnicas adotadas em interações sempre ativas e tensas. Por isso,

Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1975, p. 29).

Ao negar a noção de propriedade em relação ao poder, Foucault rompe mais uma vez com as teorias tradicionais e retira a centralidade do Estado e das relações econômicas afirmando que:

Situar o problema em termos de Estado significa continuar situando-o em termos de soberano e soberania, o que quer dizer, em termos do Direito. Descrever todos esses fenômenos do poder como dependentes do aparato estatal significa compreendê-los como essencialmente repressivos: o exército como poder de morte, polícia e justiça como instâncias punitivas, etc. Eu não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder, e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. (FOUCAULT, 1980, p. 122).

Dessa perspectiva em que o poder está disperso no tecido social através de relações sociais, sempre tensas, surge a resistência como contraparte do próprio poder. Aqueles que resistem, os interlocutores irreduzíveis estão, segundo Foucault, distribuídos de forma desigual pela sociedade e seus focos disseminam-se com densidades variáveis no tempo e no espaço. Sem localização definitiva

lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa - alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim, resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 2003, p. 91-92).

O autor afirma que assim como a rede das relações de poder forma um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também atuam os focos de resistência atravessando as estratificações sociais e as unidades individuais. Desta forma, as redes de poder permeiam as diversas práticas sociais cotidianas, mas de forma difusa e pouco evidente (FOUCAULT, 2003, p. 92).

O poder e a resistência são analisados por Foucault através de quatro categorias: o poder soberano, o poder disciplinar, a biopolítica e o poder pastoral. Cada uma destas formas de poder possuem foco, ponto de aplicação e finalidade

específicos. Embora distintas, as formas de poder possuem pontos em comum e a passagem de uma forma a outra não se dá por substituição, mas por sobreposição.

Uma das formas mais antigas de poder, o poder soberano, tem como foco o corpo do rei e seu principal objetivo é a sua própria manutenção. Este poder, personificado pelo rei, se exerce sobre um território e, conseqüentemente, sobre os súditos que o habitam. Tendo em vista a finalidade do poder soberano, os crimes e as ilegalidades representam um ataque à figura do monarca. Para punir os criminosos, que ofendem a Deus e a seu representante na terra, a principal tecnologia de poder utilizada é o suplício.

O ritual do suplício expressa a assimetria entre o súdito que violou as leis e o soberano que a impõe. A função do suplício é jurídico-política e consiste na reconstituição da soberania lesada pelo criminoso e, na conseqüente restauração da ordem e do domínio sobre o território. A cerimônia pública do suplício exhibe a todos a força invencível do soberano. Foucault explica que

Se a reparação do dano privado ocasionado pelo delito deve ser bem proporcionada, se a sentença deve ser justa, a execução da pena é feita para dar não o espetáculo da medida, mas do desequilíbrio e do excesso; deve haver, nessa liturgia da pena, uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade intrínseca. E esta superioridade não é simplesmente a do direito, mas a da força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina: atacando a lei, o infrator lesa a própria pessoa do príncipe: ela - ou pelo menos aqueles a quem ele delegou sua força - se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado (FOUCAULT, 1988, p. 42-43).

As luzes do Iluminismo frearam os rituais de suplício e instauraram uma nova categoria de poder na sociedade que continha novas visões de homem e do uso de suas forças. Esse poder, batizado por Foucault como poder disciplinar, visava ao disciplinamento dos corpos dos indivíduos através da institucionalização dos mesmos. Nessa nova sociedade

O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola ("você não está mais na sua família"), depois a caserna ("você não está mais na escola"), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência (DELEUZE, 2004, p. 219).

O espaço de atuação é o vazio sobre o qual serão constituídas as multiplicidades através da seleção, categorização e disciplina dos sujeitos. Os criminosos, na sociedade disciplinar, são aqueles que romperam com o pacto social e não serão sacrificados, mas institucionalizados para alcançar a recuperação. Com isto a lógica punitiva abandona o espetáculo do suplício e passa a investir na vigilância como forma de prevenir o desvio, e quando este acontece, a punição tem o objetivo de recuperar o indivíduo para o convívio em sociedade (FOUCAULT, 2004, p.18-19).

Sob a égide do poder disciplinar, o foco não é mais garantir a integridade do corpo do rei e sim o corpo social que merece ser protegido.

Numa sociedade como a do século XVII, o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia. [...] Não há um “corpo da República”, em compensação, é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinqüentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados” (FOUCAULT, 2003, p. 145).

A tecnologia de poder adotada pelo poder disciplinar é a disciplina que é um conjunto de ações que tem como objetivo o controle, a sujeição e a docilização dos corpos através da conjunção de recursos como a vigilância, o esquadrinhamento do espaço social, a classificação, o registro e o treinamento dos indivíduos. A disciplina tem uma função normatizadora e

incide sobre o corpo, de forma a controlar suas forças, a extrair dele um aumento da força econômica e, por outro lado, uma diminuição da força política. A disciplina se tornou uma fórmula geral aos poucos, a partir dos conventos, das oficinas, do exército etc. Assim como o desenvolvimento dessas instituições, a “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral (FOUCAULT, 1975, p. 127).

Esta tecnologia de poder dirigia-se a um homem-máquina e visava não só à sujeição dos corpos, mas às assimetrias do poder, às hierarquias e às funções.

As disciplinas caracterizam, classificam, especializam, distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam. De qualquer modo, no espaço e durante o tempo em que exercem seu controle e fazem funcionar as assimetrias de seu poder, elas efetuam uma suspensão, nunca total, mas também nunca anulada, do direito (FOUCAULT, 1975, p. 195).

Geograficamente, a disciplina funciona ao isolar um espaço, por isso, ela “concentra, centra, encerra” e seu primeiro gesto é circunscrever um espaço no qual seu poder e suas tecnologias de poder funcionarão plenamente e sem limites (FOUCAULT, 2008, p. 59).

O panóptico idealizado por Bentham será o ícone do poder disciplinar (FOUCAULT, 2003). Esta construção, em forma circular, seria composta por vários andares cada um deles com múltiplas celas. Estas celas possuiriam duas janelas, uma que permitiria a luz externa adentrar o ambiente e outra voltada para um pátio interno com uma torre central onde ficaria o vigia. Esta disposição das janelas impediria a formação de pontos de sombra e permitiria que qualquer movimento fosse observado pelo vigia. Este, protegido por persianas, a tudo veria sem jamais ser visto. Contrariamente ao poder soberano, o poder disciplinar reside na sombra (FOUCAULT, 2002).

O clima de constante vigilância induz os indivíduos a um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder através da interiorização da disciplina. Com isto, os indivíduos se veem presos em uma situação de poder mesmo quando seu exercício é descontínuo ou inexistente (FOUCAULT, 1975, p. 165-166).

O esquema panóptico prescinde de seu projeto arquitetônico e se aprimora na medida em que se adensam os recursos tecnológicos. Bentham previa tal evolução e imaginava um arranjo panóptico composto por “uma rede de dispositivos que estariam em toda a parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna nem interrupção.” (FOUCAULT, 1975, p. 184).

Segundo Deleuze (2008), a sociedade disciplinar atinge seu apogeu no final do século XIX e início do século XX. Com o fim da Segunda Guerra e a instauração

da Guerra Fria, um novo tipo de sociedade emerge. Foucault via neste movimento a alteração das técnicas de poder que passavam da disciplina para a segurança.

Esta nova sociedade levou a lógica das instituições para além de seus muros e partilhou-a com o restante da sociedade. O confinamento cedeu espaço ao controle contínuo e à comunicação instantânea (DELEUZE, 2004, p. 216).

Com isto, as tecnologias de poder se dispersaram pela sociedade e o controle passou a ser exercido de forma mais flexível na totalidade do campo social. Resumidamente, à soberania interessavam os limites do território, à disciplina, o corpo dos indivíduos e à segurança, o conjunto da população (FOUCAULT, 2008, p. 15-16).

Ao comparar a segurança com as outras formas de poder, Foucault esclarece que

A lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é o que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 61).

A segurança não tem como estratégias a proibição nem a vigilância exaustiva dos indivíduos, ela atuará no meio em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos sociais, comuns à população, que precisam ser regularizados num contexto multivalente e transformável. O meio aparece como um campo de intervenção em que

em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias - o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Nesse contexto, a população é entendida como uma multiplicidade de indivíduos que existem essencial e biologicamente ligados à materialidade dentro da qual vivem. A atuação sobre este grupo se dará através de estudos de probabilidades, cálculo de relações e médias estatísticas histórica e socialmente

determinadas. Novos elementos são continuamente inseridos nestes cálculos fazendo da segurança um poder centrífugo que visa “organizar ou, em todo caso, de deixar circuitos cada vez mais amplos se desenvolverem” (FOUCAULT, 2008, p.59).

Essa inclusão progressiva dos fenômenos da população nos cálculos do poder transformou a política em biopolítica, ou seja, o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais vai poder entrar no interior das políticas, suas estratégias e das estratégias gerais de poder (FOUCAULT, 1975).

Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 1977, p. 290).

A biopolítica não substitui o poder disciplinar ou a segurança; ela se une a estes para gerir a vida, assegurar a disciplina dos corpos e o controle dos fenômenos gerais da população a fim de aumentar a força útil através do exercício, do treinamento, da medicalização e outros recursos. Ela não tem, entretanto, o corpo individual como objeto; seus esforços aplicam-se sobre o homem enquanto espécie ou população. Diferentemente da disciplina, que é individualizante e se apropria do corpo em seus detalhes, a biopolítica focaliza a massa humana: seu interesse é o coletivo.

A preocupação e o cuidado com o corpo individual é atribuída ao poder pastoral, poder que não se vincula à administração de territórios, enfrentamentos, proibições, modulações ou modelos.

O poder pastoral não tem por função fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias (FOUCAULT, 2003, p. 66).

O poder pastoral baseia-se em uma relação de poder em que o pastor serve ao rebanho e se sacrifica por ele, configuração radicalmente diferente da soberania.

Suas ações objetivam o bem viver do rebanho sem qualquer benefício pessoal. O pastor é responsável pela manutenção da vida de suas ovelhas.

O poder do pastor se manifesta num dever, numa tarefa de sustento, de modo que a forma - e essa também é uma característica importante, a meu ver, do poder pastoral -, a forma que o poder pastoral adquire não é, inicialmente, a manifestação fulgurante da sua força e da sua superioridade. O poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita (FOUCAULT, 2008, p. 170-171).

Quando as ovelhas se salvam, o pastor também se salva. O poder pastoral é um governo dos vivos, um poder benfazejo que possui dois polos de atuação, um individual e um totalizante. Sob a ótica individual, cabe ao pastor cuidar de cada ovelha em sua singularidade e, simultaneamente, sob a ótica totalizante cuidar do rebanho que é mais que um grupo de ovelhas, é um coletivo que agrega multiplicidades. “É enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo.” (FOUCAULT, 2008, p. 173).

Ao analisar o poder, Foucault não pretendia construir um novo conceito. O autor tinha como meta examinar o poder como prática social, historicamente constituída, e suas formas de exercício. Nesta pesquisa, busca-se a matriz conceitual de Foucault para analisar quais são, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder presentes em uma política de segurança pública e de que forma estes contribuem para o fortalecimento da cidadania e empoderamento dos indivíduos.

Há, entretanto, instâncias de intervenção do Estado que não podem ser negligenciadas. Se a robusta microfísica do poder de Foucault nos permite analisar o poder sob o ponto de vista dos mecanismos de disciplina e controle, a abordagem de Braman nos fornece uma ferramenta simples para analisar a presunção de controle do Estado através da concepção de poder da informação embutida em suas políticas públicas.

Para Braman (2009), a evolução tecnológica das últimas décadas e o uso potente das redes fez surgir o poder informacional. Essa nova forma de poder do Estado se uniu às três formas clássicas – o poder instrumental, o poder estrutural e

o poder simbólico – e vem alterando significativamente o modo como o Estado vem lidando com a informação.

O poder instrumental é aquele que intenciona moldar os comportamentos humanos manipulando o mundo material através da força física – com armas e meios militares – e de incentivos econômicos. Por suas características, esta antiga forma de poder foi central para a formação do Estado moderno. (BRAMAN, 2009).

O poder estrutural, por sua vez, objetiva moldar os comportamentos humanos manipulando o meio social através de regras e instituições. As leis, os tratados, as estruturas governamentais e os processos políticos são formas de poder estrutural adotadas pelo Estado (BRAMAN, 2009).

O poder simbólico tenta moldar os comportamentos humanos manipulando o mundo material, o meio social e o simbólico através de ideias, palavras e imagens. O poder simbólico também tem raízes antigas, na Antiguidade as guerras eram cercadas por rituais e cerimônias. Contemporaneamente, a propaganda, o sistema educacional e as campanhas de mídia são exemplos de poder simbólico (BRAMAN, 2009).

O poder informacional é, para autora, aquele que molda os comportamentos humanos através da manipulação das bases de informações do poder instrumental, estrutural e simbólico. As "armas inteligentes" que podem identificar um alvo e direcionar-se sem intervenção humana são exemplos do efeito do poder informacional sobre o exercício do poder instrumental (BRAMAN, 2009).

A capacidade de monitorar o cumprimento dos direitos de propriedade intelectual através da vigilância na Internet é um exemplo da influência do poder informacional sobre o exercício do poder estrutural. A capacidade de adaptar mensagens baseadas na Web para o indivíduo que está navegando online é um exemplo do impacto do poder informacional sobre o exercício do poder simbólico (BRAMAN, 2009).

E a habilidade de tomada de decisão e definição de tratamentos personalizados com mineração de dados é um exemplo do poder informacional em seu próprio domínio (BRAMAN, 2009).

Braman (2009) sintetiza em suas categorias a abordagem do poder sob o ponto de vista do Estado que será útil nesse trabalho para compreender o papel da informação nas ações sociais desenvolvidas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura nas favelas pacificadas.

Nota-se, entretanto, que nas sociedades contemporâneas, a dinâmica das disputas entre o poder do Estado e a resistência do conjunto da sociedade tem definido o mapa a ser seguido na elaboração/execução das políticas públicas. Esta ideia envolve um conceito de poder disruptivo, desejante de alterações do real através de movimentos coletivos que transcendem as limitações jurídicas estabelecidas. Negri (2002), através de uma apropriação singular das teorias de Maquiavel, Spinoza e Marx, nomeia esse fenômeno de resistência como poder constituinte.

O poder constituinte é aquele que traz a inovação nas revoluções, garantindo a sua positividade, e por isso se apresenta como uma alternativa ao poder constituído. Enquanto o poder constituinte representa um movimento desejante de alteração do real, o poder constituído é o produto dessas modificações. Por isso, os dois possuem ligações espaço-temporais diferenciadas.

O poder constituído atua no presente tendo como referência o passado, ou seja, uma ordem pré-estabelecida através de disposições legais. O poder constituinte, ao contrário, rompe radicalmente com o passado e atua no presente com vistas ao futuro por meio da apropriação do espaço e do tempo, movido pelo desejo. O tempo do poder constituinte é, portanto, o tempo da revolução (NEGRI, 2002, p. 21-22).

O protagonista desse poder criativo é a multidão que se apresenta como um sujeito social organizado em forma de rede disseminada e horizontalizada.

A multidão pode ser encarada como uma rede: uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios de convergência para que possamos trabalhar e viver em comum (HARDT; NEGRI, 2005, p. 12).

Embora se mantenha múltipla, a multidão não é fragmentária, anárquica ou incoerente. Negri (2005) afirma que o grande desafio do conceito de multidão consiste em fazer com que a multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente (HARDT; NEGRI, 2005, p. 13).

O desejo, assim como a multidão são conceitos adotados por Negri (2002) a partir da obra de Spinoza. Para esse autor, o desejo possui dois tipos um ligado à ausência e o outro à perseverança. O primeiro tipo de desejo está ligado à ausência

daquilo que é desejado. Essa ausência afeta negativamente as pessoas, gerando passividade e diminuindo a potência (ESPINOSA, 1983, p. 196-197).

O segundo tipo de desejo está vinculado à perseverança na própria existência do ser, ou seja, é “a tendência que tudo o que existe tem de perseverar na existência”. Isso faz com que o desejo seja uma afecção da alma e, por isso, faz com que o indivíduo conserve ou aumente a sua potência (ESPINOSA, 1983, p. 210). Negri se concentra na dimensão positiva do desejo por constituir uma condição ativa e absoluta da política democrática.

o paradigma constitucionalista é sempre o da “constituição mista”, da mediação da desigualdade e na desigualdade, portanto um paradigma não democrático. O paradigma do poder constituinte, ao contrário, é aquele de uma força que irrompe, quebra, interrompe, desfaz todo equilíbrio preexistente e toda continuidade possível. O poder constituinte está ligado à idéia de democracia, concebida como poder absoluto. Portanto, o conceito de poder constituinte, compreendido como força que irrompe e se faz expansiva, é um conceito ligado à pré-constituição da totalidade democrática (NEGRI, 2002, p. 21).

Dessa forma, o poder constituinte é fruto de uma ausência e da potência da multidão que atuando juntas constituem o social. Por isso, Negri afirma que

o desejo nutre, incansável, o movimento de potência. A potência humana determina um deslocamento contínuo do desejo, aprofunda a ausência no qual o evento inovador tem lugar. A expansividade da potência e a sua produtividade baseiam-se num vazio de limitações, numa ausência de determinações positivas, nesta plenitude da ausência. O poder constituinte se define emergindo do turbilhão do vazio, do abismo da ausência de determinações, como uma necessidade totalmente aberta (NEGRI, 2002, p. 26).

Entretanto, essa potência social é constantemente instada a se limitar aos parâmetros legais impostos pelo Estado. Nesse embate entre a soberania e a multidão emerge a tensão entre o poder constituído, exercido pelo Estado através do sistema jurídico com o objetivo de regular a realidade social, e a potência constituinte dos movimentos revolucionários que luta pela expansão do marco legal do Estado e a fundação de novas condições de cidadania (NEGRI, 2002, p. 9).

Essa expansão ocorre de forma paradoxal através da incorporação das demandas do poder constituinte nas regras universais do poder constituído. Por isso, o poder constituinte é sujeito e produto das normas constitucionais.

[o poder constituinte é] a fonte onipotente e expansiva que produz as normas constitucionais de todos os ordenamentos jurídicos, mas também o sujeito dessa produção, uma atividade igualmente onipotente e expansiva. Sob este ponto de vista, o poder constituinte tende a se identificar com o próprio conceito de política, no sentido com que este é compreendido numa sociedade democrática (NEGRI, 2002, p. 7).

A onipotência do poder constituinte proviria da independência de fonte externa de poder para legitimá-lo e sua *expansividade decorreria da ausência de fronteiras* entre o campo social e o político, restando apenas a vinculação ao seu próprio tempo. Em outra passagem, Negri aborda o caráter absoluto do poder constituinte dada a ausência de elementos fundantes, ou seja, sua origem depende apenas de sua historicidade. O mesmo não se pode afirmar do poder constituído que tem o poder constituinte como elemento fundante.

O poder constituinte está ligado à idéia de democracia, concebida como poder absoluto. Portanto, o conceito de poder constituinte, compreendido como força que irrompe e se faz expansiva, é um conceito ligado à pré-constituição da totalidade democrática (NEGRI, 2002, p. 21).

Em decorrência dessas características o poder constituinte é inesgotável e não se realiza nunca (NEGRI, 2002, p.135).

Negri também resgata de Spinoza os conceitos de potência/potentia e poder/potesta os quais ele julga antinômicos. O poder é tido como “capacidade de produzir as coisas” e a potência como “força que as produz atualmente” Desta forma, Negri afirma que "poder, desse ponto de vista, só pode significar: 'potentia' em direção à constituição - um reforço que o termo poder não representa, mas apenas indica, pois a potência do ser o fixa ou o destrói, o coloca ou o ultrapassa, dentro de um processo de constituição real" (NEGRI, 1993, p. 248).

Em decorrência disso, a potência não tem externalidades – visto que o próprio poder é um de seus efeitos – e é, portanto

o dispositivo desmedido de constituição do real, na medida em que, por ser sempre plena e atual, não se reduz a limitações prévias e exteriores. Os limites são sempre seus, imanentes a si mesma e, por isto, superáveis. Esta posição de Spinoza subverte toda a tradição política por uma questão muito simples: tendo em vista não haver externalidade à potência, o próprio poder é compreendido enquanto

efeito da potência, subordinando-se ao movimento de constituição do real impulsionado pela potência. Assim, não há mais poder vitalício e indefinidamente legítimo. O poder é produto da dinâmica constitutiva. [...] Isto é, só há poder porque há potência. Aquele se subordina a esta, é-lhe interno e, portanto, superável (GUIMARAENS, 2004, p. 49).

Essa breve revisão teórica do conceito de poder permitirá analisar a dualidade da informação no contexto das políticas de segurança pública através do confronto do seu uso efetivo e dos discursos que dão sustentação às práticas dos diversos atores envolvidos.

Na próxima seção será analisado o conceito de segurança pública e o papel da informação em seus vários períodos históricos.

2.3 SEGURANÇA PÚBLICA

Ao repassar a história do Brasil, encontramos fragmentos do grande mosaico que é hoje a segurança pública do país. É possível observar como a construção histórica de perfis de instituições e categorias profissionais concorreu para a formação dos estereótipos vigentes nas questões da segurança pública.

Da mesma forma, fica evidente que o aperfeiçoamento constante das técnicas e tecnologias de poder, seu emprego e a resistência resultante alimentaram o imaginário social, conformando uma versão nacional das “classes perigosas”. Nessa dinâmica, a informação assumiu múltiplos papéis que variaram da propaganda subliminar às formas mais explícitas de coerção, configurando-a como um instrumento efetivo de expressão do poder do Estado e controle do cidadão.

A nossa segurança pública reflete esse percurso e vive, em determinados momentos, um processo cíclico que em nada contribui para a melhoria de sua qualidade. Contemporaneamente, percebemos de forma muito sofisticada a presença destes elementos na letra “fria” dos marcos legais e na práxis dos agentes do poder público, especialmente, no tocante à segurança pública.

Se considerarmos que a atenção brasileira se voltou para a segurança pública somente na segunda metade do século passado, devemos entender este capítulo como uma arqueologia da segurança pública no Brasil.

2.3.1 A Questão Conceitual

O termo segurança pública é conduzido à pauta dos debates contemporâneos a partir das formulações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) sobre o conceito de desenvolvimento humano, na década de 1990. Essa abordagem se constituiu diante do espólio da II Guerra Mundial e evidenciou a urgência de mecanismos nacionais e internacionais de proteção ao cidadão. O marco legal desta virada humanitária foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948.

Inúmeros tratados e acordos versando sobre temas diversos convergiram para o conceito de desenvolvimento humano. Em decorrência disso, em 1990, o PNUD apresentou o Relatório de Desenvolvimento Humano, formalizando os conceitos de desenvolvimento humano e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O Relatório afirmava que

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam ativamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1990, p. 9).

Essa versão inicial foi ampliada nos relatórios posteriores. Em 1994, o Relatório de Desenvolvimento Humano incluiu a segurança humana em sua definição por entender que o desenvolvimento humano representa um aumento das categorias e oportunidades de escolha das pessoas e a segurança humana implica a possibilidade de uso dessas opções de maneira segura e livre (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1994).

A segurança humana passou a representar tanto a proteção para o desenvolvimento das potencialidades dos cidadãos como a criação de sistemas políticos que permitissem às pessoas viverem com dignidade e terem seus direitos respeitados.

Nessa acepção a segurança envolve sete dimensões interdependentes: segurança econômica, segurança alimentar, segurança sanitária, segurança

ambiental, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política. A segurança econômica consiste, em nível individual, na obtenção de trabalho produtivo e remunerado. Em nível macro representa a garantia de solução de problemas estruturais tais como o desemprego, as desigualdades sociais e o trabalho precário.

A segurança alimentar representa a garantia de acesso aos alimentos básicos para todos os cidadãos e o desenvolvimento de políticas/estratégias para extinguir a escassez e a má distribuição dos alimentos. A segurança sanitária consiste no combate as epidemias, no acesso à água potável, na prevenção de acidentes de trânsito e as doenças contagiosas e parasitárias, dentre outros.

A segurança ambiental prevê a garantia de um meio ambiente equilibrado, ou seja, com ecossistemas não degradados, sem desmatamento, sem poluição do ar, do solo e das águas. A segurança pessoal é a garantia contra violências físicas e psicológicas praticadas pelo próprio Estado (tortura), por outros Estados (guerras) ou por outros cidadãos (violência urbana, crimes, tráfico de drogas).

A segurança comunitária é a proteção dos valores, práticas e identidades culturais e étnicas de qualquer grupo. E a segurança política, por sua vez, representa a garantia do exercício da cidadania (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1994).

A abrangência do conceito de segurança humana teve muitas avaliações desfavoráveis. De acordo com os críticos, a falta de uma definição precisa dificultava as ações de gestores e pesquisadores da área. Essa amplitude seria um fator impeditivo tanto para a operacionalização do conceito, através do desenvolvimento de políticas públicas, quanto para a sua consolidação. King e Murray (2001, p. 593) afirmam que “by trying to encompass everything, they wound up not meaning anything”⁹.

A contundência das críticas promoveu a reinserção do tema segurança humana na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1999, um grupo de trabalho intitulado Rede de Segurança Humana, formado por Áustria, Canadá, Chile, Costa Rica, Grécia, Irlanda, Jordânia, Mali, Noruega, Eslovênia, Suíça, Tailândia e África do Sul, debruçou-se sobre o tema, concluindo que

⁹ A citação foi mantida na língua original, pois sua tradução reduz a potência da crítica. No restante do trabalho será mantida a mesma regra: só serão traduzidos os textos que não sofrerem perda de sentido.

A humane world ... where every individual would be guaranteed freedom from fear and freedom from want, with an equal opportunity to fully develop their human potential ... In essence, human security means freedom from pervasive threats to people's rights, their safety or even their lives ... Human security and human development are thus two sides of the same coin, mutually reinforcing and leading to a conducive environment for each other (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 5).

Em 2001, a comissão independente de Segurança Humana, liderada por Sadako Ogata e Amartya Sen, propôs um novo consenso sobre as ameaças à segurança humana no século XXI. Reconhecendo que este desafio tornou-se mais complexos, a Comissão afirmou que

[...] protect the vital core of all human lives in ways that enhance human freedoms and human fulfilment. Human security means protecting fundamental freedoms — freedoms that are the essence of life. It means protecting people from critical (severe) and pervasive (widespread) threats and situations. It means using processes that build on people's strengths and aspirations. It means creating political, social, environmental, economic, military and cultural systems that together give people the building blocks of survival livelihood and dignity (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 5).

A ONU retomou, então, a questão inserindo-a nas resoluções da Assembleia Geral de 2005 através do compromisso de continuar investindo na construção do conceito de segurança humana.

Destacamos o direito das pessoas viverem em liberdade e com dignidade, livres da pobreza e do desespero. Reconhecemos que todos os indivíduos, em particular as pessoas vulneráveis, têm o direito de liberdade do medo e da liberdade de desejar, com igual oportunidade de desfrutar de todos os seus direitos e desenvolver plenamente seu potencial humano. Para este fim, comprometemo-nos a discutir e definir a noção de segurança humana na Assembleia Geral (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p. 31).

Cada uma das agências da ONU, a partir de então, passou a fomentar programas de enfrentamento às ameaças à segurança humana dentro de sua área de atuação. O PNUD, um dos pioneiros nesses estudos, retornou ao tema publicando o documento “Rumo a uma Política Integral de Convivência e Segurança Cidadã na América Latina: Marco Conceitual de Interpretação–Ação”. O texto discutia a complexa rede da violência urbana e como esta incidia sobre o

desenvolvimento humano e a segurança na região. Dessas discussões concluiu-se que ao falar sobre segurança pública se fazia

alusão a uma dimensão mais ampla do que a mera sobrevivência física. A segurança é uma criação cultural que, hoje em dia, implica uma forma igualitária (não hierárquica) de sociabilidade, um âmbito compartilhado livremente por todos. Essa forma de trato civilizado representa o fundamento para que cada pessoa possa desdobrar sua subjetividade em interação com os demais. Está em jogo não somente a vida da pessoa individual, mas também a da sociedade (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007, p. 4).

O documento concluía afirmando que

Na medida em que a violência e o delito atentam contra a vida, as liberdades e os bens de homens, mulheres, meninos e meninas de uma sociedade, criam obstáculos à luta contra a pobreza e produzem efeitos corrosivos sobre a governabilidade democrática e o desenvolvimento humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007, p. 4).

Concomitantemente, o tema da segurança pública ganhou importância na América Latina, merecendo diversos tipos de políticas públicas que em suas gêneses carregavam perspectivas distintas sobre o próprio conceito de segurança pública. A vasta literatura especializada estende-se desde critérios pragmáticos, como a atribuição de responsabilidades, até aqueles subjetivos como sensações e percepções pessoais (BRASIL, 1988, CANO, 2012; COCCO, 2012; MISSE, 2012; SOARES, 2012).

A Constituição Brasileira de 1988 ocupa um destes extremos definindo em seu artigo 144 a finalidade e os atores da segurança pública.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Nesse mesmo extremo encontra-se Michel Misse que adota a paz hobbesiana em sua definição de segurança.

A segurança é uma categoria prática utilizada por operadores de diferentes áreas para designar um conjunto de dispositivos muito variados que têm a pretensão de oferecer ao cidadão a administração institucional dos conflitos e a criminalização dos eventos que assim sejam interpretados por estes mesmos dispositivos (MISSE, 2012).

Para impedir que os indivíduos resolvam os conflitos com base na força, o Estado Moderno criminalizou o seu uso em qualquer tipo de conflito e se colocou como o único e exclusivo dispositivo de resolução oficial de conflitos com que conta a sociedade. Assim,

a categoria de segurança é uma representação social dos diferentes dispositivos que fazem parte do Estado Moderno com o objetivo de garantir aos cidadãos a resolução legal dos conflitos e a sua prevenção do ponto de vista do Estado. Agora, o estado muitas vezes se vendo incapaz de prover todos esses serviços à sociedade tem autorizado, nas últimas décadas, a empresas privadas de exercerem parte dos serviços próprios destes dispositivos estatais, surge assim a categoria de segurança privada em oposição à segurança pública (MISSE, 2012).

Em outro extremo, Ignacio Cano define a segurança como uma sensação subjetiva de previsibilidade da vida cotidiana e ausência de riscos, aliada a uma alta expectativa do que vai acontecer num futuro próximo. “É um sentimento de conforto e de tranquilidade em relação ao que vai acontecer.” (CANO, 2012).

Olhar semelhante tem Giuseppe Cocco que afirma que a segurança tem várias dimensões e para defini-la é importante ter em primeiro plano um conceito de paz. Não a paz do medo, hobbesiana, baseada no monopólio do uso da força pelo Estado, mas a paz que, ao contrário, é a ausência de medo. Para Cocco (2012), a sociedade é constituinte e constituída, fundamentalmente, de paz. A segurança, por sua vez, vincula-se à noção foucaultiana, que transcende à eliminação dos riscos e atua sobre a gestão dos mesmos.

Traçando um quadro mais amplo, Luiz Eduardo Soares (2012), inicia a discussão delimitando-a ao estado democrático comprometidos com os valores fundamentais de direito. Nele a segurança se construiria a partir da expectativa

favorável de reiteração de um padrão cooperativo nas interações sociais. O outro não seria, necessariamente, uma ameaça, mas o desconhecido que, supostamente, se pauta pelas normas que guiam o comportamento civilizado (SOARES, 2012).

Desta forma, a segurança pública está vinculada a

uma sociedade caracterizada por um determinado momento histórico, pelo aparato institucional do estado democrático de direito, submetido a uma ordem social que a despeito das desigualdades encontrou métodos para elaborá-las de uma maneira relativamente produtiva, dando espaço para que esperanças se constituam, demandas se canalizem e não necessariamente transbordem o aparato legal institucional. E estamos falando, também, de um conjunto de fenômenos criminais ligados à violência que encontram algum equilíbrio em relação a história desta sociedade (SOARES, 2012).

Concisamente, a segurança pública pode ser vista como um desafio da modernidade a ser enfrentado tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Para entender seu alcance e suas limitações é imprescindível um olhar retrospectivo sobre as diversas ações direcionadas à área pelo poder público.

Com o final da II Guerra Mundial grandes esforços acadêmicos e políticos foram investidos nos estudos sobre a paz que tinham como objetivo tecer um conceito de segurança condizente com o momento político. Durante todo o período da Guerra Fria, novas propostas surgiram com variados rótulos: segurança comum, segurança abrangente, segurança cooperativa, segurança coletiva, segurança global dentre outros. Todos eles concorreram para a formulação do conceito de segurança humana lançado pelo PNUD em 1990 (OLIVEIRA, 2009, p. 68).

A evolução do conceito trouxe profundas implicações teóricas e práticas para as políticas de segurança pública. Alguns estudos históricos permitiram categorizar essas políticas em três paradigmas não estanques: segurança nacional, segurança pública e segurança cidadã (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1990).

A fim de facilitar o entendimento dos paradigmas são definidas datas ou marcos políticos que representam o início e fim de cada um deles. Cabe ressaltar, contudo que a transição entre eles não ocorreu por rupturas bruscas, mas por processos políticos e sociais de duração variável.

O paradigma da segurança nacional pode ser entendido como a habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e a manutenção de seus

objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais. Por apoiar-se na supremacia inquestionável do interesse nacional, definido pela elite do poder, este paradigma prioriza a defesa do Estado e a manutenção da ordem política. Para mantê-las justifica-se a adoção de quaisquer meios, mesmo aqueles que demandem a supressão de direitos, instauração da censura, perseguição política e repressão a qualquer manifestação contrária ao regime político vigente.

Por isso, nesse paradigma, a atuação do Estado é incisivamente repressiva, por meio das Forças Armadas, de órgãos especiais e de inteligência criados para este fim e, complementarmente, pelas polícias militares locais de acordo com o contexto político vigente (FREIRE, 2009, p. 50-51).

No conjunto de ações de cerceamento de liberdades, as políticas de segurança baseadas no paradigma da segurança nacional priorizam o controle sobre a circulação da informação, a censura de conteúdos e a criação de serviços militares de inteligência e polícias políticas com vistas à repressão e controle de atividades informacionais (educacionais, culturais, artísticas, políticas, etc.).

No Brasil, as características deste paradigma estiveram presentes na segurança pública desde seus primeiros tempos. No período da ditadura houve um acirramento das restrições, mas sua presença foi sentida desde 1530, nas primeiras tentativas de colonização do Brasil até 1988 com a promulgação da atual Constituição.

As políticas de segurança baseadas no segundo paradigma, segurança pública, se voltam para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Este paradigma inova ao diferenciar os papéis institucionais das polícias e do Exército. Às primeiras cabem as ações de prevenção e controle do crime e ao Exército, a manutenção da soberania nacional e garantia dos poderes constitucionais. Na Constituição Brasileira estes papéis são claramente definidos no artigo 142, que elenca as atribuições do Exército, e 144, que relaciona os entes governamentais responsáveis pela segurança pública.

Essa partilha empoderou os gestores atribuindo-lhes autonomia para o planejamento e execução de políticas locais. A adequação das ações às demandas é a grande vantagem deste modelo. Como os fenômenos da violência e criminalidade não respeitam limites geográficos é fundamental que haja ações conjuntas de gestores locais ou diretrizes nacionais para combate aos delitos. A

articulação entre essas instâncias tornou-se um fator crítico neste paradigma e, em especial, nas políticas de segurança pública brasileiras.

Em relação ao seu antecessor, o paradigma da segurança pública tem diferenças radicais começando pela concepção de segurança pública. No primeiro, o objetivo é combater as ameaças aos interesses nacionais, no segundo se defende as pessoas e os patrimônios públicos e privados. O número de atores também difere do paradigma anterior e é ampliado: os cidadãos passam a ter responsabilidade na segurança pública junto com as tradicionais forças públicas de segurança estaduais e federais.

A informação, que era utilizada exclusivamente em favor do Estado e, sempre que este julgasse necessário, contra o cidadão, passa a atuar em favor de ambos os lados respeitando as determinações legais. Administrativamente, busca-se o planejamento e a troca de informações a fim de criar estatísticas confiáveis e sistemas unificados de informação que permitam o desenvolvimento de estratégias de controle da violência.

Durante os anos 1990, alguns países da América Latina iniciaram projetos de segurança inovadores para fazer frente à violência urbana que se avolumava. Os projetos assumiam a multicausalidade da violência e atuavam tanto na repressão de suas manifestações quanto na prevenção de suas causas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007).

Motivados pelos bons resultados alcançados nas cidades de Medellín, Cali e Bogotá, países como Equador e El Salvador iniciaram seus projetos de segurança pública com o viés humanista. Essas iniciativas deram origem ao terceiro paradigma da segurança pública, a segurança cidadã, também chamada de convivência cidadã.

Com foco no cidadão, as políticas públicas baseadas nesse paradigma envolvem não apenas órgãos de segurança pública, mas as várias instituições públicas e a sociedade civil com o objetivo de implementar agendas identificadas pela comunidade como prioritárias para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território.

Essas agendas incluem intervenções nas áreas de educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, dentre outras. Sob esta perspectiva mantém-se a proteção à vida e à propriedade, características do paradigma anterior, e adicionalmente, passa-se a entender a violência como fator impeditivo do exercício da cidadania plena.

Nesse paradigma, o estabelecimento de fluxos informacionais redefinem as relações entre Estado e sociedade, substituindo as tradicionais políticas urbanas por outras elaboradas de forma colaborativa baseada nas demandas reais da população. Nesse contexto, as redes apresentam uma nova possibilidade de exercício político e as tecnologias de informação e comunicação potencializam as formas de organização social.

Sob a égide da segurança cidadã, a segurança pública deixa de ser um caso, exclusivo, de polícia e define-se como o conjunto de intervenções públicas realizadas por diferentes atores estatais e sociais voltados para a abordagem e a resolução de riscos e conflitos, concretos ou previsíveis, violentos e/ou delituosos, que lesem os direitos e as liberdades das pessoas, mediante a prevenção, o controle e/ou a repressão dos mesmos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007, p. 10).

Como resultado do enquadramento da segurança cidadã no marco da segurança humana, as políticas de segurança ampliaram seu foco em direção ao bem-estar das pessoas e aos direitos humanos, reposicionando a cidadania como o principal objeto da proteção estatal (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007, p. 5).

Alguns autores divergem dessa categorização por acreditar que o preceito básico de toda segurança é ser cidadã. Aceitar uma categoria de segurança adjetivada como “cidadã” seria admitir que existe outra que não é.

Entendo as boas intenções, acho muito simpático, evidentemente me associo aos valores, mas eu acho que é um equívoco político e um equívoco conceitual qualificar. Ou toda segurança é cidadã ou não estamos falando de segurança (SOARES, 2012).

De acordo com esse entendimento, mesmo a segurança nacional seria uma segurança cidadã porque implicaria na segurança do cidadão dispor das leis do seu país sem ter que se dobrar à invasão ou à dominação de um país estrangeiro. Desta forma, a segurança nacional e a segurança pública seriam denominações de uma segurança que é necessariamente do cidadão e não do Estado (MISSE, 2012).

A expressão segurança nacional divide opiniões. Os que a defendem justificam sua opinião diante da conjuntura política internacional.

É facilmente compreensível que nós precisemos pensar o problema de defesa nacional. Nós sabemos que não há estado democrático de direito global. Nós estamos num outro território. Globalmente vale a força, vale o cálculo hobbesiano. Há pactos, mas que não têm, em geral, capacidade coercitiva pra impor respeito. A ONU não tem essa capacidade. E a coerção só vale quando o interesse das grandes potências está envolvido. E nós sabemos, enfim que o terreno global é um terreno acidentado e muito específico (SOARES, 2012).

Por outro lado, os que não a apoiam afirmam que embora tenhamos algumas heranças e resquícios da segurança nacional, esse não é mais “um paradigma que, hoje, seja considerado como alternativa. Mesmo os segmentos mais conservadores não cogitam retornar à segurança nacional em termos de segurança pública. E os outros paradigmas são opções possíveis.” (CANO, 2012).

Outra linha de análise defende ser inviável a aplicação dessas classificações no Brasil.

A UPP e o Brasil são a demonstração de que todas essas categorias são inócuas. Na dinâmica das UPPs e na dinâmica que existia antes, você tem a mistura da segurança nacional com a segurança pública e até da segurança cidadã. Estão todas misturadas e a polícia se faz Exército e o Exército se faz polícia. [...] E uma polícia igual ao Bope que é um exército, porque é treinada para matar e não para prender (COCCO, 2012).

Cabe esclarecer que a expressão “segurança cidadã” é adotada fora do Brasil com o sentido aqui dado à “segurança pública”.

Quando a gente fala aqui em segurança cidadã o sentido é um pouco diferente dos outros países. Aqui a segurança é cidadã porque tem um lado mais democrático, mais aberto, mais progressista. Em outros lugares, segurança cidadã é simplesmente sinônimo do que no Brasil chamamos de segurança pública. Acho que os termos são válidos, cada um tem a sua função, mas eu não estou fechado em uma classificação determinada (CANO, 2012).

Todo o questionamento em torno dos paradigmas da segurança pública e suas denominações justifica-se pela preocupação que a conflituosa relação entre cidadania e política de segurança pública sempre despertou naqueles que se dedicam ao tema.

O Brasil teve, desde sempre, o seu tecido social pontuado por contradições resultantes de um modelo de expansão urbana e crescimento econômico

excludentes, que alijaram de seus benefícios boa parte da população. Ao longo dessa tessitura desenvolveram-se nexos simbólicos que territorializaram a pobreza e a marginalidade. Isso fez surgir uma noção equivocada de que cidadania era um atributo eletivo e dentro dessa lógica operou todo o Estado e, também, a segurança pública.

A segurança pública no Brasil é o exercício da força desmedida, arbitrária por parte do Estado e não tem nenhuma cidadania. A não ser para quem tem grana, é branco, mora no asfalto e aí tem algumas mediações, mas senão nenhuma (COCCO, 2012).

Além do processo histórico que plasmou tal comportamento, a atual postura equivocada da segurança pública no Brasil é atribuída, em parte, à dificuldade do Estado brasileiro em implementar as transformações que a Constituição de 1988 propunham nesse sentido.

A ruptura representada pela Constituição de 1988 é muito importante e ela se deu, sobretudo na forma, mas na substância, na prática, na vida real, ela não se deu plenamente. Então nós continuamos com as características tradicionais de comportamento nas nossas instituições coercitivas, nas nossas polícias. Nós continuamos com a desigualdade brutal no acesso à justiça, com a aplicação da lei refratada por baias de classe, de cor, de território, etc. E, entretanto, com referências legais democráticas, o que nos ajuda a corrigir tudo isso, a denunciar, a lutar por uma aproximação maior da realidade, na forma da lei (SOARES, 2012).

O hiato entre a legislação e a prática da segurança pública encontra amparo na clivagem socioeconômica naturalizada na sociedade brasileira. Diante dos déficits históricos de cidadania, a segurança pública é apenas mais uma área na qual isso ocorre.

O fato de a cidadania ser tão desigual se reflete em todas as esferas da vida. A gente às vezes fala: “a polícia age com viés racial”, mas a sociedade também. “A polícia trata pior os pobres”, mas o Estado também, ou seja, a segurança pública reflete a desigualdade, a discriminação, a própria dureza com que o Estado trata os setores subalternos. Por isso, acho que há uma relação muito estreita. (CANO, 2012).

Em função disso surgiram áreas extremamente resistentes dentro das corporações da segurança pública que impediram a evolução de suas relações com

a cidadania (MISSE, 2012). Esse fato é agravado pela hipossuficiência do Estado para monopolizar a força e dinamizar suas relações com o cidadão.

O Estado ainda não é capaz de monopolizar legitimamente a força em todo país. O Estado não tem muitas vezes o controle que ele pretendia ter de todo o território nacional. O judiciário é lento, burocrático, ineficiente e não consegue administrar a maior parte dos conflitos. Então isso tudo cria uma sensação de impunidade e uma sensação de que o cidadão não tendo a quem recorrer acaba recorrendo a pistoleiros ou a grupos de extermínio para resolver as suas pendengas. [...] Se formos capazes de controlar isto e oferecermos um judiciário moderno e ágil ao cidadão com certeza nós teremos rompido bastante os obstáculos e resistência que existem ainda (MISSE, 2012).

Apesar do histórico negativo, o cenário atual mostra-se favorável ao respeito à cidadania no âmbito da segurança pública. Diferente de outras épocas, temos

referências legais democráticas, o que nos ajuda a corrigir tudo isso, a denunciar, a lutar por uma aproximação maior da realidade, na forma da lei. Nós agora estamos num estágio muito diferente, porque ao contrário das outras épocas, nós podemos denunciar a ilegalidade dos procedimentos que traem os direitos humanos e a cidadania. Antes não era necessariamente assim, ou seja, os procedimentos de desrespeito encontravam abrigo na lei e agora pelo menos isso já não é assim o que favorece o avanço, mas evidentemente as características tradicionais perduram (SOARES, 2012).

Além disso, a situação econômica e a redução da pobreza sinalizam bons momentos para consolidação da cidadania (CANO, 2012).

Um breve histórico da segurança pública no Brasil será apresentado na próxima seção. Através dele será possível observar os contextos político, social e econômico que conformaram a assimétrica relação entre cidadania e segurança pública e o delineamento de cada um dos paradigmas apresentados.

2.3.2 Antecedentes Históricos no Brasil

A colonização no Brasil tem início como um empreendimento comercial baseado na dominação e apropriação de território alheio. A atividade econômica escolhida, o cultivo da cana-de-açúcar, exigia, além de capital, muita mão-de-obra. O colonizador solucionou a questão traficando negros africanos em larga escala.

Latifundiário e escravista, o Brasil Colônia mostrou-se solo pouco favorável para o cultivo da cidadania. A segurança pública praticamente inexistia, consistindo em ações locais de defesa dos interesses das classes dominantes e alguns esforços pulverizados de manutenção da integridade territorial. A defesa era constituída por Milícias ou Companhias de Ordenanças formadas e mantidas pelos sesmeiros que arrendavam parte das capitanias (CARVALHO, 2002).

O sistema de recrutamento era universal, obrigando todos os sesmeiros e seus subordinados a atuarem na preservação da ordem pública e no combate a estrangeiros que invadissem seus territórios. Os capitães-mores comandavam as milícias que estavam submetidas à influência ostensiva do poder político local (CARVALHO, 2002).

Com o desenvolvimento da Colônia e a tensão social instaurada entre escravos, nativos e colonizadores surgiu a necessidade de estruturação de uma segurança pública efetiva. Em função disto, foi criada uma Tropa de Primeira Linha ou Corpo Permanente composta por portugueses pagos pela Coroa e sob as ordens diretas do Governo Geral do Brasil.

O Comando da polícia se confundia com os donos da terra e outros detentores de propriedade e da riqueza. Eles eram os coronéis, capitães-mores que tinham também funções administrativas, inspecionando as arrecadações de tributos e minas de ouro. Os ofícios intermediários eram mercadores, traficantes de escravos, tropeiros. Na base da polícia estavam todos os brancos livres e pobres. Quem não era polícia era negro, índio, bastardo, mameluco ou cigano; populações que constituíam a maioria dos habitantes da Colônia. (PIETA apud MARIANO, 2004, p. 45).

A partir das Companhias de Ordenanças foram criadas as Companhias de Dragões, formadas por soldados profissionais remunerados pelos serviços prestados, e os Regimentos Regulares de Cavalaria que possuíam organização militar e acumulavam as funções de policiamento local, através da prevenção e repressão da criminalidade e defesa da Colônia de ataques externos (SILVA, 1998, p. 6).

Em nível local, na ausência das Milícias ou Companhias de Ordenanças formavam-se Tropas de Terceira Linha ou Quadrilhas que não eram Corpos Regulares, mas podiam durante três anos prender malfeitores, vadios, indivíduos de má fama e os estrangeiros.

Esses esforços, no entanto, não eram compatíveis com a demanda social o que levou o Ministro da Guerra a afirmar, em 1752, que “o Exército não poderá atingir aquela perfeição desejada, enquanto for ele na sua quase totalidade servir como polícia” (CORRÊA, 1999, p. 207).

Apesar da insatisfação, mudanças significativas na segurança pública brasileira só ocorreram com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808. Em 10 de maio daquele ano foi criada, no Rio de Janeiro, a Intendência Geral de Polícia que seria o agente civilizador da Corte, de acordo com os costumes e valores europeus.

A nova instituição baseava-se no modelo francês introduzido em Portugal, em 1760. Era responsável pelas obras públicas e por garantir o abastecimento da cidade, além da segurança pessoal e coletiva, o que incluía a ordem pública, a vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura de criminosos. Assim como os juízes do tribunal superior de apelação do Rio, o intendente ocupava o cargo de desembargador, sendo também considerado ministro de Estado. [...] Ele representava, portanto, a autoridade do monarca absoluto e, coerentemente com a prática administrativa colonial, seu cargo englobava poderes legislativos, executivos e judiciais. (HOLLOWAY, 1997, p. 46)

O conceito de polícia vinculava-se à cultura, ao aperfeiçoamento e melhoria da convivência dos sujeitos e da prestação de serviços públicos. Assim englobava tanto o tratamento decente, o decoro, a urbanidade dos cidadãos quanto as comodidades (a limpeza, a iluminação e o abastecimento de água e alimentos) e as atividades relacionadas à segurança e à vigilância. Por isso, Foucault afirmava que a polícia era a condição básica de existência da urbanidade (FOUCAULT, 2008, p. 453).

A Intendência da Polícia necessitava, entretanto, de uma instância de intervenção e para isto foi criada em maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia – cujo nome foi alterado para Polícia Militar, em 1842 – com a missão de prestar serviços, exclusivos e constantes, de segurança pública, promovendo o policiamento da Corte e combatendo o contrabando. Seus oficiais e soldados provinham das fileiras do Exército regular e, como tropas militares, recebiam apenas uma remuneração simbólica, uniforme, alojamento e alimentação nos quartéis. (HOLLOWAY, 1997, p. 48).

As condições oferecidas e o critério adotado para seleção dos membros da Guarda Real reforçaram a idéia de segurança pública adotada no período colonial e seu papel coercitivo dentro da sociedade da época.

[...] escolhidos a dedo em função do tamanho e da truculência, batiam em qualquer participante, vadios ou tratantes que conseguiam capturar. [...] Depois da surra aplicada perversa e indiscriminadamente, em escravos e livres no momento da prisão, os escravos eram devolvidos à custódia de seus proprietários ou levados ao intendente ou a seus assistentes, os juízes do crime, para julgamento. [...] Depois de problemas disciplinares recorrentes [...] cada patrulha policial consistia em dois homens da Guarda Real e um da milícia ou do Exército regular, “sendo o último considerado o freio dos primeiros”. (HOLLOWAY, 1997, p. 49).

A técnica de investigação mais frequente era a devassa policial e a suspeição era elemento suficiente para gerar provas. Não só os pobres se envolviam em delitos, mas raramente as “pessoas de condição social elevada frequentavam o universo policial através do mecanismo da devassa, para elas procedia-se a uma simples ‘informação’ que protegia sua reputação.” (SILVA, 1986, p. 197-198). Assim, o sistema policial perpetuava a manutenção das desigualdades socioeconômicas e jurídicas da época.

Em 1822, a independência do Brasil foi proclamada atribuindo ao novo país um legado constituído por uma confluência perversa de fatores que em nada auxiliava o desenvolvimento social e econômico do novo país.

Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista (CARVALHO, 2002, p. 17-18).

A independência não introduziu mudanças radicais na vida das pessoas. O conhecimento do evento político levou cerca de três meses para chegar às capitais provinciais mais distantes e, no interior, ainda mais tarde. Não havia preocupação com a divulgação do fato nem com a informação da população (CARVALHO, 2002, p. 17-18).

Naquele momento, o Brasil tinha, aproximadamente, cinco milhões de habitantes, sendo oitocentos mil índios, um milhão de escravos e o restante de brancos e mestiços. A população indígena era apenas 20% do total encontrado pelos portugueses no descobrimento. Quanto aos escravos, da segunda metade do século XVI até esta época já haviam sido traficados cerca de três milhões (CARVALHO, 2002, p. 17-18).

A escravidão era uma endemia no Brasil. Sem direito à cidadania, os negros eram propriedades equiparadas aos animais, não amparados por direitos básicos, que podiam ser comercializados, torturados e até assassinados por seus proprietários.

Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo (CARVALHO, 2002, p. 20).

Para manter a obediência e a submissão do escravo, os senhores recorriam aos mais variados castigos.

Os mais usados eram a palmatória, o tronco, os vários tipos de chicotes e açoites. [...] Tão frequente quanto o açoite ou a palmatória era o tronco que imobilizava o escravo. Argolas presas ao pescoço: gargalheiras ou golinhas, ou aos pés e mãos: peias e algemas e anjinhos (como se chamavam as argolas de ferro que comprimiam os dedos num arrocho progressivo) foram empregados com frequência até meados do século. Seu uso decresceu a partir dessa época. Até então eram também comuns máscaras de latão ou folha de flandres que os escravos dados ao vício de bebida ou hábito de comer terra (consequência de verminose) eram obrigados a usar. Na história das senzalas há muitos casos de mortes e deformações por excesso de castigos e espancamentos (COSTA, 1999, p. 292-293).

Tamanha truculência era combatida com diferentes estratégias que passavam pelas fugas, pela lentidão no trabalho, pelos cânticos, pelos jogos de capoeira, pelo ingresso nos quilombos e, mais raramente, pelas revoltas coletivas. A assimetria do combate não reduzia a resistência dos escravos demonstrando que o poder e a resistência se complementam através das interações sociais (FOUCAULT, 1975).

Em 1824, dois anos após a Proclamação da Independência, foi outorgada a primeira constituição nacional com dois objetivos inextrincáveis: a segurança interna e a defesa nacional. Através das normas jurídicas buscava-se a manutenção da integridade territorial do Brasil – movimento contrário ao ocorrido na América Espanhola – e a sustentação do governo monárquico e hereditário.

Uma consequência disso foi a ascensão das questões da segurança pública ao texto constitucional. Anteriormente, todas as determinações desta área eram feitas através de alvarás. Era sabido que sem apoio das elites, sem a contenção das revoltas dos escravos e demais levantes internos, a unidade territorial não se manteria e tampouco o Império.

O texto da constituição e as medidas adotadas na área de segurança pública urdiram a ambiência necessária aos interesses imperiais. Num esforço de estruturação legal e administrativa, foram editados o Código Criminal, em 1830, e o Código de Processo Criminal, em 1832.

Esses documentos foram influenciados pela obra de Beccaria, “Dos Delitos e das Penas”, considerada um marco na humanização do processo criminal. A partir dessa estruturação, os crimes deixaram de ser entendidos como ofensas ao soberano e passaram a constituir uma infração à regra penal e aquele que os praticava rompia com o pacto social. Para cada delito havia uma penalidade que deveria prescindir da punição sobre o corpo físico do preso e enfatizar as sanções sobre o corpo político do mesmo (FOUCAULT, 1975).

Em decorrência da normatização jurídica do país, grandes reformas foram feitas na área de segurança pública. No que tange à polícia, em 1831, foi criada a Guarda Nacional com o objetivo de substituir as ordenanças e as milícias municipais.

Com a criação da Guarda Nacional, foram extintos os antigos corpos auxiliares das Milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais, passando ela a efetuar, em seu lugar, o serviço da manutenção da ordem interna. Tornou-se a principal força auxiliar durante a Menoridade e início do Segundo Reinado, e o elemento básico na manutenção da integridade nacional (CASTRO, 1995, p. 276).

Ao longo dessa década e dos anos 1840 foram criados e reestruturados, por diversas vezes, os corpos policiais civis e militares das províncias. As novas

corporações municipais possuíam remuneração e efetivo fixados pelas câmaras locais. Essas corporações tinham como objetivo o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo em seus territórios (MIR, 2004, p.418).

A Guarda Nacional, que também se ocupava da segurança pública foi reformada em 1850 e a escolha dos oficiais deixou de ser feita através de eleições. Segundo Moura (1999)

Cada vez mais sua personalidade se aristocratiza, insinuando feições e gestos de “milícia eleiçoeira”, voltando as costas para o povo. Suas regras de acesso aos postos de comando eludiram-se totalmente ao sistema eletivo, urdindo-se conchavos com autoridades, que passaram a nomear oficiais inferiores e subalternos. O pagamento do imposto do selo e emolumento das patentes de oficiais guardas nacionais tornou-se fonte de renda para a Guarda Nacional. Conforme gradualmente o sistema eletivo era suprimido, dava lugar à compra de patente de oficiais (MOURA, 1999, p. 40).

Mais de meio século se passara desde o fim do período Colonial e a despeito de todas as reformas feitas nos corpos policiais, da evolução do sistema judiciário e do texto constitucional, a segurança pública atuava, exclusivamente, como elemento de controle e repressão às camadas pobres da população.

Após meados do século, a classe inferior urbana não-escrava cresceu, tanto em termos absolutos quanto proporcionalmente ao declínio da escravidão. Era grande a diversidade interna e a complexidade étnica dos não-escravos, e, embora a maioria fosse negra ou mulata, uma parcela cada vez maior se constituía de imigrantes portugueses. O que eles tinham em comum aos olhos da elite eram os atributos negativos: não possuíam riqueza, nem status, nem poder. Quando qualquer dessas pessoas, escravo ou livre, quebrava as regras do comportamento público aceitável, podia esperar o confronto com as instituições de repressão que a elite criara para mantê-las dentro de determinados limites (HOLLOWAY, 1997, p. 24-25).

No Rio de Janeiro, a agressão física continuou fazendo parte do arsenal de técnicas usadas para manter o comportamento da população dentro de certos limites e para infundir o terror. A violência policial não era apenas um remanescente de outras épocas, ela parecia estar incorporada nas estruturas regulamentadas da repressão. A prática de açoitar os escravos em público foi moderada, mas persistiu por muito tempo. Mesmo depois que a brutalidade pública deixou de ser

formalmente aprovada, a polícia continuou a espancar pessoas no ato da prisão (HOLLOWAY, 1997, p. 257).

O analfabetismo, que alcançava quase totalidade da população na época, não impedia o posicionamento popular diante das ações das elites e do governo. Durante todo o Império, as revoltas populares foram numerosas e com cunho político.

Em janeiro de 1822, 8 mil pessoas assinaram o manifesto contra o regresso de D. Pedro a Portugal. Para uma cidade de cerca de 150 mil habitantes, dos quais grande parte era analfabeta, o número é impressionante. Em 1831, um levante em que se confundiram militares, povo e deputados reuniu 4 mil pessoas no Campo de Sant' Ana, forçou D. Pedro I a renunciar e aclamou seu filho, uma criança de cinco anos, como sucessor (CARVALHO, 2002, p. 67-68).

As manifestações não se restringiam à capital, encontravam-se pulverizadas por todo o Brasil. Entre 1835 e 1845, a província do Rio Grande do Sul enfrentou a devastadora guerra civil dos Farrapos. Entre 1837 e 1848, o Norte e o Nordeste viveram a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem e a Revolução Praieira. Em 1842, irromperam revoluções em Minas Gerais e em São Paulo. Todos esses movimentos revolucionários eram indicadores das resistências que o governo imperial tinha que enfrentar para estabelecer a sua hegemonia (COSTA, 1999, p. 156).

Em 1851 e 1852, por exemplo, várias províncias se rebelaram contra uma lei que instituíra o registro civil de nascimentos e óbitos, função até então desempenhada pela Igreja. Essas ações representavam uma tendência do Estado moderno, iniciada no século XVIII na Europa e chegada tardiamente ao Brasil, que buscava a objetividade e adotava o conhecimento da população e seus fenômenos como ferramenta relevante na arte de governar (CARVALHO, 2002).

Esse conhecimento das coisas que constituem o Estado era fundamental para o desenvolvimento e a otimização das forças do próprio Estado e erigiam um novo elemento da governamentalidade: a população (FOUCAULT, 2008, p. 365).

Ou seja, a população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida. [...] a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século

XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (FOUCAULT, 2008, p. 140-141)

A governamentalidade surgia, assim como o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica e complexa de poder que tem por alvo principal a população. Esse tipo de poder, chamado por Foucault de biopoder, trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, o desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Dentre os saberes e técnicas surgidos neste período encontra-se a Estatística, ciência que permitia aos governos avaliar a dimensão de suas forças, conhecimento essencial ao bom governo.

Assim, o governo não poderia limitar-se apenas à aplicação dos princípios gerais de razão, de sabedoria e de prudência. É necessário um saber: saber concreto, preciso e proporcional à potência do Estado. A arte de governar, característica da razão de Estado, está intimamente ligada ao desenvolvimento do que denominamos estatística ou aritmética política, ou seja, ao conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados. Tal conhecimento era indispensável ao bom governo (FOUCAULT, 2004, p. 135-136).

Sob essa ambiência, a segurança pública iniciou seu processo de modernização e adotou a estatística como ferramenta de gestão da informação criminal da corte.

[...] as instituições de repressão do Rio de Janeiro foram modernizadas e padronizadas tanto nas ruas quanto nos escritórios, na medida em que os escrivães começaram a ser mais cuidadosos no tocante ao cadastramento e à compilação de registros estatísticos, o que é a marca do moderno Estado burocrático. O chefe de polícia relatou orgulhosamente que, após a reorganização promovida em abril em 1856, a manutenção dos registros melhorara, tendo o número de documentos produzidos pela Secretaria de Polícia passado de 52.066 em 1857 para 98.527 em 1860 e para 107.254 em 1862. [...] Os agentes da repressão poderiam ver os resultados dessas mudanças refletirem-se na proliferação dos registros estatísticos do sistema, de modo que eles e seus superiores da elite política tinham razão para congratular-se. (HOLLOWAY, 1997, p. 194)

As tentativas de modernização se expandiram para diversos setores da vida pública brasileira, mas aquelas que atingiam o cotidiano das pessoas encontravam grande resistência. Em 1862, o governo editou uma lei para unificar o sistema métrico no Brasil e instituiu o sistema decimal de pesos e medidas. A população revoltou-se duramente e teve início no Rio de Janeiro, a manifestação que ficou conhecida como “Quebra-Quilos”.

Nos anos seguintes o que se viu foi um aumento progressivo da resistência e um refinamento nos métodos de controle social tal que em agosto de 1878, foi editado o Decreto nº 7.001 cujo objetivo era regulamentar as estatísticas policiais e judiciárias (criminal, civil, comercial e penitenciária) da Corte e das províncias (BRASIL, 1878).

Esse decreto possuía dezenas de páginas e definia cinquenta e nove modelos de formulários com as informações criminais, as instâncias que deveriam fornecê-las bem como os prazos para cada tarefa. Dessa forma, o Decreto definia o ciclo informacional da segurança pública com o objetivo de prover o governo imperial de dados sobre “o estado moral da população e a administração da justiça” (BRASIL, 1878). Através do tratamento estatístico da população, essas informações embasavam o controle social através da gestão e monitoramento de políticas públicas.

Especialmente na Corte, essa estrutura burocrática adicionada à complexa rede de corpos policiais reforçava o caráter coercitivo da segurança pública da época.

A repressão era organizada, regulada (isto é, podia ser intensificada ou abrandada conforme as circunstâncias) por meio de mecanismos institucionalizados com precedentes históricos, fundamentos legais, legitimidade entre a elite e uma justificativa ideológica explícita. Era ostensiva, preventiva (no sentido de antecipar e eliminar o problema ou cortá-lo pela raiz) e física (no sentido de ser uma presença visível, tanto pelo uso de uniforme e armas, como de métodos de controle – intimidação, espancamento, açoite, encarceramento). (HOLLOWAY, 1997, p. 253)

O final do século XIX foi marcado por grandes transformações no Brasil. No âmbito econômico e social tem-se, em 1888, a abolição da escravidão com a consequente formação de um mercado de trabalho livre. No plano político, em 1889, abandona-se o regime monárquico e é proclamada a república. Tantas mudanças

fizeram com que a Constituição de 1824 se tornasse incompatível com a realidade nacional da época.

Por isso, foi promulgada, em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana do Brasil. Nela os direitos do cidadão saíram das “Disposições Gerais” e ganharam destaque na seção “Declaração de Direito” dentro do Título IV, “Dos Cidadãos Brasileiros” (BRASIL, 1891).

Nesse estado que se denominava laico e “livre”, o conceito de cidadania foi, teoricamente, ampliado através do reconhecimento legal dos direitos à expressão, à liberdade de credo, culto, de ir-e-vir, à inviolabilidade do lar, à propriedade, à inviolabilidade das correspondências, a inventos e descobertas, a obras literárias e artísticas, à propriedade das marcas, à livre associação sem o uso de armas de fogo, ao exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial, à educação e à igualdade perante a lei (BRASIL, 1891).

Sob o ponto de vista das garantias individuais destacavam-se a extinção das penas de morte, de banimento e a institucionalização do *habeas corpus*. Por outro lado, foi instituído o estado de sítio que permitia a suspensão de todos os direitos como medida de repressão. O reconhecimento desses direitos permaneceu exclusivamente no papel e o segmento da população mais afetado foi o dos escravos.

Muitos libertos e seus descendentes, sem alternativas no mercado de trabalho, viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, para as quais exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não remunerado. Outros se aglomeraram nas cidades ocupando as funções menos qualificadas nas fábricas que surgiam ou vivendo de pequenos serviços informais, enquanto seus antigos postos de trabalho nas fazendas eram ocupados por imigrantes estrangeiros (CARVALHO, 2002, p. 62).

No Rio de Janeiro, boa parte deles residia no centro da cidade em cortiços ou “cabeças de porco”, moradias com altíssima densidade domiciliar.

O período 1890-1906 corresponde à emergência da crise de moradia, quando a população do Rio de Janeiro cresce à taxa geométrica anual de 2,84%, enquanto as construções prediais expandem-se 3,4% e os domicílios, apenas 1%. O resultado do descompasso entre construções e crescimento populacional reflete-se no aumento da densidade domiciliar, que passa de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia (RIBEIRO, 1997, p. 173).

Os cortiços eram considerados um entrave ao desenvolvimento da cidade e núcleo de seus maiores problemas. O médico Carlos Frederico Azevedo sintetizava a visão social de um cortiço como

um vulcão prompto a fazer a sua erupção, logo que se apresentem condições favoráveis. Não é necessário um profundo estudo para reconhecer que essas immundas habitações encerram em si germens de molestias que podem tomar o caractere epidemico. A historia das epidemias no nosso paiz mostra que todos os annos, na intensidade do calor, molestias infecciosas desenvolvem-se tendo por ponto de partida essas estalagens habitadas pelas classes menos favorecidas da fortuna (AZEVEDO, 1886, p. 10).

No decorrer das reformas urbanísticas realizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Pereira Passos, esses imóveis foram demolidos e parte desses moradores migrou para as encostas do centro da cidade dando origem às favelas (ABREU, 1994; CHALHOUB, 1996; VALLADARES, 2005).

Durante a destruição do maior cortiço do Rio de Janeiro, o “Cabeça de Porco”, o prefeito havia permitido a retirada de madeiras que poderiam ser reaproveitadas em outras construções. Alguns moradores teriam então subido o morro por detrás da estalagem e começado a construir suas casas. Por coincidência, uma das proprietárias do “Cabeça de Porco” possuía lotes naquelas encostas, podendo, assim, manter alguns de seus inquilinos (CHALHOUB, 1996, p. 17).

Os problemas das moradias populares teriam assim se transferido dos cortiços para as favelas. Lá, as condições eram precaríssimas. O engenheiro Backheuser, contratado para avaliar a situação urbanística do Rio de Janeiro, na época, assim as descrevia.

O morro da Favella é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. Imagine-se, de facto, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-setáboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de materiais presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pállidaidéa do que

sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comesinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quasi absoluta, mesmo para beber e cosinhar (BACKHEUSER, 1906, p. 111).

O engenheiro expunha, também em seu relatório, os possíveis motivos que levavam as pessoas a habitar locais tão desprovidos de infraestrutura.

Para alli vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete. Os casebres espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espaçam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quaes se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difícil accesso à chapada do morro.[...] Alli não moram apenas os desordeiros e os facinoras como a legenda (que já tem a Favela) espalhou; alli moram também operários laboriosos que a falta ou a carestia dos comodos atira para esses logares altos, onde se gosa de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação (BACKHEUSER, 1906, p. 111).

A favela já não era moradia exclusiva de negros e ex-escravos; abrigava também operários e subempregados de etnias diversas que buscavam nos centros urbanos melhores oportunidades. Naquela época, primeira década do século XX, a favela já se caracterizava como um território estigmatizado socialmente e com uma débil presença do Estado.

A precariedade das condições de trabalho e de vida desse grupo e dos trabalhadores em geral, associada às arbitrariedades do governo, geravam revoltas constantes. Os frequentes confrontos tornavam-se mais violentos pelo despreparo das forças de segurança. A truculência do capataz para com o escravo, agora se manifestava na relação entre a polícia e os pobres. Mendes (2007) esclarece que

Não havia interesse por parte das oligarquias que as forças de segurança pública crescessem em efetivo, desenvolvessem em qualidade ou que seus responsáveis fossem dotados de maior senso crítico e poder de decisão. O interessante é que seus comandantes mantivessem fidelidade àqueles que os nomearam e os apoiassem em seus interesses e decisões, o que não raro, resultava em perda ou violência contra aqueles que se opunham aos detentores do poder local (MENDES, 2007, p. 82).

Portanto, complementa o autor,

o ranço da “cultura escravocrata” e discriminadora, a idéia das “classes perigosas” frente aos movimentos sociais que se desenvolviam no fim do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, além do fato das organizações policiais estarem, quase de contínuo, envolvidas muito mais em ações militares do que policiais, eram elementos que colaboravam para sua rígida militarização e violência nas ações (MENDES, 2007, p. 82).

Como os avanços legais só ocorriam no plano teórico, a segurança pública continuava a ser uma das áreas em que havia o maior distanciamento entre as determinações constitucionais e a vida cotidiana.

A venda de patentes para a Guarda Nacional permanecia em atividade para agradar as oligarquias e fortalecer o coronelismo no Brasil. Esse modelo de policiamento perpetuava as arbitrariedades dos coronéis que mantinham “autênticos exércitos de guarda privados, recrutados entre os sem-terra ou acolhendo criminosos comuns, que encontravam refúgio na grande fazenda.” (FACÓ, 1991, p. 61-62).

Diante da debilidade de distinção entre interesse público e privado, a República Velha viveu inúmeros conflitos entre as oligarquias e a população que lutava por direitos e cidadania. A ausência de leis trabalhistas expunham os operários a jornadas de trabalho que chegavam a dezessete horas diárias, sem intervalos. Além disso, não havia repouso semanal remunerado nem férias. As mulheres e as crianças que chegaram a responder por 43% da força de trabalho nas fábricas paulistas, em 1920, tinham remuneração mais baixas e piores condições de trabalho (FAUSTO, 1997, p. 146-149).

Em 1900, apenas um quarto da população era classificada como alfabetizada. Em 1920, a proporção era essencialmente a mesma. O resultado era falta de trabalho qualificado, que reforçava a falta de capital necessário para a operação de uma sociedade industrial mais avançada. Em uma crise como uma greve, os empregadores dependiam do poder do cassetete policial para manter a disciplina dos trabalhadores. O mundo coercitivo da casa-grande da fazenda havia dado lugar ao quase igualmente coercitivo local de trabalho urbano (SKIDMORE, 1998, p. 123).

A fim de prever e conter as manifestações trabalhistas, o governo havia criado, em 1907, no Distrito Federal, o Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil. Esta foi a primeira instituição policial com competência para reprimir

crimes políticos, que à época abarcavam qualquer tipo de desordem pública, inclusive as greves operárias por melhores condições de trabalho e remuneração (SAMET, 1994).

Tinha início o uso oficial da informação na segurança pública representado pelas investigações da polícia política. Estas tinham como objetivo identificar e punir supostos agitadores, bem como sufocar movimentos de qualquer natureza que pudessem ser contrários aos interesses das elites e do governo. A criação de polícias políticas e serviços de informação são características marcantes do paradigma da segurança nacional que utilizava a informação sempre contra o cidadão e a favor dos interesses dos governos.

Seguindo o espírito do tempo, o Governo de São Paulo cria, em dezembro de 1924, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-SP). Esta delegacia tinha como objetivo vigiar os considerados suspeitos de desordem política e/ou social e manter sob controle as ações das classes subalternas.

Como instrumento estatal de repressão das massas, as DOPSs fichavam e reprimiam suspeitos reais ou potenciais. Nas décadas de 1920 e 1930, vários estados criaram delegacias com nome e propósito idênticos: “organizar cadastro dos elementos que se orientem por credos e ideologias contrárias ao regime democrático, ou contrárias à ordem social vigente, inclusive com um índice para buscas de urgência.” (SILVA, 1955, p. 239).

Um intrincado conjunto de fatores políticos, com participação civil e militar de diferentes tendências, submeteu o país a um estado de sítio, que vigorou de 1922 a 1926, e culminou com a Revolução de 1930. Neste episódio, as forças policiais lutaram ao lado das tropas federais com o objetivo de reprimir as manifestações populares (SILVA, 1955, p. 15).

Após a Revolução, a conjuntura política exigiu um controle mais efetivo sobre os corpos policiais dos estados, por isso, foram criadas as Secretarias de Segurança Pública com o objetivo de dirigir os corpos policiais estaduais (PATTO, 1999, p.172).

A Velha República foi pródiga na criação de órgãos de inteligência e polícia política e o ritmo centralizador e autoritário permaneceu nos anos posteriores. Getúlio criou em janeiro de 1933 mais um órgão de polícia política, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). A DESPS tinha como objetivo o controle e a coerção social. Seus agentes investigavam e coíbiavam comportamentos políticos que pudessem comprometer a ordem e a segurança pública. Dentre suas

atribuições estavam examinar publicações nacionais e estrangeiras e manter dossiês de todas as organizações políticas e indivíduos considerados suspeitos.

A Constituição de 1934, em seu Artigo 167, definia as polícias militares como reservas do Exército e gozando das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União. Ao visar a um controle mais efetivo sobre os corpos estaduais, essa medida imprimiu nos mesmos a marca indelével da militarização que gera situações conflitivas até os dias atuais. Aos profissionais dedicados à segurança pública (prevenção e repressão ao crime) eram oferecidos a mesma formação e o mesmo armamento daqueles que se dedicam à defesa externa (combate ao inimigo da pátria).

Em 1935, eclodiu a Intentona Comunista que, segundo o governo da época, motivou a promulgação da Lei de Segurança Nacional, no mesmo ano, e a criação do Tribunal de Segurança, em 1936. A Lei de Segurança Nacional tratava dos crimes contra a ordem política e social e deslocava para uma jurisdição especial os crimes contra a segurança do Estado, abandonando as garantias constitucionais conferidas aos cidadãos.

Com o início do Estado Novo, um regime ditatorial que se alinhava a vários outros regimes autoritários que se multiplicavam pelo mundo nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, o congresso foi dissolvido e logo depois todos os partidos políticos extintos. Uma nova constituição foi outorgada em 1937 endurecendo o regime ditatorial. O discurso adotado mais uma vez colocava o presidente como o líder que salvaria a pátria de todos os riscos que a rondavam. A exposição de motivos apresentada na introdução do documento elencava os fatores que, supostamente, afligiam à sociedade brasileira e que fizeram imperiosa a necessidade de outorga de uma nova constituição.

A exposição de motivos não deixava dúvidas sobre as intenções do governo; os artigos que a sucediam muito menos. A seção dos direitos e garantias individuais possuía dois artigos que se esmeraram no cerceamento às liberdades. O caput do Artigo 122 afirmava que brasileiros e estrangeiros residentes no país teriam assegurados o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos definidos naquele documento.

Garantia-se o direito à inviolabilidade do lar e da correspondência “salvas as exceções expressas em lei” (BRASIL, 1937). O direito de reunião também era garantido, “as reuniões a céu aberto podem ser submetidas à formalidade de

declaração, podendo ser interditadas em caso de perigo imediato para a segurança pública” (BRASIL, 1937).

A pena de morte era permitida para os crimes de guerra, a espionagem, os homicídios por motivos fúteis e as tentativas de subverter a ordem nacional e os ataques a unidade nacional com ajuda de país estrangeiro (BRASIL, 1937). A liberdade de expressão era garantida “mediante as condições e nos limites prescritos em lei” e o anonimato era proibido (BRASIL, 1937).

A prescrição de direitos também estava prevista na Constituição de 1937. A liberdade de imprensa era um desses direitos. O governo oficializava a censura da imprensa, do teatro, do cinema, da radiodifusão, dos jornais, revistas, livros e outras publicações impressas. A imprensa ganhou legislação especial e a Constituição determinava que nenhum jornal poderia recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei.

O encerramento da seção “Dos Direitos e Garantias Individuais” alertava que

O uso desses direitos e garantias terá por limite o bem público, as necessidades da defesa, do bem-estar, da paz e da ordem coletiva, bem como as exigências da segurança da Nação e do Estado em nome dela constituído e organizado nesta Constituição (BRASIL, 1937, Art. 123).

Em seu Artigo 162, a Constituição de 1937 criava o Conselho de Segurança Nacional (CSN) atribuindo-lhe responsabilidade sobre todas as questões relativas à segurança nacional. O Conselho de Segurança Nacional era presidido pelo Presidente da República e constituído pelos Ministros de Estado e pelos Chefes de Estado-Maior do Exército e da Marinha (BRASIL, 1937).

Como reforço às medidas restritivas impostas pela constituição foi criado, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Suas funções se desdobravam sobre o guarda-chuva do controle da informação em nível nacional. O foco do Departamento era a centralização da produção e distribuição das informações do/sobre o Brasil no país e no exterior.

No documento que lhe deu origem, o objetivo geral do DIP era “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional” (BRASIL, 1939). Para isso, dispunha de uma estrutura composta por cinco divisões -

Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa – dedicada aos setores considerados estratégicos para a propagação do ideário do Estado Novo.

À Divisão de Divulgação competia, dentre outras atividades, elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime; interditar livros e publicações; combater por todos os meios a penetração ou disseminação de qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional; fornecer aos estrangeiros e brasileiros uma concepção mais perfeita dos acontecimentos (BRASIL, 1939).

A Divisão de Rádio-Difusão era responsável pela censura prévia de programas radiofônicos além de produzir o programa “Hora do Brasil” (BRASIL, 1939). Esse programa era irradiado em cadeia nacional, diariamente, das 20h às 21h, com retransmissão obrigatória por todas as rádios do país. O governo acreditava que a unificação das informações sobre o país estimulava/simulava a integração nacional, por isso “A Hora do Brasil” levava “a todos os pontos do Brasil a certeza de nossa unidade social e política” (SILVEIRA, 1942, p. 146).

A Divisão de Cinema e Teatro se encarregava de censurar os filmes, fornecendo certificado de aprovação após sua projeção perante os censores da Divisão; censurar previamente e autorizar ou interditar peças teatrais, representações de variedades, execuções de bailados, pantomimas e peças declamatórias, apresentações de préstitos, grupos, cordões, ranchos e estandartes carnavalescos. Censurava também funções recreativas e esportivas de qualquer natureza (BRASIL, 1939).

A Divisão de Turismo se responsabilizava pela direção e coordenação de todas as ações de turismo que envolviam a produção e a divulgação de informações turísticas, o estímulo ao turismo interno; a vigilância e o controle sobre todas as organizações ligadas ao turismo; a promoção de facilidades aduaneiras e expedição de passaportes. Por fim, a Divisão de Imprensa cuidava diretamente da censura à imprensa e da autorização prévia de circulação de publicações periódicas (BRASIL, 1939).

Externamente, os poderes do DIP envolviam o fornecimento e controle de informações do/sobre o Brasil para a imprensa estrangeira a fim de “evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país” (BRASIL, 1939).

Três dias após a criação do DIP foi publicado o Decreto-Lei 1.949/1939, que criava o Conselho Nacional de Imprensa, órgão subalterno ao DIP, responsável pelo

registro obrigatório de todas as empresas de publicidade, oficinas gráficas e correspondentes estrangeiros residentes no Brasil ou em trânsito (BRASIL, 1939a).

Neste período, nenhuma notícia poderia ser enviada ao exterior sem o devido fornecimento de cópia ao DIP. Os jornais nacionais deveriam informar ao DIP o nome, a idade e domicílio de seus profissionais e proprietários bem como os dados da gráfica onde o jornal seria impresso.

O rádio, que na década de 1930, começava a se popularizar foi apropriado pelo governo e transformou-se em potente vetor de difusão de ideias e mobilização social em torno dos interesses do regime. A estratégia de dominação político-cultural arquitetada pelo governo estruturou-se em vários níveis desde a concessão de licença de funcionamento para as rádios até a censura de conteúdos, passando pelo registro dos profissionais.

As relações de trabalho de todos os artistas passaram a ser controladas pelo DIP. Os músicos, os atores e seus respectivos contratos de trabalho precisavam ser registrados no Departamento e os direitos autorais decorrentes, por ele arrecadado.

Nos meios de comunicação de massa não cabia mais o sambista malandro, mas o profissional da música, que revelava o bom, o belo, o pitoresco do Brasil; garantindo-se também a disciplina do mercado de trabalho (KRAUSHE, 1986, p. 57).

A música veiculada nas rádios seguia a cartilha estadonovista que determinava o culto ao trabalho e a visão ufanista do país. O samba e a marcha, ritmos mais populares, foram adotados pelo regime como forma de doutrinação das classes mais baixas e incorporaram à cultura popular os conteúdos ideológicos do regime (VELLOSO, 1998, p. 113). Os sambistas eram vigiados e cooptados para produzirem músicas que conformassem a sociedade disciplinar pretendida pelo Estado Novo.

A massiva divulgação de sambas-exaltação como “Aquarela do Brasil”¹⁰ e “Onde o Céu é Mais Azul”¹¹ destacavam as belezas naturais de um Brasil, fictício, cuja sociedade era integrada, harmônica e feliz.

As marchas, com suas letras igualmente censuradas/trabalhadas pelo DIP tentavam criar um perfil identitário de um trabalhador dócil e submisso à dominação

¹⁰ Música de Ary Barroso considerada o primeiro samba-exaltação, lançada em 1937.

¹¹ Música de Alcir Pires Vermelho, Alberto Ribeiro e Braguinha lançada em 1941.

capitalista. Ficou célebre o caso da marcha “O Bonde de São Januário”¹², cuja letra original dizia “O Bonde São Januário/Leva mais um otário/que vai indo trabalhar” e foi alterada para “O Bonde São Januário/Leva mais um operário/Sou eu que vou trabalhar” (MATOS, 1982, p.40).

O cinema foi igualmente apropriado pelo discurso estadonovista. Em 1936, doze anos após a criação do Instituto LUCE (União Cinematográfica Educativa) por Mussolini, Vargas inaugura o INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), com o objetivo de “orientar a utilização da cinematografia na obra de educação nacional”.

O Governo Vargas¹³ via o cinema como mais uma forma de agenciamento doutrinário e afirmava que o mesmo era um

elemento de cultura que influía diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, apurando as qualidades de observação, aumentando os cabedais científicos e divulgando conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam (ROSA, 2007, p. 1).

Assim, a partir da década de 1930, o Governo Vargas com o uso das tecnologias de informação e comunicação potencializou a difusão de seu projeto político-pedagógico e buscou legitimar a vigência do Estado Novo. As produções informacionais/culturais tornaram-se aliadas no processo de adequação dos brasileiros às demandas das novas formas de produção econômica. O poder disciplinar tornou-se a principal técnica de gestão do povo brasileiro, buscando sujeitar todos e cada um a procedimentos normalizadores com o objetivo de adestrá-los, otimizando seus desempenhos.

Os esforços informacionais do Estado Novo não se restringiam à área cultural. Em 1944, foi criada a Divisão de Polícia Política e Social (DOPS), vinculada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). A DOPS criou rotinas padronizadas de investigação e teceu uma rede de alcance internacional com as DOPSS estaduais, as Secretárias de Segurança estaduais, os Serviços de Informações e as polícias políticas de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos (CARNEIRO, 1999, p. 328).

¹² Música de Wilson Batista e Ataulfo Alves lançada em 1941.

¹³ A expressão “Governo Vargas” é tomada como a pontualização, no sentido adotado na Teoria Ator-Rede, de uma rede de elementos heterogêneos que, agindo como um bloco, se justapõem atrás de um ator “apagando” a sua complexidade (LAW, 1992, p. 5).

O empreendimento da Era Vargas rendeu bons frutos para os seus promotores; mesmo deposto, Vargas conseguiu não só eleger seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, como sucedê-lo em 1951.

Após a morte de Vargas ocorreram sucessivos golpes e contra-golpes até que Juscelino Kubitschek tomou posse, em 1956, e sem recorrer a medidas de exceção desenvolveu seu programa de industrialização com capital privado, nacional e estrangeiro. A indústria automobilística tornou-se o ícone do desenvolvimentismo. Os resultados da economia aplacavam os ânimos.

Os conflitos do último governo Vargas não tinham desaparecido, mas eram amortecidos pelas altas taxas de desenvolvimento econômico, em torno de 7% ao ano, que distribuíam benefícios a todos, operários e patrões, industriais nacionais e estrangeiros. O salário mínimo real atingiu seus índices mais altos até hoje. Os industriais nunca tinham tido incentivos tão generosos (CARVALHO, 2002, p. 133).

Seguindo a doutrina da Segurança Nacional, Juscelino pôs em funcionamento o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), vinculado ao Conselho de Segurança Nacional. Em paralelo, era mantido o status das polícias militares como forças auxiliares do Exército. Contudo, a Polícia Militar treinada para defender a segurança interna, não possuía experiência para lidar com a segurança pública que começava a ter fortes demandas em função do surgimento dos bolsões de pobreza e as desigualdades decorrentes.

Em março de 1964, ocorre o golpe militar que depôs o Presidente João Goulart e instaura-se a ditadura militar no Brasil. As polícias militares participaram ativamente dos distúrbios que envolveram o episódio e, em ambos os lados, como afirma Borges Filho.

Tanto para o dispositivo militar de João Goulart, que contava com a lealdade das polícias estaduais de governadores simpáticos ao governo federal, quanto para o esquema golpista, as PPMM eram peças fundamentais no quadro conspiratório (BORGES FILHO, 1994, p. 67).

Por todo o período ditatorial, os policiais militares atuaram em diversos órgãos de repressão e inteligência criados após o golpe militar, inclusive no Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão subordinado diretamente ao Presidente da República que, segundo Golbery do Couto e Silva, foi criado porque “o novo governo

sentia-se desamparado de um sistema de coleta de informações seguras e, sobretudo, queria implantar um serviço que estivesse em conformidade com a doutrina da segurança nacional.” (FICO, 2001, p. 40).

A partir de 1970, o SNI passa a integrar o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Este sistema dividiu o Brasil em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI), cada uma sob a responsabilidade do comandante do exército da área. Em cada área havia um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações e Informações (DOI). Os CONDI eram órgãos de assessoramento ao comandante das ZDIs.

Os CODIs tinham como atribuição o planejamento, coordenação e controle das medidas de defesa interna, além da promoção da articulação de todos os escalões envolvidos no sistema de segurança. E os DOIs eram os órgãos de intervenção vinculados aos CODIs, seus membros eram militares das três Forças, policiais civis e militares especializados em operações externas e interrogatórios. Suas ações consistiam, basicamente, em realizar batidas em locais de ação dos grupos de esquerda, prender suspeitos e fazer interrogatórios. A tortura era institucionalizada.

A campanha de repressão consistia não só na institucionalização da tortura, como na técnica de interrogatório e controle político, no desenvolvimento de programas de pacificação e blitz, e na implantação de uma vasta rede policial para levar a cabo os programas do Aparato Repressivo (ALVES, 2005, p. 193).

A Arquidiocese de São Paulo (1985) reitera e amplia a afirmação de Alves ao publicar em Brasil Nunca Mais que

essa prática constituiu o núcleo do sistema repressivo: de uma ação arbitrária por parte de alguns interrogadores, transformou-se em método científico, criteriosamente planejado, com a finalidade de obter informações sobre atividades e/ou indivíduos considerados inimigos internos da nação (IGREJA CATÓLICA, 1985, p. 32).

Durante todo o restante do período da ditadura militar, as polícias militares continuaram submetidas ao poder do Exército e o Paradigma da Segurança Nacional foi mantido como política de segurança pública.

A abertura política teve início no final da década de 1970 e seu grande marco foi a promulgação da Constituição de 1988. A nova Constituição, entretanto, não

reformulou os vínculos entre as polícias e demais instituições de segurança. Com isso, não ocorreu uma adequação destas instituições aos tempos democráticos que se avizinhavam. As polícias mantiveram suas estruturas e cultura organizacionais adquiridas no período autoritário (SOARES, 2007, p. 3).

Alteração significativa ocorreu na ampliação dos agentes sociais da segurança pública que passou a envolver o cidadão, além das tradicionais forças públicas de segurança estaduais e federais. A ausência de instituições governamentais envolvidas na prevenção à violência demonstra que a concepção de segurança adotada pela constituição segue o paradigma da segurança pública.

Outra característica relevante desse paradigma é o enfoque dado à violência que passa da ameaça aos interesses nacionais para a ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio. A informação, por sua vez, atua em favor do Estado ou do cidadão seguindo as determinações legais e os sistemas de informação perdem o foco repressivo e voltam-se para as questões gerenciais.

A Constituição de 1988, ao abandonar o paradigma da segurança nacional e optar pela segurança pública, fez evoluir a questão da segurança ao defini-la como um serviço prestado pelo Estado aos cidadãos com o objetivo de manter a paz social e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988).

A partir desse marco legal, novas experiências surgiram na área de segurança pública algumas, inclusive, já alinhadas ao paradigma da segurança cidadã.

No Rio de Janeiro, no início dos anos 1990, o comandante da Polícia Militar, Coronel Nazareth Cerqueira, defendia a modernização da polícia e a mudança de mentalidade da corporação. Segundo ele, a noção de polícia-força deveria ser substituída pela idéia de polícia-serviço, ou seja, a corporação deveria se perceber como um serviço público a ser prestado continuamente para todos os segmentos da população e não como uma força de repressão em momentos críticos (NOBRE, 2008, p.88).

Sob essa perspectiva, foi implantado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1991, o Grupamento de Aplicação Prático-Escolar (GAPE). Suas ações consistiam em policiamento permanente em favelas com um efetivo constituído, essencialmente, por recrutas formados dentro da filosofia da segurança cidadã.

A Polícia Militar entendeu à época que a falta de experiência dos recrutas seria menos prejudicial do que a cultura de truculência entranhada na Polícia Militar. O perfil dos novos policiais permitiria um contato mais próximo com os moradores favorecendo a implantação de parcerias entre a polícia e a comunidade em prol da segurança local. Além das vantagens futuras, o policiamento comunitário representava o fim, temporário, do flagelo que sempre representou as incursões bélicas nas favelas (NOBRE, 2008, p.88).

Durante essas incursões, o poder público promovia a suspensão dos direitos, da lei e da ordem constitucionais e estabelecia outro quadro normativo. As favelas eram transformadas em um espaço fora do domínio jurídico e ao mesmo tempo nele contido, ou seja, um estado de exceção era implantado.

A exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão (AGAMBEN, 2007, p. 25).

O projeto piloto do GAPE foi realizado no Morro da Providência, o ex-Morro da Favela, que já preocupava urbanistas e sanitaristas no início do século XX. Avaliando a sua curta trajetória, o GAPE foi um projeto altamente inovador tendo em vista o histórico de violência e afastamento do Estado em relação às classes populares. No entanto, a falta de apoio institucional e político impediu que o projeto ganhasse escala e sustentabilidade (MISSE, 2012).

Em 1999, no início do Governo Garotinho, a Polícia Militar desenvolveu uma intervenção policial denominada Mutirão da Paz, no Pereirão, favela localizada no bairro de Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro. A escolha foi movida pela necessidade de instalar o Batalhão de Operações Especiais, da Polícia Militar, (BOPE) em terreno contíguo à comunidade.

O Mutirão da Paz consistia na ocupação policial permanente da favela e, posterior, desenvolvimento de ações integradas envolvendo órgãos municipais e estaduais, a Associação de Moradores de Laranjeiras e a organização não-governamental Viva Rio. O Mutirão durou dez meses e serviu de base para o

desenvolvimento de outros projetos de segurança pública baseados na filosofia do policiamento comunitário.

Na década seguinte, o Brasil passou a estruturar políticas nacionais para a área de segurança pública. A primeira delas foi o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), lançado em 2000, cujo objetivo era

[...] aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro, por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro. [...] Nesse sentido, é importante ressaltar que a ênfase em alguns compromissos de segurança propriamente ditos, não reduz a importância dos compromissos relativos a Políticas Sociais e Ações Comunitárias que estarão perpassando todo o conjunto de ações e propostas deste documento, em face de sua importância para que, de fato, um novo patamar de segurança pública para o País seja alcançado (BRASIL, 2001, p. 4).

O PNSP era composto por quinze compromissos cujo cumprimento seria alcançado através do desenvolvimento de cento e vinte e quatro ações que objetivavam, dentre outras:

- o controle da delinquência – combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, promoção do desarmamento e controle de armas, redução das violências urbana e rural, aumento da repressão ao roubo de cargas, inibição à ação de gangues e combate à desordem social, eliminação de chacinas e execuções sumárias;
- a cultura cidadã – regulamentar a mídia através de campanhas e diálogo com as emissoras, no sentido de estimular a promoção de valores éticos e a formação de uma cultura de paz, em detrimento de mensagens estimuladoras de violência; intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos;
- a capacitação e infraestrutura dos órgãos de segurança pública – capacitação dos profissionais, reaparelhamento das polícias, aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário;
- o desenvolvimento de Recursos de Informação e Comunicação – criação de um sistema nacional de segurança pública a fim de aprimorar o cadastro criminal unificado – INFOSEG; criação do Observatório Nacional de

Segurança Pública, dedicado à identificação e disseminação de experiências bem sucedidas na prevenção e no combate da violência; implementação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública vinculado à ABIN (Agência Brasileira de Inteligência).

Embora demonstrasse abrangência, o PNSP não trouxe inovações para o enfrentamento das mazelas da segurança pública e os resultados não foram proporcionais aos investimentos (IPEA, 2003, p.94).

Soares (2007) detalha as carências do documento base do Plano Nacional de Segurança Pública.

Faltava àquele documento a vertebração de uma política, o que exigiria a identificação de prioridades, uma escala de relevâncias, a identificação de um conjunto de pontos nevralgicos condicionantes dos processos mais significativos, de tal maneira que mudanças incrementais e articuladas ou simultâneas e abruptas pudessem alterar os aspectos-chave, promovendo condições adequadas às transformações estratégicas, orientadas para metas claramente descritas. Isso, entretanto, não se alcança sem uma concepção sistêmica dos problemas, em suas múltiplas dimensões, sociais e institucionais; tampouco se obtém sem um diagnóstico, na ausência do qual também não se viabiliza o estabelecimento de metas e de critérios, métodos e mecanismos de avaliação e monitoramento. O documento apresentado à nação como um plano não atendia aos requisitos mínimos que o tornassem digno daquela designação (SOARES, 2007, p. 83-84).

Baseado nas experiências do GAPE e do Mutirão da Paz, o Rio de Janeiro lançou em setembro de 2000, o GPAE (Grupamento Policial para Áreas Especiais). O GPAE era um projeto de policiamento comunitário que se propunha a resgatar o monopólio da força legítima do Estado, através do policiamento ostensivo em favelas com alto índice de criminalidade. O foco do programa, segundo seu idealizador, era alterar a ineficiente lógica militarista das incursões esporádicas por outra baseada no "policiamento preventivo nos morros, com respeito às comunidades, aos direitos humanos e ao mesmo tempo, com eficiência policial" (SOARES, 2003).

A segurança proporcionada pela ordem pública, assim mantida, criaria condições para a implantação de projetos sociais e a ampliação da infraestrutura urbana local a partir da participação articulada das agências do Estado, da sociedade civil, além da própria comunidade.

A alteração deste paradigma não era missão trivial, dado o conturbado histórico de relacionamento da polícia com as comunidades faveladas. A Polícia Militar há muito resistia à adoção dos princípios do policiamento comunitário e respeito aos direitos humanos em suas ações. Isso se manifestava através da falta de apoio institucional e resistências difusas como visto no caso do GAPE.

O desenvolvimento de uma nova mentalidade e da confiança mútua era buscado, inicialmente, através de cursos e reuniões preparatórias para a implantação do GPAE. Após a implantação eram criados os Conselhos de Entidades e Lideranças Comunitárias, composto por organizações governamentais, como polícia, escola e secretarias de governo, e por entidades não governamentais, como igrejas, associações de moradores e ONGs, com o objetivo de articular e integrar esses diferentes atores em torno das questões da segurança pública local.

O primeiro GPAE foi instalado no conjunto de favelas do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, em setembro de 2000, sob coordenação do Coronel Carballo, que já havia atuado no Mutirão da Paz. Nos dois anos em que o GPAE atuou, houve redução sensível da criminalidade local e os investimentos sociais do Estado e de empresas particulares começaram a surgir. Esse experimento foi objeto de documentários e matérias, nacionais e internacionais (SOARES, 2003).

A partir de 2002, a experiência começou a ser replicada em outras localidades como resposta para problemas de violência das chamadas “áreas especiais”. No mesmo ano, foram fundados os GPAEs do Cavalão, em Niterói, do Complexo Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca, na Tijuca, e na Vila Cruzeiro, na Penha.

O compromisso que norteava as ações dos comandantes dos GPAEs, afirma Soares, era respeitar a lei, o que segundo ele era revolucionário, tendo em vista a realidade da polícia no Estado do Rio de Janeiro.

Quando a polícia respeita seus limites e cumpre sua função de fazer respeitar direitos e liberdades, nós temos uma verdadeira revolução no cotidiano das pessoas. Isso é extraordinariamente importante, apesar de ser trivial. Se você disser pra qualquer pessoa do mundo democrático, isso é óbvio, mas para nós é extraordinário dado que sabemos como a realidade se comporta (SOARES, 2012).

Independente do êxito alcançado, o projeto acabou por falta de apoio do próprio governo, que segundo Soares, não assumiu para si o projeto. Dois fatores decisivos levaram o projeto à ruína: a resistência da polícia à abordagem baseada

nos direitos humanos e no policiamento comunitário e a falta de entendimento real da questão da segurança pública.

Os boicotes da polícia se materializavam, principalmente, através da lotação nos GPAEs de policiais expulsos de outros batalhões. Essa prática minou as estruturas do projeto, pois contrariava a proposta básica que era desenvolver um policiamento comunitário, de proximidade. Tais ações exigiam outro tipo de formação e postura dos policiais daquele batalhão. As sucessivas prisões e afastamentos de policiais dos GPAEs, determinadas por seus próprios comandantes, deu credibilidade ao projeto junto à comunidade, mas acirrou as divergências dentro da corporação.

Sob duras críticas da mídia e troca de acusações entre os gestores e o Governo do Estado, o GPAE foi encerrado sem alcançar plenamente seus objetivos.

Em âmbito nacional, nova tentativa de reorganização da segurança pública foi realizada, em 2003, com a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O SUSP tinha como objetivo articular as ações dos três níveis de governo na área da segurança pública e da Justiça Criminal, através do planejamento e compartilhamento de informações visando uma atuação qualificada, integrada e autônoma.

Essa articulação era feita através de sete eixos estratégicos: a gestão do conhecimento, a reorganização institucional, a formação e valorização profissional, a prevenção, a estruturação da perícia, o controle externo e a participação social e programas de redução da violência.

A partir da experiência do SUSP, foi lançado, em 2002, o Projeto Segurança Pública para o Brasil (PSPB) que tinha como foco a prevenção e a gestão por meio de políticas públicas de segurança que prestigiassem a participação multidisciplinar e interinstitucional. O PSPB envolveu em suas ações setores governamentais não vinculados tradicionalmente à segurança pública, incluindo as universidades, entidades da sociedade civil, movimentos sociais e organizações do terceiro setor (BRASIL, 2009).

Por questões políticas, o Projeto Segurança Pública para o Brasil não teve suas ações plenamente executadas, conforme afirma Soares (2007). Mas, como saldo positivo destaca-se, segundo o mesmo autor, a qualificação policial oferecida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em cursos presenciais e à distância, e a campanha e demais esforços em favor do desarmamento.

Em agosto de 2007, foi lançado um novo plano de segurança pública intitulado Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) que será detalhado na próxima seção.

2.3.3 Panorama Atual

Em 2007, início do segundo mandato do governo Lula, foi lançado o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Em seus documentos oficiais, o PRONASCI é apresentado como uma política de segurança pública orientada pelo paradigma da segurança cidadã tendo como principal objetivo a articulação de políticas de segurança com ações sociais com vistas à prevenção e ao combate às causas da violência (BRASIL, 2003; 2007).

A perspectiva teórica de enfrentamento à violência trazida pelo PRONASCI concebe a promoção da cidadania como uma medida efetiva de garantia da segurança pública. Como os demais programas baseados no paradigma da segurança cidadã, o PRONASCI parte da natureza multicausal da violência e prevê o desenvolvimento de políticas públicas integradas em âmbito local com o objetivo de prevenir as causas e controlar a manifestação da violência (BRASIL, 2007).

As ações do PRONASCI pretendem envolver os três níveis de governo e têm como diretrizes a promoção dos direitos humanos, da segurança e da convivência pacífica; o fortalecimento de redes sociais e comunitárias; a ressocialização dos egressos do sistema prisional; a modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança pública; o combate ao crime organizado e a corrupção policial e a transparência de sua execução (BRASIL, 2007).

Para alcançar estas metas, o PRONASCI foi organizado em ações estruturais e programas locais. As ações estruturais visam modernizar as polícias e o sistema prisional, valorizar os profissionais do setor, combater a corrupção policial e o crime organizado. E, os programas locais se destinam à recuperação institucional de territórios dominados pela violência com o objetivo de integrar a administração local, a polícia e a comunidade em prol da melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo processos de conscientização na comunidade, gerando compromisso, estimulando o diálogo e a confiança e trabalhando a prevenção e a redução do delito (BRASIL, 2007).

De acordo com o documento básico do PRONASCI, todas essas intervenções têm início com a implantação do programa Territórios da Paz. Esse programa consiste na ocupação policial de regiões urbanas com altos índices de violência e posterior oferta de serviços sociais e culturais para a comunidade. A implantação deste e dos demais programas se dá através de convênios firmados entre o Ministério da Justiça e os estados e municípios para onde são repassados verbas e apoio técnico.

Essas parcerias, segundo o Ministério da Justiça, teriam induzido políticas de segurança pública locais baseadas no paradigma da segurança cidadã. Dentre elas destacam-se as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) implementadas no Estado do Rio de Janeiro, a partir de dezembro de 2008.

A visibilidade desse programa e os resultados divulgados pelo governo com forte apoio da mídia incentivaram a criação das Bases Comunitárias de Segurança, na Bahia, a partir de abril de 2011, e das Unidades Paraná Seguro (UPS), a partir de março de 2012.

Para além das políticas locais de segurança cidadã, o PRONASCI produziu poucos efeitos práticos devido às sucessivas reduções de orçamento¹⁴ e à consequente suspensão do fomento de programas locais e ações estruturais¹⁵.

Outro fator significativo para o declínio das ações e programas do PRONASCI foi a drenagem de seus recursos, através de convênios, para a ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras). Lançada em julho de 2011, a ENAFRON visa promover ações integradas entre os órgãos da Defesa, da Justiça e da Fazenda a fim de ampliar a segurança nos 16.866 quilômetros de fronteiras do Brasil, prevenindo e inibindo os crimes nas zonas fronteiriças.

Certamente, as drogas e armas apreendidas nas fronteiras enfraquecem o crime organizado e reduzem a criminalidade violenta nas cidades, alvos do PRONASCI. É possível inferir que a ação concomitante do PRONASCI e da ENAFRON potencializaria os resultados dos dois programas e a opção por um em

¹⁴ Segundo os dados SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), em 2011, com um orçamento de R\$ 2,094 bilhões autorizado, só a metade foi gasto. De 2007, ano de sua criação, até 2011 a execução orçamentária média do programa foi de 63%.

¹⁵ A ação estrutural Bolsa Formação, que paga auxílio a policiais e outros profissionais de Segurança matriculados em cursos de qualificação, em 2011 pagou apenas 49% da verba prevista.

detrimento de outro é equivocada e cria fraturas na política de segurança pública nacional, exigindo cada vez mais investimentos em programas locais.

3 UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA: DISCURSOS E REGIMES DE VERDADE

Este capítulo analisa os regimes discursivos que compõem os regimes de informação e ações de informação, utilizados pelo Governo do Estado e pela Prefeitura do Rio de Janeiro, para legitimar as UPPs: normas, os planos, as políticas, a produção acadêmica e a mídia. Através da análise da atuação de cada um desses elementos como embate discursivo, é possível avaliar a ocorrência de interesses até mesmo daqueles que se pretendem neutros.

Este capítulo está organizado em quatro seções. A primeira seção apresenta os conceitos de discurso e regimes de verdade, segundo a ótica de Foucault, necessários à discussão dos conteúdos analisados posteriormente. A segunda seção traz a fundamentação legal e a estrutura das UPPs contida nos documentos, sites e materiais de divulgação produzidos pelos governos municipal e estadual do Rio de Janeiro. A terceira seção apresenta a abordagem do tema UPP realizada pela mídia. A visão dos pesquisadores é, mais uma vez mobilizada, agora com o objetivo de fazer um contraponto às abordagens do Estado e da mídia. A quarta seção apresenta uma conclusão parcial a partir das contribuições desse capítulo.

3.1 DISCURSOS E REGIMES DE VERDADE

A violência urbana há muito ocupa posição de destaque na agenda do Rio de Janeiro e, por isso, conquistou espaços diversos nas práticas dos governos estaduais. Nos últimos anos, observa-se que as ações na área de segurança pública voltaram a ser acompanhadas de estratégias discursivas que se ancoraram na metáfora da guerra e na lógica do confronto/enfrentamento.

Desde então, as megaoperações – incursões policiais (bélicas) com contingente de várias corporações – tornaram-se frequentes militarizando as práticas da segurança pública e estimulando a letalidade. Embora não seja uma novidade no panorama da segurança pública, as atuais incursões se apoiam em um discurso pautado na segurança cidadã, o que demonstra a incongruência dessa política.

Como consequência, temos o reforço dos estigmas criminalizadores da pobreza e do local de moradia dos pobres que sugere a existência de um *homo*

sacer carioca, de baixa renda, morador de favela e submetido a um constante estado de exceção. O *homo sacer* é, na concepção de Agamben (2007), um indivíduo, desprovido de potência política cuja vida se reduz a sua dimensão biológica. A aceitação desta tese pressupõe a análise das relações de poder sob a perspectiva, exclusiva, da soberania e desconsidera a potência daqueles que desejam o poder. Como já ressaltado por Hardt e Negri (2005, p.455), “os que obedecem não são menos essenciais ao conceito e ao funcionamento da soberania do que aquele que comanda”.

Esse termo é resgatado do direito romano e designa uma pessoa que, condenada por cometer um delito grave, não pode ser sacrificada em honra dos deuses, mas pode ser morta por qualquer um sem que isso configure homicídio. Logo, ele se encontra fora do amparo religioso e jurídico. Por isso, o *homo sacer* é matável, mas não sacrificável (AGAMBEN, 2007, p. 91).

Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício e, soberano é aquele que decide quem tem o direito ou não de viver, ou seja, qual vida merece ser vivida. A ausência de parâmetros legais para balizar as ações do soberano caracteriza o estado de exceção. O soberano, através do estado de exceção “cria e garante a situação” da qual o direito tem necessidade para a própria vigência (AGAMBEN, 2007, p. 25).

Assim, a exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que a caracteriza propriamente é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma, ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão (AGAMBEN, 2007, p. 25).

No caso específico da segurança pública no Rio de Janeiro, o estado de exceção foi o recurso que os gestores/soberanos elegeram para implementar a sua política de segurança pública. O favelado – relegado à situação de *homo sacer* em função de sua pobreza, sendo este o seu principal “crime” – encontra-se excluído do âmbito legal e político e, por isso, pode ser submetido a todas as arbitrariedades e até ser morto nas operações policiais em total desrespeito aos direitos humanos.

O estado de exceção carioca/fluminense é sustentado por discursos de verdade que imputam às classes menos favorecidas toda a responsabilidade pela

insegurança do Estado. Num destes episódios discursivos, o Governador Sérgio Cabral afirmou ao site G1, em matéria intitulada “Cabral defende aborto contra violência no Rio”, que

A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro “Freakonomics”. Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela Suprema Corte. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta (FREIRE, 2007)¹⁶.

Na semana anterior, o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, ao comentar uma operação policial na favela da Coréia em Vila Kennedy, onde morreram 12 pessoas, inclusive uma criança de quatro anos, afirmara que um tiro em Copacabana, zona sul, era uma coisa e um tiro na favela da Coréia, zona oeste, era outra¹⁷. O Secretário concluiu afirmando que “Mesmo morrendo crianças, não há outra alternativa.”¹⁸

No final daquele mês, outubro de 2007, em entrevista à Revista Veja, ao ser perguntado sobre o que era preciso fazer para derrotar os bandidos e restabelecer a ordem no Rio de Janeiro, o Secretário de Segurança respondeu:

O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas. O quadro é esse. [...] É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos (BELTRAME, 2007)¹⁹.

¹⁶ FREIRE, Aluizio. Cabral defende aborto contra violência no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 25 out. 2007. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

¹⁷ BELTRAME: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento. **Extra**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

¹⁸ BELTRAME: mesmo morrendo crianças, não há alternativa. **Terra**, 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1998832-EI5030,00.html>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

¹⁹ BELTRAME, José Mariano. Sem hipocrisia: O secretário de Segurança do Rio diz que a sociedade também é responsável pela escalada da violência. **Veja**, São Paulo, 200-. Entrevista concedida a Ronaldo Soares. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/311007/entrevista.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

As afirmações dos membros do executivo estadual reforçam a idéia de uma hierarquização de territórios, onde as regiões mais pobres são mergulhadas em um estado de exceção permanente justificado pela necessidade de se manter a ordem social para o conjunto mais amplo da sociedade.

Em 2007, o Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais²⁰, chamava atenção para o fato de que

Ao estigmatizar a favela como centro de excelência do crime organizado, obtém-se um estereótipo tanto humano quanto geográfico de periculosidade, que transposto para um clima de guerra, enseja o enfrentamento dos inimigos e legitima as ações que visem “derrotá-lo”. Essa perigosa associação impulsiona à vala comum da marginalidade os moradores das comunidades pobres, tornando-os alvos fáceis e justificáveis no tratamento desumano a que se veem expostos todos os dias (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 3).

Os discursos do Executivo, alheios às manifestações de resistência, e fortemente amparados pelos setores mais conservadores da mídia, construíram regimes de verdade que naturalizaram suas ações. Esses regimes de verdade atuavam, e continuam atuando, como

mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2005, p. 12).

No tecido social, os discursos derivam de um jogo complexo e instável onde são, ao mesmo tempo, instrumentos e efeitos de poder. Por isso, ao falar em discurso de verdade tem-se como foco o poder e não a veracidade dos fatos narrados.

Não se trata de descobrir uma verdade, mas de criar o lugar e os interlocutores onde esses discursos sejam considerados verdadeiros.

²⁰ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS. **Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.iddh.org.br/v2/upload/72198c6e3df058d0607e3ee393339402.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

Neste sentido, a seleção dos discursos verdadeiros dos seus autores e dos lugares em que eram proferidos, depende do modo como servem a complexa teia de poderes da época que assim não só determinam o verdadeiro e o falso segundo os interesses dominantes, mas são uma fonte de criação do próprio homem enquanto sujeito desse conhecimento e em que tantos se identificam (FOUCAULT, 1977, p. 59).

A espetacularização da violência, através da mídia e a proliferação de dispositivos biopolíticos – mandados de busca e apreensão genéricos, megaoperações policiais, autos de resistência e o caveirão, dentre outros – fortaleceram o regime de informação idealizado pelo governo estadual que travava uma “*bellum justum*” contra o tráfico de drogas.

O conceito de “guerra justa”, no sentido proposto por Hardt e Negri (2001), retrata com fidelidade a estratégia de segurança pública adotada no Rio de Janeiro até então.

Essa espécie de intervenção contínua, portanto, ao mesmo tempo moral e militar, é realmente a forma lógica do exercício da força, que deriva de um paradigma de legitimação baseado num Estado de exceção permanente e de ação policial. As intervenções são sempre excepcionais, apesar de ocorrerem continuamente; elas tomam a forma de ações policiais, porque são voltadas para a manutenção de uma ordem interna. Dessa forma, a intervenção é um mecanismo eficaz que mediante ações policiais contribui diretamente para a construção da ordem moral, normativa e institucional do Império (HARDT; NEGRI, 2001, p. 57).

Em maio de 2008, Philip Alston, o Relator Especial da ONU para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, iniciou seu relatório sobre a visita realizada em novembro de 2007 ao Brasil, afirmando sua preocupação com a letalidade da polícia do Rio de Janeiro e seu padrão de atividade.

Conforme indico mais adiante, ainda que a operação de junho de 2007 na região do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, tenha resultado na morte de 19 pessoas, as autoridades do governo do estado a consideraram como um modelo para ações futuras. Parece que, de fato, a operação se tornou tal modelo: em 30 de janeiro de 2008, seis pessoas foram mortas pela polícia em uma grande operação; em 03 de abril, 11 foram mortos; em 15 de abril, 14 foram mortos. Depois da última operação, um alto oficial da polícia comparou os homens mortos a insetos, referindo-se à polícia como “melhor inseticida social” (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.1).

Em meio a toda a repercussão nacional e internacional do referido relatório, o Estado do Rio de Janeiro lançou uma nova política de segurança pública: a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A UPP foi apresentada como um novo modelo de segurança pública e de policiamento que, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas favelas, buscava promover a interação positiva entre a população e a polícia.

Nas próximas seções serão analisados os discursos adotados pelo Estado e pela mídia para abordar os temas relativos às UPPs.

3.2 A VERSÃO OFICIAL E SEUS DOCUMENTOS

Como se poderá observar, a informação aparece em vários momentos e com diferentes funções na implantação de uma UPP. Na fase inicial ela serve de recurso para o planejamento. Nas etapas intermediárias, a informação viabiliza a padronização/normatização dos processos e ações. E na pós-implantação, através das pesquisas mais uma vez, é possível avaliar/monitorar a partir da informação. A presença da informação e sua diversidade de papéis se verificam, também, nas intervenções sociais da UPPs.

Através do Decreto nº 41.650 em janeiro de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou as UPPs inserindo-as na estrutura da Polícia Militar. Segundo os documentos oficiais, a UPP baseia-se no conceito de polícia comunitária e orienta-se pelo paradigma da segurança cidadã.

Institucionalmente, elas visam a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito (RIO DE JANEIRO, 2011)²¹.

Segundo o decreto de criação, as UPPs apresentam dois objetivos principais, um policial/militar e outro social. O primeiro é a consolidação e o controle estatal sobre comunidades dominadas pela criminalidade ostensivamente armada. O

²¹ Decreto nº 42.787 de 06/01/2011 que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

segundo é devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico. A consecução do primeiro objetivo, que representa o lado repressivo da segurança pública, cabe à Polícia Militar e o segundo deve ser partilhado por diversas entidades públicas e privadas.

Somente dois anos após a publicação do decreto de criação das UPPs editado em janeiro de 2009, foram definidas a metodologia de intervenção nos territórios e a estrutura básica de cada Unidade de Polícia Pacificadora.

De acordo com o Decreto nº. 42.787/2011, a implantação de uma UPP é composta por quatro etapas: a intervenção tática, a estabilização, a implantação da UPP e a avaliação e monitoramento. Na intervenção tática seriam

deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e por efetivos deslocados dos CPA (Comando de Policiamento de Área), com o objetivo de recuperar o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados. (RIO DE JANEIRO, 2011)²².

Anteriormente à intervenção tática há um planejamento que consiste na definição do perfil da comunidade que envolve a pesquisa de dados socioeconômicos da população, número de domicílios, quantidade de escolas, hospitais, postos de saúde e igrejas. A esses dados são acrescidos relatórios estatísticos de delitos cometidos por moradores locais e análise cartográfica da região. Esta fase determina o contingente e a quantidade de materiais e equipamentos necessários para a Unidade a ser instalada.

Após a intervenção/invasão ocorre a ocupação policial ou estabilização, em estado precário, período no qual “são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada”. O passo seguinte, a implantação da UPP, teoricamente, ocorre

quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática.” A duração desta fase é variável

²² Idem.

e depende da complexidade da geografia local e da resistência dos grupos locais (RIO DE JANEIRO, 2011).

Nesta fase, é criado um batalhão de polícia dentro da comunidade cujo objetivo é prover um policiamento ostensivo na comunidade, impedindo ou dificultando a reinstalação de traficantes ou milicianos. O batalhão local é, também, responsável por parte das atividades socioculturais desenvolvidas na comunidade. Estas atividades, acreditam os gestores públicos, servem para estreitar os vínculos entre a Unidade de Polícia Pacificadora e os moradores.

Os policiais militares lotados nas UPPs, segundo afirma a documentação oficial, têm formação enfatizando os Direitos Humanos e a doutrina de polícia comunitária, portanto diferenciada do restante da corporação, e os soldados são, obrigatoriamente, policiais militares recém-formados. Essa iniciativa tem lados positivos e negativos, segundo Misse (2012).

[Essa iniciativa] é positiva por mandar quadros novos, mas não é positiva pela rapidez com que esses quadros novos estão sendo treinados e formados. O ideal seria que eles tivessem um preparo de pelo menos dois anos, mas dada a urgência da política que está sendo implantada no Estado, eles estão formando em semanas e mandando para lá. Eu espero que com uma melhoria do quadro de violência nessas áreas, esses recrutas possam retornar à academia para completar o ciclo de sua formação. Porque sem isso eles não vão conseguir realizar o que eu acabei de dizer, ser uma polícia cidadã. Vão continuar reproduzindo o mesmo modelo de polícia militarista que nós tivemos até hoje (MISSE, 2012).

Essa estratégia tem por finalidade sedimentar uma cultura organizacional pautada nos conceitos filosóficos que norteiam o UPP.

É preciso que esses policiais que estão dentro das UPPs, não reproduzam as práticas, os métodos, da polícia fluminense: extorsão, brutalidade, corrupção, etc. Então a questão não é a UPP, a questão é a polícia. Nós temos que olhar menos para a UPP e mais para a polícia [...] senão vamos perder o ponto de vista fundamental. Com essa polícia não dá para pensar em segurança pública, nem em futuro das UPPs. Podem segurar até os Jogos Olímpicos, contratando policiais especificamente para as UPPs, mas vai ter um dia em que vai ser necessário, tratar de outra forma aqueles que não são UPP e entregar à polícia as próprias UPPs para que ela assuma a sua responsabilidade. Nesse momento, as polícias terão de ser outras (SOARES, 2012).

Como última etapa do processo de implantação da UPP tem-se a fase de avaliação e monitoramento, momento no qual “tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa.” (RIO DE JANEIRO, 2011).

Essas intervenções foram reunidas em um projeto guarda-chuva denominado UPP Social, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Lançado em agosto de 2010, seu primeiro coordenador foi Ricardo Henriques, então titular da SEASDH. Há época, Henriques afirmou que a UPP Social era uma articulação de políticas sociais de órgãos públicos federais, estaduais e municipais com programas da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, realizada a partir da escuta qualificada das demandas dos moradores das comunidades. (LEMLE, 2010)²³.

Em dezembro do mesmo ano, Henriques deixou a SEASDH e assumiu a presidência do Instituto Pereira Passos, órgão vinculado à Prefeitura do Rio de Janeiro. Junto com Henriques foi a “marca” UPP Social que passou a funcionar como um programa municipal. A equipe da SEASDH remodelou o projeto que passou a chamar-se, na prática, Gestão Social em Territórios Pacificados ou, apenas, Territórios da Paz.

Desde então, as comunidades passaram a contar com dois projetos oficiais para realização das intervenções sociais nas UPPs: UPP Social, no âmbito municipal, e o Território da Paz, em âmbito estadual. Além destes, pode-se verificar durante as pesquisas de campo que a Casa Civil do Governo do Estado mantém representantes nos territórios com o mesmo propósito das equipes da UPP Social e do Território da Paz.

No âmbito do Estado, como já foi dito, as intervenções sociais são realizadas através do Território da Paz. O programa que recebeu o nome de UPP Social através do Decreto 42.727/2010 objetiva fortalecer as redes locais, potencializar as lideranças que atuam no território e facilitar o diálogo entre comunidade e Estado. Para isso, os gestores buscam

²³ Essa é uma citação da Biblioteca Virtual do Viva Rio publicada em 04 out. 2010. Disponível em <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/MATERIA-por-um-rio-integrado-em-2016>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

promover o contato e a articulação entre os atores locais e as instituições que possam contribuir para o atendimento das demandas, atuando como o interlocutor do Estado junto à comunidade, de forma que a população tenha maior possibilidade de participar e intervir nas políticas públicas e nas ações privadas implantadas.²⁴

Segundo o site do programa, as equipes são formadas por um gestor e um assistente que conciliam “o desenvolvimento de ações em campo, o diálogo com os atores locais e as articulações externas com instituições públicas e privadas”. Para atender aos objetivos, o Programa foi estruturado a partir dos seguintes eixos norteadores: escuta qualificada; diagnóstico social permanente; articulação e interlocução e fortalecimento das iniciativas locais.

Para articular as diversas Secretarias de Estado em favor dos projetos a serem desenvolvidos nas UPPs, foi criado o Comitê Executivo de Políticas Sociais (CEPS) do qual participam representantes das Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos; Educação; Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços; Saúde; Defesa Civil; Trabalho e Renda; Turismo; Ciência e Tecnologia; Esporte e Lazer; Cultura; Ambiente, além da Casa Civil e da Defensoria Pública.

Segundo o site do programa, as principais ações nos territórios têm como foco: mobilização e suporte à realização de fóruns locais; articulações de grupos temáticos, em áreas como Educação, Cultura, Juventude, Esportes, Comércio, Saúde, Habitação, Segurança e Questões Ambientais; visitas guiadas institucionais; identificação e potencialização da rede de referência dos Programas e Projetos Sociais; acolhida e encaminhamento de demandas; pactuação para a realização de ações coordenadas com instituições públicas e privadas; monitoramento e mediação das ações dos órgãos públicos e demais parceiros do setor privado e da sociedade civil²⁵.

²⁴ Decreto nº 42787 de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 5, 7 jan. 2011

²⁵ RIO DE JANEIRO (ESTADO). Assistência Social e Direitos Humanos. **Agenda social nos territórios pacificados**. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=971929>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

As intervenções sociais do município tiveram início no ano seguinte à implantação do Território da Paz. Em janeiro de 2011, o Prefeito do Rio de Janeiro publicou o Decreto nº 33.347/11, onde criava o programa UPP Social Carioca e atribuía sua gestão ao Instituto Pereira Passos, órgão ligado ao município.

A UPP Social, de acordo com o site oficial do programa, é a estratégia adotada pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas das UPPs. Sua missão é mobilizar e articular políticas e serviços municipais, e quando necessário, promover ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida das comunidades com UPP.

Esta missão pode ser desmembrada em três objetivos principais que são contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios e efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade.

Sob essa perspectiva a UPP Social adotou quatro grandes eixos temáticos para consolidação da pacificação – cidadania e convivência, legalidade democrática, superação da violência juvenil e integração territorial e simbólica – e seis eixos para o desenvolvimento social – infraestrutura e meio ambiente, inclusão produtiva e dinamização econômica, desenvolvimento humano, qualidade de vida, diversidade e direitos humanos e redução da pobreza.

O eixo Cidadania e Convivência envolve a criação de canais de escuta e interlocução social, além do apoio a ações cidadãs desenvolvidas nas comunidades. O eixo legalidade democrática é composto de ações que visam à oferta de serviços jurídicos, mediação de conflitos, pactuação e fiscalização de regras de convivência e uso de espaços públicos e adoção de políticas para a regularização e formalização (normas urbanísticas e ambientais, propriedade fundiária, empreendimentos e serviços privados, provimento de energia elétrica, água, gás, TV a cabo e internet, transportes públicos locais etc.).

O eixo Superação da Violência Juvenil visa estimular e apoiar atividades socioculturais, esportivas e educacionais voltadas para os jovens. Buscam-se também oportunidades de inserção produtiva, suporte psicossocial a adolescentes e jovens em situação de risco e a reinserção social de adolescentes e jovens egressos dos grupos criminais ou dos sistemas penitenciário ou socioeducativo.

O eixo Integração Territorial e Simbólica é definido nos documentos oficiais como a última esfera das ações de consolidação da pacificação e diz respeito à criação e/ou valorização de espaços públicos de convivência e lazer; abertura de vias de acesso e circulação, aprimoramento dos transportes públicos locais, mapeamento e divulgação de serviços e atrações culturais, turísticas e de lazer nas áreas beneficiadas e promoção da integração dos seus moradores com o restante da cidade.

No conjunto de eixos dedicados ao desenvolvimento social, o primeiro deles, a Redução da Pobreza, engloba projetos de transferência de renda, segurança alimentar e apoio para aproveitamento de oportunidades (crédito educativo, transporte subsidiado etc.).

O eixo Desenvolvimento Humano refere-se ao aperfeiçoamento dos serviços de saúde e educação, multiplicação das condições de acesso à informação, oferta de oportunidades culturais e esportivas e de desenvolvimento de talentos.

No eixo Inclusão Produtiva e Dinamização Econômica há ações voltadas para a ampliação e o aperfeiçoamento da formação e colocação profissional, a cooperação com empresas do entorno de cada comunidade, a oferta de alternativas de crédito, a assistência técnica e a expansão de atividades de empreendedores e serviços locais.

O eixo Qualidade de Vida reúne projetos de apoio e valorização de equipamentos e serviços locais de cultura, esporte e lazer, bem como a facilitação do acesso a equipamentos e serviços localizados no entorno das comunidades e no restante da cidade.

O eixo Diversidade e Direitos orienta e promove o acesso a serviços que garantam os direitos e dê apoio a grupos vulneráveis segundo recortes diversos (gênero, raça, orientação sexual, pessoas com deficiência, religião e grupos etários).

E, por fim, o eixo Infraestrutura envolve o conjunto de ações de promoção de melhorias na infraestrutura urbana – viária e econômica local – e a implantação/aprimoramento dos serviços regulares de conservação urbana e ambiental.

Para alcançar tais objetivos, o site oficial do programa²⁶ afirma que a UPP Social se baseia no levantamento das demandas através de fóruns realizados nas

²⁶ Site oficial da UPP Social - <http://www.uppsocial.org>

comunidades com a participação de moradores, líderes comunitários, gestores públicos que atuam no território (professoras, pessoal de saúde, agentes de cultura, esporte etc.) e atores externos que ofertam serviços e projetos (ONGs, grupos religiosos etc.).

A equipe da UPP Social é composta por um gestor local e um ou dois assistentes locais de acordo com a extensão da comunidade a ser atendida. Inicialmente, eram esses profissionais que tinham a função de identificar as demandas e conectá-las a ofertas de serviços e bens públicos fornecidos pelos setores público ou privado.

Na próxima seção analisaremos as estratégias discursivas adotadas pela mídia para retratar em suas reportagens a dinâmica das UPPs nas favelas cariocas.

3.3 O ENFOQUE DA GRANDE MÍDIA

Entendendo que não existe neutralidade na produção da informação, é necessário compreender como os jornais e revistas de grande circulação nacional contribuem por um lado para a construção de sentidos, legitimação de práticas e consolidação de políticas públicas e, por outro desconstroem ou silenciam vozes discordantes em relação ao projeto das UPPs.

Para isso foram selecionadas reportagens veiculadas no Jornal O Globo e nas revistas semanais Veja e Carta Capital publicadas no período de 01 de novembro de 2008 a 30 de julho de 2012, ou seja, do período de implantação da primeira UPP no Morro Santa Marta até o final do primeiro semestre de 2012.

O periódico O Globo foi o escolhido por ser o jornal com a maior média diária de exemplares vendidos no Estado do Rio de Janeiro, cerca de 262.837, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Pelo mesmo critério foi escolhida a Revista Veja, que segundo o IVC há seis anos ostenta o primeiro lugar em vendas no país entre as revistas semanais de informação geral. A Revista Carta Capital, embora na mesma pesquisa ocupe o 23º lugar, foi escolhida por adotar uma corrente ideológica diversa da líder nacional, permitindo um contraponto e uma análise mais ampla da cobertura das UPPs efetuada pela mídia.

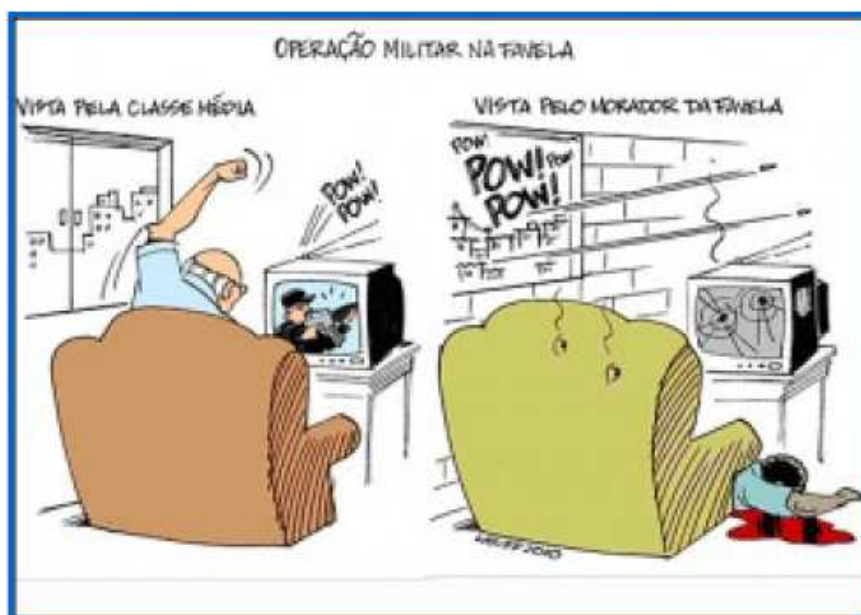
Ainda que esses três veículos sejam voltados para as classes A e B, é considerável sua influência na formação de opinião do país como um todo.

3.3.1 Carta Capital

O acervo digital da Revista Carta apresentou oito matérias como resposta à busca com os termos “upp +providência” e “upp+santa marta”, considerando o período de 01 de novembro de 2008 a 30 de julho de 2012. Foram consideradas, exclusivamente, as matérias das editoriais da revista, sendo os blogs de seus articulistas descartados.

Em matéria de 08 de dezembro de 2010, a editoria Sociedade da Revista Carta Capital, publicou uma entrevista com o cartunista Carlos Latuff, conhecido pelas suas charges engajadas politicamente. A Figura da matéria expressa com clareza o seu ponto de vista sobre a UPP e as incursões bélicas da polícia fluminense (Figura 1).

Figura 1: Charge de Latuff criticando a atuação da mídia e o apoio da classe média



Fonte: Veja, 2010²⁷.

Latuff é crítico contumaz das UPPs e lastima a posição da mídia, as estratégias de ocupação e o apoio da classe média a tais iniciativas.

²⁷ Foto publicada na Revista Veja em 8 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/-e2-80-9ca-filosofia-da-policia-do-rio-de-janeiro-e-de-matar-o-inimigo-e-nao-de-prender-o-criminoso-e2-80-9d>. Acesso em: 16 ago. 2012.

A imprensa apoia integralmente as ações do governador Sérgio Cabral. Não existe contraponto, não existe crítica. Tudo que apresentaram na televisão é apoio a essas operações. A imprensa não tem o menor interesse em esclarecer a população de que o que estamos vendo é uma pirotecnia, um show de fogos, em que quem tá levando fogo é o favelado. Porque quem aplaude esse tipo de ação é a classe média, que tá segura no seu apartamento.²⁸

O cartunista não reconhece nas UPPs qualquer vestígio democrático. Ele as entende como uma forma de controle social sobre os segmentos desfavorecidos economicamente.

A favela sempre vai ser olhada com maus olhos pelo Estado. Porque a favela nos lembra que vivemos num sistema excludente, é a prova viva de que o sistema exclui. Da favela podem surgir levantes por indignação das pessoas de serem excluídas. Então a favela sempre terá de ser controlada pelo Estado. A classe média sempre vai desejar ações violentas contra a favela.²⁹

O discurso de Latuff evidencia no contexto das UPPs a dinâmica da multidão, que submetida ao biopoder e a biopolítica tem potencial para engendrar resistências ao poder constituído. Nos parágrafos finais, Latuff conclui que

A favela é um território que precisa ser controlado. Mesmo que não haja traficantes ali, existem pobres, existem pessoas insatisfeitas com sua condição social. Se o sistema não tem como resolver, só resta a repressão, a contenção daquela população. Então a presença ostensiva dos policiais dentro daquela favela cumpre esse papel de reprimir e conter um segmento social que é excluído.³⁰(ibidem)

A matéria “A mídia na Ocupação da Rocinha”, publicada no dia 15 de novembro de 2011, na editoria Sociedade, também destacava a ostensiva cobertura dada pela mídia aos feitos da polícia em relação às ocupações de favelas e a prisão de um varejista de drogas.

²⁸ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 8 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/%e2%80%9ca-filosofiada-policia-do-rio-de-janeiro-e-de-matar-o-inimigo-e-nao-de-prender-o-criminoso%e2%80%9d/>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

O Professor Michel Misse afirma nessa matéria³¹ que a estratégia de valorização das prisões faz parte de uma aliança antiga entre a polícia e a mídia.

A divulgação massiva das ocupações de comunidades pobres do Rio de Janeiro por forças da segurança pública remonta, segundo especialistas, à República Velha, quando a hipervalorização dos presos buscava alcançar o reconhecimento da sociedade para o trabalho policial.[...] a pirotecnia fez lembrar artigos da década de 1950 que criticavam a “aliança” entre imprensa e polícia para supervalorizar as prisões.³²

Em entrevista dada à pesquisadora, Misse radicaliza, ainda mais, as críticas sobre a mídia.

A mídia vive do sensacionalismo. A mídia brasileira hoje é muito ruim. Se você comparar com os mesmos jornais impressos de 20, 30 anos atrás vai ver que a mídia hoje é uma mídia apoiada numa postura extremamente moralista e sensacionalista. (MISSE, 2012)

Também chamado a opinar, na reportagem, o Professor Marcelo Burgos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, concluiu afirmando que

A forte ação midiática está no centro da política de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Segundo ele, o “efeito UPP” tenta vender o conceito de uma cidade “pacificada”. “A UPP é uma política que se diferencia de outras até pelas ações de caráter midiático. O que temos no Rio não é só a UPP, mas também o “efeito UPP.”³³

A matéria atribui o empenho da mídia na divulgação à necessidade de se construir uma imagem do Rio como cidade segura tendo em vista a realização da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. (Carta Capital, 15/11/2011).

O Deputado Federal Chico Alencar, entrevistado em 26 de novembro de 2010, afirmara que a violência vivida no Rio é fruto da omissão do poder público nas favelas e ressaltara a importância das intervenções sociais para a efetivação da política de segurança na cidade.

³¹ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 15 out. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-midia-na-ocupacao-darocinha/>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

Só 2% das áreas fora do controle do Estado foram, digamos “reconquistadas”. Mas pacificar não é ocupação militar. [...] As UPPs só se realizam plenamente quando um conjunto de políticas sociais estiver sendo oferecido no morro como é oferecido em qualquer bairro do asfalto.³⁴

Em “Nova (velha) questão da segurança pública no Rio de Janeiro”, publicada em 13 de dezembro de 2010, Edimilson Rosário da Silva, demonstra ceticismo em relação aos objetivos explícitos das UPPs.

Um dos indícios de que a política de implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas possui interesses de vitrine para o mundo reside no fato de que essas unidades são implementadas prioritariamente nos locais próximos a áreas turísticas e que terão maior impacto com as olimpíadas. A utilização das UPPs associada ao projeto de reforma urbana para as olimpíadas trata-se na verdade, tanto em objetivos como em métodos, de uma reedição da reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro no início do século XX e que tinha como objetivo tocar o terror sobre os pobres para que se mantivesse uma aparência de cidade maravilhosa a ser vendida para o resto do mundo.³⁵

Ao perguntar se “O Rio está Pacificado?”, Edgard Catoira, em matéria publicada no dia 6 de outubro de 2011, reitera a idéia amplamente divulgada de que as UPPs são parte dos preparativos para os grandes eventos esportivos que serão sediados no Rio de Janeiro.

E, assim, a cidade começa a dar a sensação de bem estar e tranquilidade que população e turistas – esperados para os próximos grandes eventos esportivos – possam usufruir da beleza natural do Rio e da alegria natural do carioca.³⁶

Essa percepção também ganha apoio no meio acadêmico.

A UPP, na verdade, é uma ocupação policial em algumas favelas que ficam no considerado cinturão de segurança da cidade com vistas aos jogos que vão se realizar no Rio de Janeiro. Mas também

³⁴ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-no-rio-e-frutoda-omissao-cronica-do-poder-publico/>. Acesso em: 01 ago. 2012.

³⁵ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/novavellha-questao-daseguranca-publica-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 01 ago. 2012.

³⁶ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 6 out. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-rio-esta-pacificado/>. Acesso em: 01 ago. 2012.

com vistas a dar uma resposta ao problema da violência que tomou conta da cidade já há mais de trinta anos (MISSE, 2012).

Rodrigo Martins e Willian Vieira, também, tributam as UPPs aos grandes eventos olímpicos e citam o “efeito olímpico” como promotor de uma das reações adversas da pacificação: a remoção camuflada. Em “Os Retirantes da Favela”³⁷, os autores narram o impacto financeiro da pacificação sobre o orçamento familiar dos moradores das favelas e a mudança forçada para bairros mais distantes.

A ação, que já ocorreu em outros morros da zona sul, tem selado o processo de transformação das favelas cariocas, que traz, com a mudança da qualidade de vida, o aumento também do custo de vida. Com a urbanização, fruto de ações nas três esferas de governo, e a presença das UPPs, o que vem junto da infraestrutura e da segurança é uma tributação extra e inédita sobre os moradores. Contas de água, luz e tevê a cabo passam a ser cobradas. É o fim do gato, meio-termo entre conquista de serviços sem conquista de direitos. Como parte da população não tem condições de pagar por esses serviços, com a legalização trazida pela transformação da favela “em bairro”, eles acabam baixando o nível de vida. Ou deixam a favela. Ocorre assim uma remoção camuflada, já que as pessoas migram para locais afastados dos grandes centros³⁸

O Presidente da Rádio Comunitária do Morro Santa Marta, Rapper Fiell, um dos entrevistados da matéria, define com fidelidade a situação constatada na comunidade durante a pesquisa de campo.

“Pois, tão logo o morro é ocupado pela polícia, vem uma avalanche de empresas para acabar com os gatos e vender produtos”, diz o rapper Mc Fiell, presidente da rádio comunitária do Morro Santa Marta. Ele vê interesses particulares nas intervenções nas favelas. “Surgem pousadas, hostels e até baladas para a classe média, mas seguimos com barracos de madeira, esgoto a céu aberto e sem escola. Que morador da favela tem condições de pagar 50 reais para entrar numa festa?”³⁹

A matéria segue com o questionamento do ator e morador do Vidigal, Babu Fernandes: “A dúvida que fica é se essas melhoras nos morros cariocas vão

³⁷ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 9 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-retirantes-das-favelas-2/>. Acesso em: 01 ago. 2012.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

beneficiar a população local ou se, ao contrário, vão forçar as famílias mais pobres a saírem e favorecer quem está chegando agora?”.

Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório das Favelas, destaca, na mesma matéria, a opção segregacionista das políticas públicas, afirmando que “O problema é a ausência de um projeto democrático de cidade. Sobra aos pobres o espaço desprezado pela lógica imobiliária, sem se levar em conta memória, identidade, espaços para a diversidade”. Ele também afirma que a mídia e a academia têm negligenciado o fenômeno da “remoção branca” dos pobres para as periferias (ibidem).

Outro fator motivador da migração são as obras de urbanização e a delimitação de áreas de risco nas comunidades.

Neste caso, o temor dos moradores é que eles sejam reassentados em bairros distantes. “Não é segredo para ninguém que a paisagem dos morros cariocas é espetacular. Moro no topo do Santa Marta e tenho 180 graus de vista sem interrupção, do Dedo de Deus ao Corcovado, passando pela Baía de Guanabara. Nunca houve deslizamento de terra aqui, mas querem nos retirar a qualquer custo”, afirma o guia de turismo Vítor Lira, de 30 anos ⁴⁰

Os moradores tradicionais da favela estão sendo substituídos por famílias de classe média e turistas que também passaram a frequentar as favelas e a veem não só como local para moradia, mas como uma boa oportunidade de negócio. Um morador do Cantagalo resume em sua história, várias outras que estão ocorrendo nas favelas pacificadas.

O aposentado Ivan Cerqueira Nascimento, de 62 anos, há 40 morador do Cantagalo, confirma a presença dos novos “migrantes” do morro. “Um americano se dispôs a pagar 3 mil reais de aluguel pela minha casa, para transformá-la num ponto turístico”, diz. Do terraço vê-se a orla de Copacabana e Ipanema. Dentro, a casa tem suíte, copa, cozinha, dois banheiros, área de serviço e um bem cuidado jardim. Casa erguida com o suor de décadas de labuta como motorista, ela pode em breve estar nas mãos de outros. “Gostaria de passar o fim da vida aqui, mas com uma oferta como essa posso levar uma vida confortável em Nova Iguaçu ou Madureira. Longe.” ⁴¹

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

Na entrevista do deputado Marcelo Freixo, concedida à Carta Capital em outubro de 2010, já era possível prever o relato dos moradores. Naquela ocasião Freixo asseverara que

A UPP só pode ser pensada com a construção dos muros nas favelas, com as barreiras acústicas que tenta fazer com quem sai do aeroporto e chega a zona sul não veja as favelas e as remoções. O mapa das UPPs é revelador. [...]. É um projeto de cidade segregador. Não estou dizendo com isso que nos lugares que tenha UPP não existem avanços, é claro que tem. [...] Contudo nós temos que ter uma leitura do Rio de Janeiro como um todo. O mapa das UPPs mostra que não é um projeto de segurança pública, é um projeto de cidade. Porque essas áreas são para 2014 e 2016 [...]. O Rio não está pacificado ⁴²

O deputado Freixo continua a entrevista esclarecendo que o debate sobre a melhoria da segurança pública deveria se dar a cerca de políticas e não de polícia. Aponta, ainda, falhas estruturais da segurança pública no Rio de Janeiro, mas vislumbra possíveis saídas que envolvem o combate às milícias, a melhoria da remuneração dos policiais, o funcionamento efetivo das corregedorias e ouvidorias e destaca mais alguns pontos nevrálgicos na discussão das UPPs, tais como o relacionamento da polícia com o cidadão, a localização das UPPs e a criminalização da pobreza. Para Freixo

Nós vivemos um apartheid sem precisar do muro. [...] Não adianta dizer que avançou na segurança pública sem ter avançado nesses pontos. Que avanço é esse? Você escolheu algumas áreas de obediência e diz que o Rio está pacificado? Apenas as áreas que interessam ao capital ⁴³

Freixo reconhece a existência de um processo histórico de criminalização não só da pobreza como também dos movimentos sociais e destaca o medo como tecnologia de poder adotada para a manutenção deste cenário e a territorialização da dignidade humana.

Você criminaliza a pobreza e os movimentos sociais. Para o Estado manter as relações autoritárias que ele mantém, nos setores pobres,

⁴² Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 25 out. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/um-deputado-no-olho-do-furacao>. Acesso em: 01 ago. 2012.

⁴³ Ibidem.

só faz isso disputando hegemonia. Só faz isso dando um caráter de naturalidade a ação repressora do Estado. Isso só pode ser feito com a produção do medo. A produção do medo é o grande instrumento de criminalização da pobreza. [...] A criminalização da pobreza é provocada pelo Estado. [...] É a lógica da segregação provocada pelo Estado [...]. É quando faz seu CEP ser determinante na dignidade humana. A dignidade no Rio vem com a maresia. Se você estiver distante da maresia a dignidade vai sumindo.⁴⁴

O processo de criminalização é histórico no Rio de Janeiro, remontando ao início do século XX – a Belle Époque carioca – e o surgimento da primeira favela, o Morro da Providência. Desde lá, os moradores das favelas e a polícia mantêm entre si uma desconfiança tecida a base de truculência, corrupção e desmando. Sentimento que não foi desfeito, em dois anos e dez meses de instalação da UPP no Morro Santa Marta. Ao comentar as abordagens policiais, em matéria publicada em 06/09/2011, um morador do Santa Marta afirma:

A molecada tem medo é de algum policial desonesto fazer alguma armação, plantar arma ou droga na mochila de quem criar qualquer tipo de estorvo. A UPP é nova, mas a polícia é a mesma há tempos e, vez por outra, está envolvida em casos de corrupção e execuções.⁴⁵

Os abusos nas abordagens policiais mobilizaram membros da comunidade em torno da elaboração de uma cartilha com o propósito de orientar os moradores para os limites da ação policial foi elaborada a “Cartilha Popular do Santa Marta: Abordagem Policial”. A Cartilha se fundamenta no Código de Processo Penal e na Constituição e foi elaborada com a participação das associações de moradores do Morro Dona Marta, do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos – IDDH, da Visão da Favela, do Grupo ECO, da Anistia Internacional, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público. A cartilha tem apenas dez centímetros para que possa ser carregada no bolso e seu conteúdo é baseado em fatos ocorridos na própria favela após a pacificação.

De acordo com o assessor jurídico do IDDH, Raphael Tristão, a cartilha é um instrumento de conscientização para os moradores e, ao mesmo tempo, um instrumento de auxílio à prática policial. Entre as orientações contidas na Cartilha

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 6 set. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/paz-ou-medo/>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

estão informações sobre direitos de cada cidadão e os limites da atuação policial em situações de revista, abordagem e cumprimento de mandados de busca e apreensão.

A cartilha traz uma série de procedimentos. Explica quais os limites de atuação da polícia, com base no Código de Processo Penal, na lei de abuso de autoridade e na Constituição. [...] Se o policial pode entrar na sua casa de qualquer forma. Para ele entrar, quais são os requisitos. Se ele pode revistar seu carro e como ele tem que revistar. E o que ele pode fazer ou não nesse tipo de revista. Aí, há uma coisa interessante. É criar uma conscientização para que as pessoas possam utilizar a cartilha como um instrumento para efetivar os direitos.⁴⁶

Tristão admite que a cartilha não resolve tudo e que a maior dificuldade do morador da favela é concretizar esses direitos que são tão abstratos para o morador da favela.

Não é só a questão de ignorar os direitos. Há, ainda, uma naturalização da atuação bárbara do Estado. Mesmo você sabendo que aquilo está errado, você não tem noção de quais são os instrumentos para denunciar aquele abuso. Colocamos na cartilha uma série de telefones de entidades, instrumentos do próprio Estado, que a comunidade pode procurar, individual e coletivamente, para fazer as denúncias.⁴⁷

Nessa matéria, intitulada “Paz ou Medo?”, é entrevistado o rapper Fiell que afirma ter sido agredido e preso pela polícia dois meses após a publicação da Cartilha de Abordagem Policial.

Curiosamente, dois meses após a divulgação do material, o músico foi preso no Santa Marta por desacato. “Uma dúzia de policiais invadiu o bar do meu sogro, onde acontecia uma roda de pagode, para desligar o som e expulsar todo mundo. Aproximava-se- das 2 da manhã, a hora-limite- estabelecida por eles para o fim de qualquer evento na favela. Peguei o microfone para protestar e fui agredido. Depois deram voz de prisão e me enfiaram no camburão.” À época, o Twitter oficial das UPPs informou, em resposta às perguntas enviadas por internautas, que o “MC Fiell foi autuado por perturbação

⁴⁶ Essa é uma citação da Terra Magazine publicada em 28 jun. 2010. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4529503-EI6594,00.html>. Acesso em: 10 ago. 2012.

⁴⁷ Ibidem.

da ordem após resistir ao pedido da UPP para que o som do bar do seu sogro fosse diminuído.”⁴⁸

Esse tipo de ocorrência leva os pesquisadores a citar a postura policial como um dos entraves à evolução da política de segurança pública representada pela UPP. A conquista da confiança dos cidadãos pode ser a grande inovação das UPPs, em sua dimensão social, que dependerá do Estado ser capaz de estabelecer um grau de confiança com as redes sociais, com as associações de moradores e com os moradores de um modo geral. Esse é o ponto decisivo. Segundo Misse (2012), se a polícia se colocar como uma força apenas externa à comunidade, ela não vai conseguir nada. Muitas vezes a comunidade vai se sentir até, eventualmente, mais segura com alguns criminosos nascidos e criados lá do que com a própria polícia. (MISSE, 2012)

O pesquisador conclui afirmando que

É preciso que a polícia saia dessa posição de uma força externa para se transformar numa polícia daquela comunidade. Uma polícia daqueles cidadãos. Uma polícia comunitária, no melhor sentido da palavra. Uma polícia de vizinhança, uma polícia em que os moradores se vejam representados naqueles guardas, que respeitem aqueles guardas, tenham aqueles guardas como pessoas que estão cuidando da proteção de seus filhos e de seus vizinhos. Mas, se a população vir aqueles guardas como corruptos, como violentos e arbitrários, então não haverá solução para as UPPs. (MISSE, 2012)

3.3.2 Revista Veja

A busca com os termos “upp +providência” e “upp+santa marta” no acervo digital da Revista Veja resultou em doze itens, considerando o período de 01 de novembro de 2008 a 30 de julho de 2012. Foram consideradas, exclusivamente, as matérias das editoriais da revista, sendo os blogs de seus articulistas descartados.

As matérias têm características bem distintas daquelas resultantes da busca na Revista Carta Capital, são curtas, as entrevistas são raras e quando acontecem são curtas, na maioria das vezes ocorrem depoimentos curtos. Em função da diferença de estrutura, a análise das mesmas também se dará de forma diferenciada. As matérias tendem a ser pouco analíticas e limitam-se a expor uma

⁴⁸ Essa é uma citação da Carta Capital publicada em 6 set. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/paz-ou-medo/>. Acesso em: 10 ago. 2012.

versão dos fatos, mas não estimulam a análise dos mesmos, dada a sua forma sintética.

Com o título “UPPs passam a ser tratadas como ‘atração turística’”, a Revista Veja publicou, em 20 de agosto de 2010, uma matéria⁴⁹ comentando o lançamento do Projeto Rio Top Tour, desenvolvido conjuntamente pelo Ministério do Turismo e o Governo do Estado. O objetivo do projeto era, e continua sendo nos dias atuais, estimular o turismo nas favelas pacificadas.

O texto ressalta, inicialmente o benefício da pacificação e faz uma clivagem clara entre mocinhos e bandidos na questão da segurança pública do Rio de Janeiro.

Boa parte das favelas cariocas está encarapitada sobre os morros da cidade, de onde se tem vistas espetaculares. Durante décadas, essa localização serviu para transformá-las em abrigo seguro para traficantes. Recentemente, esses territórios começaram a ser recuperados para a cidade por meio de uma política de segurança calcada na implantação de UPPs, as Unidades de Política Pacificadora, que encravam batalhões de policiais onde antes a bandidagem reinava. Foi uma iniciativa louvável, que tem se mostrado eficaz.⁵⁰

Posteriormente, o texto cita a precariedade das condições sociais de vários moradores do Morro Santa Marta, primeira favela a receber o projeto.

Os benefícios e lacunas da política de pacificação estão às claras em qualquer visita às favelas. A constatação óbvia é a de que o controle territorial por criminosos acabou. Mas quem sobe o morro percebe que, a despeito dos avanços no quesito segurança, a favela está longe de ser algo do qual a cidade deve se orgulhar. “Sinceramente, não sei o que tanto interessa a eles aqui”, afirma a dona-de-casa Josefa França de Figueiredo, moradora do Dona Marta, em Botafogo, que recebeu a primeira UPP.⁵¹

Dez dias depois, a Veja retoma o mesmo assunto sob o título “Lula quer cortar o nome ‘favela’ das cidades brasileiras”. Em matéria mais longa, enumera as personalidades presentes e o esforço que fizeram para destacar a atuação do Governador Sérgio Cabral no projeto. Por estar se recandidatando ao cargo de

⁴⁹ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 20 ago. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/upps-passam-a-ser-tratadas-como-%E2%80%98atracao-turistica%E2%80%999>. Acesso em: 15 ago. 2012.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

governador, Cabral estava impedido de comparecer por causa das eleições que se avizinhavam. Ao longo do texto, o nome do Governador é citado três vezes, enquanto o nome do projeto que supostamente motivava a reportagem foi citado uma única vez.

O Rio Top Tour, lançado no Dona Marta, deve ser estendido a todas as favelas que receberam UPPs. O projeto recebe recursos do Ministério do Turismo e do governo do estado para capacitar jovens das próprias comunidades para guiar visitantes.⁵²

A integração da favela à cidade foi destacada em dois momentos, no discurso da Primeira Dama do Estado e pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Adriana Ancelmo afirmou que “O turismo que se desenvolve aqui é local, da cidade. Tínhamos muitos moradores de Botafogo que não podiam vir aqui.”. Lula, por sua vez, ressaltou que uma comitiva presidencial que nunca tinham pensado em subir o morro estava lá graças a implantação e êxito das UPPs.

Em outubro de 2010, com o título “Rio registrou queda de homicídios no primeiro semestre”, *Veja* publica uma matéria⁵³ dedicada à divulgação de índices da violência urbana.

Nos seis primeiros meses desse ano, foram 2.552 homicídios dolosos contra, 3.198 no mesmo período do ano anterior. Já o número de homicídios dolosos por tiro caiu de 2.295 para 1.810 – uma redução de 485 mortos, ou 21,1%. Embora o ISP não analise as causas dessas quedas, o governo do estado relaciona a mudança à introdução de um novo elemento na política de segurança pública do estado: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).⁵⁴

A reportagem supunha que outro importante índice da segurança pública havia caído em função da atuação das UPPs: o número de policiais mortos.

Entre dezembro de 2008 e junho de 2009, foram inauguradas as quatro primeiras das 12 UPPs que estão em atividade atualmente. [...] A marca registrada do processo de pacificação das favelas é a

⁵² Essa é uma citação da Revista *Veja* publicada em 30 ago. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/lula-quer-cortar-o-nome-favela-das-cidades-brasileiras>. Acesso em: 15 ago. 2012.

⁵³ Essa é uma citação da Revista *Veja* publicada em 20 out. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/rio-registrou-queda-de-homicidios-no-primeiro-semester>. Acesso em: 15 ago. 2012.

⁵⁴ *Ibidem*.

tomada de áreas dominadas pelo tráfico sem, na maioria das vezes, a necessidade de disparar sequer um tiro. Essa peculiaridade também pode ser a responsável pela queda de outro índice, o número de policiais mortos em serviço. Entre os policiais militares, foram cinco mortes no primeiro semestre de 2010 contra 16 na primeira metade do ano passado; e, entre os civis, a redução foi de sete para três.⁵⁵

Embora curta, a matéria ressaltava as qualidades das UPPs e se embasava em dados oficiais. Nenhuma entrevista contra ou a favor das informações apresentadas foi agregada, mas os pontos positivos das UPPs eram enfatizados.

Em 10 de novembro de 2010, a revista volta ao tema do turismo nas favelas publicando “Governo do Rio quer atrair turistas às favelas”. O texto⁵⁶ apresenta as excursões em favelas como um produto inovador em um mercado altamente aquecido como é o turismo carioca.

Os percursos são uma alternativa interessante ao já conhecido circuito do Rio de Janeiro, que inclui símbolos como o Pão de Açúcar, a estátua do Cristo Redentor e as praias. Construídas nas encostas dos morros, as favelas têm vistas impressionantes da cidade. Também permitem ver como vive 20% da população carioca e entrar no patrimônio cultural e musical do Brasil.⁵⁷

A matéria prossegue informando que o objetivo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) é “expulsar os traficantes que controlam as comunidades.” E o governador, já reeleito, reforça a mensagem.

Até 2014 vamos levar as UPPs a todas as comunidades do estado do Rio que são controladas por delinquentes. [...] É um momento novo para o Rio, que dará aos visitantes a liberdade de poder conhecer melhor a cidade.⁵⁸

O Projeto Rio Top Tour e suas vantagens foram reapresentados e, mais uma vez, é sinalizado o estado de exceção em que os moradores daquela favela viviam antes da “pacificação”.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 10 nov. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/governo-do-rio-que-atrair-turistas-as-favelas>. Acesso em: 15 ago. 2012.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

Em agosto, a secretaria de Turismo do Rio de Janeiro colocou em marcha um programa na favela Santa Marta – o primeiro bairro a formar parte do projeto da UPP – para capacitar os moradores como guias turísticos. Desde a criação do projeto Rio Top Tour, a favela, que já foi controlada pelo Comando Vermelho se converteu em um centro turístico e recebeu 4.500 visitantes no primeiro mês do programa. Em toda Santa Marta foram instaladas placas em inglês e agora há 30 atrações turísticas no morro.⁵⁹

Contrastando com o otimismo geral da reportagem, uma socióloga lembra que "muitos estão céticos sobre quanto tempo irão durar esses supostos benefícios depois que passarem a Copa e as Olimpíadas.". Mas, o tom otimista é recobrado com a declaração de um padeiro, morador da comunidade.

Apesar das incertezas sobre o plano do governo, moradores das favelas como Humberto Alves de Barvollio são otimistas. "A chegada dos estrangeiros me ajudou muito", disse esse padeiro, enquanto repartia sonhos a um grupo de turistas. "Especialmente se compram duas ou três coisas."⁶⁰

Em dezembro do mesmo ano, a revista publica "Bancos miram em clientes de favelas pacificadas no Rio", mostrando os planos de Bradesco, Caixa e Banco do Brasil para criar agências nas favelas.

Depois da polícia, vem o mercado. A pacificação das favelas do Rio de Janeiro tem aberto, para o setor privado, portas que por décadas foram fechadas pelo tráfico. Um exemplo desse tipo de iniciativa é o cronograma de criação, pelo Bradesco, de dez novas agências em favelas do Rio nos próximos meses – algumas já pacificadas, como Cidade de Deus e Dona Marta.⁶¹

Na matéria são citados os serviços a serem oferecidos prioritariamente às comunidades. Segundo os dirigentes bancários, a abertura de contas correntes e poupanças, a venda de seguros, a legalização de pequenos negócios e o microcrédito estão entre os serviços que despertam maior interesse entre os moradores.

A matéria reproduz uma nota da Caixa Econômica onde são expostos os objetivos e as motivações da empresa.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 13 dez. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bancos-miram-em-clientes-de-favelas-pacificadas-no-rio>. Acesso em: 15 ago. 2012.

A Caixa estará presente com a agência, com casas lotéricas e terminais de atendimento eletrônico. Nossa expectativa é de identificar oportunidades de crescimento da nossa rede na região. Também queremos atender a população em todas as suas necessidades bancárias, como na abertura de contas, concessão de crédito, apoio à pequena e micro empresa, FGTS, PIS, Seguro Desemprego, Bolsa Família e Bolsa Família Carioca.⁶²

A reportagem narra também a chegada das empresas de tevê a cabo nas favelas e as estratégias adotadas por essas para conquistar os consumidores.

A Sky é uma das empresas de TV por assinatura que pretendem lucrar com a paz. Para isso, chegou a criar um pacote com tarifa especial para atender exclusivamente as favelas pacificadas. Trata-se do “Sky UPP”, que, por 44,90 reais, oferece 89 canais, incluindo sete dos dez mais assistidos na TV paga. O serviço já está disponível nas treze localidades com Unidades de Polícia Pacificadora.⁶³

Em 3 de junho de 2011, na editoria Música, é publicado “Abraçado pelo poder público, o funk diz ‘créu’ aos detratores”. A matéria⁶⁴ aborda a discussão sobre a liberação dos bailes funks nas favelas pacificadas que extrapolou os limites das favelas e chegou à Assembleia Legislativa. Um dos sinais da superação dos preconceitos, citados na matéria, era a preparação de um edital da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro para apoio ao gênero musical.

O texto é pontuado por expressões de impacto feitas pela Secretária de Cultura do Estado do Rio, Adriana Rattes, como “O funk está na agenda” e

O que aconteceu no Rio, historicamente, é que a partir do momento em que o funk foi perseguido e encurralado nas comunidades dominadas pelo tráfico, ele passou a ter apenas aquele universo com que se relacionar.⁶⁵

O MC Leonardo, autor de “Tá Tudo Errado”, canção que encerra o filme Tropa de Elite 2 conclui a matéria no mesmo espírito da Secretária afirmando

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 3 jun. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/abracado-pelo-poder-publico-o-funk-diz-%E2%80%98creu%E2%80%99-aos-detratores>. Acesso em: 16 ago. 2012.

⁶⁵ Ibidem.

O proibidão e o sexo nas letras são resultado de como o funk vem sendo tratado nesses anos todos. Quem vive nas favelas convive com a barbárie, da milícia, da polícia e dos traficantes. Ele vai pegar o microfone e cantar o quê, “Alvorada lá no morro que beleza?”⁶⁶

A tônica da cidade partida e dos esforços de integração permeia toda a matéria e, mais uma vez, enfatizam o papel primordial das UPPs como estratégia de resgate das comunidades sob o domínio do tráfico.

Em agosto de 2011, duas matérias foram publicadas sobre a festa das debutantes do Morro da Providência. Na primeira⁶⁷, publicada pela editoria Rio de Janeiro, a festa realizada no Museu Histórico Nacional, no centro do Rio é apresentada como

forma de dissuadir as meninas, que pediam a volta nos bailes funk após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A ideia deu certo e as jovens articularam junto à UPP a realização de uma nova edição.⁶⁸

O espírito comunitário foi destacado através da aquisição do buffet com a ajuda dos moradores da favela. O esforço de entrosamento da polícia com a comunidade foi mostrado no texto através da informação de que os “príncipes” (rapazes que dançam com as debutantes) eram policiais civis da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e através de fotos, que mostram policiais (Figura 2) e o Secretário de Segurança (Figura 3) dançando com as debutantes.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 19 ago. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/valsa-em-vez-de-funk-pelo-menos-na-festa-de-15-anos>. Acesso em: 16 ago. 2012.

⁶⁸ Ibidem.

Figura 2: Policial do Core dança com debutante do Morro da Providência



Fonte:Veja⁶⁹

Figura 3: Secretário de Segurança dança com debutante do Morro da Providência



Fonte: Veja⁷⁰

⁶⁹ Foto publicada na Revista Veja em 20 ago. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/jovens-terao-baile-de-debutante-no-morro-da-providencia>. Acesso em: 16 ago. 2012.

⁷⁰ Ibidem.

A segunda matéria⁷¹ sobre o evento, “Jovens terão baile de debutante no morro da Providência”, reiterava o patrocínio prestado por várias empresas e as doações dadas através do site “Benfeitoria” (www.benfeitoria.com), uma plataforma brasileira de engajamento coletivo em projetos que promovam um bem comum baseado em financiamento coletivo e colaboração em massa. Aqueles que contribuíram pelo site ganharam como prêmio, um passeio pela comunidade.⁷²

Em novembro daquele ano, a Revista Veja abriu espaço para as reclamações dos moradores sobre a baixa qualidade e o alto custo dos serviços públicos e privados prestados na favela. Apesar de elencar vários problemas que quatro anos após a pacificação ainda afligem o Morro Santa Marta, a matéria “Primeiros ‘clientes’ da UPP ainda cobram presença do estado” fazia uma ressalva:

No cálculo final dos resultados da empreitada, os moradores do Dona Marta têm, de positiva, a sensação de que passaram a fazer parte da cidade. A retomada daquele território pelo estado refletiu-se em mais segurança e numa expressiva valorização dos imóveis. Uma casa que há três anos podia ser comprada por 20 mil reais, hoje não sai por menos de 80 mil reais. Mas, apesar do tamanho relativamente reduzido da favela, a chegada do estado na forma de provedor de serviços ainda é lenta, limitada, e traz custos financeiros que nem todos estão preparados para suportar.⁷³

A análise da autora concebe a valorização dos imóveis como um fato positivo desvinculado do aumento do custo de vida local. E, ressalta que “Antes da ocupação do Dona Marta, o morro tinha, além do tráfico de drogas, a marca da clandestinidade em todo tipo de serviço básico. Os moradores desenvolviam suas estratégias – ou gatos - para ter acesso a água, luz e canais fechados de televisão.”

A conclusão da matéria surpreende ao envolver expressões como “descompasso no terreno do comportamento” e “choque cultural” para se referir a reação dos moradores às proibições e aos aumentos dos valores de serviços públicos e privados.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 20 ago. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/jovens-terao-baile-de-debutante-no-morro-da-providencia>. Acesso em: 16 ago. 2012.

⁷³ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 18 nov. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/primeiros-%E2%80%98clientes%E2%80%99-da-upp-moradores-do-dona-marta-ainda-cobram-presenca-do-estado>. Acesso em: 16 ago. 2012.

Outro descompasso acontece no terreno do comportamento. A segurança que a presença da polícia garante tem como contrapartida um choque cultural. O Dona Marta ainda não se acostumou – e provavelmente não se acostumará – às novas regras, que limitam horário de som e fazem exigências rígidas para a realização de baile funk. Particularmente para os jovens, este é um entrave na convivência com a polícia. O comandante das UPPs, coronel Rogério Seabra, diz que no início da ocupação, há três anos, houve muito problema de desacato à autoridade. Agora, a convivência é mais tranquila. “É claro que em três anos o Dona Marta não poderia virar um nirvana”, diz Seabra. “Mas é um caminho. É um processo longo, mas necessário, e por isso continuamos. “virar um nirvana”, diz Seabra. “Mas é um caminho. É um processo longo, mas necessário, e por isso continuamos”.⁷⁴

Reiterando o enfoque comercial das UPPs, a editoria de Economia publicou em 14 de dezembro um especial intitulado “No Rio, empresas sobem o morro em busca de consumidores”. Juliana Schincariol, autora da matéria, dividiu em “ondas” os serviços ofertados para as favelas “pacificadas”. Na primeira onda teriam subido o morro as empresas de luz, telefone, gás e TV por assinatura. Na segunda onda, os bancos e o mercado varejista.

O mercado consumidor da favela é mostrado como promissor dada a sua renda média e o vínculo produtivo com o mercado de trabalho.

Levantamento do Sistema Firjan, que representa as indústrias do Estado do Rio, mostra que a renda per capita nas favelas é de 556 reais - que se compara ao salário mínimo nacional hoje de 545 reais. A pesquisa foi feita em nove comunidades pacificadas, de cerca de 20 que já contam com UPPs, e mostrou ainda que mais de 80 por cento da população possui uma ocupação.⁷⁵

Mais uma vez, é citada a libertação dos moradores do jugo dos traficantes.

Sob o domínio de traficantes, funcionários e prestadores de serviço das companhias eram impedidos de exercer suas atividades nas favelas. Após a ocupação pelo poder público, as companhias passaram a ser atuantes nas comunidades carentes.⁷⁶

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 14 dez. 2011. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/especial-no-rio-empresas-sobem-o-morro-em-busca-de-consumidores>. Acesso em: 17 ago. 2012.

⁷⁶ Ibidem.

A Light, prestadora de serviço de energia elétrica, é apresentada como uma das grandes mártires dos traficantes, mas apesar disto a empresa se compromete a dobrar os investimentos nas comunidades em 2012.

A Light é uma das empresas mais penalizadas no Rio por ligações clandestinas, conhecidas como "gatos". As perdas não técnicas em 12 meses até setembro representaram quase 41 por cento da energia faturada pela companhia no mercado de baixa tensão.⁷⁷

A distribuidora de energia prevê um investimento de 75 milhões de reais na construção de redes, instalação de equipamentos, transformadores, medidores e outros itens nas comunidades.

A busca por lucros nas comunidades ocupadas é tema, também, da matéria "A tropa da elite sobe o morro". A matéria relata uma festa mensal realizada no Morro Santa Marta para jovens "do asfalto" e os contrastes entre esses e a comunidade.

A festa é livre, é bom lembrar. Mas nem todo mundo tem liberdade para gastar 100 reais no ingresso - valor do último lote, para quem compra na bilheteria. O evento no Dona Marta acontece uma vez por mês. [...] As figuras de conhecidos sambistas pintadas em uma parede lateral tornavam-se um jogo de adivinhação para os recém-chegados. Em comum com o lado de fora, apenas o calor. Não há ar-condicionado na quadra e a ventilação é precária.⁷⁸

O promotor da festa, Bruno Malta, afirma que "O pessoal quer sentir a experiência e dizer: 'Estou na favela!'". A matéria deixa claro que os convidados buscam o lugar pelo exotismo ou a "aventura", mas evitam qualquer tipo de integração com a comunidade local. Festas desta natureza se proliferam pelas favelas pacificadas da cidade, no entanto, a percepção dos moradores sobre tais eventos nem sempre é positiva com veremos mais a frente.

As pesquisas de opinião também renderam muitas reportagens sobre o Rio de Janeiro e as UPPs em geral. Em 26 de abril, uma dessas matérias comentava os resultados da pesquisa "encomendada pela agência de publicidade NBS como parte

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 2 mar. 2012. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/a-tropa-da-elite-sobe-o-morro>. Acesso em: 17 ago. 2012.

de uma campanha para incentivar o investimento de empresas privadas nos regiões mais carentes, antes dominadas por grupos de traficantes”.⁷⁹

A pesquisa, segundo publicado na revista, verificou que 74% dos entrevistados afirmavam se sentir mais seguros do que há três anos, antes da instalação das UPPs. Apenas 8,1% dos cariocas avaliam com pessimismo essa nova política de segurança pública. Quase metade dos entrevistados, 47%, afirmavam já ter visitado uma das comunidades pacificadas. E, mais, “Entre os moradores que já visitaram uma favela em que o poder do tráfico foi substituído por UPPs, a pesquisa mostra que 98,3% dos entrevistados consideraram a experiência como positiva.”⁸⁰. Não é citado na matéria se esse percentual se mantém se consideradas apenas as respostas de moradores das favelas pacificadas. Não se fala sequer se houve essa segmentação na pesquisa.

A divulgação da pesquisa fazia parte da apresentação do Projeto Rio+Rio e contou com a presença de José Mariano Beltrame, o Secretário Estadual de Segurança Pública. A matéria é encerrada com um convite do diretor de criação da agência NBS às empresas e empresários.

O projeto procura aproveitar o bom momento que o Rio de Janeiro está vivendo para oferecer algo importante para a cidade. Estamos convidando investidores para que faça parte desta transformação social.⁸¹

3.3.3 O Jornal O Globo

Adotando os mesmos critérios de busca – termos “upp +providência” e “upp+santa marta” – foram encontrados trinta e quatro itens no acervo digital do Jornal O Globo, considerando o período de 01 de novembro de 2008 a 30 de julho de 2012.

⁷⁹ Essa é uma citação da Revista Veja publicada em 26 abr. 2012. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/carioca-se-sente-mais-seguro-com-instalacao-de-upps-revela-pesquisa>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

A primeira matéria⁸² que atendeu aos critérios de busca, datada de 9 de agosto de 2009, relatava casos de pessoas expulsas pelo tráfico que retornavam às suas comunidades após a pacificação. O Morro Santa Marta se destacava nessa nova dinâmica populacional.

Em 26 de novembro de 2011, o tema seria retomado⁸³ sob a ótica do crescimento habitacional nas favelas pacificadas, abordando o crescimento vertical e descontrolado nestas comunidades. Segundo o Presidente da Associação de Moradores do Morro Santa Marta, a população local teria aumentado em 50%.

Aqui no Marta, devido aos confrontos, cerca de dois mil moradores haviam abandonado suas casas. Com a ocupação, eles retornaram. Estamos, digamos, com a capacidade máxima. Não dá nem para receber visita — brinca o presidente da Associação de Moradores, José Mário Hilário dos Santos.⁸⁴

O comandante da UPP, Rodrigo Andrada, afirmou que

As lajes viraram investimento. Em razão do muro que foi erguido para impedir que as construções avançassem sobre a mata e da delimitação criada pelo próprio plano inclinado, não há mais crescimento horizontal, mas está acontecendo o crescimento vertical. Já informei o problema ao Pouso (Posto de Orientação Urbanística e Social da prefeitura).⁸⁵

Em março do ano seguinte, O Globo faz a cobertura do lançamento da Cartilha de Abordagem Policial desenvolvida por moradores com o auxílio de diversas instituições, como já relatado na seção dedicada à Revista Carta Capital. Segundo a matéria, na ocasião, o Presidente do Grupo Eco e um dos organizadores do trabalho ponderou que a cartilha não era contra a polícia, mas a favor dos moradores do Morro Santa Marta. Para ele, o texto, que mostra, com auxílio de

⁸² Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/imoveis/moradores-expulsos-pelo-trafico-ja-ensaiam-volta-para-casa-parentes-de-bandidos-nao-sao-3206545#ixzz2FEarod7w>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸³ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upps-impulsionam-crescimento-habitacional-nas-comunidades-3331240#ixzz2FF3wAuAF>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸⁴ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/imoveis/moradores-expulsos-pelo-trafico-ja-ensaiam-volta-para-casa-parentes-de-bandidos-nao-sao-3206545#ixzz2FEarod7w>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸⁵ Ibidem.

ilustrações, situações como revistas abusivas, invasões de casas de forma arbitrária, ajuda e qualifica as relações dos moradores com a polícia.⁸⁶

Ainda no mês de março, a urbanização do Morro da Providência era tema de matéria⁸⁷ que abordava a reurbanização do Morro da Providência cujo projeto apresentado incluía a construção de dois teleféricos, um plano inclinado e a remoção de quase metade das famílias, cerca de 800 das duas mil que lá residiam.

O Secretário de Urbanismo justificava os números da seguinte forma:

As casas da localidade de Pedra Lisa, uma área de grande risco, vão sair de lá. Outras, com problemas estruturais, também. A maioria dos moradores poderá viver em unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Não haverá pessoas transferidas para longe da Providência. A União tem dois terrenos na Zona Portuária e há ainda duas áreas de garagem de ônibus. [...] A reurbanização da Providência é fundamental para a revitalização da Zona Portuária.⁸⁸

Ao afirmar que a remoção dos moradores – item essencial no processo de reurbanização da favela – é “fundamental para a revitalização da Zona Portuária”, o Secretário permite-nos entrever que o foco dessa iniciativa são os investimentos financeiros do capital privado e não o bem estar dos moradores da favela.

No dia 15 de maio de 2010, o Governo do Estado anunciava a entrada das UPPs em sua segunda etapa que consistia de ações sociais e de educação ambiental através do Projeto UPP Verde. A matéria⁸⁹ tratava da ação do Estado em relação às favelas já pacificadas.

Depois de livrar 17 comunidades do poder de traficantes e milicianos (até o fim do ano serão 19), permitindo a entrada de serviços básicos, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) entra numa nova etapa: a implementação de políticas sociais e de desenvolvimento sustentável nas regiões ocupadas.⁹⁰

⁸⁶ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 18 mar. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-do-dona-marta-recebem-cartilha-sobre-como-lidar-com-pms-3037245#ixzz2FEwpNHEZ>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸⁷ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 28 mar. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/morro-da-providencia-sera-reurbanizado-ganhara-dois-telefericos-plano-inclinado-3032742#ixzz2FFF3xGhZ>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 15 mai. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/programa-das-upps-entra-em-sua-segunda-etapa-com-aco-es-sociais-de-educacao-ambiental-3008382#ixzz2FF9caY4J>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹⁰ Ibidem.

O projeto que, segundo a matéria teria início no Morro Santa Marta, contaria com a participação de moradores e universitários de outras localidades como multiplicadores. O foco dos multiplicadores seria o desenvolvimento de ações preventivas, nas áreas de saúde e preservação ambiental, com a comunidade.

Em matéria de 23 de maio, o rapper Fiell, um dos autores da Cartilha de Abordagem Policial do Santa Marta, acusa policiais da UPP de o terem agredido e detido durante a realização de um evento na favela. O morador afirmou que

Os policiais desligaram o som à 1h55 da madrugada, cinco minutos antes do estipulado. Tentei argumentar, mas fui agredido, arrastado e autuado por desacato. Levei tapas na cara, socos e pontapés. Minha esposa pediu para me acompanhar e também foi jogada na caçamba e autuada.⁹¹

No dia seguinte, nova matéria⁹² pautava o incidente e justificava a ação policial em virtude de denúncias contra o evento feitas por telefone à comandante da UPP. Em 03 de maio do ano seguinte, o Rapper Fiell novamente estaria envolvido em um incidente com a polícia em função de ter colocado no ar a Rádio Santa Marta. Segundo os policiais federais que o detiveram, a rádio era pirata⁹³.

Cabe ressaltar que as informações colhidas no campo durante a pesquisa dão conta de que na época do incidente, a rádio já funcionava há um ano e a UPP estava instalada no Morro Santa Marta há quase três.

Em 30 de setembro, mais uma matéria⁹⁴ envolvendo o Rapper Fiell é publicada falando sobre as UPPs, direitos humanos e o lançamento de "Da favela para as favelas", livro de sua autoria.

Sobre as UPPs, o rapper afirmava que

⁹¹ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 23 mai. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rapper-acusa-policiais-de-upp-de-agressao-3004044#ixzz2FExZsWVd>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹² Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 3 mai. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-diz-que-rapper-contr-upp-3003465#ixzz2FEy27vly>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹³ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 30 set. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/rapper-do-morro-dona-marta-detido-por-levar-ao-ar-radio-pirata-2774625#ixzz2FEyOYLuy>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹⁴ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 30 set. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mc-fiell-fala-sobre-upps-direitos-humanos-seu-recem-lancado-livro-da-favela-para-as-favelas-2787887#ixzz2FF4d3bh3>. Acesso em: 20 ago. 2012.

UPP é polícia, repressão. Nunca vai melhorar enquanto houver corrupção no país. Pode ter projeto novo, mas os policiais são antigos. Qualquer evento ou manifestação que a gente quer organizar tem que pedir autorização para a polícia: isso é ditadura. [...] Eu, como morador, não posso fazer baile funk. Os novos donos da favela são a polícia.⁹⁵

Sobre o fechamento da Rádio Santa Marta, ele afirma

A Rádio Santa Marta ia completar um ano. A Polícia Federal e a Anatel estiveram lá e apreenderam o equipamento sem mandado. Eles praticam o roubo mesmo. Como responsável pela rádio fui julgado e estou pagando cestas básicas e prestando serviços sociais. Não posso ficar mais de 15 dias fora do Rio sem autorização da Justiça. Milhões de rádios funcionando sem concessão e ninguém é punido. Só a nossa, que prestava um serviço comunitário.⁹⁶

Distante de temas polêmicos, a matéria⁹⁷ publicada em 29 de maio de 2010 abordava a valorização dos imóveis em decorrência da implantação das UPPs. “Imóveis em favelas com UPP sobem até 400%” relata a alta dos imóveis e dois casos de moradores de favelas pacificadas que investiram na compra, ampliação e reforma de imóveis a fim de aproveitar a “bolha imobiliária”.

Diante das condições do mercado, o Secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Régis Fichtner, afirma que a valorização de locais que deixam de ser violentos é comum, mas o aumento de preços das favelas pacificadas o surpreendeu. Ele conclui que o único fator que impedia a valorização imobiliária das favelas era a violência⁹⁸. Questões como infraestrutura e serviços básicos foram secundarizados na fala do Secretário.

Também consultado, o Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Rio (IAB-RJ), destacou a importância da presença efetiva da Prefeitura nas

⁹⁵ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 3 maio 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-diz-que-rapper-contra-upp-3003465#ixzz2FEy27vly>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹⁶ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 30 set. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/rapper-do-morro-dona-marta-detido-por-levar-ao-ar-radio-pirata-2774625#ixzz2FEyOYLuy>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹⁷ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 29 maio 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/imoveis-em-favelas-com-upp-sobem-ate-400-3001504>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁹⁸ Ibidem.

comunidades ocupadas para orientar os moradores, fazer cumprir normas de construção e conter a expansão das favelas.⁹⁹

Retomando os temas culturais, O Globo publica sob o título “UPP: prêmio para o melhor réveillon na laje”, a matéria de Isabel de Araújo que anuncia um conjunto de eventos promovidos pela Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer. O primeiro deles consistia em um concurso da melhor “Festa da Virada na Laje” que seria escolhida a partir de critérios definidos pelo conjunto dos moradores de todas as favelas pacificadas.

O segundo evento anunciado foi o festival “Jazz nas Cinco Estações”, no Morro Santa Marta. As cinco estações referem-se a quantidade de paradas do plano inclinado onde, segundo a reportagem, se apresentariam músicos de renome internacional. Também no Santa Marta, anunciava-se a exploração do ecoturismo.

através de uma trilha que começa próximo à sede da UPP e segue em direção ao mirante do Dona Marta. A secretaria de Turismo anunciou que vai treinar os guias e já encomendou marcadores para os turistas não se perderem nem danificarem a vegetação. A trilha vai ser incluída no mapa com os atrativos da área.¹⁰⁰

A Secretária de Estado afirmou que o foco do governo é “incentivar o turismo na região para gerar oportunidades de trabalho aos moradores”. Segundo a matéria,

Desde a inauguração do projeto turístico de inclusão social, o Rio Top Tour, para organizar a visita no Santa Marta, o local já recebeu 2.587 visitantes - a maioria estrangeiros. A demanda de turistas é tamanha que o Sebrae já estuda abrir uma nova turma de monitores para recepcionar os visitantes. A iniciativa é uma parceria entre o Governo do Estado, o Sebrae, o Ministério do Turismo e a Investe Rio.¹⁰¹

A vocação turística da favela estaria levando as empresas investidoras a iniciar mais uma turma de guias locais. A primeira turma com cinquenta e oito alunos estaria se formando naquele mês.

A Secretária de Turismo informou também que o Morro da Providência, próxima favela a receber o projeto turístico pelo cronograma inicial, seria preterida

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 16 set. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-premio-para-melhor-reveillon-na-laje-2951538>. Acesso em: 20 ago. 2012.

¹⁰¹ Ibidem.

pela favela Pavão-Pavãozinho que estaria recebendo 4.500 turistas por mês e por isso mostrava mais urgência na capacitação de pessoal.

Esse excepcionalismo permite inferir que a lógica do projeto de turismo nas favelas não se constrói em favor do desenvolvimento local e sim do atendimento a tendências externas que podem se opor ou até anular as demandas dos moradores.

A UPP da Providência ganhou novo espaço na pauta de O Globo no dia 24 de setembro com a divulgação dos resultados alcançados pela equipe de karatê da favela. O cabo da Polícia Militar, lotado na UPP e professor dos onze medalhistas, declarou:

Não pensei que seria tão bom. Todos ganharam medalhas. Temos três campeões brasileiros agora. E isso nem é o mais importante. O bom é ver essas crianças verdadeiros samurais, ajudando uns aos outros, quando antigamente era cada um por si na comunidade.¹⁰²

Em outubro, uma nova matéria falando sobre a vocação turística das UPPs é publicada com o título “Com pratos fartos e preços convidativos, bares de comunidades com UPP querem atrair turistas”. A gastronomia das favelas com UPP é comentada pela Secretária de Turismo, Esporte e Lazer.

Ela explicou que, de olho na veia turística que as UPPs representam, já está levando para os profissionais dessas comunidades cursos de formação em gastronomia e manipulação de alimentos. Os cursos, a princípio, segundo ela, serão ministrados a comerciantes da Favela Santa Marta, que já está incluída no projeto Rio Top Tour. Quem concluir o curso, segundo a secretária, ganhará o selo “Amigo do Turista”.¹⁰³

Nessa reportagem, a Secretária afirma estar estudando a possibilidade de realização de um concurso com roteiro de gastronomia popular nas comunidades pacificadas. Na zona portuária, este projeto viria a se consolidar em novembro de 2012.

¹⁰² Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 24 set. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-do-morro-da-providencia-em-festa-pelos-campeoes-de-karate-2948183#ixzz2FFBeeUgV>. Acesso em: 20 ago. 2012.

¹⁰³ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 9 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/com-pratos-fartos-precos-convidativos-bares-de-comunidades-com-upp-querem-atrair-turistas-2940796>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Dando seguimento à divulgação de temas culturais ligados às UPPs, uma matéria do dia 13 de outubro abordava O Projeto Visões da Vida II que tinha como objetivo aproximar as pessoas do cinema. Segundo seu idealizador, o projeto,

atua no encurtamento da distância entre o cinema e a população brasileira, já que 92% dos municípios brasileiros não têm, sequer, uma sala de cinema.¹⁰⁴

A matéria “Após pacificação, UPP social é a aposta do secretário estadual de Assistência Social” apresenta uma entrevista com Ricardo Henriques, ainda Secretário de Estado, relatando as peculiaridades e demandas de cada uma das comunidades pacificadas, bem como os esforços da UPP Social.

Sobre os propósitos do programa nos territórios, Henriques afirma que

O primeiro passo é entender que a pacificação antecede a UPP social. Ela é pré-condição para uma política de cidadania, ou desenvolvimento social, nesses territórios. UPP social é um processo de coordenação e facilitação entre as necessidades dos territórios pacificados e as possibilidades de ação de governo, da sociedade civil e do setor privado. Há uma enorme fragilidade social nesses territórios. A gente precisa viabilizar o encontro dessas agendas.¹⁰⁵

Quando perguntado sobre as perspectivas das intervenções sociais do Estado sobre os territórios, o economista respondeu que

Não quero idealizar que vamos transformar o território da UPP numa panaceia, no melhor dos mundos. Depois de 20, 30 anos de guerra, há uma dívida enorme. Precisamos fazer esses lugares chegarem a um padrão minimamente regular da cidade. Há gerações, jovens de 20, 25 anos, que não conhecem outra realidade. A missão é, a partir da UPP social, quebrar a ideia de apartação, de cidade partida do (jornalista) Zuenir (Ventura) e, até 2016 (a gente fixou uma data simbólica), ter uma cidade integrada. Mas isso não significa resolver todos os problemas. O marco de seis anos tem a ver com dois processos: o mapa da pacificação, até 2014, mais dois anos de intervalo e as Olimpíadas.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 13 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/comunidades-recebem-cinema-itinerante-com-sessoes-gratuitas-2939819#ixzz2FF0luvoU>. Acesso em: 21 ago. 2012.

¹⁰⁵ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 17 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/apos-pacificacao-upp-social-a-aposta-do-secretario-estadual-de-assistencia-social-para-2938187>. Acesso em: 21 ago. 2012.

¹⁰⁶ Ibidem.

O Secretário segue falando do esforço de formalização dos negócios nas favelas e a necessidade de uma mudança cultural no padrão de consumo.

É tudo uma agenda de direitos e deveres. Uma das dimensões que mais explicam o processo de favelização e precarização é a informalidade. [...] Formalizar é fundamental, mas necessita de uma regra de transição. Caso contrário, eu quebro esta economia. No caso da luz, eu tenho que ter consciência de que a tarifa vai ser menor do que em outras áreas da cidade, mas será preciso aprender a consumir. Parte da classe média do Rio de Janeiro, durante o apagão, teve que mudar seu padrão de consumo. [...] Mas esse aprendizado não vai acontecer em seis meses ou um ano. É precipitado para uma história de 20 anos.¹⁰⁷

Ricardo Henriques continua afirmando que

Uma questão fundamental é a formalização. Formalizar negócios. Estamos atuando com o Sebrae e a prefeitura, com o projeto Empresa Bacana. [...] É só abrir o espaço para a formalização que as pessoas voluntariamente vão ao encontro disso. Além disso, quando a gente sai da guerra, depara-se com déficits civis, além dos econômicos e sociais. Não há um sistema de regras. Esses lugares estavam sem República. Oscilavam entre um Estado totalmente autoritário ou a anarquia. Era a anarquia do "dane-se, vire-se" ou autoritarismo que, como um juiz, decidia as punições. Há casos de brigas de casal em que as mulheres eram obrigadas a raspar a cabeça por ordem do tráfico ou da milícia.¹⁰⁸

As estratégias utilizadas pelas empresas para atender as classes C, D e E, moradoras destas favelas é outro ponto destacado pelo Secretário.

Fizemos grandes inovações. Uma operadora passou a cobrar R\$ 44,90 num pacote com 90, cem canais. É um programa focado exclusivamente nas UPPs. Não se trata de responsabilidade social, é negócio. O empresário quer entrar nos segmentos E, D e C. Já estamos com 600 assinaturas.¹⁰⁹

O resgate dos jovens egressos do varejo de drogas, também é abordado pelo Secretário

Os donos do morro foram embora, mas ficou o jovem que estava na endolação, que ia para a escola e tirava uma grana enrolando

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

baseado. Precisamos ter um projeto sedutor para ele, que vivia numa rede de poder perverso. Era quem carregava o fuzil que ficava com a menina mais bonita do morro. A juventude desses locais tem um perfil curioso. O jovem tem grandes fragilidades, como baixíssima escolaridade, mas uma grande capacidade de iniciativa, de trabalhar em equipe e de fazer que os outros trabalhem, tudo o que o mercado de trabalho valoriza hoje. E aprenderam tudo isso no mundo do tráfico, da ilegalidade. Além da mediação de conflitos, a Casa da Justiça, que também vai começar em breve, vai focar no potencial desses jovens.¹¹⁰

Ao ser perguntado sobre “quanto tempo levará até reverter o quadro social das favelas do Rio que eram dominadas pelo tráfico”, Henriques respondeu:

Seria muito leviano dar um chute. É muito interessante, depois de dois meses, ver como as coisas estão andando muito mais rápido do que o esperado. O domínio da guerra submeteu as pessoas, inclusive seus horizontes temporais. Os jovens, com a possibilidade concreta de morte, tinham as expectativas muito reduzidas, presentificadas. O que cria um grande otimismo é ver que o represamento todo da guerra criou uma enorme dor e fragilidade, mas o oxigênio reposicionou o cenário. A vontade de viver uma vida de qualidade é maior. E, na medida que a UPP começou, o discurso da classe média do Rio também mudou. Se havia ceticismo e fatalismo, hoje todos querem cooperar. A responsabilidade do Estado é ainda maior. A ausência era decorrência da guerra e, com o fim dela, esta ausência fica nua. Não dá para ficar na pauta antiga do século 20, precisamos ir rapidamente para o século 21. Precisamos ser eficientes e coordenados. Chega da antiga amarra patrimonialista, politiqueira e cheia de bolor.¹¹¹

Em 16 de dezembro, a matéria¹¹² “Projeto Novo Telecurso forma primeira turma de educadores composta por moradores da comunidade” divulgava a formatura e o processo de aprendizagem pelo qual passou os 59 moradores da própria comunidade que passariam a atuar como mediadores pedagógicos nas telesala (O GLOBO, 2010).

Voltando as questões sociais, a matéria publicada em 18 de dezembro de 2010, afirma que o Secretário de Segurança Pública participou das festas de Natal de quatro comunidades com UPP: Providência, Santa Marta, Andaraí e Cidade de

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 16 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/projeto-novotelecurso-forma-primeira-turma-de-educadores-composta-por-moradores-da-comunidade-2909799#ixzz2FF42P8kY>. Acesso em: 21 ago. 2012.

Deus. Na primeira, ele teria acompanhado a distribuição de presentes para as crianças e inaugurado a primeira unidade do projeto Indústria do Conhecimento, ação do Governo do Estado e da FIRJAN para oferecer aulas de idiomas, informática, formação profissional, dentre outros cursos, para os moradores das comunidades já pacificadas.

O Secretário destaca a parceria da iniciativa privada afirmando que

É fundamental a participação da iniciativa privada com o governo. A Secretaria de Segurança traz a esperança para as pessoas em ter novamente um território de paz. Mais é necessário ir além e oferecer a crianças e jovens uma perspectiva. E nisso, a iniciativa privada pode ajudar.¹¹³

Para abordar uma das ações da iniciativa privada, em 19 de dezembro, O Globo publicou a matéria¹¹⁴ “Com UPPs, comunidades passam a receber iniciativas que racionalizam consumo de energia” onde se relatava mais uma vez as dificuldades, ações sociais e esforços da Companhia de Energia Light para com as comunidades pacificadas.

Dois dias após destacar a relevância dessas parcerias para o êxito das UPPs, O Globo publica “UPPs abrem caminho para economia formal nas favelas do Rio”, destacando as vantagens financeiras alavancadas pelas UPPs.

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) abriram caminho para um processo gradual de formalização de serviços e da economia local nas favelas do Rio. Além de contribuir para a regularização da chegada de água, luz e serviços como TV a cabo, projetos vêm incentivando a regularização de empresas, a qualificação da mão-de-obra local e o ingresso dos moradores no mercado de trabalho formal..¹¹⁵

O projeto Empresa Bacana, para formalização de empresas é citado e a então Subsecretária de Ações Integradas no Território e coordenadora das ações do

¹¹³ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 18 dez. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-participa-de-festa-de-natal-em-quatro-upps-2907859>. Acesso em: 21 ago. 2012.

¹¹⁴ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 19 dez. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/com-upps-comunidades-passam-receber-iniciativas-que-racionalizam-consumo-de-energia-2907879#ixzz2FF9puBZB>. Acesso em: 21 ago. 2012.

¹¹⁵ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 20 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/upps-abrem-caminho-para-economia-formal-em-favelas-do-rio-2907353>. Acesso em: 25 ago. 2012.

programa UPP Social, Silvia Ramos, afirmava que muitos têm aderido voluntariamente à formalização: “Vem desde o dono da birosca ao cara que tem uma vendinha em casa, ou a mulher do cabeleireiro”.

A subsecretária explicou que no projeto Empresa Bacana, os microempresários são atendidos por consultores que cuidam da regularização da empresa e dão dicas para a expansão dos negócios. A partir da regularização da empresa “os microempresários” passam a ter CNPJ, alvará, acesso a créditos e podem contratar funcionários com carteira assinada, afirmou a subsecretária. O projeto é resultado de uma ação conjunta da Prefeitura do Rio de Janeiro, do SEBRAE e do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon/RJ).

Outra parceria citada foi firmada entre a UPP e o Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio (SindRio)

O SindRio vai às comunidades, cadastra o currículo dos interessados e encaminha os candidatos para entrevistas de emprego. Desde novembro, o projeto passou por quatro favelas e cadastrou o currículo de mais de 308 pessoas, encaminhando 158 delas para entrevistas. Antes, elas assistem a uma palestra com dicas para se sair bem.¹¹⁶

A segunda parte da matéria ressaltava “o aquecimento da economia interna das comunidades com UPPs” onde a Sky, empresa de televisão por assinatura, divulgava o pacote Sky UPP que, segundo o Diretor de Vendas da Empresa, aumentou em 10 vezes o número de assinantes nas comunidades “pacificadas”.

Além dos “gatos” das televisões por assinatura, foram citados também os de luz e água que estavam sendo erradicados. De acordo com a matéria, a Light, estava refazendo sua rede nas favelas e incentivando o consumo consciente através do Programa Comunidade Eficiente.

No processo, lâmpadas incandescentes são trocadas pelas econômicas, geladeiras mais antigas são substituídas por novas e todos os domicílios passam a ter relógios para medir o consumo de energia elétrica.¹¹⁷

O superintendente da Light para Relacionamento com as Comunidades, afirmou que no Morro Santa Marta “antes das UPPs eram cerca de 80 domicílios

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

cadastrados. Hoje, são 1.700. Com o advento das UPPs, tivemos uma oportunidade imensa. Com o tráfico, não havia o que fazer. Fomos ameaçados várias vezes.”.¹¹⁸

O Programa Água para Todos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) também é citado. “De acordo com o presidente da empresa, a presença das UPPs facilita o cadastramento dos moradores e a melhoria do abastecimento. A pacificação favorece que os moradores caminhem para a formalidade”.

A Subsecretária Silvia Ramos encerra a matéria declarando que

Esse processo de regularização de serviços e atividades econômicas é essencial para que as favelas se tornem bairros integrados à vida normal da cidade. Para isso, é muito importante que a atividade empresarial e comercial se multiplique. As favelas não podem continuar sendo trabalhadas como espaços da carência. Queremos pensar numa favela como um espaço que pode dar lucro.¹¹⁹

Abordando diversos temas culturais, a matéria “UPP impulsiona 'samba de classe média' e restringe bailes funk” fala dos vários eventos sediados no Morro Santa Marta: o evento “Morro de Alegria”, promovido pelo bloco Spanta Neném; as atividades da Rio Top Tour e o Show de Jazz Cinco Estações, promovido pela organização não governamental Atitude Social em parceria com a Prefeitura do Rio.

Com visões diferentes, o promotor do Morro de Alegria e um morador dão depoimentos na matéria. Para Diogo Castelhão, do Spanta Neném,

o sucesso de público na favela não seria possível sem a Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs) implantada no morro Santa Marta há dois anos. [...] Nosso objetivo é trazer a galera. Existe esse mistério que ronda as comunidades. As pessoas do Rio em geral não conhecem, mas têm vontade de conhecer. Agora as UPPs facilitaram esse movimento (O GLOBO, 2010).¹²⁰

Um morador entrevistado afirmou que o valor da entrada do evento é muito alto para os padrões locais, o que impede a participação dos moradores da favela. Por isso, ele classifica o evento como pouco democrático e afirma que

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 22 dez. 2010. Disponível <http://oglobo.globo.com/politica/upp-impulsiona-samba-de-classe-media-restringe-bailes-funk-2907062#ixzz2FEucXYeV>. Acesso em: 25 ago. 2012.

Samba sempre vai ser bom, ainda mais para a gente que mora no morro e tem isso na veia. Mas isso é um evento para o pessoal da rua subir o morro [...] Acho que deveria ter uma integração maior asfalto-favela, mas não tem como participar porque é caro para a gente.¹²¹

Sobre o show de Jazz, o diretor-presidente da ONG Atitude Social, promotor do evento, afirmou que

Foi uma coisa fantástica. Você via uma pessoa da favela assistindo a algo que nunca tinha visto, o jazz, sentado ao lado de outra que está acostumada a ver jazz na Lagoa e nunca tinha estado na favela (O GLOBO, 2010).¹²²

Encerrando o ano de 2010, a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer anunciava o Concurso de fotografias "Um Novo Clique" que segundo a matéria iria "revelar paisagens antes escondidas pela violência imposta pelo tráfico de drogas".

O concurso tinha como objetivo retratar o "novo" cotidiano das comunidades. Segundo a Secretária, o concurso de fotografia

É mais uma forma de moradores e visitantes registrarem momentos inesquecíveis pelos quais muitos sequer sonhavam que poderiam passar. O réveillon deste ano será um marco na cidade. É a marca de um momento esperado há décadas no Rio de Janeiro e que, agora, tornou-se realidade. [...] Registrar a celebração do direito de ir e vir, gravar para sempre o começo de um novo tempo de transformação é o que pretendemos com a realização deste concurso, que vai premiar aqueles que olharem 2011 através de uma nova lente. A lente da paz, do amor e da esperança que hoje faz parte do dia a dia dessas 13 comunidades pacificadas.¹²³

No dia 2 de março foi publicada uma matéria com a divulgação dos resultados do concurso. Na cerimônia de premiação, realizada na quadra da escola de samba do Morro Santa Marta, o Secretário de Segurança Pública afirmou que "as centenas de fotografias retrataram com sensibilidade a realidade de paz nas comunidades. [...]"

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

¹²³ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 29 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/concurso-premiara-fotos-de-areas-pacificadas-2903498#ixzz2FF4AwWwl>. Acesso em: 25 ago. 2012.

Temos muito trabalho pela frente, mas essas fotos mostram que uma nova história já está sendo escrita.”.¹²⁴

As publicações sobre a UPP, em 2011, tem início afirmando que o número de beneficiados pelas UPPs ultrapassa a quantidade de moradores das favelas pacificadas. A matéria afirmava que 250 mil pessoas eram beneficiadas diretamente e 1,3 milhão indiretamente. Para explicar esses números, o Secretário de Segurança utilizou o Morro da Providência como exemplo.

A UPP de lá, além dos moradores, beneficia mais de 500 mil usuários dos trens da Central. Mas os benefícios não são só no número de pessoas. Há um ganho simbólico, que tem um valor difícil de mensurar.¹²⁵

Em abril de 2011, é publicada matéria que através da história de duas jovens do Morro da Providência mostra a necessidade que os jovens das favelas do Rio têm para traçar e realizar seus projetos profissionais. Para auxiliar nessa tarefa, o escritor, cineasta e diretor teatral Marcus Vinícius Faustini, desenvolveu o projeto Agência de Redes para a Juventude que atenderia a 300 jovens, de 13 a 29, moradores de seis favelas pacificadas.

O projeto consistia na oferta de oficinas e “atividades, como aulas para a elaboração de um projeto de vida, o uso de *lan houses* e um sistema que premia o aluno por participar das atividades com pontos que ampliarão os recursos destinados a seu projeto.”. Faustini explica

Funciona como um game. Todos terão um blog e serão incentivados a se expressar. E eles receberão pontos de acordo com seu desempenho, que poderão ser trocados pela ajuda dos padrinhos mágicos. Ao fim da experiência, em julho, eles deverão apresentar, de forma individual ou em grupo, projetos de intervenção em suas comunidades. E os melhores ganharão R\$ 10 mil para implementá-los.¹²⁶

¹²⁴ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 2 mar. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/um-premio-para-imagens-das-upps-2816492#ixzz2FF0YkSMu>. Acesso em: 25 ago. 2012.

¹²⁵ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 8 jan. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upps-ja-beneficiam-13-milhao-de-pessoas-2840924#ixzz2FFJTjK7w>. Acesso em: 25 ago. 2012.

¹²⁶ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 16 abr. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/projeto-vai-promover-cursos-oficinas-para-formar-novos-lideres-em-seis-favelas-beneficiadas-com-upps-2795066#ixzz2FFJwJgHE>. Acesso em: 25 ago. 2012.

E completa

No fim das contas, a ideia é capacitar o jovem para ele seguir seu próprio caminho. Não basta fazer um curso sobre o outro. É preciso também fazê-lo pensar no que ele vai fazer com estas ferramentas. No que ele quer da vida.¹²⁷

Ainda com foco nos jovens do Morro da Providência, a matéria “UPP da Providência ganha cozinha industrial para cursos profissionalizantes”, publicada em 27 de julho, fala do incremento oferecido aos cursos de cozinheiro e de auxiliar de serviços gerais que já estavam sendo oferecidos na comunidade através de uma parceria da Secretaria de Segurança com o programa Sesi Cidadania, o Riosolidario e as empresas Masam e Iesa.

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, na ocasião comentou

Estou feliz com mais esta conquista, mas não há jogo ganho. Tem pessoas que moram aqui há muitos anos e que devem estar se surpreendendo com todos os benefícios que a comunidade está tendo, mas não podemos parar por aqui.¹²⁸

Os projetos sociais da Light são novamente pautados. Desta vez, a matéria divulga o Projeto Light Recicla no qual os moradores do Morro Santa Marta e do restante do bairro de Botafogo poderão trocar lixo reciclável por descontos na conta de luz. A reportagem afirmava que

O projeto estimula a reciclagem e contribui para o desenvolvimento sustentável. A comunidade foi pacificada, mas o lixo continua nas ruas. Isso precisa ser reduzido, até para melhorar a autoestima das pessoas.¹²⁹

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 27 jul. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upp-da-providencia-ganha-cozinha-industrial-para-cursos-profissionalizantes-2710707#ixzz2FFAo1BiM>. Acesso em: 26 ago. 2012.

¹²⁹ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 10 ago. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/lixo-reciclavel-ja-pode-ser-trocado-por-descontos-na-conta-de-luz-de-moradores-de-botafogo-do-humaita-2870877#ixzz2FF2NjV9z>. Acesso em: 26 ago. 2012.

De volta às ações destinadas à juventude, a edição do dia 19 de agosto destaca o baile das debutantes do Morro da Providência¹³⁰ apresentando informações semelhantes às aquelas expostas pela revista *Veja*.

Com o título “ISP: áreas de UPPs têm redução de crimes”, a matéria publicada em 14 de setembro anuncia que os índices de criminalidade das áreas próximas às UPPs passariam a ser medidos separadamente pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

O incentivo para a desagregação dos índices vinha da queda nas estatísticas de crimes destas regiões. Segundo a matéria, os registros de homicídios, roubos e roubos a transeuntes haviam registrado quedas.

Na época, o Secretário de Segurança, afirmava

Estamos divulgando esta pesquisa que mostra que estamos salvando vidas. Quem apresenta uma solução de salvar vidas está lidando com a realidade das pessoas. O índice de homicídio influencia, inclusive, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).¹³¹

Os índices de lesão corporal dolosa, entretanto, permaneciam altos, haviam sido 1.351, em 2010, e 935, em 2011. Em algumas localidades, segundo a pesquisa, “o número de registros quase dobrou”.¹³²

Abordando a violência simbólica, a matéria intitulada “Para jovens de favelas com UPP, a pobreza é o maior inimigo” comentava os resultados de uma pesquisa encomendada pela SEASDH que buscava listar as principais dificuldades na vida cotidiana dos jovens.

A pobreza ficou em primeiro lugar (24%) na pesquisa que entrevistou setecentos jovens. Na sequência foram indicados o desemprego (10%), o tráfico de drogas (10%) e a violência (8%). A pesquisa coordenada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em parceria com a UERJ, revelou também que 44% dos jovens só trabalham e 19% só estudam e 26% não trabalham nem estudam.

¹³⁰ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 19 ago. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upp-da-providencia-fara-segundo-baile-de-debutantes-no-sabado-2687946#ixzz2FFAyU01F>. Acesso em: 29 ago. 2012.

¹³¹ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 14 set. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/isp-areas-de-upps-tem-reducao-de-crimes-2698779>. Acesso em: 29 ago. 2012.

¹³² *Ibidem*.

Relatava a matéria, que a pesquisa demonstrou também o baixo nível de letramento dos jovens que tiveram dificuldades para preencher os questionários. Os pesquisadores declararam na reportagem terem ficado surpresos em relação aos projetos futuros dos jovens das favelas, 34% afirmaram sonhar com um curso de nível superior.¹³³

Em 26 de novembro, a redução da violência é novamente abordada sob o título “UPPs reduziram homicídios em 38 bairros”. Na matéria, o Secretário de Segurança recomendava cautela em relação aos resultados e reconhecia a necessidade de outros agentes do Estado nas favelas, além da polícia. Na ocasião, o Secretário declarou que

As pessoas têm que sentir objetivamente que vale a pena estar do lado do Estado e não do lado do tráfico. Não pode ter lixo na porta de casa. Elas precisam se sentir valorizadas, não só pela presença da polícia, mas através da chegada de escolas, de luz, de água.¹³⁴

Ao ser perguntado sobre o número de pessoas que “já teriam sido libertadas do jugo do tráfico”, o Secretário respondeu “Acho que nós já temos aí perto de um milhão de pessoas livres”, o que segundo a reportagem equivaleria a duas vezes o número de habitantes de Niterói.

No dia 19 de dezembro, foram noticiadas as comemorações dos três anos da UPP do Morro Santa Marta. A matéria afirmava que o ponto alto do evento teria sido a apresentação da Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil das Comunidades Pacificadas, composta por mais de cem jovens. Na ocasião, o Secretário de Segurança afirmou que

Os planos para o futuro da pacificação serão consolidados quando a sociedade se engajar cada vez mais nesse programa. A segurança pública abre uma porta, uma possibilidade de transformação, e a sociedade tem que trabalhar com o estado, a prefeitura e a iniciativa

¹³³ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 22 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/para-jovens-de-favelas-com-upp-pobreza-o-maior-inimigo-3298717#ixzz2FFERkZro>. Acesso em: 29 ago. 2012.

¹³⁴ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upps-reduziram-homicidios-em-38-bairros-3331252#ixzz2FFKksTPP>. Acesso em: 29 ago. 2012.

privada. O Dona Marta demonstra que é possível mudar a vida dessas pessoas.¹³⁵

O coordenador da Polícia Pacificadora, coronel Rogério Seabra, também presente ao evento afirmou que

O conceito de paz deveria permear o dia a dia de todos nós, e a Polícia Militar está atuando com as UPPs neste sentido, resgatando território e demandas reprimidas da comunidade. O que testemunhamos hoje no Dona Marta é a união através da arte, oferecendo oportunidades para crianças que não tinham conhecimento sobre a música clássica.¹³⁶

A Light volta à pauta de O Globo, em janeiro de 2012, com a matéria “Light já reduziu em 90% ‘gatos’ de energia em cinco comunidades com UPPs” onde são destacados os esforços da empresa, o aumento da arrecadação de ICMS e o índice de adimplência das comunidades ocupadas.

Em relação ao ICMS, a matéria informava que só no Morro Santa Marta a arrecadação passou de R\$ 285,42 no mês anterior à implantação da UPP para R\$ 17.854,80 em dezembro de 2011.

O Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, na matéria interpreta essa dinâmica como exercício de cidadania e relata

Presenciei uma senhora me mostrando a conta dela, de taxa mínima, e ela me dizia: “ó, secretário, com isso aqui vou lá embaixo e abro um crediário”. É um instrumento de cidadania — diz Beltrame. — O que fica claro é que as pessoas querem o serviço formal, que é a garantia que ele tem de que será atendido.¹³⁷

Com o subtítulo “Paz, samba e bola na rede”, a segunda matéria de 2012 sobre as UPPs relatava a inauguração de uma escolinha de futebol na Mangueira. O texto citava que a parceria entre a Secretaria de Esporte e Lazer e a Escola de Futebol Zico 10 já havia contemplado outras dez favelas.

¹³⁵ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 19 dez. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/morro-dona-marta-celebra-tres-anos-de-pacificacao-3482298#ixzz2FEtGPH2t>. Acesso em: 29 ago. 2012.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 2 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/light-ja-reduziu-em-90-gatos-de-energia-em-cinco-comunidades-com-upps-3555758#ixzz2FFIs5ImJ>. Acesso em: 29 ago. 2012.

A matéria¹³⁸ é encerrada com o Governador enfatizando que “É uma alegria estar na quadra da escola de samba mais tradicional do Rio num clima de paz. É um orgulho realizarmos essa parceria”.

Em 27 de abril, a valorização dos imóveis volta às páginas do jornal. O vice-presidente de Assuntos Condominiais do Secovi-Rio afirmou nessa matéria que

A pacificação mexe com a autoestima da cidade e isso é importantíssimo para a economia. A sensação de segurança faz com que as pessoas voltem a circular; voltem a sair à noite e frequentar áreas onde antes tinham temor de ir. E a circulação de pessoas faz com que essas regiões voltem a ser atrativas para os negócios de setores como o imobiliário.¹³⁹

E a última matéria¹⁴⁰ que atendia aos critérios de busca desta pesquisa foi publicada em 20 de julho e comentava os resultados parciais da pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, em dezesseis favelas pacificadas, entre 2010 e 2011, com o objetivo de levantar o perfil socioeconômico destas comunidades.

Um dos dados que abre a matéria é a concentração de celulares nestes locais que chega a 92,2% no Morro do Chapéu Mangueira e 87% no Morro Santa Marta contra a média nacional de 86,5% e os 82% de média da zona sul da cidade. O Morro da Providência, no Centro, aparece em último lugar com 59% dos moradores utilizando celular.¹⁴¹

A matéria prossegue comparando o acesso dos moradores às tecnologias de informação e comunicação. Na segunda parte são apresentados exemplos de moradores que se tornaram empreendedores montando seus próprios negócios e relatando seus lucros.

¹³⁸ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 4 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/escolinha-de-futebol-de-zico-chega-mangueira-3570576>. Acesso em: 01 set. 2012.

¹³⁹ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 27 abr. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/zona-sul/a-volta-por-cima-4751636#ixzz2FExt17nN>. Acesso em: 01 set. 2012.

¹⁴⁰ Essa é uma citação do Jornal O Globo publicada em 20 jul. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-da-firjan-mostra-diferencas-sociais-em-favelas-2911515>. Acesso em: 01 set. 2012.

¹⁴¹ Ibidem.

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Como pode ser visto, a abordagem do tema “Unidade de Polícia Pacificadora”, apresentou variações significativas entre as publicações estudadas. Comparar esses posicionamentos permite identificar fatos negligenciados ou realçados que pelo seu conjunto vão conformar o recorte da realidade escolhido pela publicação.

Na Revista Carta Capital, as oito matérias priorizaram a problematização das dimensões social e política das UPPs. As fontes não estatais prevalecem sobre as estatais. Embora dois deputados tenham sido entrevistados, nenhum representante do Executivo participou das matérias.

O enquadramento adotado privilegiou o enfoque sobre a cidadania e as liberdades civis, proporcionando aos leitores uma visão analítica dos fatos relatados e da política de segurança pública como um todo.

Enquanto a Revista Carta Capital adotou uma agenda política para abordar a UPP, a Revista Veja priorizou a dimensão econômica. Das doze notícias de Veja, nove abordavam questões econômicas e apenas três tratavam de questões sociais. Cocco (2012) destaca em sua análise que empresas, públicas e privadas, de vários segmentos almejam conquistar os consumidores das favelas.

Estão todos voltados para capturar esta economia interna. Todos interessados em investimentos e é isto a UPP. A UPP é absolutamente a conquista de uma jazida de crescimento para um capitalismo metropolitano, quer dizer, empresa de serviços, bancos, agência de telefonia, imobiliária... E isto já está rolando e vai muito mais rápido do que os percalços pelos quais passam as operações de pacificação. (COCCO, 2012)

Em função disso, o pesquisador afirma que a economia é o verdadeiro móbil da UPP.

O sucesso da UPP não é o sucesso da militarização. O sucesso é o fato que tem um motor por trás e que esse motor é o motor econômico. [...] A pacificação não é a decisão de que agora vamos dar a república, os serviços no sentido cidadão, etc. Absolutamente, o fato que havia zonas de exclusão, sem poder de compra, inseguras que eram reguladas pelo Estado dentro da reprodução deste mesmo ciclo, ou seja, que a polícia não reprimia, mas participava ou até em alguns casos dirigia todo este mecanismo e que tinha um retorno em

termo de corrupção e outro retorno em termo de controle dessa população. (COCCO, 2012)

Ao historiar o processo que levou à proposta das UPPs, Soares (2012) reforça a ideia de uma sobredeterminação econômica. Segundo ele, alguns empresários que criaram um *think tank* no início do Governo Cabral com o objetivo de recuperar a economia e a imagem do Estado do Rio de Janeiro, propuseram a iniciativa das UPPs. Diante da ausência de riscos e a certeza de que experiências semelhantes haviam dado bons resultados no passado, o Governador aceitou a proposta, que foi apadrinhada por vários empresários, dentre eles os donos do Sistema Globo e Eike Batista. (SOARES, 2012)

Então isso começou a ir pra prática, não veio da Secretaria de Segurança, não veio das Polícias, pelo contrário, [...] veio apesar das resistências. Mas diante do sucesso, que era de se esperar, como ocorrera no passado, o Governador entendeu, tem méritos por isso, que estava ali uma bandeira importante, abraçou-a e só por conta dessa adesão forte política é que o programa pode prosperar. Uma vez conquistado o apoio popular e o apoio da mídia, que são quase indistinguíveis, o processo pode avançar se tornando cada vez mais vigoroso e as polícias tiveram de engolir cada vez mais em função da importância do processo. (SOARES, 2012)

O relato de Soares (2012) apresenta uma das versões sobre a origem das UPPs. Outra versão bastante divulgada vincula-se ao programa federal Territórios da Paz do qual as UPPs seriam um desdobramento. Mesmo que não haja uma relação de causalidade há uma ambivalência que caracteriza essa inovação na segurança pública. O apoio às UPPs não é homogêneo nem nas favelas ocupadas nem no conjunto da sociedade, mas o apoio da mídia é incontestável.

Dando prosseguimento a análise das matérias da Revista Veja, nota-se a inexistência de entrevistas. Os conteúdos reiteram na totalidade das matérias o discurso estatal representado pelas fontes consultadas sempre ligadas ao Executivo Municipal, Estadual ou Federal.

Misse (2012) comenta o apoio político dado pela mídia às UPPs e afirma que isso em nada se relaciona às qualidades do projeto. “A mídia está apoiando há muito tempo o Governador, enquanto ela o estiver apoiando, ela vai apoiar as UPPs. Se por acaso houver uma ruptura política com o governador, ela vai começar a criticar as UPPs.” (MISSE, 2012).

A valorização dos esforços do governo esteve presente em todas as matérias através de expressões como “encravam batalhões onde antes a bandidagem reinava”, “o controle territorial os bandidos acabou”, “a favela que já foi controlada pelo Comando Vermelho”, “a pacificação tem aberto portas”, “empresas que pretendem lucrar com a paz”, “a retomada daquele território pelo estado refletiu-se”, “sob o domínio dos traficantes, funcionários e prestadores eram impedidos” e outras. Essa estratégia de iteração discursiva, em geral, atua como recurso para cristalizar sentidos que de outra forma não poderiam ser naturalizados.

Aliada a essa supervalorização das ações do Estado encontram-se enunciados cujos sentidos estão vinculados às metáforas bélicas legitimadas por uma relação de causalidade entre as medidas repressivas e a pacificação posterior, que mais servem a justificação dos excessos do que ao entendimento dos fatos.

À exceção da matéria que aborda o baile das debutantes, nas demais os favorecidos com as ações de pacificação estão fora das comunidades pacificadas. Com isso, pode-se depreender que em vez de integrar a cidade partida, as UPPs aprofundam as diferenças já existentes.

Com uma agenda eminentemente econômica, vinte das trinta e quatro reportagens do Jornal O Globo enfatizavam as vantagens econômicas advindas da pacificação. Cabe refletir sobre os reais beneficiários dessas vantagens. As quatorze matérias restantes adotaram uma agenda diversificada composta por questões educacionais, culturais e sociais.

A supervalorização das ações do Estado ganha o reforço da onipresença do Secretário de Segurança Pública em episódios que vão da rotina nas comunidades até os debates acadêmicos, inaugurações e comemorações nas favelas pacificadas. As metáforas bélicas permanecem em todas as reportagens como uma tentativa clara de justificar o estado policial implantado nos territórios ocupados por UPPs.

As falas em sua maioria são de representantes do executivo, pesquisadores ou empresários que reproduzem um discurso de verdade que como tal é homogeneizado e atua no sentido de desqualificar/silenciar os demais. Os moradores dispõem de pouco espaço nas matérias e em suas poucas inserções atuam como reforço ao já dito por aqueles que possuem autoridade discursiva. Exceção feita ao Rapper Fiell que aparece como elemento de resistência que antagoniza com os enunciados das outras matérias e edições do jornal.

Adotando caminhos diversos, as três publicações sugerem que o foco da UPP está fora das comunidades ocupadas. Sinteticamente, Carta Capital apresenta a UPP como um programa excludente que visa à preparação da cidade para os grandes eventos esportivos a serem realizados em 2014 e 2016.

Por outro lado, a Revista Veja e o Jornal O Globo ao insistirem na apropriação econômica das favelas, demonstram a fragilidade das mesmas frente às dinâmicas capitalistas. Nesse contexto, a urbanização e a valorização imobiliária são prenúncios de especulação e remoção dos moradores tradicionais.

Atento à dimensão econômica das UPPs, Cocco (2012) alerta que “a regularização é a outra face da pacificação”. A pressão pela regularização das residências e formalização dos serviços e comércio tem levado ao deslocamento dos moradores para bairros distantes ou para regiões mais pobres dentro da própria favela. Essas residências têm sido vendidas para moradores do asfalto que vêem ali uma oportunidade de morar na zona sul a baixo custo, se comparado ao restante do bairro, com vistas muitas vezes dignas de cartão postal e com a segurança provida pela UPP.

Para Cocco (2012) os moradores que vendem suas casas se mudam para áreas mais pobres dentro da própria favela. Muitas dessas áreas já estão classificadas como áreas de risco e, por isso, passíveis de remoção. Essa dinâmica promove uma “remoção branca”, como estão chamando os líderes comunitários, na qual aqueles que moravam numa área melhor vão para uma área mais pobre e o mais pobre será removido para local ainda incerto (COCCO, 2012).

Da mesma forma, acesso a serviços e formalização inflacionam um espaço já marcado pela desigualdade socioeconômica e pervertem o conceito de cidadania, limitando-o à capacidade de consumo.

Nesse contexto, a Unidade de Polícia Pacificadora mais do que uma política de segurança pública, voltada para o “resgate de territórios” e populações anteriormente negligenciadas, configura-se como uma *performance* discursiva cuja eficácia está atrelada à capacidade de produção de sentidos da mídia.

No próximo capítulo será possível confrontar as informações veiculadas pela mídia, os dados oficiais e a visão dos pesquisadores com a dinâmica dos territórios a fim de identificar os regimes discursivos que transformaram as UPPs no que são atualmente.

4 TERRITÓRIOS E AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Este capítulo apresenta a pesquisa empírica e é composto por quatro seções. Nas duas primeiras são apresentadas as comunidades escolhidas como campo de estudo, as ações de informação lá desenvolvidas e seus atores. Especial atenção será dada às produções veiculadas na internet através do *Youtube* e do *Facebook*.

Na terceira seção, são destacadas partes das entrevistas realizadas com os moradores das comunidades estudadas. Mais uma vez, a análise dos pesquisadores será adotada para estabelecer um diálogo sobre as UPPs, dessa vez, com os moradores. Na quarta e última seção, serão analisados os dados colhidos evidenciando as tensões, as potências, o controle e as resistências mediadas pela informação no cotidiano das UPPs. Especialmente nesta seção, os dados empíricos são articulados à pesquisa bibliográfica a fim de promover um aprofundamento destes à luz das categorias descritas no Capítulo 2.

Antes de iniciar a análise da produção informacional dos moradores cabem alguns rápidos esclarecimentos sobre dois serviços da internet, comumente chamados de redes sociais: o *Youtube* e o *Facebook*.

O *Youtube* é um site de compartilhamento de vídeos em diversos formatos digitais. Esses vídeos uma vez publicados podem ser visualizados no próprio site do *Youtube*, incluídos em outros sites ou compartilhados através de redes sociais. O método de comunicação é assíncrono, com isso a interação entre os usuários é feita através de comentários adicionados aos vídeos.

O *Facebook*, por sua vez, tem seu foco na interatividade. Para isso, agrega recursos tais como troca de mensagens instantâneas, bate-papo, grupo de discussão, comunidades, compartilhamento de arquivos, publicação de vídeos e fotos dentre outros. A lista de recursos é ampliada constantemente com o desenvolvimento de aplicativos que podem ser executados em diferentes plataformas de software, em computadores ou dispositivos móveis.

Sob o ponto de vista técnico, a comunicação síncrona, a diversidade de recursos e a mobilidade ajudaram a transformar o *Facebook* na maior rede social do mundo com mais de um bilhão de usuários¹⁴². Sob o ponto de vista social, a

¹⁴² Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/10/facebook-atinge-1-bilhao-de-usuarios-ativos-mensais.html>. Acesso em: 04 nov. 2012.

interatividade, a cooperação e o compartilhamento viabilizaram formas diversas de relacionamentos e protagonismos mediados pela informação.

Nas próximas seções apresentaremos parte da produção informacional relacionada ao contexto das UPPs do Morro Santa Marta e do Morro da Providência e, posteriormente, analisaremos o impacto dessa produção no cotidiano das comunidades.

4.1 MORRO SANTA MARTA

4.1.1 Histórico/Perfil

O Morro Santa Marta está localizado no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Sua UPP, a primeira do Estado, foi inaugurada em 19 de dezembro de 2008 na qualidade de projeto-piloto. Ao contrário de outros locais, a UPP Santa Marta contém uma única comunidade que em extensão é a menor de todas com 53.706m². Em contrapartida, tem a segunda maior densidade demográfica no conjunto das UPPs com 728 habitantes/ha.

Os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo demográfico de 2010 indicam que 48,12% dos 3913 moradores do Morro Santa Marta são homens e 51,88%, mulheres. Sua população é predominantemente jovem com 57% de moradores com idade até 29 anos. O índice de analfabetismo atinge 8,4% dos moradores com idade igual ou superior a 15 anos.

A alta valorização imobiliária da região reflete-se nos 19% de unidades habitacionais ocupadas através de aluguel. Ainda no quesito habitação, os dados do IBGE demonstram a universalização de serviços básicos como coleta de lixo (99,8%), fornecimento permanente de água (99,4%) e de energia elétrica (100%).

Em relação à energia elétrica, o Morro Santa Marta se destaca como a UPP com o maior percentual de residências com medidor individual, consequência da retirada dos “gatos de luz” pela Light, companhia de energia elétrica, ainda nos primeiros meses de instalação da UPP.

Sobre a coleta de lixo, as informações da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) se aproximam mais da realidade observada na comunidade. A empresa classifica o modelo de coleta de lixo no Morro Santa Marta como padrão C, ou seja, aquele destinado a comunidades nas quais predominam as encostas e há

alto nível de dificuldade de acesso. Mesmo os novos veículos adotados pela COMLURB, triciclos motorizados, não teriam como ser utilizados no Morro Santa Marta onde predominam becos com escadas (FGV, 2012). Afora os dados do IBGE, a coleta do lixo continua sendo um dos maiores problemas do Morro Santa Marta.

As ações sociais do Estado começaram tardiamente no Morro Santa Marta. O Fórum UPP Social, que marca oficialmente a instalação dos programas sociais do município na favela, foi realizado em outubro de 2011 e o Programa Territórios da Paz, ligado ao Governo do Estado, teve início em janeiro de 2012.

Percebe-se um intervalo de três anos entre a ocupação policial e o início dos programas sociais. Apesar da demora, os governos afirmam tratar-se de uma “favela modelo”. Como veremos ao longo desse trabalho, os moradores se apropriaram desse discurso e evocam com frequência a expressão a fim de pontuar as contradições do processo de pacificação.

4.1.2 Ações de Informação

Ao realizar uma busca no *Youtube* com os termos UPP + “Morro Santa Marta” surgiram cinquenta e oito resultados. Destes, quinze eram peças publicitárias do Governo Estadual postadas nos canais Blog da Pacificação, Governo RJ, Sérgio Cabral Filho e UPPSocial. Vinte e sete vídeos foram produzidos por moradores abordando questões vinculadas às UPPs e os dezesseis restantes envolviam eventos na comunidade, reportagens para canais de televisão, panorâmicas do morro e da visita feita por turistas, material de divulgação de festas e eventos produzidos por seus produtores e registros de pesquisadores e estudantes.

Os vídeos sobre a UPP produzidos pelos moradores abordam questões que enfatizam as contradições do processo de pacificação; o cerceamento das liberdades civis (privacidade, direito de ir e vir, manifestação cultural); a luta por direitos sociais (direito à moradia, à saúde, à urbanização, etc); o empenho para o fortalecimento das entidades comunitárias locais e a expansão da rede de aliados na resistência contra as consequências da pacificação.

O vídeo mais antigo foi postado em 29 de julho de 2009 e intitula-se “Roda de Funk no Morro Santa Marta”¹⁴³. Produzido por uma liderança comunitária local, o

¹⁴³ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=g0N5rfSgg4M>. Acesso em: 06 set. 2012.

vídeo mostra cenas da roda de funk realizada em 26 de julho de 2009. O evento promovido pela Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (APAFUNK) já havia sido proibido outras duas vezes após a instalação das UPPs.

O resumo postado no *Youtube* informa que durante cinco horas vários artistas se apresentaram e cerca de quinhentas pessoas passaram pela favela para o evento cultural que se transformou num ato público em defesa da liberdade de expressão e contra a criminalização do funk. Grupos de teatro, cantores de outras favelas, grafiteiros e representantes de vários movimentos sociais são mostrados discursando, no intervalo das músicas, contra o que classificavam como “arbitrariedades cometidas pelo poder público para impedir funkeiros de trabalhar”.

Nota-se, também, a extensa rede de aliados mobilizada para a realização do evento que contou com o apoio de diversos coletivos, tais como Visão da Favela Brasil, Direito Pra Quem, Coletivo Lutarmada de hip hop, Justiça Global, Movimento dos sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Cartel do Rap de Foz do Iguaçu, SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro) e o Mandato Marcelo Freixo.

As falas mostradas questionam a proibição do funk na favela e são intercalados com funks de raiz cujas letras denunciavam a realidade social das favelas. O ostensivo policiamento presente não é suficiente para arrefecer a veemência dos discursos. Um líder comunitário convida os presentes à reflexão lembrando que o funk é criado pela juventude pobre da favela, ingressa na classe média e não pode mais ser executado no morro, seu berço.

Um morador, que participa da organização do evento, afirma que “A favela ameaça só por existir” e que a proibição do funk reflete a discriminação contra as pessoas e a arte da favela. Outro organizador declara que o funk, através de suas letras, é instrumento de mobilização social e politização do favelado e destaca as diversas origens dos que aderiram à luta do Santa Marta pela realização do evento e conclui dizendo que “O funk me levou pra luta e a luta está levando muita gente para o funk.”

A potência dos discursos proferidos naquele domingo, na Praça do Cantão, no Morro Santa Marta, obteve 31.621 visualizações, até o dia 31 de dezembro de 2012, o equivalente a nove vezes o número de moradores do Morro Santa Marta.

O segundo vídeo mais antigo, intitulado “1ª Parte da Reunião sobre as Câmeras do Morro Santa Marta”¹⁴⁴, foi postado em 1 de outubro de 2010, e registra parte da reunião convocada pelas lideranças comunitárias locais para discutir o propósito da instalação de nove câmeras na favela.

O resumo do vídeo afirma que depois de setenta e três anos de abandono, o Estado chegou ao Morro Santa Marta provocando mudanças que chamam a atenção da mídia mundial e dos turistas. “Mas será que tudo isso que é veiculado é real?”, é a questão proposta pelo produtor do vídeo.

A reunião, realizada na sede do Grupo Eco, coletivo tradicional do Morro Santa Marta, contou com a presença de líderes comunitários, representantes de igrejas e moradores que defendiam a ideia de que todo o projeto a ser implantado na favela precisaria ser discutido com os moradores. A instalação das câmeras foi entendida como mais um elemento de controle do Estado sobre a comunidade que já havia sido afrontada com a construção de um muro em seu entorno – chamado eufemisticamente de ecolimite – e da proibição dos bailes funks.

Após a apresentação da mensagem “Big Brother Santa Marta, a espiada que não vale um milhão”, em letras brancas com fundo preto e sem qualquer som, o vídeo apresenta a fala de um líder comunitário que aconselha os moradores a abrirem suas cabeças para enfrentarem o debate como cidadãos, sem nenhum medo.

Vários outros temas são abordados, a reduzida metragem dos apartamentos que estão sendo construídos para os moradores removidos de áreas de risco na comunidade, o valor das contas de luz, a possível cobrança de IPTU num futuro próximo e o muro/ecolimite.

Outro líder comunitário, representante de uma igreja local, assegura que “Há uma indignação pela forma como o Governo está conduzindo as coisas e pelo desrespeito à cidadania dos moradores”. A falta de diálogo sobre as iniciativas, segundo ele, configura abuso de autoridade.

Uma moradora sintetiza a angústia gerada pela falta de informações e prioridades do Governo e enfatiza a importância da participação do morador nesse processo. Segundo ela, os moradores tomam conhecimento de muitas coisas da comunidade através da imprensa ou da internet. “Criamos esse grupo para discutir

¹⁴⁴ Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=o1mKQ4c_STY&playnext=1&list=PL8F580C6FB0360ACC&feature=results_main. Acesso em: 08 set. 2012.

as reais necessidades da favela, do morador... Se a gente quer uma favela melhor, a gente tem que participar.”

Um morador reitera a necessidade de participação de todos para a unificação do movimento e resistência da favela. Segundo ele, o grupo recém-criado seria um espaço de diálogo onde se pode expressar opiniões e “deixar bem claro que o morador do Santa Marta quer fazer parte desse processo que a favela está vivendo, hoje.”.

A fala final resume um dos objetivos do vídeo: “É importante a gente ter uma opinião coletiva, para que as pessoas de fora possam entender o que está se passando no Santa Marta.”.

Para as 1125 pessoas que assistiram ao vídeo, o produtor deixou, no resumo do vídeo, uma mensagem final “já fizeram o muro, proibiram eventos, enfim sitiaram o morro. Mas estamos aí de olho e sabemos que PAZ SEM VOZ É MEDO.”.

Na mesma data é postada a segunda parte da reunião onde um líder comunitário aconselha a sociedade a não menosprezar a capacidade intelectual dos moradores.

A favela do Santa Marta é politizada... A favela do Santa Marta tem pessoas trabalhadoras, pessoas inteligentes. Que ninguém pense que é só uma parcela da comunidade que tem escolaridade. O Santa Marta tem pessoas formadas, acadêmicos e estamos aí para fortalecer a própria comunidade.¹⁴⁵

O Presidente da Associação de Moradores destacou a urgência de o Estado convocar assembleias para esclarecer os moradores sobre as medidas a serem implementadas.

A pessoa viveu abandonada durante setenta anos e de repente chega um monte de ordem de cima para baixo... Nosso trabalho como liderança comunitária é estar informando a comunidade. Estar provocando reação da comunidade para que todos participem juntos da transformação social da favela... Nós queremos isso de forma participativa. Nós participando da elaboração dos projetos da nossa comunidade..¹⁴⁶

¹⁴⁵ Depoimento do Rapper Fiell. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Bc11tQL2xLQ&list=PL8F580C6FB0360ACC>. Acesso em: 10 set. 2012.

¹⁴⁶ Depoimento do Presidente da Associação de Moradores do Morro Santa Marta, José Mario. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Bc11tQL2xLQ&list=PL8F580C6FB0360ACC>. Acesso em: 10 set. 2012.

Ele conclui sua fala afirmando que se os moradores não ocuparem seu espaço de protagonista das mudanças da favela, outros ocuparão.

Em 19 de novembro do mesmo ano é postado o vídeo intitulado “Manifestação do Grupo de Debate do Morro Santa Marta” que registra um fórum realizado pelos moradores na Praça do Cantão para discutir diversos assuntos, dentre eles o projeto de urbanização a ser implantado na comunidade. As falas reiteram o fato dos moradores não serem consultados sobre as mudanças.

Um líder comunitário esclarece aos moradores que aquela reunião não é arruaça, é um protesto legítimo e pacífico do qual todos têm o direito de participar. Lembra que pensar diferente não é crime e sim um direito: o direito de divergir.

Manifestação é um direito de todos, a gente precisa acreditar nisso. Nós temos o direito de pensar diferente. Nós temos o direito de divergir das orientações que o Estado está dando no Santa Marta. A gente tem o direito de lutar por aquilo que a gente acha que é o melhor para a gente. Às vésperas de completar um ano de ocupação pacificadora, a gente quer trazer aqui as nossas inquietações. Aquilo que está faltando.¹⁴⁷

A metragem dos apartamentos construídos pelo Estado para remoção dos moradores das áreas consideradas de risco mais uma vez foi tema de debate. O mesmo líder comunitário afirmava que não se poderia aceitar que um apartamento de 32m² é suficiente para uma família só porque ela morava anteriormente em um barraco. Segundo ele, a solução estatal para moradias populares tem que se dar em outras bases que não passam pela precariedade em que vivem as classes mais pobres.

A atuação da empresa de energia elétrica Light é amplamente discutida. Destaca-se a eficiência no envio das faturas mensais que embora contenha taxa de iluminação pública, não representou melhorias na iluminação dos becos e vielas da comunidade.

O muro que cerca a comunidade foi outro tema de debate. Segundo os moradores, o projeto apresentado tinha muros com sessenta centímetros de altura e passagens para que o morador pudesse caminhar na mata. A construção final apresentou muro contínuo com três metros de altura.

¹⁴⁷ Depoimento de Itamar Silva, membro do Grupo Eco. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=pp7rf2Fcl_w. Acesso em: 20 set. 2012.

A Cartilha de Abordagem Policial do Morro Santa Marta é o último ponto de pauta mostrado no vídeo. O Rapper Fiell analisa a importância do instrumento e relaciona os atores que colaboraram na sua produção.

Durante o vídeo são mostrados flagrantes com moradores empunhando cartazes com a frase “O Pico não está em área de risco, está é abandonado pelo Estado”. Eles se referem à área mais alta da favela que segundo o Estado precisaria ser removida por estar em área de risco. Os moradores discordam do critério de risco adotado pelo Governo e baseados no contra-laudo sobre as condições físicas/geológicas do local, elaborada por um engenheiro solidário à causa, acreditam que os problemas da região poderiam ser superados com investimentos em infraestrutura e não com a remoção.

Em “Distribuição da Cartilha Popular do Santa Marta Abordagem Policial”, publicado em 29 de março de 2010, é mostrada a distribuição das cartilhas de porta em porta, feita por duas referências comunitárias. Os dois jovens explicam detalhadamente a cada morador o objetivo da cartilha e a importância de sua leitura e entendimento para a defesa dos direitos individuais.

O resumo do vídeo informa que

Na quarta feira, 24 de março de 2010, subimos ao auto do morro Santa Marta para distribuir a cartilha. A cartilha popular do Santa Marta sobre abordagem policial nasceu da necessidade dos moradores da comunidade de conter excessos e abusos da ação policial, através da afirmação de seus direitos. Sua intenção é fortalecer a consciência de que o morador da favela deve ser respeitado pelo poder público e por seus agentes. Para isso, a cartilha descreve os limites da ação da polícia e orienta os moradores sobre qual a melhor maneira de agir em uma abordagem e nos casos de violações de seus direitos. Venha já buscar a sua cartilha.¹⁴⁸

Nota-se que tal ação ocorre a partir da organização dos moradores, um ano e meio antes da chegada de qualquer órgão público destinado às ações sociais na área.

Ao longo do vídeo, um dos jovens afirma que “A gente quer ter respeito do policial com o morador e do morador com o policial. Ser um cidadão participativo

¹⁴⁸ Depoimento do Rapper Fiell. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6qeO2Zm9eL0>. Acesso em: 23 set.2012.

nesta sociedade que é muito injusta com os moradores da favela.” O outro jovem que atua na distribuição das cartilhas explica o objetivo dessa ação.

Estamos passando as informações para que os nossos direitos sejam respeitados. Para que todos tenham esse conhecimento. É de extrema importância, entendeu? Para deixar de ser violentado, parar de ser esculachado pelas mãos dos policiais. A gente quer respeito. A gente merece respeito como o cara que mora lá embaixo, na São Clemente, que mora em Ipanema.¹⁴⁹

Ao final do vídeo há um texto que esclarece que a Cartilha nasceu da necessidade dos moradores conterem excessos e abusos da ação policial através da afirmação de seus direitos. Segundo os produtores do vídeo,

A intenção é fortalecer a consciência de que o morador da favela deve ser respeitado pelo poder público e por seus agentes. Para isso a cartilha descreve os limites da ação policial e orienta os moradores sobre qual a melhor maneira de agir em uma abordagem e nos casos de violações de seus direitos.¹⁵⁰

O lançamento da cartilha foi mostrado em vídeo postado no dia 31 de março de 2010. Lideranças locais e convidados mostraram em seus discursos a relevância do documento. Um representante do Grupo Eco destacou a tensão provocada por esse lançamento: “a gente está numa posição tão delicada que basta falar em direito e a gente já virou revolucionário. Então, basicamente, o que a gente tem feito é falar de direitos e tentar ampliar o exercício do direito.”¹⁵¹

Os vídeos postados no *Youtube*, além de mostrar a necessidade de reafirmar os direitos civis dos moradores, questionam com frequência o uso da expressão “favela modelo” adotada pelo Governo e pela mídia para se referir ao Morro Santa Marta. Em vídeo postado no dia 10 de abril de 2010 é relatado o drama de uma família cuja casa desabara no dia 24 de março daquele ano.

Líderes comunitários que distribuía as cartilhas se depararam com a cena da moradora entre escombros tentando salvar o que sobrou. Na descrição do vídeo, seus produtores questionam

¹⁴⁹ Depoimento do morador Alan Barcelos. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6qeO2Zm9eL0>. Acesso em: 23 set.2012.

¹⁵⁰ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6qeO2Zm9eL0>. Acesso em: 23 set.2012.

¹⁵¹ Depoimento de Itamar Silva, membro do Gupo Eco. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6qeO2Zm9eL0>. Acesso em: 23 set.2012.

Será preciso morrer 20 ou 30 para algo ser feito? Fazer muros, ou instalar câmeras é mais importante do que preservar vidas? Cara, favela modelo não existe. O Santa Marta está sendo projetado para GRINGO, ver? Não faltará muito para colocarem na escada principal do morro Santa Marta, um longo tapete vermelho só para quem vem visitar. E continuamos sendo bode expiatório para UPP e Choque de Ordem.¹⁵²

O texto inicial do vídeo inicia com uma alerta “Não se assuste com essas imagens. Se você só via pela grande mídia o Morro Santa Marta como uma favela modelo, agora você irá adentrar comigo, nessa grande piada do Governo Sérgio Cabral.”. As cenas posteriores mostram a precariedade das casas no Pico, parte mais alta da favela. Moradores reclamam que o prédio de uma creche foi transformado em sede da UPP e a região ficou desassistida desse serviço.

As cenas posteriores mostram as deficiências do saneamento básico no local e um dos líderes comunitários reconhece que “o problema vai muito além da cartilha de abordagem policial”. Diante dessa constatação, ele se pergunta

Favela modelo, onde? Modelo de que? De incompetência? Modelo de descaso com a população? De omissão? Quanto de recurso já foi liberado para o Projeto Santa Marta? Muro para que? Não priorizam a vida humana.¹⁵³

O vídeo é encerrado com um texto que evidencia o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de resistência aos poderes hegemônicos do Estado e da mídia.

E aí vocês continuam acreditando em favela modelo? Só quem sabe o que estamos passando aqui dentro somos nós. É preciso que sejamos escutados já que não temos abertura na grande mídia.¹⁵⁴

Num momento raro dentro da existência das UPPs é mostrada, em uma peça publicitária oficial, uma voz discordante. No vídeo intitulado “Rapper Fiel do Santa Marta fala sobre as UPPs Sociais”, que registra a apresentação oficial das futuras

¹⁵² Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vfQfhn7DFLo>. Acesso em: 23 set.2012.

¹⁵³ Depoimento de Rapper Fiel. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vfQfhn7DFLo>. Acesso em: 23 set.2012.

¹⁵⁴ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vfQfhn7DFLo>. Acesso em: 23 set.2012.

ações sociais das UPPs, o líder comunitário mostra suas discordâncias em relação aos acontecimentos.

Segundo ele, os temas relativos às UPPs são de interesse de todos os cidadãos do Rio de Janeiro e devem ser discutidos amplamente levando em conta, principalmente, as demandas dos moradores atingidos com cada iniciativa.

Temos que levar esse debate para dentro das favelas e tentar saber qual é a demanda das favelas, porque muitas das vezes outras pessoas querem levar jazz e a gente precisa de funk, hip hop outra linguagem popular.¹⁵⁵

O rapper também fala sobre a suposta inovação trazida para as comunidades pelas UPPs: o fim das incursões policiais e do combate entre traficantes e policiais.

O que é um senso comum é a paz. Todo mundo quer paz... Não ter tiroteio é um direito básico de todo cidadão. Não é só falar que a revolução é a UPP, isso é um direito básico que a gente tem de viver sem tiroteio.¹⁵⁶

O desconhecimento das prioridades e anseios dos moradores é, segundo ele, uma das principais deficiências da implementação das UPPs tanto em seu viés repressivo quanto social.

É preciso diálogo com as favelas, pessoas que são pobres economicamente, não culturalmente... E a gente precisa discutir porque o racismo ainda está entrelaçado com a polícia contemporânea. Eu me coloco para dialogar... Eu como jovem, negro, pobre e morador do Santa Marta.¹⁵⁷

Parte dos vídeos postados no *Youtube* demonstra a habilidade das referências comunitárias locais em conquistar aliados para as causas do Morro Santa Marta. Em vídeo postado no dia 4 de setembro de 2010 é mostrada uma palestra feita por João Malerba, Coordenador executivo da Associação Mundial das Rádios Comunitárias e Professor de Fotojornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Espaço Cultural Zé Baixinho, no Morro Santa Marta.

¹⁵⁵ Depoimento de Rapper Fiel. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=fG_YIlj2jZs. Acesso em: 23 set.2012.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

Nessa data foi realizada a primeira transmissão experimental da Rádio Comunitária Santa Marta.

Na ocasião, o Professor falava do potencial das rádios comunitárias e das estratégias de fortalecimento da mesma.

A rádio comunitária é uma arma e o Estado e a Polícia Federal já descobriram isso há muito tempo. Então, por isso que é tão difícil montar uma rádio. Uma rádio comunitária vai estar mais protegida, muito mais do que com a lei, é com bastante apoio... Conseguir pessoas que apoiem a Rádio Comunitária, que participem da Rádio. Quanto mais a comunidade participarem da Rádio, mais a Rádio vai ter legitimidade e muito mais difícil vai ser fechar essa Rádio... Para deixar a Rádio forte, para deixar a rádio protegida, o que a gente tem que fazer é pegar o microfone.¹⁵⁸

O vídeo seguinte¹⁵⁹ registra parte da programação da Rádio Comunitária. O horário era dedicado à Associação de Moradores que o utilizava para conscientizar a comunidade de que era preciso se preparar para acompanhar as mudanças ocorridas na comunidade e aproveitá-las.

O Presidente da Associação alertava que junto com os serviços e direitos vinham obrigações, impostos, por isso as pessoas precisavam ter renda para fazer frente às novas despesas. Outro ponto do programa foi a demora no início das ações sociais das UPPs. “Nós não vamos nos conformar só com o serviço da Secretaria de Segurança, queremos as outras secretarias.”, afirmou o Presidente da Associação.

Para discutir e conscientizar os moradores sobre esses e outros temas decorrentes do processo de pacificação, o Coletivo Visão da Favela Brasil já promovia desde janeiro de 2009, o evento “Fala Santa Marta” cujo objetivo era levar à favela pessoas que pudessem contribuir com o debate e esclarecer dúvidas acerca do projeto das UPPs.

Em 4 de janeiro de 2011 é postado o terceiro encontro do “Fala Santa Marta” que teve como convidadas a jornalista Julita Lemgruber e a socióloga Ana Bela. Diante das considerações apresentadas, os moradores faziam perguntas ou compartilhavam reflexões.

¹⁵⁸ Depoimento do Professor João Malerba. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uLLU3caCEO4>. Acesso em: 23 set.2012.

¹⁵⁹ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=SDUXcY3laxs>

A moradora Sara ponderava que as melhorias na comunidade não tinham a mesma velocidade da formalização dos serviços.

Melhoria? Que melhoria é essa, só por que ele vai botar a Light aqui? Ele tirou os vagabundos com medo de subir, pra botar a Light para comer o dinheiro do favelado. Tirou a gatonet para os favelados pagar a Net. Com que dinheiro? Com o salário de R\$ 415,00? Você bota aí a conta da luz, a conta do telefone, a conta do gás... Sobra quanto pra esse povo comer? Você quer me explicar.¹⁶⁰

Outro encontro do “Fala Santa Marta”, postado em 11 de maio de 2009, teve o Deputado Estadual Marcelo Freixo como convidado. A realização de um culto religioso próximo ao local impede o entendimento do que é falado pelos moradores. Na fase final do vídeo, onde já é possível ouvir o que se fala, o Deputado lista as suas impressões sobre a situação do Morro Santa Marta, no seu primeiro ano de UPP.

Eu subi a comunidade para ouvir quais são os dramas, quais são os desejos, quais são os principais problemas. Não são poucos. O Estado tem que subir o morro junto com a polícia. Tem que ter cultura. Tem que ter coleta de lixo. Tem que ter escola. Tem que ter projeto de saúde, de conscientização... uma série de debates a serem feitos. A comunidade está ansiosa querendo ver essa participação e o “Fala Santa Marta” é um belo mecanismo para fazer essa mobilização.¹⁶¹

Com foco nas melhorias sociais, o rapper Fiell apresenta um vídeo¹⁶² de autoria desconhecida que mostra as dificuldades de um morador da comunidade que tendo seu filho morto “na guerra” encontrava-se sozinho e com sua saúde debilitada.

No resumo do vídeo é informado que os moradores fizeram o vídeo para externar a indignação coletiva e a inércia das UPPs diante das necessidades da comunidade.

¹⁶⁰ Depoimento da moradora Sara. Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=fs0FBNUWkHg>. Acesso em: 22 set. 2012.

¹⁶¹ Depoimento do Deputado Estadual Marcelo Freixo. Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=1B27nvOP1LA>. Acesso em: 22 set. 2012.

¹⁶² Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=R3xRPpwKC2s>. Acesso em: 22 set. 2012.

Em fevereiro de 2011, época em que o vídeo foi divulgado, já havia dois anos e três meses de ocupação policial, mas nem o Governo do Estado nem a Prefeitura tinham dado início aos seus programas sociais.

Na tentativa de divulgar a visão dos moradores sobre a pacificação, a Rádio Comunitária entrou na internet. E o vídeo postado em 17 de abril de 2011 abordava o alcance dessa iniciativa.

Via Web, a gente pode ir além do bairro de Botafogo, do Santa Marta. A gente procura estará passando a verdade, diferente da verdade que a gente está vendo na Rede Globo, passar uma visão de dentro. Não de fora para dentro.¹⁶³

O morador avalia que a comunidade está vivendo uma nova fase na qual o poder público está atuando. Como essa atuação não vai ao encontro dos anseios da comunidade, a Rádio adquire um novo papel. “A Rádio tem suma importância, assim de estar contestando. Estar informando o morador, mobilizando.”

Rapper Fiell, um dos coordenadores da Rádio, avalia o poder dos veículos de informação e a sonegação do direito à informação vivida pelos moradores do Morro Santa Marta e das favelas em geral.

A comunicação é um direito para todos, porém isso não é realidade, então quando a gente coloca qualquer meio de comunicação na mão do povo é um sentimento de dever cumprido. É um sentimento de felicidade, porque o povo está realmente se apoderando do seu direito que é a comunicação seja no rádio, seja na televisão, no jornal, enfim... Isso é um direito nosso só que muitas vezes isso não acontece.¹⁶⁴

No dia 4 de maio, um dia após o fechamento da Rádio Comunitária, a comunicadora Natalia Urbina falou durante seu programa, transmitido via web, da importância da Rádio no cotidiano dos moradores. No vídeo, ela afirma que a Rádio é a voz da favela, pois além de informar, a organização da Rádio é um exercício de democracia ímpar baseado na cooperação de seus comunicadores e mediado pela informação.

¹⁶³ Depoimento do morador Alan Barcelos. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=bnY8478LBuM>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁶⁴ Depoimento de Rapper Fiell. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=bnY8478LBuM>. Acesso em: 25 set. 2012.

A Rádio Santa Marta é uma rádio comunitária que trouxe uma alternativa de união numa organização horizontal e diversa. Pela primeira vez na história do Santa Marta todo mundo reconhece uma organização onde todo mundo tem voz. A gente tem programação de samba, de forró, de hip hop. Tem programação de criança, programação de gente que curte a igreja, do pessoal latino-americano, como é o meu caso. A Rádio Santa Marta é um claro exemplo de como a gente pode praticar o exercício da comunicação na democracia. Aprender a ouvir o outro e aprender também a se expressar.¹⁶⁵

Essa dinâmica reflete a diversidade dos moradores e o poder que se instaura a partir de sua união.

Por isso que uma comunicação comunitária alternativa é independente, porque a gente está aprendendo a dialogar. O que é isso? É aprender a falar para que o outro me entenda e aprender também a ouvir o outro e trabalhar junto nisso para que? Para uma melhoria da nossa favela Santa Marta. Como é isso? A gente trabalha fazendo assembleias quinzenais, se organizando a partir de um trabalho comunitário que não tem fins lucrativos e que simplesmente, cada um faz a sua parte... É um bom exercício de organização da favela tanto para praticar sua democracia como também para ter poder. Ter poder interno que é a expressão da voz da diversidade que existe dentro do Santa Marta.¹⁶⁶

Pelo que se pode depreender dos depoimentos em campo e das produções postadas pelos moradores, o ano de 2011 foi caracterizado pela tensão entre os policiais da UPP e os moradores, principalmente os jovens.

O vídeo “A UPP do Morro Santa Marta e o Controle Social”, gravado em um celular e postado no *Youtube* em 8 de outubro de 2011, documenta mais um desses episódios de confronto. Policiais encerram um baile, supostamente, por causa do horário que já ultrapassara o permitido e os participantes se revoltam e discutem com os policiais. Esses dão voz de prisão para um líder comunitário que questionava a legalidade do ato.

No resumo do filme, o morador preso afirma que

Dentro das favelas com UPP ou Exército, a população está sendo torturada, controlada, e sem direito de falar nada. Neste vídeo que eu gravei ontem 07/10/011, após a polícia acabar com um evento aqui no morro Santa Marta, deixa bem claro o abuso de poder da UPP. O Policial me dar voz de prisão, sem eu cometer nenhum crime. Me

¹⁶⁵ Depoimento da moradora e comunicadora Natalia Urbina. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vbJIBc8sylv>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁶⁶ Idem.

jogaram no chão e me machucaram. Que pacificação é essa, que o morador não pode falar nada?¹⁶⁷

Em novembro de 2011, um mês após a realização do Fórum da UPP Social, o Grupo Eco postou o vídeo “Eco-barreiras” que registra o debate sobre o muro construído em torno da favela. Vários moradores questionam a necessidade de construção do muro e sugerem outras destinações para o material ali empregado, tais como construção de casas, creche ou escola no próprio Morro.

O resumo do vídeo o classifica como

Trabalho de documentação (2009/2010) sobre a construção do muro de 1km de extensão na Favela Santa Marta. Parte de um projeto maior, que inclui a ocupação policial e urbanização da favela, este muro é foco de grandes debates. O argumento oficial, que justifica-o como “ecolimites”, é questionado pelo seu simbolismo segregacionista. Este projeto será implementado em outras favelas da cidade e a reflexão sobre seus efeitos é de extrema importância.¹⁶⁸

A locução do vídeo, produzido pelo Grupo Eco, afirma que o ecolimite/ecobarreira/muro foi construído para preservar os consulados, a Prefeitura e as escolas particulares e clubes vizinhos à favela. Assim, o muro seria “uma demanda dessa sociedade que enxerga na favela uma possibilidade de crescimento e sempre negativa.”¹⁶⁹

As questões ligadas à infraestrutura e urbanização nas favelas pacificadas têm preocupado os moradores. Por isso, o Grupo Eco convocou uma reunião com os moradores e a registrou em dois vídeos postados nos dias 15 e 17 de novembro de 2011.

No primeiro vídeo, intitulado “Reunião/Urbanização - parte 1”, uma liderança comunitária explica que a Prefeitura convocará uma reunião para reapresentar o projeto de urbanização da favela lançado em 2004. Dentre outras coisas, o projeto prevê a remoção de moradores do Pico, região mais alta do Morro Santa Marta. Por isso, a comunidade precisa se organizar para esse dia.

¹⁶⁷ Depoimento de Rapper Fiell. Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=2YnJzpjG3kA>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8vI34j19IA8>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁶⁹ Idem.

A gente precisa se organizar para essa reunião, certo? Principalmente quem está lá em cima. O problema não é só o dos moradores lá do pico do morro. É um problema de todo o Santa Marta... Ela tem que ser uma briga de todos nós. Por quê? Porque agora é mexer com o pessoal lá do Pico, mas outras coisas podem estar no projeto que vai envolver outros moradores. Então se a gente não mostrar alguma resistência logo no início, a gente não vai ter força para discutir esse projeto.¹⁷⁰

O segundo vídeo evidencia os fluxos informacionais estabelecidos entre lideranças comunitárias e membros do governo. O resumo do vídeo aborda além das relações políticas as reivindicações dos moradores da área sujeita a remoção.

Nesta segunda parte, destacamos as reivindicações dos moradores do pico e José Hilário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, trazendo informações direto do Palácio. E, nos revela uma verba de 8 milhões para a construção dos 4 prédios, 1 milhão e 600 mil para a revitalização da rua Francisco Moura e rua Jupira e uma verba final de 18 milhões para as melhorias habitacionais, informa também que o governador pensa em 40 milhões para serem gastos no Santa Marta. Ficamos pensando em que tipo de melhorias serão estas e para quem desfrutar... Quem tem a prioridade??? Moradores que sofreram anos de abandono ou turistas que passarão na copa e olimpíadas sem deixar nenhuma contribuição à comunidade???¹⁷¹

Dentre as muitas empresas que subiram o morro após o processo de pacificação estão as seguradoras. O vídeo postado em 16 de novembro de 2011 apresenta o lançamento de um livro sobre o Morro Santa Marta contendo foto dos moradores. Esse livro foi resultado de uma ação da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) e do Instituto IETS.

Um líder comunitário explica em seu discurso que o livro com fotos dos moradores é uma estratégia de fortalecimento da identidade local. Ele relata que alguns fotografados não concordaram com a publicação de suas imagens, logo todas as fotos contidas no livro tiveram autorização dos moradores.

Isso é importante, o direito de dizer não, principalmente no momento em que o Santa Marta vive e que muitas coisas desrespeitosas acontecem. O importante é fortalecer a identidade local e garantir a

¹⁷⁰ Depoimento de Itamar Silva, Grupo Eco. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=F1evcVrD0Do>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁷¹ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=3lg044HIPko>. Acesso em: 25 set. 2012.

permanência dos moradores. O Santa Marta tem uma tradição de saber se posicionar criticamente e dialogar.¹⁷²

A permanência dos moradores tem sido a tônica de muitos debates e eventos realizados no morro. Para algumas favelas pacificação virou sinônimo de remoção, imediata ou mediata. A face mais evidente ou imediata se encontra nas políticas de governo induzidas pelo conceito de risco, duramente questionado pelos moradores e combatido através de contra-laudos.

As remoções mediatas, por sua vez, se dão em médio prazo, através dos sofisticados processos de exclusão do capitalismo que inviabilizam a permanência das famílias de baixa renda em territórios altamente valorizados.

A luta para permanência nos imóveis é o tema do vídeo postado em 14 de dezembro de 2011 que registra a primeira edição do “Raiz do Santa Marta”, evento político-cultural idealizado por moradores da parte alta do morro onde mais de cinquenta casas estão ameaçadas de remoção.

O evento é parte da campanha “Diga não à Remoção - SOS Pico” que defende a manutenção dos moradores no local e contesta os critérios de risco apresentados pela Secretaria Municipal de Urbanismo. A contestação se baseia num contra-laudo desenvolvido por especialistas solidários à causa dos moradores e no fato de o Estado já ter construído imóveis em locais dentro do morro que anteriormente eram considerados áreas de risco. Os moradores acreditam que os riscos existentes podem ser superados com obras de infraestrutura como as realizadas nessa área recuperada e edificada.

O principal objetivo do evento foi divulgar a causa dos moradores e veicular informações relevantes através de canais outros que não a mídia comercial onde os moradores não encontram espaço nem apoio. A internet foi entendida pelos organizadores como o aliado ideal para o atingimento destes alvos. Ela foi adotada não só como uma dimensão continuada do evento como também um meio capaz de difundir as demandas dos moradores em escala mundial.

O mesmo Estado que fala para nós de paz e democracia, quer fazer uma desintegração social... Essa intervenção cultural é uma maneira que encontramos de ecoar as nossas vozes para o mundo... porque nós temos que criar as nossas próprias matérias e produtos de

¹⁷² Depoimento de Itamar Silva, Grupo Eco. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=rN1sTR3YtPQ>. Acesso em: 25 set. 2012.

jornalismo porque a mídia comercial não dá voz para esse tipo de matéria. E, na verdade, é uma coisa muito injusta que ocorre na parte alta do Santa Marta e em muitas favelas pacificadas agora no Rio de Janeiro.¹⁷³

Em outro vídeo¹⁷⁴ sobre o tema da remoção, os moradores registram a visita do Deputado Estadual Marcelo Freixo, então Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 12 de março de 2012.

O Deputado e os moradores comentam os bilhões investidos na urbanização do Morro Santa Marta e o fato de nada ter sido feito no Pico, parte mais alta ameaçada de remoção. Como membro da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado se compromete a buscar as autoridades para abrir diálogos sobre a remoção.

Enquanto resistem às investidas de remoção, os moradores sinalizam o desrespeito a que são submetidos com as festas feitas na comunidade para pessoas “do asfalto”. Nas festas, que os moradores não têm dinheiro para frequentar, não há isolamento acústico nem hora para acabar. Um vídeo, postado em 19 de maio de 2012, mostra o quanto as paredes da casa de madeira vibram com a música que vem da festa em volume altíssimo.

Com claro objetivo de denunciar os abusos cometidos no morro por empresários de vários ramos, a moradora expõe no resumo do vídeo a forma desigual como moradores e visitantes são tratados no Morro Santa Marta.

O som que se escuta em cada baile na Quadra do Santa Marta, em Botafogo, é tão alto, que as minhas janelas vibram e minha casa se mexe inteira. A quadra precisa de um isolamento. Os eventos que tem estas características são em sua maioria pagos e com fins de lucro, e vão até altas horas da madrugada, muito diferente das festas da favela que tem como limite máximo duas ou três da manhã.¹⁷⁵

A internet é um meio de denúncia e, eventualmente, de arte, mas também de afirmação de mundos. No vídeo postado em 22 de julho de 2012, o Rapper Fiell

¹⁷³ Depoimento do morador Victor Lira. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=pznlrca2P8Y>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁷⁴ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=F84SRCHYoWY>. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁷⁵ Depoimento da moradora Natalia Urbina. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=kyaeLrfi5q0>. Acesso em: 25 set. 2012.

apresenta a música “O Povo Unido”, trilha de seu CD “Pedagogia da Dominação”, lançado em 2012.

No resumo do vídeo, o rapper afirma que as classes mais pobres não estão inseridas no progresso desfrutado pela burguesia e reforçado pela mídia. Para as classes mais altas são destinadas as melhorias promovidas na cidade e para os trabalhadores resta o Choque de Ordem¹⁷⁶ e a UPP.

Desde que as UPPs "Unidade de Policia Pacificadoras", entraram nas favelas, sendo a 1º o morro Santa Marta, Botafogo - RJ, em final de 2008. Nossas vidas ficaram mais cara. A ideia de uma policia que respeito o trabalhador, é ótima, mais o projeto na sua essência não é esse. Os moradores de favelas, com Upps sofreram um impacto com a entrada das empresas. Hoje temos que pagar todos os serviços, que antes muitos moradores já pagavam bem mais barato, hoje pagamos muito caro.¹⁷⁷

Por toda a parte, segundo ele, os pobres são excluídos e os grandes eventos são o grande motor dessas transformações que aniquilam histórias através da remoção dos moradores tradicionais.

Os grandes eventos sendo anunciados como: Copa do Mundo, Olimpíadas. A cidade se prepara para esse progresso. Como a comunicação trapaceia, não divulgaram que para realizar esses progressos, tinham que remover favelas que existe a mais de 30,50,70 anos.¹⁷⁸

Para denunciar essas violações Fiell compôs o rap “O Povo Unido” para informar “todos os setores, favelas, periferias, estados e países, que estamos passando por esses impactos de limpeza étnica no Brasil, onde quem sofrerá, serão os mais pobres, que não poderão pagar.”.

A composição tem início com a primeira estrofe da música Opinião, de Zé Keti, escrita em 1964 para uma peça teatral homônima que denunciava a remoção

¹⁷⁶ Choque de Ordem é o nome de uma operação da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro que tem como objetivo combater a desordem urbana que, de acordo com o Portal da Prefeitura, “é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas.” (Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2012).

¹⁷⁷ Depoimento de Rapper Fiell. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=PIJA5-IQ_d8. Acesso em: 25 set. 2012.

¹⁷⁸ Idem.

das favelas da zona sul do Rio de Janeiro.

Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião.
Daqui do morro eu não saio não,
Daqui do morro eu não saio não. (Zé Ketí, 1964)

Após a emblemática introdução, segue a letra de Fiell que atualiza os manifestos contra a forma excludente que as moradias populares são tratadas no Rio de Janeiro.

Essa música é dedicada para todos os moradores de favelas e periferias do Brasil e do mundo.
Unidos somos fortes
Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.
Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.
O inimigo é volúvel, chega bem no sapatinho.
No programa de tv, ele fala bem de mansinho.
É carismático, intelectual.
Fala várias línguas e no jornal é destaque social.
É influente, amigo do governador.
E da favela inimigo especulador.
Ele chega no sapato, vai ganhando espaço.
Se a vida encareceu, ele propõe a compra do seu barraco.
Transforma o negócio em prédio, hotel.
E toda a sua história na favela vai pro beleléu.
Aí favela, vamos se unir.
Juntos somos fortes.
Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.
Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.
A mira é a zona sul, lá na Barra da Tijuca.
Na Vila Autódromo, a luta continua.
Juntos somos fortes, não podemos fragmentar.
Caso contrário o inimigo vai atropelar.
Vejo todo dia, repressão, covardia.
Uma praça centenária na Providência, mais quem diria.
Foi destruída e tá sangrando a ferida.
Só quem sente a dor, é quem está lá no seu dia dia.
O inimigo chega manso bem no sapatinho.
E pela mídia enganou geral direitinho.
O que nos resta compadre agora é lutar.
Para a nossa história nas favelas não desmoronar.
Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.
Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.

Querem nos prender, com a favela acabar.
 Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
 Mais a nossa voz, no mundão vai ecoar.
 Se o povo está unido, o inimigo não vai segurar.
 Não vai segurar.
 Não vai segurar.

A resistência através da arte ganhou adesão internacional e o muralista chileno Charquipunk veio ao Morro Santa Marta pintar pássaros nas casas marcadas para remoção pela Secretaria Municipal de Habitação. O vídeo “Arte pela Resistência no Morro Santa Marta”, postado em 9 de agosto de 2012, relata essa experiência.

As cenas de pintura são mescladas com falas de moradores. O primeiro depoimento é feito por um dos promotores do evento “Raiz do Santa Marta”. Vitor Lira assevera que a busca por lucros através da especulação na favela está ignorando décadas de histórias familiares e sociais e, por isso “se apaga toda uma história para embelezar a cidade. Falta de respeito. Essa área se tornou alvo de cobiça”.¹⁷⁹

Outro morador de uma das áreas baixas do Morro afirma que “a transformação não é para o povo daqui. Um povo forte é um povo com memória”. O muralista Charquipunk explica a proposta de seu trabalho e conclui a sua fala, afirmando que “mais do que melhorar a vida dessa gente, estão criando novos consumidores e novos endividados”.¹⁸⁰

No texto final do vídeo é apresentado um texto elaborado por Itamar Silva, líder comunitário participante do Grupo Eco.

Mais de 50 casas estão sendo ameaçadas de remoção na parte mais alta da favela de Santa Marta, conhecida como Pico do Morro. São aproximadamente 150 moradores que o Estado quer retirar, no mesmo momento em que Santa Marta adquire visibilidade nacional e internacional como lugar onde a intervenção do poder público teve sucesso. O Santa Marta se transformou em um bom lugar para se ganhar dinheiro com “eventos”. No entanto, há que se preservar o morro para os seus moradores. A luta do Pico é uma luta de todos os moradores do Santa Marta... Este pode ser somente um começo. Os moradores precisam resistir.¹⁸¹

Mais um vídeo-manifesto é postado em 11 de setembro de 2012. Nele, o

¹⁷⁹ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=cpZx2J12y9A>. Acesso em: 26 set. 2012.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Ibidem.

morador Victor Lira mostra os escombros de uma casa de alvenaria demolida pela Prefeitura, sem prévio aviso. Segundo seu relato, funcionários de empresas particulares e servidores públicos faziam marcações nas casas sem nenhuma explicação ou autorização do morador. Ele se questiona se na Avenida Atlântica, Copacabana, é possível pichar os imóveis da mesma forma.¹⁸²

A interface da municipalidade com a favela, no que tange às questões de urbanização, se dá através do Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO). O POUSO, segundo informações do site da Prefeitura do Rio de Janeiro, é um posto descentralizado da Secretaria Municipal de Urbanismo que tem, dentre outras, as funções de manter o alinhamento de ruas e escadarias, evitar construções em áreas de risco, controlar a expansão das comunidades e dar orientações básicas nas reformas.

No campo, entretanto, o POUSO parece assumir outro papel. Segundo relato do morador, o POUSO impede que os moradores façam melhorias nos seus imóveis. No princípio, o Posto de Orientação foi apresentado como um órgão para dar assessoramento técnico aos moradores em suas construções e reformas. Depois de instalado na favela, o morador relata que o POUSO se mostrou com outra finalidade “limitar e coagir para que não se faça melhorias e a casa caia com o passar do tempo. Depois eles dizem que caiu porque estava em risco”.¹⁸³

Os moradores denunciam também a falta de critério nos valores cobrados nas contas de energia elétrica e na ausência de canais para verificação desses valores.

O morador é obrigado a pagar independente do valor que chegue. Isso é uma forma de expulsão branca. Vai encarecendo a vida na favela. Se você não tiver condições de se manter ali você é obrigado a vender o seu barraco e ir para a Baixada, ir para um local que você tenha mais condição.¹⁸⁴

Os moradores do pico do Morro Santa Marta abordaram, também, no vídeo o fato de pagarem taxa de iluminação pública em suas contas de energia e não disporem do serviço naquela região da favela. Da mesma forma, pagam a taxa de esgoto cobrada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), mas o local ainda tem esgoto a céu aberto conforme mostrado no vídeo.

¹⁸² Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=5YimWfT9rAQ>. Acesso em 26 set. 2012.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Ibidem.

Ao longo de todo o vídeo, os moradores mostram a precariedade dos serviços prestados na “favela modelo”. “Falta de saneamento básico na favela modelo. Quase quatro anos de UPP e até agora direitos não chegaram... Você olha a vista e entende o porquê.”¹⁸⁵. Um dos motivos das remoções, alegado pelos moradores, é o interesse comercial no local que tem uma vista privilegiada da zona sul permitindo avistar do Cristo Redentor ao Pão de Açúcar.

O último vídeo localizado com os termos da pesquisa foi postado em 3 de outubro de 2012 e, também, abordava a ameaça de remoção. Nele os moradores lastimam o fato de terem sobrevivido no local quando o Estado não chegava até lá e agora que os benefícios se avizinham terão de sair.

As transformações vão chegando e não para nos contemplar, mas para outros virem ocupar esse lugar. Sofremos durante décadas arbitrariedades cometidas pelo Estado. Antes ninguém vinha dizer que era área de risco. Depois da militarização, a infraestrutura vai chegando, mas de forma vertical e nunca dialogada com os moradores. Não tem diálogo, não tem democracia. Estão construindo um futuro para quem eu não sei, mas estão apagando a história dos outros.¹⁸⁶

Uma vez analisada a produção informacional dos moradores do Santa Marta no *Youtube*, a atenção da pesquisa voltou-se para o *Facebook*, rede social onde, em tese, o nível de interatividade é superior ao *Youtube*, site de compartilhamento de vídeos.

A busca com o termo “Morro Santa Marta”, no *Facebook*, retornou vários perfis, dos quais foram descartados aqueles dedicados as páginas pessoais e à divulgação comercial. Dessa forma, restaram os dez perfis analisados abaixo, em ordem alfabética.

O primeiro perfil da lista está associado à Clínica da Família Santa Marta, unidade municipal de atenção básica à saúde. Além dos programas vinculados aos atendimentos de saúde, o perfil Clínica Santa Marta divulga oportunidades educacionais, tais como início das inscrições para o Telecurso de Ensino Fundamental; vídeos informativos sobre amamentação e nutrição; campanhas de

¹⁸⁵ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=5YimWfT9rAQ>. Acesso em 26 set. 2012.

¹⁸⁶ Depoimento do morador Victor Lira. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=K8AvVpsKLHM>. Acesso em 26 set. 2012.

saúde e vacinação; festas comemorativas da própria clínica e da comunidade; documentários e reportagens sobre o Morro Santa Marta.

A Clínica Santa Marta, também, informa aos 2.103 “amigos” do perfil os procedimentos necessários para obter o Cartão Nacional do SUS e outros documentos vinculados à área de saúde. A maior parte das postagens é feita pela própria Clínica, o que dá ao perfil características semelhantes às dos blogs onde o proprietário publica e os demais comentam. Esse fato, entretanto, não reduz o acesso ao perfil que apresenta alto índice de “curtir” e “compartilhar” em suas postagens.

A Clínica possui também o blog “Clínica da Família Santa Marta”¹⁸⁷ que veicula as mesmas informações postadas no *Facebook*, com uma linguagem diferente. A duplicação da informação em serviços diferentes da internet é uma estratégia adotada pela equipe local para atingir diferentes públicos.

A Clínica Santa Marta é composta por três equipes de campo que atuam em áreas diferentes do território envolvendo não apenas o Morro Santa Marta, mas também ruas do entorno. A Equipe Dedé, cuja área de atuação está totalmente contida no Morro Santa Marta, criou em dezembro de 2012 o perfil “Eq Dedé Clínica Santa Marta” que contava com 440 “amigos” com apenas um mês de existência. Embora contenha as mesmas informações, com os mesmos textos, a Eq Dedé insere em suas postagens fotos da equipe na favela e enquetes para estimular a participação dos moradores.

A análise das duas capas permite inferir os objetivos da duplicação dos perfis. Enquanto o primeiro tem um caráter mais geral, dando destaque a uma atividade desenvolvida na praia e tendo seu prédio situado fora da favela como foto do perfil (Figura 4), o segundo mostra todo o vigor da favela com a Praça do Cantão e seus prédios coloridos e a estátua de Michael Jackson, ponto turístico da favela, como foto do perfil (Figura 5).

¹⁸⁷ Disponível em <http://www.psfsantamarta.com/>

Figura 4: Capa do Perfil Clínica Santa Marta



Figura 5: Capa do Perfil Eq Dedé Clínica Santa Marta



O perfil seguinte, “Estou Seguro Santa Marta”, iniciado em abril de 2012, é parte das ações desenvolvidas no projeto de mesmo nome que tem como objetivo divulgar informações sobre gestão de riscos e seguro voltado para as famílias de baixa renda. A divulgação é feita através de ações culturais como exposições de cinema, programas de rádio e teatro, além de mutirões de limpeza e outras iniciativas.

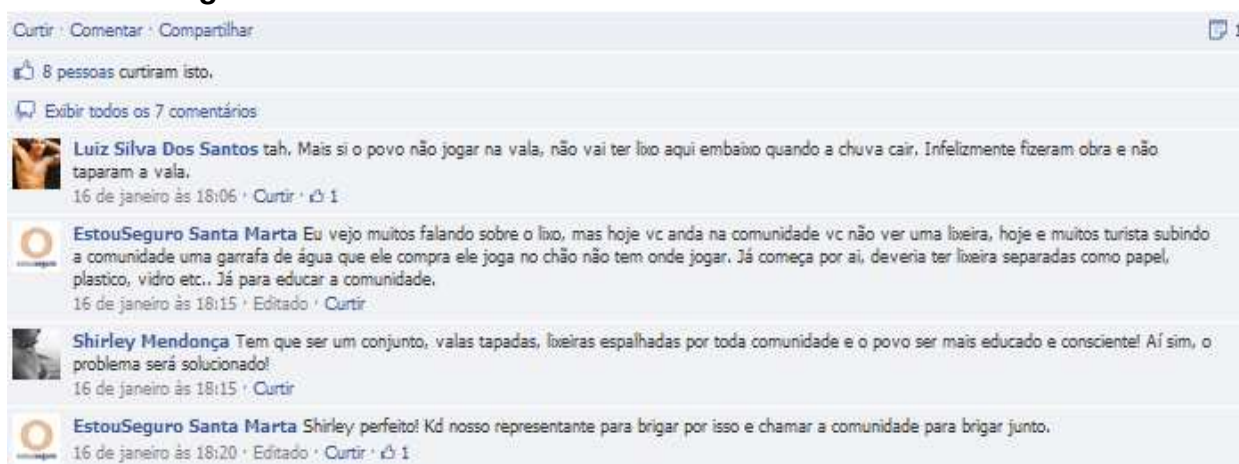
Com isso, o perfil atua como um catalisador de demandas e divulgador de iniciativas do projeto. O foco principal é a favela, por isso os temas principais das postagens são a divulgação de informações sobre microsseguro, eventos esportivos, peças de teatro infantil, atividades sustentáveis como a criação de hortas suspensas, mutirões de limpeza de valas e rios, tudo isso voltado para o Santa Marta.

Algumas postagens registram flagrantes da comunidade e despertam debates sobre temas de interesse geral como a coleta do lixo (Figura 6).

Figura 6: Discussão sobre o acondicionamento correto do lixo



Em outra discussão sobre o lixo, os moradores concordaram que era preciso ações coletivas para ajudar na solução do problema (Figura 7).

Figura 7: Discussão sobre o acondicionamento correto do lixo

O maior perfil da favela em número de associados, o Favela Santa Marta (Figura 8), trata de temas diversos de interesse da comunidade e tem sua pauta voltada para o público jovem. As postagens envolvem eventos culturais, festas, inscrições para o telecurso, anúncio de gravação de novelas no Santa Marta, convite para participação em caravanas para programas de televisão, anúncio de seleção de figurantes para gravação de propagandas na comunidade, promoção de concurso fotográfico na favela, distribuição de kit escolar e mochila para as crianças, fotos históricas da favela, dentre outros.

Figura 8:. Capa do perfil Favela Santa Marta

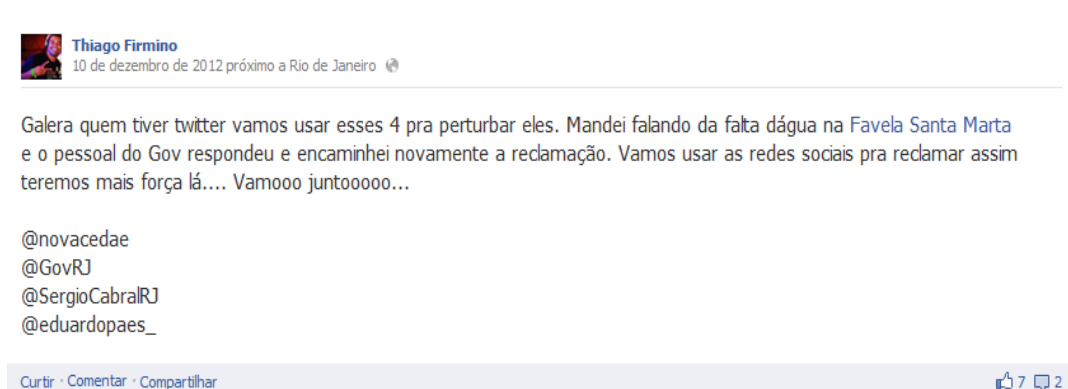
Nas postagens, sempre muito comentadas, moradores tiram dúvidas, fazem sugestões, discutem os temas e se oferecem como voluntários na organização de parte dos eventos.

Questões cotidianas também são tratadas. Vinte e três pessoas debateram horários de funcionamento do plano inclinado, chamado pelos moradores de bondinho. A postagem contou com vinte e oito comentários e vinte e cinco pessoas “curtiram”, ou seja, consideraram o assunto relevante.

Acho um absurdo o bondinho da Favela Santa Marta fechar 18h. Idosos e cadeirantes sacrificados sem nosso transporte entre toda comunidade e visitantes. Absurdo. Imagina se os taxis e ônibus todos pararem pro Natal??? (Thiago Firmino, 2012)

O perfil também busca mobilizar as pessoas para resolução de problemas da comunidade utilizando outras mídias e serviços da internet. Assim foi o caso da manifestação virtual por conta da falta de água no morro (Figura 9).

Figura 9: Convite par manifestação virtual pelo Twitter



Outro tema de grande repercussão no perfil foi a festa de natal para as crianças realizada no morro, em 23 de dezembro de 2012. Às crianças foram distribuídos brinquedos e às mães, cestas básicas. A festa e o recolhimento das doações foram organizados por um grupo de moradores que conseguiu apoio de um shopping center do bairro.

Entre dezenas de postagem com fotos e vídeos da festa, uma delas ressalta a alteração de sentido de eventos cotidianos após a pacificação (Figura 10).

Figura 10: Helicópteros antes e depois.



O criador do perfil, um microempreendedor local, divulga também a evolução de seu investimento e os resultados obtidos. O Blog Favela Santa Marta Tour¹⁸⁸ que divulga os passeios e eventos na favela obteve até dezembro de 2012, 52.762 acessos. Além disso, os passeios foram inseridos no site de avaliação de produtos turísticos TripAdvisor. Outros resultados importantes foram as publicações do Tour e das Trilhas no Santa Marta, no Guia Quatro Rodas (Figura 11) e no Guia Dumont do Rio de Janeiro (Figura 12).

Figura 11: Publicação do Tour no Santa Marta no Guia Quatro Rodas Brasil



¹⁸⁸ Disponível em www.favelasantamartatour.blogspot.com

Figura 12. Publicação do Tour no Santa Marta no Guia Dumont



Muito semelhante ao “Favela Santa Marta”, o perfil “Favela Tour Santa Marta” divulga informações sobre turismo em geral e da comunidade, solicita apoio a petições públicas online e duplica parte do conteúdo apresentado no “Favela Santa Marta”. Mais voltado para o público externo à favela, esse perfil contava com 469 amigos em dezembro de 2012.

O perfil seguinte está vinculado ao Grupo Eco que se define como

uma entidade sem fins lucrativo de caráter educacional e cultural, destinada a promover e apoiar na Favela Santa Marta e, eventualmente, fora dela, atividades e iniciativas que visem o desenvolvimento humano integral das pessoas e da comunidade, com atenção especial às crianças, adolescentes e jovens, em busca da afirmação da dignidade da pessoa humana; do pleno exercício da cidadania; do fortalecimento da solidariedade comunitária participativa; contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade justa, livre e participativa. (Grupo Eco)¹⁸⁹

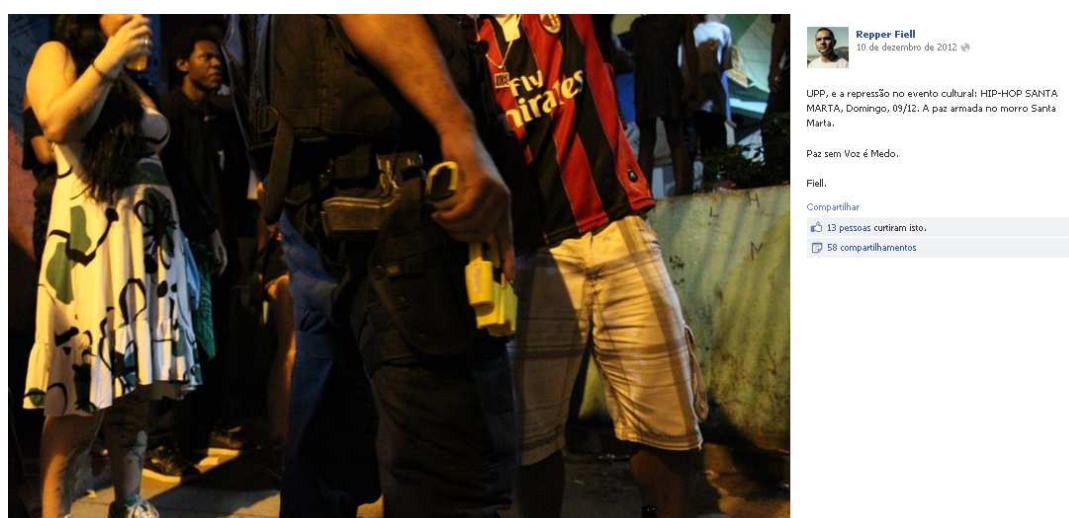
A página do Grupo Eco chama atenção pela diversidade de pessoas que postam informações e a variedade de temas e materiais. É possível visualizar vídeos, fotos e documentos que registram dentre outras coisas: as trinta e quatro colônias de férias promovidas pelo Grupo para as crianças da favela, a tradicional comemoração da Folia de Reis no Morro, oportunidade de cursos, o Teatro Estou

¹⁸⁹ Disponível em http://www.grupoeco.org.br/html/grupo_eco.html

Seguro, reuniões comunitárias e anúncio de venda de perfumes importados. Esse conteúdo é visto e comentado por 2.649 amigos do perfil.

O espaço também é utilizado para denúncias, como a postada por um morador mostrando as armas utilizadas por um policial durante evento cultural no morro. A postagem que gerou cinquenta e oito compartilhamentos questionava o aparato repressivo da UPP (Figura 13).

Figura 13: Foto-denúncia sobre excesso de armas com policiais da UPP



O Grupo que estimula o desenvolvimento de uma postura crítica nos moradores, também abre espaço no seu perfil do *Facebook* para denunciar abusos em outras comunidades com UPP. Um relato sobre cerceamento de liberdades no Morro do Borel, no bairro da Tijuca, motivou sessenta e nove compartilhamentos. A moradora afirmava que os policiais da UPP local teria determinado um horário máximo para circulação nas ruas (Figura 14).

No dia 10 de dezembro, também era possível verificar a variedade de postagens sobre o Dia dos Direitos Humanos e convite para cerimônias envolvendo o tema.

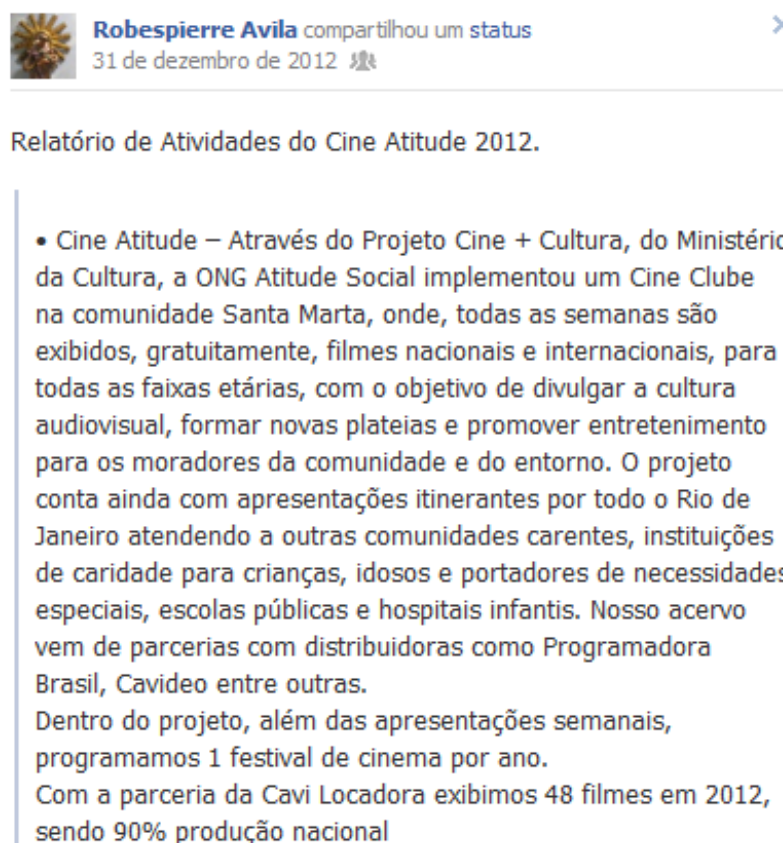
O Jornal Santa Marta foi outro perfil que atendeu aos critérios de busca dessa pesquisa. Tratando de assuntos diversos, o Jornal divulga oportunidades de emprego, exhibe vídeos, anuncia festas na comunidade, promove o ponto de cultura “Aos Pés do Santa Marta” e aborda as atividades de uma das organizações não

governamentais que atuam no Morro Santa Marta apresentando, inclusive, seu Relatório de Atividades de 2012. (Figura 15).

Figura 14: Postagem sobre cerceamento de liberdade no Morro do Borel.



Figura 15: Relatório de Prestação de Contas da ONG Atitude Social



O perfil seguinte, o Protejo Santa Marta, relata as ações do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável, do Ministério da Justiça, que tem por objetivo o diagnóstico, a mobilização e a sensibilização dos jovens em situação de descontrole familiar para a inserção em programas sociais vinculados ao PRONASCI. A sensibilização tem forte apelo cultural e intenciona elevar a autoestima, resgatar o sentimento de pertencimento e planejamento do percurso social formativo dos jovens atendidos (BRASIL, 2007).

As postagens anunciam oficinas, cursos e concursos destinados à faixa etária atendida. As fotos de festas e mensagens motivacionais também ocupam espaço considerável no perfil.

A Rádio Santa Marta Comunitária também desenvolveu seu espaço no *Facebook*. Com seis meses de existência, a *fanpage* da Rádio contava com 526 curtidas, ou seja, pessoas que optaram por receber informações da Rádio diretamente no seu perfil do *Facebook*. Apesar do grande número de “seguidores”, a página tem pouco conteúdo e parece funcionar, apenas, como uma forma de marcar presença no *Facebook* e indicar endereço do blog da Rádio que é bastante ativo.

As poucas postagens envolvem promoção para distribuição de livros impressos e download de músicas de divulgação dos artistas entrevistados na Rádio.

Na próxima seção será apresentada a segunda comunidade estudada nessa pesquisa, bem como as suas produções informacionais no *Youtube* e no *Facebook*.

4.2 MORRO DA PROVIDÊNCIA

4.2.1 Histórico/Perfil

O Morro da Providência está localizado na Gamboa, bairro da Zona Portuária, região central da cidade do Rio de Janeiro. A UPP Providência, entretanto envolve três outras favelas a Pedra Lisa, também na Gamboa, e a Moreira Pinto e a São Diogo no bairro Santo Cristo.

A Providência, como é conhecida, é a favela mais antiga do Brasil e sua ocupação data de fins do século XIX, com o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos. O Governo teria prometido moradia e prêmio em dinheiro para seus

soldados que ao retornarem da Bahia acamparam em frente ao Ministério do Exército a espera do cumprimento de tais promessas.

Diante da demora do Governo, os soldados construíram casas com caixotes, oriundos do cais do porto, nas encostas próximas ao Ministério. Como o Morro da Providência possuía vegetação semelhante à de Canudos, com abundância de uma planta chamada favela, os moradores batizaram a ocupação de Morro da Favela.

Novo afluxo ocorreu no início do século XX, com a destruição de moradias populares no processo de embelezamento da capital promovido pelo Prefeito Pereira Passos. A partir daí, o desenvolvimento econômico da cidade, com todas as contradições típicas do capitalismo, promoveu o fluxo contínuo de moradores não só para o Morro da Providência, mas para várias outras encostas da cidade.

Com isso, o termo favela deixou de designar apenas a ocupação daquele morro e passou a nomear todos os aglomerados urbanos subnormais da cidade. Essa expressão refere-se a um conjunto constituído de, no mínimo, cinquenta e uma unidades habitacionais (casas, barracos, palafitas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, disponibilidade de energia elétrica, destino do lixo e esgotamento sanitário), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

Atualmente, a UPP da Providência abrange uma área de 133.644 m² que abriga 4.889 moradores sendo 48,64% de homens e 51,36% de mulheres. Esses índices, quando detalhados por faixa etária, mostram uma acentuada queda na proporção de homens, que no segmento de 0 a 14 anos representam 53% da população e caem para 44% na faixa de 30 a 59 anos (IBGE, 2010). A queda verificada corrobora as pesquisas e estatísticas nacionais que identificam os jovens do sexo masculino como alvo principal da violência urbana (ZALUAR, 2012).

O analfabetismo atinge 7,5% dos moradores – 4,1% das mulheres e 3,4% dos homens – embora a taxa seja elevada encontra-se abaixo dos índices nacionais 9,6%, no Censo Demográfico de 2010, e 8,6%, no PNAD 2011(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Quanto aos serviços básicos, o Censo Demográfico de 2010 mostra que 99,9% dos domicílios têm abastecimento permanente de água, 98,4% têm destinação adequada do lixo doméstico e 99,6% têm fornecimento de energia, sendo que apenas 61,8% possuem medidor de consumo (IBGE, 2010). A visita à

favela e os vídeos postados na internet não corroboram as estatísticas oficiais. A falta de água é crônica em algumas localidades e o recolhimento de lixo, que é feito pela companhia de limpeza, exclusivamente, nas vias carroçáveis, não atende às inúmeras vielas e becos da comunidade.

A UPP do Morro da Providência, sétima a ser implantada no Estado, foi inaugurada em 24 de abril de 2010. O Programa Território da Paz teve início em agosto do mesmo ano e o Fórum da UPP Social foi realizado em julho do ano seguinte. Esse fórum marca o início efetivo dos trabalhos sociais da Prefeitura na região da UPP. A entrada dos gestores da UPP Social na favela acontece alguns meses antes para realização de diagnósticos/levantamentos e o fórum é o momento em que se apresenta a agenda da comunidade aos gestores das várias empresas/instituições públicas e privadas das quais se demandam serviços.

O intervalo de um ano e três meses entre a ocupação policial e o início das intervenções sociais demonstra, por um lado, a falta de sensibilidade do poder público municipal em relação a uma comunidade marcada por eventos trágicos perpetrados por agentes do Estado durante ocupações policiais. No dia 14 de junho de 2008, onze militares do exército prenderam três jovens com idades entre 17 e 24 anos. Após serem interrogados no Quartel do Exército, próximo ao morro, foram levados em uma viatura para uma comunidade controlada por uma facção rival. No dia seguinte, os corpos foram encontrados no Aterro Sanitário de Gramacho, município de Duque de Caxias, com dezenas de perfurações e marcas de tortura (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

Por outro lado, o início tão distanciado de dois programas, com propósitos semelhantes e origem comum, em um mesmo território demonstra a falta de sincronia entre as esferas de governo. Durante esse período, como mostrado no capítulo anterior, a mídia decantava os impactos sociais das UPPs nas favelas cariocas.

Como as incongruências não se limitaram ao período inicial, os moradores – individualmente, em grupos ou através de aliados com autoridade discursiva – se manifestaram de formas diversas produzindo informações sobre a dinâmica de implantação e manutenção das UPPs. A próxima seção apresenta uma parte dessa produção, veiculada através dos vários recursos da internet e os atores envolvidos.

4.2.2 Ações de Informação

Ao realizar uma busca no *Youtube* com os termos UPP + “Morro da Providência” surgiram cinquenta e nove resultados. Destes, vinte e dois eram peças publicitárias do Governo postadas nos canais Sergio Cabral Filho, Governo RJ, BlogdaPacificação, rjpoliciamilitar, Riocidadeolimpica, Prefeitura do Rio, Deputado Bittar, e UPPSocial.

Doze vídeos eram reportagens de canais de televisão nacionais ou internacionais que abordavam o processo de pacificação do Morro da Providência. Dois vídeos relatavam ações de empresas desenvolvidas na comunidade após a pacificação. Oito vídeos abordavam, especificamente, a participação da equipe infanto-juvenil de jiu-jitsu da comunidade, treinada por um policial da UPP, em competições nacionais. Segundo os vídeos postados o desempenho da equipe surpreendeu pela qualidade dos atletas e pelos resultados alcançados.

Os quinze vídeos restantes foram produzidos por moradores ou outros atores sociais sensíveis aos problemas que afligem os moradores dessa favela no processo de pacificação.

O primeiro vídeo a atender os critérios de busca foi produzido por uma jovem moradora do Morro da Providência participante da Agência de Redes para a Juventude. A Agência foi desenvolvida por Marcus Faustini e tem por objetivo apoiar projetos de jovens de favelas do Rio de Janeiro. Segundo seu idealizador a Agência Redes oferece um espaço de produção intelectual e comunitária “que o jovem da favela não seja só aluno, que não venha só escutar, que o jovem chegue com a idéia dele e a gente o ajude a desenvolvê-la. Todo mundo diz que o jovem de favela é carente, mas o Projeto entende raque o jovem da favela é potente.”¹⁹⁰

No vídeo postado em 14 de maio de 2011, um ano após a instalação da UPP no Morro da Providência, a jovem entrevista Maurício Hora, um morador nascido e criado na favela, que desenvolve um projeto comunitário que tem como atividade principal uma oficina de fotografia.

Maurício começou, em 1996, a fazer fotos para comemorar o centenário da favela e percebeu a potência política das fotos em favelas.

¹⁹⁰ Depoimento de Marcus Faustini. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=_m8gq79KqHE. Acesso em: 29 set. 2012.

Não tinha como virar a câmera para um lugar e fazer uma foto que não fosse uma denúncia. A fotografia comprometia todo mundo, o serviço público, comprometia o tráfico, comprometia o morador que de alguma forma avançou num espaço público... Sempre tinha uma denúncia e, conseqüentemente, uma forma de denunciar.¹⁹¹

A partir disso, deu início ao seu projeto cujo objetivo é utilizar a fotografia como um instrumento de pesquisa e transformação da realidade social a partir da atuação do jovem favelado como pesquisador não só da história do Morro da Providência como de outras favelas também.

O caráter histórico do Morro da Providência é bastante valorizado pelo fotógrafo que discute também o estigma que recai sobre o morador de favela.

A Providência é a primeira favela, então o verdadeiro favelado é o favelado da Providência. O significado de favelado para algumas pessoas é bem pejorativo, mas se você conhecer a história da favela, não é pejorativo. Eu sou um fotógrafo. Uma pessoa que tem um renome e sou favelado. Não sou arruaceiro, não sou bandido, mas sou favelado.¹⁹²

Em reportagem sobre o mesmo tema concedida para o canal tvAlerj, o fotógrafo complementa as suas ideias lamentando a visão daqueles que avaliam a saída da favela como uma ascensão social ou melhoria de vida. E, afirma que essa visão distorcida aliada à especulação imobiliária e ao processo de revitalização do morro, da forma como está sendo feita, vai descaracterizá-lo como local emblemático de resistência do povo brasileiro.

Quem mora aqui embaixo, no pé do Morro e não quer sair dessa região vai vir morar aqui em cima, Quem mora aqui em cima que nunca teve uma casa valorizada, que agora a sua casa vai valer, vai vender. Por isso, que eu acho que a gente tem que levantar a auto-estima, resgatar a história da comunidade e fazer a pessoa que mora aqui entender que ela tem valor, que ela é digna de estar ali e se ela sair daqui ela vai perder sua identidade... O que me incomoda não é a remoção, mas a necessidade do indivíduo daqui sair por achar que está melhorando de vida. Melhorar de vida não é sair da favela.¹⁹³

¹⁹¹ Depoimento do fotógrafo Maurício Hora, morador do Morro da Providência. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ffh20sr7f4I>. Acesso em: 29 set. 2012.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Depoimento do fotógrafo Maurício Hora, morador do Morro da Providência. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZIWbTmjcmpY>. Acesso em: 29 set. 2012.

O processo de urbanização do Morro da Providência prevê a remoção de 832 residências de uma favela que tem, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, 1237 domicílios. O percentual de 67% de remoções vem chamando a atenção de órgãos de direitos humanos nacionais e internacionais que tem enviado observadores para verificar *in loco* os acontecimentos.

O vídeo “Vozes da Missão: Providência” foi postado em 20 de junho de 2011 e registra a visita de uma missão da Plataforma Dhesca Brasil ao Morro da Providência realizada nos dias 18, 19 e 20 de maio. A Plataforma Dhesca Brasil é uma articulação nacional de trinta e seis movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, visando o fortalecimento da cidadania e da democracia.

A missão contava com representantes do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro; Conselho Popular do Rio de Janeiro; Pastoral de Favelas; Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU); Central de Movimentos Populares (CMP); Movimento Nacional de Luta pela Moradia; Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; Grupo de Trabalho de Conflitos do Conselho das Cidades; Rede Contra a Violência; Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza e Observatório das Metrôpoles.

Os moradores presentes à reunião afirmam jamais ter discutido o projeto. No dia da inauguração do Projeto Morar Carioca, que contou com a presença do Prefeito, não houve espaço para comentários ou dúvidas sobre o projeto.

O padre da nossa paróquia veio, abençoou o início das obras e então eles nos mostraram um filminho. “Olha aqui vai ter um plano inclinado. Aqui vai ter um teleférico. Aqui vai ter isso e aquilo.”. Mas não perguntaram qual era a nossa opinião. Todo mundo só ouviu. E ainda foi dito “ninguém vai poder falar nada, porque hoje está em festa e é a inauguração.”. Foi isso. Isso que aconteceu. Não nos mostraram nenhuma maquete, nenhum projeto desse desenvolvimento que eles dizem.¹⁹⁴

Outro morador presente à reunião afirma que a marcação das casas para remoção é feita em horário comercial, quando boa parte dos moradores não está em casa, e nenhuma notificação ou justificativa é dada ao morador. Eles são

¹⁹⁴ Depoimento da moradora Rosiete, Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=M9WkHKQrh_M. Acesso em: 29 set. 2012.

informados, posteriormente, por agentes da Prefeitura do prazo que têm para deixar o imóvel.

a obra não é para quem mora na comunidade. É para gringo vim ver. Por que não bota um posto de saúde? Eu não estou pedindo esmola!... Eles chegaram, marcaram [a casa], não me deram papel, não escreveram, não me deram comunicação nenhuma. Só marcaram. E eu tenho até o final do mês. E aí?¹⁹⁵

Sob o título “Violação dos Direitos Humanos no Morro da Providência”, novo vídeo é postado no *Youtube*, em 26 de setembro de 2011, mostrando o flagrante de um prédio que estava sendo demolido com uma família em seu interior. O resumo do vídeo evidencia que sua produção e divulgação é uma estratégia para divulgação das arbitrariedades que estão ocorrendo no Morro da Providência.

esse vídeo tem a pretensão de denunciar o que estamos passando no morro. Que apesar de ser na mesma cidade muita gente não sabe porque o poder publico faz questão de esconder e maquiarr tudo!¹⁹⁶

A moradora entrevistada afirma que não foi avisada da demolição e precisou da intervenção da polícia para que a demolição fosse interrompida.

Olha ninguém avisou nada. O que eles avisaram é que eles iam precisar do espaço porque a Prefeitura comprou tudo isso e que aqui vai fazer um centro cultural para o Morro da Providência, aonde vai passar o teleférico. Foi isso que eles falaram e que nos erámos obrigados a aceitar o aluguel social para que depois a gente recebesse um imóvel lá na Rua Nabuco de Freitas. Mas nada disso veio concreto em documento oficial que te garantisse nada.¹⁹⁷

Diante do acúmulo de arbitrariedades contra os moradores, Neuzimar compara a situação dos moradores do Morro da Providência a um genocídio.

Só porque o Brasil foi escolhido para os Jogos eles têm que pegar o pobre e botar no paredão. Em 1993, a minha mãe foi lá na Prefeitura pedir ajuda, porque tinha vida de pessoas aqui em risco realmente, de fato, e ninguém fez nada. [...] Quer dizer em 1993, não caiu, não

¹⁹⁵ Depoimento do morador Luiz. Disponível em:

http://www.youtube.com/watch?v=M9WkHKQrh_M. Acesso em: 29 set. 2012.

¹⁹⁶ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=5IUiss7WRw4>. Acesso em: 29 set. 2012.

¹⁹⁷ Depoimento da moradora Neuzimar. Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=5IUiss7WRw4>. Acesso em: 29 set. 2012.

morreu ninguém. Agora eles começaram a demolir, pode ser que eu venha a morrer ou minha irmã venha a morrer porque a Prefeitura mandou os seus funcionários ou a empresa que foi contratada para demolir, matar os moradores que ainda moram aqui, entendeu?¹⁹⁸

Ao contrário dos vídeos analisados até esse momento, os comentários sempre eram favoráveis ao conteúdo postado. Nesse há depoimentos que questionam as intenções dos produtores do vídeo e afirma que as pessoas contrárias à urbanização da favela estão impedindo o progresso local.

Que violação dos direitos humanos é esse que esta acontecendo aqui na providência! (O que está sendo violado é o direito de melhorias habitacionais, de projetos que ajudem essas crianças saírem das ruas nas madrugadas de todos os dias, do fim da pobreza que impera na comunidade e que alguns ganham com essa pobreza não sejam contra um futuro melhor para quem tem esperança que pode acontecer.¹⁹⁹

O comentário, no entanto, não encontra apoio, visto que os vídeos seguintes continuam divulgando denúncias sobre as obras e a remoção de moradores. Em 31 de janeiro de 2012, é postado o vídeo “Morro da Providência #EntresemBater” que retrata a situação enfrentada pelos moradores do Morro da Providência que vêm sofrendo ameaças de remoção.

O texto inicial do vídeo ressalta o valor histórico do Morro da Providência e mostra a permanência dos desafios que iniciaram a sua ocupação no final do século XIX.

O Morro da Providência, favela mais antiga do Rio de Janeiro, sempre teve sua história ligada à luta pelo direito a moradia. Ainda hoje, milhares de famílias são ameaçadas pelas remoções. Movidas por obras faraônicas, com a promessa de trazer tecnologia e progresso às comunidades.²⁰⁰

A líder comunitária Rosiete lamenta a perda de uma praça centenária, a única da comunidade para que se instale um teleférico. “Pra que o teleférico? Para o bem-estar do turista?”²⁰¹

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Depoimento de Paulo Luiz Andrade. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=5IUiss7WRw4>. Acesso em: 29 set. 2012.

²⁰⁰ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=2dURI8fUFU4>. Acesso em: 29 set. 2012.

²⁰¹ Idem.

Em junho de 2012, mais um vídeo relata a resistência da moradora Neuzimar que em setembro do ano anterior conseguiu interromper uma tentativa de demolição de sua casa, permanecendo dentro dela apesar da atividade dos operários. A moradora relatou o desamparo dos moradores já removidos e a falta de garantias oferecidas pela Prefeitura.

Daqui de dentro saíram pessoas sem direito a nada, sem aluguel social e sem promessa de apartamento. Nós estamos aqui como resistente aguardando um parecer da justiça. [...] Ninguém pode ser removido das suas casas que moram há 30, 40 anos. Os governantes nunca fizeram nada e agora por causa dos jogos querem remover famílias dignas, trabalhadoras de suas casas. Então a pessoa que não tem para onde ir, vai para onde? Pra rua? A rua já está cheia de moradores... e os governantes não fazem nada.²⁰²

Uma das estratégias adotadas para dar visibilidade aos problemas passados pelos moradores do Morro da Providência foi desenvolvida pelo fotógrafo Maurício Hora e documentada no vídeo “Providência: 115 Anos de Luta”, publicado em 10 de agosto de 2012. As casas a serem removidas eram marcadas com a sigla SMH e um número sequencial. Com isso, segundo Maurício Hora, todos os moradores daquela casa e suas histórias passavam a ser tratados pelo Estado como uma sigla. A sua proposta era desconstruir essa simplificação, mostrando a todos que a remoção não se resume à burocracia e envolve vidas e histórias que não são comportadas no projeto de urbanização pensado para o centro do Rio. Para isso, eram instaladas nas fachadas das casas painéis com as fotos dos moradores.

O que eles querem fazer na verdade é tirar o máximo de gente, porque não cabe dentro da obra do Porto, dessa grande obra do Porto, uma favela. Ainda mais uma favela como a Providência que tem uma força muito grande.²⁰³

O líder comunitário esclarece que os moradores não são contra as remoções, mas a forma como o Estado está conduzindo todo o processo.

Todo mundo quer essas transformações, mas de maneira participativa. Então a idéia é que o poder público quando venha ou quando entre dentro

²⁰² Depoimento da moradora Neuzimar. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wf4j3cGLwAU>. Acesso em: 29 set. 2012.

²⁰³ Depoimento do morador Maurício Hora. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=it-bdOXxql4>. Acesso em: 29 set. 2012.

de qualquer comunidade, ele entenda o que esses moradores querem. Sair da favela não é mais ascensão de vida, não. Melhorar de vida hoje não é sair da favela.²⁰⁴

Em outubro de 2012, um grupo de jovens (Luiz Baltar, Naiara Fouraux, Renan Otto e Rúbia Pella) da Escola de Fotógrafos Populares publicou um vídeo²⁰⁵ com fotos do Morro e as estratégias de resistência adotadas. O vídeo tem como título “Tem Morador – Morro da Providência”, a expressão foi retirada da fachada do prédio semidestruído onde a moradora Neuzimar continuava residindo até dezembro de 2012, quando a pesquisa de campo desse trabalho foi encerrada.

O texto inicial do vídeo afirma que oitocentas e trinta e duas casas serão removidas e que a Secretaria Municipal de Habitação assegura que seiscentas e oitenta e quatro novas moradias serão construídas. No entanto, até a publicação do vídeo só cento e trinta e uma unidades habitacionais estavam sendo construídas.

O último vídeo sobre a UPP e o Morro da Providência mostra um flagrante de um dia de chuva na comunidade. As cenas mostram a cachoeira que se formou na escadaria da Praça Américo Brum por falta de tratamento adequado das águas pluviais. Em meio a enxurrada encontram-se alguns meninos que utilizam o evento para brincar deslizando pelas escadas como se estivessem num toboágua.

O resumo do vídeo traz um convite à reflexão sobre os direitos de moradia e lazer das classes mais pobres.

Quando se esgotam todas as possibilidades de diversão por causa das obras do Morar Carioca que acabaram com as poucas áreas de lazer que tínhamos, aqui na Providência as crianças se divertem assim: Será esse o modelo de diversão nas comunidades menos favorecidas?²⁰⁶

Concluída a apresentação dos vídeos, passou-se a analisar as produções informacionais no *Facebook* através de uma pesquisa do termo “Morro da Providência”. Como resultado obteve-se uma extensa lista de perfis pessoais e comerciais. Desses, seis serão apresentados abaixo por dedicarem-se às questões comunitárias da favela.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=marm0r9jsYY>. Acesso em: 29 set. 2012.

²⁰⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CBBSyzbwiXc>. Acesso em: 29 set. 2012.

O primeiro deles é o perfil Coletivo Providência que foi criado em junho de 2012 e possui duzentos e quarenta e nove “amigos”. Ele é parte de uma ação social da Coca-Cola intitulada “Coletivo Coca-Cola” que tem como objetivo preparar jovens de 15 a 25 anos para o mercado de trabalho através de oficinas com dois meses de duração. O Coletivo informa em sua área “Sobre” que, ao término das oficinas, será fornecido certificado de participação e aproveitamento e serão feitas indicações dos jovens para processos seletivos em empresas de grande porte.

As postagens do perfil abordam cursos, mensagens religiosas, divulgação de shows e informações para abertura de conta bancária para recebimento de bolsa-auxílio. As mensagens motivacionais também são frequentes no perfil, começando pela foto da capa que traz a mensagem “Devemos ser a mudança que queremos ver” (Figura 16).

Figura 16: Capa do Coletivo Providência



O segundo perfil identificado com os critérios desse trabalho foi o “Ideais de uma Luta Morro da Providência”. Como antecipado pelo título, o perfil se dedica à luta em favor da melhoria da qualidade de vida na favela e se opõem às remoções propostas pela Prefeitura. As estratégias adotadas pela Prefeitura para executar as obras na cidade são comparadas ao *panem et circenses* do império romano.

O reflexo de tantos eventos que acontecem no Rio de Janeiro atualmente me faz lembrar a política do “pão e circo” criada pelo Império Romano para dissuadir a população mais pobre e carente.

Desta forma, enganava-se a população, que acabava esquecendo os seus problemas pessoais e gerais, e como consequência minava a possibilidade de sofrerem qualquer resistência, e é isso que estamos vivenciando. Entretenimento é a maneira mais prática de enganar ou levar algo ao esquecimento. (IDEAIS DE UMA LUTA, 2013)

A mensagem também alertava os moradores para outras formas adotadas para minimizar resistências e alertava para as possíveis consequências.

Não se engane com pequenos afagos oferecidos pela prefeitura ou por seus colaboradores, pois por trás dessas “bondades” pode se esconder um objetivo que nos traga grandes transtornos. O pior disso tudo é que no final, tudo vira festa e a grande maioria se esquecerá que tantas pessoas sofreram e pagaram com suas próprias moradias e histórias para que essa alegria ocorresse. Toda essa empolgação com as obras para copa, olimpíadas, revitalização do porto e instalação do teleférico da Providência, entre outras espalhadas pela cidade escondem uma grande sujeira. O que será deixado como legado para a cidade e para todos nós cidadãos cariocas? (IDEAIS DE UMA LUTA, 2013)

Em postagem mais antiga, a charge compartilhada reforçava a idéia de exclusão do texto acima (Figura 17).

Figura 17: Charge sobre as remoções na Cidade do Rio de Janeiro



A remoção é um dos problemas enfrentados pelo Morro da Providência. As obras têm causado grandes transtornos aos moradores e motivaram várias

postagens que apontam as contradições do processo de urbanização proposto pela Prefeitura.

As informações postadas na véspera da inauguração do teleférico davam conta que a comunidade já estava há cinco dias sem água. O texto intitulado “Entre a necessidade e a beleza” afirmava que

Enquanto se gasta uma fortuna com mega obras de embelezamento da cidade, ficamos cinco dias sem água. Necessidade básica de qualquer cidadão. Esses são os nossos governantes que governam para poucos. (IDEAIS DE UMA LUTA, 2013)

As postagens são entremeadas com conteúdos que resgatem a história das favelas e buscam afirmar a identidade de seus moradores, como o apresentado na Figura 18.

Figura 18: Vídeo sobre a urbanização das favelas



Suas postagens, além de abordar os problemas do Morro da Providência, se solidarizam com outras comunidades e grupos submetidos a ameaças de remoção. O Museu do Índio, a comunidade da Estradinha, a Vila Autódromo, o Morro Santa Marta e vários outros grupos ameaçados de remoção são citados nas postagens desse perfil.

A exploração econômica das favelas é debatida através do compartilhamento do texto “A favela agora virou a alma do negócio” do Jornal Brasil de Fato. E as promessas de melhorias feitas à comunidade após a pacificação é o tema do texto “Os descontentes do Porto” publicado na Revista Piauí e compartilhado pelo Ideais de uma Luta.

Muitas postagens dedicam-se às informações sobre as ações judiciais impetradas por várias instituições em favor dos moradores do Morro da Providência. As reuniões da Comissão de Moradores do Morro da Providência, do Fórum Popular do Porto e outras entidades locais também são anunciadas e têm suas atas divulgadas nesse espaço.

Acrítica à política de segurança pública do Governo Estadual representada pelas UPPs é apresentada através da charge produzida pela Agência de Notícias das Favelas (Figura 19). Nela questiona-se a duração desse programa e que outras formas de política pública poderiam ser implementadas nas favelas se houvesse interesse público em uma pacificação permanente.

Figura 19: Charge sobre as alternativas da pacificação



O terceiro perfil selecionado foi “Morro da Providência”, criado em julho de 2012, em janeiro de 2013 possuía 2.203 amigos. As postagens abrangem as questões do cotidiano da favela e seu entorno, tais como: ensaios e apresentações de blocos carnavalescos e bandas da região; horários de cultos e missas; informações sobre programas sociais em andamento ou previstos para a comunidade; prazo para inscrições em cursos; indicação de filmes; comentário sobre programas de televisão sobre o Morro da Providência; oportunidades de emprego e reinaugurações de bibliotecas. Essas postagens são mescladas com fotos do Morro da Providência e da vista da cidade que se obtém a partir dele.

A temática da remoção é abordada a partir da indicação do vídeo “Casas Marcadas” e os problemas decorrentes do atual processo de urbanização são mostrados através de fotos (Figura 20).

O quarto perfil a atender os critérios deste trabalho foi o “Providência Atitude” que conta com 460 amigos, em janeiro de 2013, um ano após sua criação. Suas postagens tratam de festa de blocos e associações culturais da região, shows diversos, campanhas e manifestos em apoio às instituições que atendem à comunidade, prazo de inscrição para cursos e oficinas gratuitos, ofertas de emprego, mensagens motivacionais e campanhas em favor de instituições filantrópicas da cidade.

Figura 20: Alagamentos no Centro



Além das questões cotidianas, o perfil mantém informações atualizadas sobre o andamento das ações judiciais contra as remoções e os convoca para manifestações em favor dos prédios e espaços da comunidade (Figura 21).

Figura 21: Alagamentos no Centro

O quinto perfil selecionado foi o Providenciando Vidas, projeto desenvolvido por moradoras da comunidade com apoio da Agência de Redes da Juventude. Criado em setembro de 2011, o perfil contava com 1312 amigos em janeiro de 2013 (Figura 22).

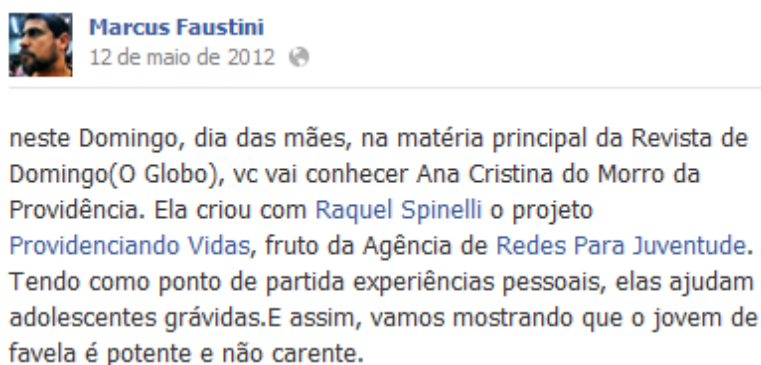
Figura 22: Capa do perfil Providenciando Vidas

As postagens desse perfil estão voltadas para a elevação da auto-estima das futuras mães, o desenvolvimento da maternidade responsável e o planejamento familiar e pessoal. Por isso, as postagens envolvem poemas, mensagens motivacionais, informações sobre cursos e processos seletivos para primeiro emprego, solicitação de voluntários para oficinas e ações sociais no Morro; coletânea de fotos das gestantes atendidas pelo programa; fotos das reuniões do

programa; registro sobre o documentário que está sendo feito sobre o projeto e campanha de arrecadação de fundos para o projeto.

Além desses temas são postadas, pelo Coordenador da Agência de Rede da Juventude, notícias sobre a repercussão do Providenciando Vidas na mídia (Figura 23).

Figura 23: Divulgação do Providenciando Vidas na mídia



4.3 OS TERRITÓRIOS COMO ESPAÇO DE PODER E RESISTÊNCIA MEDIADOS PELA INFORMAÇÃO

Nos parágrafos a seguir, serão apresentadas as visões dos moradores sobre as UPPs e suas dinâmicas informacionais, obtidas através das entrevistas realizadas no Morro Santa Marta e no Morro da Providência. A análise dos moradores dialogará com a visão dos quatro pesquisadores já mencionados em capítulos anteriores. Quanto aos moradores, foram entrevistados dez representantes do Morro Santa Marta e oito do Morro da Providência. As entrevistas foram orientadas por questionário (Apêndice 1) com doze perguntas abertas.

As três perguntas iniciais buscavam levantar a forma como os moradores tomaram conhecimento da implantação da UPP em sua comunidade e a repercussão disso. Tanto no Morro Santa Marta como no Morro da Providência, a informação da pacificação chegou, para a maioria dos moradores, através da mídia. E para alguns poucos, apenas, no dia da ocupação policial. Alguns moradores com laços político-partidários mais fortes afirmam terem sido comunicados anteriormente, de forma extraoficial, em suas redes de relacionamento.

De acordo com outros moradores, os boatos já circulavam pela favela antes mesmo da divulgação pela mídia de que seria criada uma UPP no Morro Santa Marta.

Alguns dos garotos aí ficaram informados também e espalhou isso no morro antes de vir UPP. A mídia depois falou, mas já havia o boato de que isso ia acontecer aqui. Em nenhum momento a comunidade foi reunida com representantes do Estado para que a chegada da UPP fosse anunciada. Não houve pergunta se a gente queria, se a gente não queria. A comunidade não foi devidamente informada. (Morador do Morro Santa Marta)

Como a implantação da UPP é precedida por operações policiais para “estabilização da comunidade” diante da falta de informações, os moradores viram nesta nova iniciativa a repetição de tantas outras incursões policiais já realizadas em suas favelas.

Por outro lado, embora a mídia e os documentos oficiais insistam na ideia de “retomada do território”, a polícia sempre esteve nessas comunidades. No Morro Santa Marta haviam dois postos policiais e no Morro da Providência, um GPAE cujo titular assumiu o comando da UPP.

[Eu soube] no dia que houve a ocupação policial. A gente não sabia direito o que seria uma UPP, já que a gente já tinha polícia na comunidade, há muito tempo. A gente sempre teve a força policial na comunidade. Só que não era uma coisa muito boa. A gente conhecia um outro lado da polícia, aquele lado corrupto. A gente sabia que tinha um DPO, eles sabiam que tinha o tráfico e tinha aquele momento que o tráfico tinha que se recolher porque os policiais iam descer. Então, não era uma coisa boa. A gente não conhecia esse lado diferente da polícia. (Moradora do Morro Santa Marta)

Um morador do Morro da Providência alegou ter tido conhecimento através de amizades pessoais e os demais desconheciam o fato. Os entrevistados afirmaram não se lembrar do dia da ocupação. Alguns disseram que já foram tantas “invasões policiais” que eles confundem ou esquecem com rapidez.

Por causa da desinformação e do histórico anterior das ocupações policiais, as comunidades não receberam bem a implantação das UPPs.

A polícia veio com aquele poder de fogo, expulsou os traficantes e logo depois, a gente descobriu através da mídia que ia ser implantada a UPP. Foi através da mídia, não foi a polícia. Ninguém veio falar com

a comunidade. A gente teve que ler jornal e ver televisão pra descobrir o porquê do tiroteio, porque vai ter UPP, que a Light vai chegar, que a CEDAE vai chegar... (Morador do Morro Santa Marta)

Em ambas as comunidades, os moradores entrevistados acreditam que não houve interesse do Estado em esclarecer os moradores, por isso perduram as dúvidas sobre os reais objetivos das UPPs e de sua duração.

Até hoje a gente ainda pega um vestígio de pessoas que não acreditam muito. Antes se falava que a polícia ia embora mais cedo. Agora a gente está esperando a polícia ir embora em 2016. A gente tem duas posições ou ela vai embora ou aqui vai virar um morro de miliciano, policiais que fazem a mesma coisa que o tráfico. (Morador do Morro Santa Marta)

A descontinuidade das políticas – que acabam por tornar-se de governo e não de Estado – é o receio daqueles que avaliam positivamente as UPPs no Morro Santa Marta

Eu acho que a UPP ainda não ficou esclarecida para ninguém. Hoje a gente entende qual é o trabalho da UPP, muita gente entende. Outras pessoas não, eu acho que isso demora um tempo realmente para ser construído. Nosso medo é que... As coisas do Governo nunca são para sempre. Tudo tem um período. O Sérgio Cabral acabou ficando, mas o mandato dele vai acabar. A gente não sabe se vai ter uma continuidade nos outros governos. Eles têm a mania de um não continuar o trabalho do outro. A gente sabe que até a Copa do Mundo, as Olimpíadas de 2016 a gente vai estar muito bem seguro, porque eles querem a cidade segura. A gente não sabe depois disso. Até 2016 a gente acha que tem segurança. (Moradora do Morro Santa Marta)

Soares (2012) julga legítima essa preocupação que se dá por medo de retaliações de grupos criminosos que venham a retomar o controle do território.

Se há risco de descontinuidade, todos se apavoram, por que um dia eles podem ser todos alvos de vinganças, etc. Mesmo que não tenham aderido explicitamente à polícia, o simples fato de estarem ali já os torna passíveis de acusação de traição por parte de antigos traficantes, ou o que seja. Isso é uma insegurança que provém do risco de descontinuidade. Na medida em que o tempo vai passando, dependendo da história de cada UPP, esse medo tende a ser minimizado, dificilmente ele se extingue, mas tem tendência a ser minimizado. (SOARES, 2012)

Ao elencar os pontos positivos das UPPs, as duas comunidades listam fatores bem diferentes. Os entrevistados do Morro da Providência citam o fim das “invasões policiais” com tiros a esmo, a oferta de cursos e empregos, o estímulo a novas lideranças e promoção da integração entre os moradores.

Então, tem coisas que vão pelo amor e outras vão pela dor. A UPP é meio assim, aqui na Providência. Nosso contexto é muito complicado, mas as atividades com as gestoras [do Territórios da Paz] deu moral para algumas pessoas que faziam carreira solo, agora, trabalhar em grupo. Com isso, conseguimos montar associações de comerciantes, de jovens, de mulheres, de um monte de coisa. Por outro lado, as remoções fizeram com que todo mundo se mexesse e se unisse para lutar pelas suas casas e pela comunidade. (Moradora do Morro da Providência)

No Morro Santa Marta, os moradores afirmam que prover a paz é uma obrigação do Estado, por isso não citam o fim das incursões bélicas realizadas pela polícia como um ponto positivo trazido para a comunidade pelas UPPs. Os destaques nesse sentido ficam com as atividades culturais, o fim de uma área livre para uso de drogas, que eles chamam de cracolândia e uma melhor postura dos policiais das UPPs.

Os policiais, hoje, fazem mediação de conflitos coisa que antes não acontecia. Eles estão mais preparados. Eles, literalmente, estão para servir e proteger. [...] Eu sei que eles estão para servir e proteger e os grupos que eu participo, eu falo isso: “Vocês tem que usar a polícia porque eles estão aqui para te servir e proteger a comunidade. Não é só para reprimir o tráfico ou qualquer suspeito, mas é para servir e proteger de todas as maneiras”. As pessoas precisam entender isso e olhar para a polícia como todo cidadão olha e não como um suspeito. (Moradora do Morro Santa Marta)

O discurso da moradora demonstra a consciência da redefinição das relações entre o Estado e a comunidade através da substituição de uma postura de sujeitamento por um protagonismo baseado em formas colaborativas de interação entre moradores e policiais. Como destacado por uma moradora da mesma comunidade, um dos principais itens dessa transformação é a mudança de postura do policial a fim de superar um longo histórico de arbitrariedades como a relatada abaixo.

A gente conhecia uma polícia que não era uma polícia boa, né. Policiais corruptos que se vendiam por pouco. A gente via policiais usando drogas, coisa que a população do asfalto não vê, a gente via. Então a gente não conhecia uma face boa da polícia. Essa face está sendo construída, então como é um processo de construção a gente ainda está vendo pontos negativos e pontos positivos. E a gente ainda está meio receoso, mas acho que a gente já conseguiu quebrar muitas barreiras. Quando a UPP foi implantada, a gente não tinha tantas denúncias dizendo do tráfico de drogas, de barulho de som, de onde as pessoas estavam usando drogas, não tinha. Hoje, as pessoas já se sentem bem em denunciar, porque elas não querem mais isso para a vida delas nem para comunidade. Elas estão podendo escolher. De uma maneira ou de outra, elas estão escolhendo o que querem para a vida delas e estão brigando mais por isso. (Morador do Morro Santa Marta)

Além dos pontos positivos já citados, a reorganização da vida comunitária através dos limites impostos pelos agentes da UPP também é lembrada.

A gente já não tem tantos conflitos com a polícia como a gente tinha no início. Isso para mim já é uma resposta, a comunidade está entendendo qual é o trabalho da polícia. A gente já sabe lidar melhor com essa coisa do que pode e do que não pode fazer. A gente sabe respeitar mais um ao outro. Essa coisa do som. O outro tem som dentro da casa dele, eu não preciso aumentar o meu para ele escutar rádio. Então a gente consegue trabalhar melhor isso entre a gente. Já vai para quatro anos, então acho que isso já tá bem trabalhado. (Morador do Morro Santa Marta)

O incentivo ao empreendedorismo é outro ponto citado como positivo.

Tem uns meninos espertos, aí. São os empreendedores, né, como chamam. Tem pagode, tem acampamento, tem até pé sujo virando centro cultural, quer mais o quê? Eu acho bacana isso. Ver os meninos daqui sendo valorizados. Tem muita gente de valor aqui. O pessoal olha lá debaixo e acha que todo mundo aqui é burro, marginal... Não é não! Esses meninos têm tutano. E os mais novos estão aprendendo, tão cobrando até pra dar entrevistas e responder questionário. (Morador do Morro Santa Marta)

A quinta pergunta do questionário indagava sobre os pontos negativos das UPPs. No Morro da Providência foi citada, em primeiro lugar, a atuação dos policiais que, segundo eles, em nada difere dos anteriores. A cultura policial é uma das principais dificuldades para a implantação de uma política de segurança realmente cidadã.

Misse acredita que a comunidade não reage à UPP, mas a “uma polícia que ela tem desconfiança” e essa relação só mudará quando a polícia mostrar que é diferente. Essa mudança de postura é um processo longo, mas fundamental para o êxito da UPP.

Essa experiência só pode ser bem sucedida se a polícia for educada, instruída e treinada para ser uma polícia do cidadão, uma polícia que proteja o cidadão. Se a polícia continuar nessas áreas sendo uma polícia do Estado contra os cidadãos ou que coloque o cidadão sob suspeita, então não dará certo. Não basta a presença da polícia na área, é preciso que a polícia ganhe a confiança de todos os cidadãos que moram naquela área para que eles possam ajudar a polícia a controlar o crime na área. Sem a participação dos cidadãos a polícia nada pode. A polícia é impotente e aí ela é obrigada, como tem sido, a apelar exclusivamente para a força como se a força fosse a solução dos problemas da segurança.(MISSE, 2012)

Como segundo ponto negativo foi citada a remoção de, aproximadamente, 60% das residências. Uma moradora sintetiza sua angústia sobre a remoção afirmando que “os deveres chegaram, mas os direitos...”.

As obras de urbanização do Morro também são bastante citadas como fator negativo por ter acabado com a única praça da comunidade, a Praça Américo Brum; por fechar com caminhões e betoneiras os acessos dentro da comunidade e, por quebram canos, lâmpadas e postes tornando ainda mais precários os serviços básicos prestados à comunidade.

As formações profissionais dos cursos oferecidos por empresas particulares ou órgãos do Estado são outro ponto negativo citado pelos moradores. As ofertas incidem sobre qualificações profissionais que não despertam o interesse dos jovens, público prioritário desse tipo de intervenção. “Os jovens questionam porque só cursos de *garçon* e cabeleireiro?”, afirmou uma das entrevistadas. Ela complementou sua fala dizendo que muitos querem trabalhar no ramo automotivo, mas esses cursos não são oferecidos. A Informática é outra área de formação muito buscada pelos jovens. Segundo a moradora, os cursos que oferecem são básicos e não os habilita a trabalhar na área, quando muito os instrumenta para serem recepcionistas.

Sobre o mesmo assunto, outro entrevistado afirma que nunca se fez uma pesquisa para perguntar aos jovens o que eles desejavam. O morador afirma que o Estado, através dos gestores dos programas sociais, chega com um discurso de levantamento de demandas, mas nunca procurou saber dos anseios da

comunidade. Por isso, segundo ele “tem oferta sem demanda e demanda sem oferta”.

A divulgação dos cursos e vagas de empregos não tem sido eficiente, segundo os entrevistados. Segundo, uma entrevistada “as pessoas não conhecem os cursos que são oferecidos na comunidade. Não tem um polo que centralize essas informações.”.

A oferta de cursos no prédio da UPP também é um fator negativo para os moradores do Morro da Providência. O morador afirma que a interação da comunidade com a polícia não é boa e que essa relação “não começa do zero”. Ele relata o histórico conflituoso dos moradores e da polícia e assegura que por não estarem “zerados em termos de relacionamento”, muitos preferem limitar seus contatos com a polícia ao mínimo necessário.

Há ainda algumas questões que precisam ser resolvidas antes de você propor este trabalho funcionando na mesma estrutura física. Alguns moradores ainda têm uma certa aversão, porque foi daqui que os meninos foram retirados pelo Estado, pelos soldados, eles estavam fardados então representavam o Estado. Então foi o Estado que pegou esses meninos e levou para uma comunidade rival e assassinou esses meninos brutalmente. Então a comunidade tem uma relação de muita resistência. Quer dizer eu não posso dizer que são todos os moradores. É uma relação que vem sendo mudada com o esforço do capitão e de parte de sua tropa, mas que ainda tem muitas coisas que precisam avançar. O nome polícia pacificadora dificulta isso porque remete a guerra e nós viemos da guerra e queremos a paz. E tem outra coisa, na guerra tem soldado do bem e soldado do mal e entre o bem e o mal tem muitas coisas que precisam ser discutidas. (Morador do Morro da Providência)

Cano (2012) destaca que são “são décadas, senão séculos de relações extremamente conflituosas entre as comunidades e a polícia que não se reverterem em curto prazo.”

No Morro Santa Marta, os principais pontos negativos citados são a especulação imobiliária e a remoção dos moradores. Os moradores relatam que há um número cada vez maior de pessoas estranhas à comunidade mudando-se para lá. Isso seria, segundo Cocco (2012), um dos efeitos da integração asfalto-morro que alimenta a UPP.

Em geral, quando se aborda a integração vislumbra-se o morador da favela integrado à dinâmica da cidade. Fato que já ocorria, pelo menos parcialmente, pois os “favelados” circulavam e produziam na cidade. No entanto, Cocco (2012) joga luz sobre o aspecto ressaltado pelos moradores: a apropriação da favela pelos moradores do asfalto.

O grande desafio é ver o que isto determina e como é que isto acontece. Por enquanto ela vai numa única direção, parece que anuncia outras exclusões. [...] A tentação diante de um processo assim é dizer “não vamos mais integrar, vamos manter as especificidades”, etc. Eu acho que o verdadeiro desafio é como negociar nas duas direções: o dever bairro da favela e um dever favela do bairro. (COCCO, 2012)

Cano (2012), partilhando das mesmas visões de Cocco (2012), observa as duas potencialidades nas UPPs.

O tipo de tecido urbano do Rio de Janeiro é muito particular, tem um fenômeno de microsegregação com pessoas que ganham meio salário mínimo e aquelas que ganham mais de sessenta salários mínimos residindo num raio de 50 metros, em áreas muito reduzidas. Há muita segregação porque essas áreas são muito pequenas. A configuração geográfica da cidade faz com que “convivam”, “estejam muito próximos”, segmentos sociais que em outras cidades vivem muito distantes, com os modelos clássicos de centro e periferia, de bairros de classe alta e classe baixa. [...] A UPP, paradoxalmente, como ela atinge, sobretudo, as favelas da Zona Sul, Centro e Tijuca, pode provocar o efeito contrário à integração. (CANO, 2012)

A evolução desse modelo pode levar à concentração de investimentos sociais nas áreas das UPPs criando regiões pacificadas, com investimento social e mais integradas, enquanto o restante da cidade permanece sem pacificação, sem investimento e sem integração.

Vamos trocar o cenário da microsegregação por um modelo mais clássico de centro-periferia. Está ainda em aberto o que a UPP vai significar. Tem esse potencial local, com certeza, as pessoas visitam as favelas com UPP livremente sem ter que perguntar ou pedir a ninguém. Estão sendo abertos albergues e hotéis nessas favelas. Algumas têm um investimento econômico importante. Algumas estão localizadas em áreas de altíssimo valor imobiliário. Sem dúvida nenhuma há um processo, pelo menos parcial, de integração nessas áreas, mas isso pode levar justamente a uma maior fragmentação entre centro e periferia, sem esses microterritórios que tínhamos até agora. (CANO, 2012)

A postura dos turistas que vão conhecer a favela é outro ponto negativo citado pelos moradores.

Os pontos negativos é que eles vêm para cá explorar, mesmo. Eles não vêm com intuito de agregar nada para a comunidade, de consumir coisas que tem dentro da comunidade: o artesanato, as comidas. Não, eles vêm com intuito de ver como é. Parece que é uns bichinhos. Nós somos os bichinhos e eles vêm ver como vivem os bichinhos! “Ah! Que legal, hoje vamos ver como vivem os pobres. Vamos visitar uma favela.”, mas não vem para acrescentar nada. Não vem consumir, não vem com ideia de contribuir com nada, mesmo. Eu me sinto num zoológico. (Moradora do Morro Santa Marta)

A ausência de diálogos para definição dos programas sociais a serem desenvolvidos pelo Estado é outro ponto negativo citado. Segundo um dos moradores, em nenhum momento, a comunidade é chamada para dizer das suas necessidades.

Dentro de uma comunidade que foi a primeira a ser pacificada, não tem trabalhos voltados para a educação da própria comunidade. Hoje você dá uma andada na comunidade você vê as valas lotadas de lixo, o lixo entupindo essas valas trazendo doenças e bichos, baratas, ratos, mosquitos para dentro das casas. E a gente quer que as pessoas entendam que esse lixo que elas jogam nas valas podem se transformar em materiais que podem trazer renda para ela, que pode trazer uma melhor qualidade de vida. São esses trabalhos educativos e de informação que o Estado não procura fazer dentro da comunidade, porque isso não dá mídia. O Estado quer resultado imediato, dentro do seu próprio mandato. (Moradora do Morro Santa Marta)

A qualidade do acesso a internet, sem fio e gratuito, instalado na comunidade após a pacificação é outro ponto negativo. Segundo os moradores, o serviço funcionou por dois anos com boa qualidade, depois foi descontinuado.

Assim que foi implantada tinha um serviço. Tinha uma empresa que fazia manutenção das antenas, direto. Hoje não tem mais isso, vive sem manutenção. No começo o nosso principal acesso era por wi-fi, hoje não, cada um tem que ter seu provedor... Perdemos o acesso porque depois da gente foi o Complexo do Alemão, depois a Rocinha... Digamos que a gente perdeu status na mídia.

Os moradores do Morro Santa Marta relatam o assédio sistemático das empresas de telecomunicações para oferta de acesso à internet. Segundo eles, uma

empresa tem ido de porta em porta oferecer seus serviços e distribuído *chips* gratuitamente para todos da comunidade que têm um CPF. Após a doação dos chips, a empresa passou a oferecer telefonia fixa e depois internet.

A empresa concorrente instalou um ponto de venda dentro da comunidade para oferecer os mesmos serviços. Vários insinuam e um morador verbalizou a suspeita de que o acesso gratuito foi interrompido para abrir mercado para as empresas particulares.

Os bacanas falam mal dos vagabundos, mas faz a mesma coisa. Dá de graça pra gente pegar o gosto e depois que a gente acostuma: só pagando! Imagina o tanto de dinheiro que eles tão ganhando só com a internet nesse morro todo! Isso sem falar na Light que acabou com os gatos. A CEDAE que tá fazendo a gente pagar pela água que entra e que sai... É por isso que eu acho que não vai acabar UPP nenhuma. Você acha que eles vão dar mole pra vagabundo depois da Copa? Vão perder o filé! UPP deve significar “uma jeito de rico ganhar mais dinheiro” em uma língua qualquer por aí.

A pouca eficiência na divulgação das oportunidades educacionais, profissionais ou culturais é outro tema citado como deficitário nos serviços prestados pelos gestores dos projetos sociais das UPPs.

Infelizmente ainda é pelo boca a boca e por pequenos grupos. Eles vêm com essa ideia de que a comunidade tem várias pessoas trabalhando dentro dela e vai sendo disseminado nos grupos e esses grupos tem a função de passar para a comunidade. O que eu não acho muito correto, já que se você fizer uma pesquisa, a maioria das pessoas não participa de grupos, então acaba indo sempre as mesmas pessoas nos passeios e eventos. Eu acho que tinha que ser feita uma coisa mais aberta, mesmo, para a comunidade. Colocar as informações na Associação de Moradores ou ir de casa em casa perguntando... Eu acho que isso ainda tem que melhorar. (Moradora do Morro Santa Marta)

Independente da deficiência de comunicação dos projetos implantados pelo Estado e pelas empresas particulares, a comunidade do Morro Santa Marta tem os seus canais de comunicação que contam com as igrejas, organizações não governamentais, o jornal impresso do Grupo Eco – que tem pontos estratégicos de distribuição, tais como as estações do plano inclinado – e a Rádio Comunitária do Santa Marta, via internet.

O meio de comunicação, citado por todos, como o mais eficiente, na favela de Botafogo, era a Rádio Comunitária do Morro Santa Marta. A comunidade se ressentia da Rádio ter sido fechada e, atualmente, funcionar apenas pela internet. Segundo eles, isso restringe o acesso de muitas pessoas à informação.

A sexta pergunta do questionário indaga sobre as experiências anteriores dos moradores com projetos de segurança pública na comunidade. É também solicitado que o entrevistado cite as diferenças, caso existam, entre o projeto anterior e as UPP. No Morro da Providência, todos os entrevistados lembram-se de experiências anteriores e classificam-nas como desastrosas. A referência mais frequente é a ocupação do Exército realizada em 2008 que tem como fato marcante o assassinato de três jovens. Em relação às UPPs, eles vêem pouca diferença, tendo em vista vários relatos de abusos policiais ocorridos recentemente.

A idéia da UPP, pelo que a gente fica sabendo pela mídia, você já tem a presença do Estado dentro das favelas pacificadas, que é a própria UPP que tem esse papel de ser uma polícia comunitária, que tenha um outro tipo de trato e de parceria com a comunidade, que trate da segurança sem violar os direitos humanos e a cidadania dos moradores. Mas isso é processo. É um processo novo do ponto de vista da idéia e que na prática está bem longe de acontecer. (Morador do Morro da Providência)

No Morro Santa Marta, a UPP, no estágio que alcançou em 2012, é entendida como uma experiência melhor que as anteriores. Os entrevistados relatam que nos três primeiros anos de UPP ocorreram muitas arbitrariedades por parte da polícia.

Ficamos nove meses com o BOPE, a elite da polícia, e foi uma experiência horrorosa! Eles não são preparados. Eles não são humanos. Eles são muito agressivos. Eles não respeitam o ninguém. Eles, literalmente, são aquela polícia pra matar, mesmo, não é nem pra conversar. Aquela polícia que vai pra confronto, mesmo, uma polícia de guerra. E eles ficaram nove meses dentro da comunidade com esse estilo. Era uma abordagem ruim, uma abordagem humilhante, porque é o que eles passam: a humilhação. Eram tapas e socos sob acusação. A gente não é inocente até que se prove o contrário. A gente era culpado até que se provasse o contrário. Então você tinha que procurar provar que você não era culpado o tempo inteiro. A gente não tinha um policial bom. A gente não sabia o que era um policial bom. A gente só conhecia os policiais ruins, mesmo. (Moradora do Morro Santa Marta)

Outro morador do Morro Santa Marta alega que a UPP é o melhor de todos os projetos implantados na comunidade, apesar de não ser perfeito.

A UPP veio, em 2008, e veio de fato a ocupação que já deveria ter vindo antes: polícia com estrutura social. Então hoje nós estamos vivendo esse momento especial. Eu vejo que é o melhor para a comunidade, claro que não existem projetos nem ações perfeitas, mas tem tido progressos na nossa comunidade. (Morador do Morro Santa Marta)

Discordando dessa opinião, outro morador afirma que nunca houve uma política ou projeto de segurança pública que envolvesse as favelas cariocas. De acordo com o seu relato sempre houve incursões policiais e mídia para justificá-las ou enaltecê-las. Segundo ele, as UPPs também falharam.

A política de pacificação tirando a questão da polícia furou. Aqui ainda tem lixo por todos os lados. Vala a céu aberto. Não tem uma política de governo voltada para a melhoria da comunidade. Os projetos que realmente funcionam aqui são os comunitários. Não tem nada a ver com a UPP. Parece que tudo que acontece dentro de favela é UPP. Antes, então, era um vazio. UPP virou sinônimo de favela. É pura mistificação. (Morador do Morro Santa Marta)

Os pesquisadores dedicados ao tema acreditam que é necessário desmistificar as UPPs, para que se possa avaliá-las na medida exata de sua implementação. Só assim, ela poderá ser aperfeiçoada e atingir os objetivos desejados.

A UPP, na verdade, é uma ocupação policial em algumas favelas que ficam no considerado cinturão de segurança da cidade com vistas aos jogos que vão se realizar no Rio de Janeiro. Mas também com vistas a dar uma resposta ao problema da violência que tomou conta da cidade já há mais de trinta anos. (MISSE, 2012)

A UPP não é uma inovação, ela é a repetição de uma solução anterior representada pela permanência da polícia na localidade onde se tem altas taxas de criminalidade.

Até então a polícia ia lá, fazia apreensões, fazia prisões, produzia algumas mortes e se retirava. Com a UPP, mas antes da UPP com o GPAE, e antes do GPAE com os postos de policiamento comunitário no Rio de Janeiro, foram várias experiências de permanência da

polícia na localidade, seja na favela, no conjunto habitacional, seja num bairro inteiro. (MISSE, 2012)

Embora a UPP não seja uma inovação, Soares (2012) acredita que ela possa desenvolver práticas inovadoras ao respeitar às leis e honrar o compromisso do Estado em prover segurança pública nas favelas.

É fazer com que a lei tenha vigência lá; tenha direitos lá. Evitar que qualquer lugar da cidade seja ocupado por alguém armando que resolva impor seu interesse e sua vontade tirânica sobre os outros. O Estado estando lá através da polícia isso não pode acontecer. Então isso tem outra implicação positiva. O Estado já não tem desculpa para não oferecer os outros serviços. Para não prover os outros serviços, para não cumprir o seu dever na área de educação, de saúde, de limpeza urbana, etc. O Estado em todos os níveis. (SOARES, 2012)

Embora pareçam simples, essas metas exigem preparo, reformulação e reorganização da própria polícia e de outros profissionais necessários a essa transformação.

Mas desde que o policiamento ostensivo vinte e quatro horas seja legalista e respeitoso, nós temos um avanço extraordinário, porque essas comunidades deixam de estar abandonadas e deixam de viver aquelas sístoles e diástoles dramáticas, incursões/refluxos, incursões/refluxos. Então basicamente é isso, é estender o que nós oferecemos para as cidades como serviço público na área de segurança, aos mais pobres que vivem nessas comunidades. É isso e ponto final. Não é nenhuma mágica, nada genial, mas algo revolucionário, porque sendo tão simples é fundamental. (SOARES, 2012)

A partir das experiências anteriores e da vivência atual com a UPP, foi perguntado a cada um dos moradores qual seria o seu conceito de segurança pública. No Morro da Providência, há um descrédito em relação ao interesse do Estado em prover segurança para a população de baixa renda. Há uma tendência dos moradores em afirmar que segurança pública é um serviço prestado pelo Estado para afastar os pobres e a pobreza dos ricos e da classe média.

Ideias como essa se baseiam no fato de que as áreas pobres do Rio de Janeiro, particularmente as favelas, não foram tratadas pelo Estado como merecedoras de respeito, tal como legalmente previsto. Elas eram ou abandonadas do ponto de vista da segurança ou alvo de incursões bélicas inconsequentes, “como

se nós tivéssemos tratando de territórios inimigos, sem levar em conta a consideração da vida”. (SOARES, 2012)

Tendo isso em mente, muitos afirmam que na época das “guerras”, confronto entre traficantes e policiais, o Estado os deixava ali e não se importava com o valor histórico do Morro. A partir do momento em que aquele espaço é valorizado e apropriado pelo conjunto da sociedade, eles, os pobres, temde ser removidos para outro local onde haja “guerras” e ausência do Estado.

Um dos entrevistados afirmou que segurança pública para as classes média e alta se traduz no direito à cidade. Para os pobres, o Estado entende que segurança pública é militarização. A superação desse paradigma é defendida por Soares (2012) nos seguintes termos:

Você não invade Copacabana, eventualmente, você oferece aos moradores de Copacabana o serviço vinte e quatro horas, e deve fazê-lo respeitando os marcos legais, os referentes legais, os direitos humanos, etc. Então é disso que se trata, o fim da incursão bélica e a provisão de um serviço vinte e quatro horas. Idealmente seria até ótimo, se alcançássemos um novo padrão de policiamento que nós chamássemos de comunitário ou dar nomes diferentes para isso. Um policiamento orientado para resolução de problemas; um policiamento preventivo e mais inteligente, que tem outras características e que costuma ser um modelo muito mais eficaz de polícia para as comunidades. (SOARES, 2012)

A fim de reforçar seu ponto de vista, o morador entrevistado sugere “Compara o número de soldados e o de gestores de programas sociais no Morro a serviço da UPP, e depois me diz o que eles pensam que é segurança pública para nós, os favelados?”. Concluindo ele afirma que

A história da segurança pública no Brasil é uma história de anti-cidadania. Enfim, as heranças do momento de escravidão ainda são muito fortes. Acho que ainda tem uma mentalidade extremamente racista, preconceituosa e elitista. Curioso porque isso vem de pessoas que nasceram em favelas, de pessoas que têm essa mesma origem. A segurança pública reflete essa idéia. Ela ainda é um serviço prestado para as elites e tem uma outra coisa bastante repressiva dedicada às “classes perigosas”, a qual eles atribuem o mesmo nome. (Morador do Morro da Providência)

Outra moradora entrevistada afirma que é impossível discutir segurança pública desprovida de cidadania. Embora ela reconheça que no Brasil, essa relação – entre segurança pública e cidadania – é, ainda, inconclusa.

A idéia de levar cidadania através da pacificação é questionável. A pacificação é um termo de guerra e o Estado está assumindo que há uma guerra. Mas quem são esses soldados? E seus comandantes? O que move essa guerra? Então tem um conjunto de coisas que precisam ser melhor pensadas. Não dá pra trabalhar o resgate da cidadania pelo viés da segurança pública. Isso é um retrocesso, porque ignora todos os esforços anteriores feitos pelos moradores e pela sociedade em prol da Providência. Essa ideia de “pa-ci-fi-ca-ção” joga por terra tudo que se trabalhou antes. (Moradora do Morro da Providência)

Ainda, sobre o tema segurança pública, uma moradora do Morro da Providência, também, entende que segurança pública demanda outros serviços do Estado além da força policial. Segundo ela, a desigualdade no tratamento de pobres e ricos, asfalto e favela são os principais motivadores da falta de segurança pública.

Nós vivemos numa sociedade desigual, preconceituosa, de barreiras, enfim... O que nós podemos fazer é lutar para igualar a qualidade dos serviços prestados. Que haja uma cidade com o governo prestando os mesmos serviços, com os mesmos defeitos e as mesmas qualidades em todas as partes. Que o Estado trate essas regiões da mesma forma. Isso é segurança pública. A nossa busca por igualdade inclui a segurança como nós precisamos, não a que eles querem impor. (Moradora do Morro da Providência)

A moradora aborda um dos objetivos citados nos documentos oficiais da UPP: integrar a favela ao conjunto da cidade. Os pesquisadores, no entanto, se mostram céticos em relação a essa possível integração.

Misse não acredita que a UPP possa sozinha romper com a histórica discriminação das favelas.

É preciso que os próprios moradores dessas favelas, dessas comunidades participem ativamente do rompimento dessa discriminação. É claro que com a diminuição da violência isso fica facilitado e que a circulação das pessoas aumenta. Aquela circulação que ficava muito impedida pela presença do tráfico, agora não. Você começa a circular, você começa a fazer eventos culturais, festas pacíficas com ambiente de confiança, de tranquilidade e isso facilita muito a integração. Mas a UPP por si só, não acho que seja objetivo

dela resolver isso. É uma coisa mais antiga e mais complexa. (MISSE, 2012)

Soares (2012) entende a UPP como um primeiro passo “no sentido de levar o Estado de direito democrático a todos e, portanto, trazer a favela para dentro da cidade.”. Mas, o período é de transição e, por isso, traz expectativas e incertezas.

Ela é mais um espaço ao qual se oferece a mesma condição na área de segurança pública. Esse é um momento de transição em que a UPP tem um sinal positivo, mas ainda é um sinal, portanto tem um papel diacrítico e dissociador. Não é Copacabana. Você não fala da segurança de Copacabana com nome próprio, ela é uma extensão da cidade, uma parte da cidade. A UPP ainda é um enclave em que se faz essa inflexão do negativo para o positivo, mas ainda pensado no outro. Então é um momento de transição, tudo vai depender do futuro. Se no futuro as polícias forem transformadas, e a segurança pública for tratada de outra maneira, e esses territórios forem atendidos não só num plano de segurança, da saúde, da urbanização, enfim, da legalidade da sua multiplicidade de manifestação, aí evidentemente nós vamos ter mais e mais unidades e menos e menos segmentação. Mas isso depende de um processo. Ela ajuda nesse momento, mas não é o fim da linha, é ainda uma situação intermediária e ambígua. (SOARES, 2012)

No quarto ano de instalação da UPP, as opiniões dos moradores do Morro Santa Marta são diferentes. Um dos entrevistados sintetiza em sua fala, a maioria das respostas recebidas para essa pergunta.

Eu acho que hoje, segurança pública é o que a gente está vivendo. Esse momento de agora. De quatro anos para cá, não, esse momento de agora, de 2012, porque está melhor essa conversa com a polícia. Porque não adianta esse policial ser pago para fazer a minha segurança e ele ser meu agressor, ele ser a pessoa que me oprime, né. E de carteira assinada, eu pagando o salário dele e ele ser meu opressor. Hoje, eu acho que é o que eu estou vivendo: a segurança. É eu poder subir e descer a minha comunidade, ir para onde eu quiser. O lugar onde eu moro ter um endereço, ser reconhecido por todos os órgãos que eu for. Eu posso levar a minha conta de luz, vem com o nome do beco onde eu moro e isso é reconhecido em todos os lugares. Pra mim segurança pública é isso, eu poder apresentar onde eu moro com dignidade. (Morador do Morro Santa Marta)

A pergunta seguinte questionava se as informações veiculadas na mídia refletiam a realidade da comunidade e os fatos nela ocorridos. Para todos os

entrevistados a mídia divulga apenas os fatos de seu interesse e da forma mais apelativa possível.

A mídia trabalha muito com isso: pega o que você fala, mexe um pouco e adapta pro que vai vender, o que vai dar audiência. Então eu acho que muita coisa é mentira. Mas isso deu um *up* na comunidade. Levantou a comunidade para mostrar o que temos de bom. (Morador do Morro Santa Marta)

Outra moradora do Morro Santa Marta afirma que apesar de não refletir a realidade, muitos moradores assistem à televisão e lêem jornais para verem a sua comunidade sobre outro ângulo. Um ganho adicional dessa prática é se informar sobre as próximas atividades e eventos que serão realizados na comunidade.

A televisão já trabalha com o lúdico e aí vai formando a sua opinião com o que você vê, nem o que você ouve. Com a vinda da UPP porque a gente passou a estar mais na mídia e as pessoas passaram a ver mais a TV para ouvir falar mais do Santa Marta e, também, para saber do que está acontecendo ou vai acontecer aqui. Muitos gostam de ver o que é dito na televisão, porque só falam coisas boas. “A comunidade é maravilhosa... A primeira a ser pacificada... A menina dos olhos do Governo.”. Eles usam a gente pra tudo! . (Moradora do Morro Santa Marta)

A moradora do Morro da Providência vê acordos escusos entre o Estado e a mídia para transformar as UPPs numa grande peça publicitária do Rio de Janeiro. Segundo ela

A mídia, ainda, está muito amarrada a acordos de classes. Ela, ainda, fala da pacificação numa pauta muito montada e acordada com o Estado e com setores influentes da economia que têm interesse em vender uma imagem desse lugar. Os moradores, quando aparecem é para reforçar um estereótipo de negatividade.[...] A mídia é o grande poder, eles criam realidades de forma muito perversa. (Moradora do Morro da Providência)

A frequência com que a UPP tem sido pautada nos jornais diários e o enquadramento dado às matérias corroboram o ponto de vista dos moradores. O tom ufanista impera em boa parte das produções e o enfoque publicitário supera o informativo. Esse apoio que, segundo nos relata Soares, vem desde a concepção da UPP tem ajudado a conformar um regime discursivo que imputa ao projeto de

segurança pública um sucesso e uma eficiência que não se verificam com a mesma intensidade nos territórios.

Essa cobertura “glamorizada”, segundo Cano (2012)

É uma campanha quase que de publicidade. Isso já tem gerado certa irritação em alguns setores mais críticos. A mídia, em geral, tem tido uma cobertura extremamente positiva. Até exageradamente positiva em relação às UPPs. Não é à toa que o Governo Federal está querendo exportar a idéia da UPP para outros países. Isso é fruto dessa cobertura exageradamente positiva que não beneficia as UPPs, na verdade. A cobertura, em geral, é pouco profunda, tópica, não está muito contextualizada. Em geral, os órgãos de mais influência têm adotado a UPP como se fosse a quinta maravilha. Tem um projeto político e social por trás disso. (CANO, 2012)

A pergunta seguinte indaga sobre as fontes de informação adotadas pelos moradores antes e depois da implantação das UPPs. O Morro Santa Marta dada a diversidade de grupos que desenvolvem ações sociais em seu território dispõe de várias fontes de informação.

Temos a Associação de Moradores que tem um alto-falante que o presidente fala ou a secretária fala e todo mundo fica sabendo. Não temos agora uma rádio comunitária, mas tínhamos uma que funcionava vinte e quatro horas. Agora ela só funciona pela internet. Tem o jornal mensal do Grupo Eco. A comunidade tem facilidade de propagar as informações. Em relação aos espaços formais, temos quatro bibliotecas: a Sol Nascente, que está desativada por falta de financiamento; a Biblioteca Mundo Infantil; a Biblioteca do Espaço Michael Jackson e a Biblioteca do SESI, que tem computadores, videoteca, é uma boa biblioteca. A Biblioteca do SESI é a única que surgiu depois da UPP, as outras já existiam na comunidade por iniciativa dos moradores, com ou sem parceria externa. E temos também duas *lan houses*. Além disso, tem o rádio, a televisão e os jornais. (Morador do Morro Santa Marta)

No Morro da Providência, as principais fontes de informação citadas são a televisão, seguida pelo rádio e os jornais. Quanto à produção interna de informações, os entrevistados citam os responsáveis por perfis no *Facebook*.

A décima pergunta abordava o uso das redes sociais pelos moradores. Os entrevistados das duas comunidades afirmam que o uso das redes sociais, principalmente, *Facebook* aumentou consideravelmente após a pacificação. No Morro da Providência, uma moradora avalia que as postagens locais são importantes, mas ainda têm baixa qualidade.

Os jovens têm usado muito as redes sociais, mas eles ainda precisam de muito apoio. A informação na internet tem dois lados alguém que queira contar uma história e alguém que escreva essa história de forma interessante. (Morador do Morro da Providência)

Esse apoio reclamado pela moradora é, segundo Cano (2012), um dos desafios da UPP.

O principal desafio da UPP é empoderar os moradores. Eles vieram de uma história recente na qual existia o dono do morro, o traficante ou o miliciano. Agora tem uma nova autoridade: o comandante da UPP. Para que eles se constituam de forma autônoma, desenvolvam um certo nível de autogoverno, de autoregulação, para que a UPP não seja mais necessária, o desafio da UPP é gerar condições para que ela seja obsoleta. (CANO, 2012)

Independente da qualidade, os moradores asseguram que o *Facebook*, é o meio mais eficaz para reunir os moradores e debater questões de interesse coletivo. Os perfis apresentados na seção anterior corroboram a afirmação dos moradores.

No Morro Santa Marta, o *Facebook* e o *Youtube* são considerados parceiros importantes nas lutas da comunidade. É pelo *Facebook*, segundo eles, que acontecem os grandes debates, as pesquisas de opinião, as convocações para reuniões e manifestações e a divulgação de informações sobre temas relevantes para a comunidade. O *Youtube* aparece como um segundo aliado nas disputas travadas na comunidade. Todas as reuniões e manifestações são gravadas e postadas na internet para que os moradores possam vê-las ou revê-las.

Os moradores entrevistados afirmam que as duas ferramentas além de agregar a comunidade em torno dos assuntos de interesse coletivo, incentivam a cultura e a economia da favela.

A pergunta seguinte indaga sobre os atores sociais que produzem informação dentro da comunidade. No Morro da Providência, as informações são produzidas, basicamente, por jovens moradores da favela.

Tem hoje dois jornais, a Provisom que é um jornal online e o “Entre o Céu e a Favela” que é um jornal impresso, mas todos dois com necessidades bastante elementares e com apoio praticamente zero. Você não tem uma rádio comunitária. Você tem uma geografia da comunidade que não favorece o fluxo da informação. Então eu acho

que a tecnologia poderia ajudar em muitos aspectos no aceleração desse processo de desenvolvimento da comunidade.

Outro morador do Morro da Providência afirma que a produção informacional da comunidade é intensa, mas é pouco divulgada externamente.

Tem [muita gente produzindo informação] só que essas informações não são colocadas para fora. [...] Inclusive muitas mulheres do tráfico que tinham uma vida de poder dentro do tráfico hoje mostram que podem usar seu potencial de outra forma. (Morador do Morro da Providência)

No Morro Santa Marta o grupo que, tradicionalmente, produz informação é citado com muita frequência pelos entrevistados é o Grupo Eco que há trinta e cinco anos, todos os domingos realiza reunião com os moradores para reflexão e debate de vários temas, inclusive, os ligados à UPP. Outras instituições locais despontam na lista de produtores de informação.

A Associação de Moradores que informa, distribui cartas, dá assessoria jurídica, enfim trabalha com a informação de várias formas. As igrejas também fazem um trabalho interessante. Tem o Grupo Eco, muito bom, um grupo forte que já tem mais de trinta e cinco anos na comunidade.

Além dos grupos tradicionais e reconhecidos externamente há diversos outros atores produzindo informação dentro da comunidade. Um desses atores é o Palhaço Benedito e seu programa Brincando com Criança que trabalha com Ecologia, arte e cultura, além de ter um programa veiculado pela Rádio Comunitária do Morro Santa Marta. O Centro Esportivo Santa Marta através de seus instrutores desenvolve atividades desportivas e palestras sobre temas escolhidos pelos jovens atendidos. De acordo com o tema, as palestras são ministradas pelos próprios instrutores ou por pessoas convidadas. O Vida e Movimento, um projeto de dança de salão e qualidade de vida, que funciona no pico do morro também agrega às atividades físicas, palestras e debates.

Uma moradora cita o auxílio de pesquisadores e gestores de projetos sociais como um fator relevante na produção de informação dentro do Morro Santa Marta.

E eu acho que a presença de “milhares” de gestores, de pesquisadores acaba tendo uma participação nisso. Muita gente reclama como se os pesquisadores fossem sangue-sugas. Há uma troca, tem pesquisadores que vão e ficam. Claro que isso produz troca cultural. Tem pesquisas que tem pouco retorno. E a responsabilidade disso não é só dos pesquisadores, acho que nós deveríamos nos organizar mais para ter esse material aqui. Agora, por exemplo, uma coisa interessante nessa coisa da circulação da informação, tem uma rede da zona sul. É uma rede virtual e qualquer um que queira pode participar. Nessa rede, volta e meia, pessoas que veem artigos sobre o Santa Marta, o Presidente da Associação de Moradores é um, acabou de sair um artigo “UPP no Santa Marta”, ele passa o artigo e são centenas de pessoas nessa rede zona sul. Então não só cursos de capacitação, empregos, editais, mas também resultados de relatórios de pesquisas e notícias de jornais. A rádio fazia muito esse papel, mas está voltando aos poucos. (Moradora do Morro Santa Marta)

Vários moradores citam a expressão “avalanche de projetos” ao se referirem às oportunidades surgidas na comunidade após a pacificação. Um morador entrevistado comenta que a falta de centralização e organização dessas informações faz com que muitas não sejam utilizadas pela comunidade ou se sobreponham a ações já existentes no território.

Um projeto aqui, outro projeto lá... Você que vem conhecer, não vai ter acesso a todos e o morador também não. Ele trabalha, não dá para ficar rodando a comunidade em busca de informação. As coisas tem que chegar às pessoas. Às vezes esse projeto não está dentro do que você está procurando, aí você desiste. Isso acontece com os moradores que procuram ajuda e com as empresas que querem investir em projetos já existentes na comunidade. Se esses projetos estivessem todos centralizados em um único espaço, que quando você viesse olhasse tudo que a comunidade já faz ou tem para oferecer seria muito melhor. Não adianta muita gente produzir informação se os outros não ficam sabendo. Eu esperava que os gestores sociais do Governo nos ajudassem nisso, a nos organizar e fortalecer, porque são essas coisas que vão ficar depois que a polícia sair.

A última pergunta solicitava aos moradores que avaliassem se a informação tem sido usada nas ações da UPP como controle do Estado sobre a comunidade ou como fator de fortalecimento da comunidade. A maioria dos entrevistados no Morro Santa Marta acredita que nos primeiros anos houve um controle excessivo sobre os moradores e as atividades da comunidade. No entanto, com o passar do tempo, esse controle, segundo eles, foi sendo reduzido pela incapacidade do Estado de dar resposta a outras demandas.

Nos primeiros tempos a comunidade foi muito vigiada pela polícia, mas aí falta tanta coisa. Com a vinda da UPP vieram coisas muito boas, mas quando a gente começou a cobrar outras coisas além de polícia, eles se encolheram! (Moradora do Morro Santa Marta)

Outro morador afirma que a informação é utilizada pelo Estado nos territórios das UPPs como forma de controle da população. E, de acordo com seu ponto de vista, os gestores sociais atuam nesse sentido, e não houve como muitos afirmam uma redução desse controle, apenas a sua naturalização.

No Morro da Providência, os moradores acreditam que o Estado tenha interesses, exclusivos de controlar os moradores através do uso/sonegação da informação. Um dos indícios dessa postura, apontado por todos os entrevistados é a falta de diálogo entre os agentes do Estado e a comunidade. A destruição da história local é um exemplo citado com frequência.

O que se tem de patrimônio histórico está sendo destruído agora. A escada que foi construída pelos escravos todo recapeada. A cruz que fazia parte de um símbolo da cidade sumiu. O processo de reconstrução da comunidade e até essa ausência de diálogo com os moradores está dificultando a manutenção e a preservação desse patrimônio histórico que está aqui depositado. Nós somos um empecilho e não personagens desse processo. Eles querem nos controlar, dividindo a comunidade, usando a mídia e impondo desapropriações. Mas nós resistimos. A razão de ser da favela é a resistência.

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

As UPPs têm várias representações e as dinâmicas de informação não só relatam como constituem cada uma dessas visões. No capítulo anterior analisou-se a versão do Estado apresentada nos documentos oficiais e o enfoque da mídia. Nesse capítulo pode-se analisar a produção informacional dos moradores através da internet e ouvir seus discursos acerca das dinâmicas de seu território. Essas perspectivas dialogaram com as contribuições dos especialistas e permitiram algumas inferências.

Se analisadas a partir da perspectiva de Braman, as UPPs seriam representadas segundo a visão institucional de uma política pública que entende a informação como uma força constituinte da sociedade. Nesse contexto, a união da mídia e do Estado seria compatível com uma realidade onde a informação não só

faz parte da estrutura social como também a constitui. O regime de informação emergido dessa sociedade comportaria discursos como os proferidos pelo Estado que conta com termos como “resgate de comunidades dominadas” e “integração ao conjunto da sociedade”.Entretando, essa visão não contempla os embates observados.

O cotejamento dos discursos do Estado, dos moradores e dos especialistas induz a adoção de uma abordagem que permita a análise das disputas entre poder constituinte e poder constituído tal qual defendida por Frohman. Sob essa perspectiva pode-se compreender as UPPs como espaços agonísticos. Dessa forma, a “promoção da cidadania” e a “integração plena”, bem como várias outras ações previstas nos documentos oficiais e nos discursos dos gestores públicos, não seriam concessões do Estado, mas resultado das lutas travadas no âmbito das UPPs.

Se as investidas do Estado têm sido vigorosas contando com parceiros de grande prestígio, as comunidades adotaram as redes sociais como uma das principais armas nessa luta. O *Youtube* e o *Facebook* deram voz aos moradores e divulgaram suas mensagens ao redor do mundo conquistando múltiplos aliados.

A diversidade de conteúdos publicados nas redes sociais e o nível de interação dos moradores, através desses mesmos canais, têm demonstrado a o potencial da informação como elemento de resistência e reafirmação da identidade local.

A produção de conteúdos na internet sobre as UPPs parece não ter tido precedentes em outros programas de segurança pública. São muitos blogs, filmes no *Youtube*, perfis no *Facebook*, petições e campanhas *online* que tratam de temas ligados às UPPs. Luiz Eduardo Soares atribui esse fenômeno à convergência entre o *boom* informacional e tecnológico; às alternativas de acesso ao meio digital e o aumento do nível de consumo da população.

Em 1999, quando implantamos o Mutirão pela Paz nós não tínhamos acesso. O acesso era discado. Não havia *lanhouses*. Enfim, a cultura digital não se havia propagado, muito menos aos mais pobres. A tecnologia era mais cara, não era acessível, não havia acesso tão fácil a celular, era um momento de avanço e crescimento desta onda e, portanto, informação tinha em outro lugar. (SOARES, 2012)

A produção informacional, entretanto, não está atrelada à disponibilidade de tecnologia, mas ao regime de informação do grupo. O Morro Santa Marta tem há anos a prática de reuniões presenciais semanais para discussão de temas de interesse da comunidade. Essa constância de ações de informação formativas e relacionais difundiu uma prática reflexiva que explica, em parte, o alto percentual de vídeos envolvidos em questões comunitárias. Dos cinquenta e oito localizados, vinte e sete se dedicavam a questões coletivas. O Estado aparece com quinze produções.

Os territórios das UPPs não são homogêneos entre si, nem dentro de seu próprio território. Por isso, no Morro da Providência tem-se um baixo volume de produção informacional ligada às questões coletivas. As lideranças comunitárias consolidadas estão ligadas a atividades culturais e artísticas e declaram-se politicamente neutras. Agrega-se a isso, a extensão da favela e sua geografia que reduz a circulação das pessoas pela favela.

Como resultado temos produções informacionais baseadas em ações de informação de mediação que buscam atividades sociais múltiplas que têm como objetivo transformar o mundo social a partir de ações compensatórias, tais como rede de assistência às mães adolescentes e cursos para jovens e adultos. Em relação à produção veiculada na internet, dos cinquenta e nove vídeos localizados, apenas quinze abordavam temas de interesse da coletividade. O Estado tem uma presença bem maior contando com vinte e dois vídeos que divulgam obras, apresentam relatos de moradores e divulgam novas intervenções sociais na comunidade.

Como se pode perceber, as disputas se deslocam do território para a internet expandindo o espaço das lutas e tornando cada vez mais complexo os regimes de informação.

Por outro lado, ao analisar as ações de informação desenvolvidas no âmbito dos programas sociais da UPP Social e do Território da Paz verifica-se a ausência de estratégias informacionais que unam as propostas filosóficas desses projetos às suas práticas nos territórios. Por isso, é fundamental a realização de um diagnóstico preciso e mais participativo das ações. É fundamental que se entenda esse espaço, a favela, como uma construção dos moradores e não uma contingência.

Só um mapeamento vivo desse território levará ao entendimento de suas reais demandas e à implantação de projetos singulares a cada território.

Outro fator importante, sob o ponto de vista informacional, é a ausência de instrumentos que promovam a transparência dos investimentos financeiros feitos em cada comunidade. Os moradores expressam o interesse, que não é exclusivo deles, em discutir a destinação das verbas públicas alocadas nas UPPs, bem como o acompanhamento da execução dos serviços e sua qualidade.

A partir dessa demanda foi realizada pela pesquisadora uma busca e não foi localizada, nos sites da Prefeitura ou do Estado, qualquer fonte de informação que relacionasse as instituições que atuam nos territórios com ou sem verba pública.

No campo percebe-se que várias instituições atuam de forma independente com projetos que não são, muitas vezes, demandados pela comunidade nem têm supervisão dos gestores locais. Esse fato gera a sobreposição de ações que se tornam irrelevantes ou sufocam as já existentes. Por outro lado, ocorrem também lacunas nesses territórios já reconhecidamente carentes de recursos e intervenções.

Por tudo isso, os programas sociais, UPP Social e Território da Paz, têm tido dificuldades para manter os fluxos de informação estabelecidos com a comunidade. Os seus gestores não possuem um espaço físico no qual possam ser encontrados na comunidade e alguns não dispõem nem de celulares institucionais. A diferença de estrutura dada à polícia e aos gestores sociais motiva críticas e reforça o pensamento de que o Estado ainda não é uma figura de parceria. Sua presença mais efetiva nas comunidades se dá no plano coercitivo com: a repressão à construção e reforma das casas, a instalação de “ecolimites”, a imposição de remoções, a definição de taxas e impostos, a limitação das atividades culturais dentre outras ações.

A dificuldade de comunicação permanece se analisada a relação entre gestores de esferas de governo diferentes em uma mesma comunidade. Não há sincronização de agendas e, segundo Cocco (2012) se estabelece uma concorrência desnecessária nos territórios o que enfraquece a presença já desacreditada do Estado nas favelas.

Em relação à forma de intervenção, enquanto as ações da UPP Social focam o levantamento de dados sobre a comunidade para provimento das bases da Prefeitura e encaminhamento de demandas para os órgãos municipais, o Território da Paz tem uma postura mais propositiva.

Percebe-se um esforço dos gestores desse programa na identificação de atores estratégicos e desenvolvimento de novas lideranças. Posteriormente, é

estimulada a estruturação de redes a partir da vocação e das necessidades locais. Nesse processo, surgem novos interlocutores para as questões a serem debatidas entre a comunidade e o Estado.

Outro resultado nítido das intervenções do Território da Paz é a integração dos diversos grupos das comunidades em torno de questões comuns. A dinâmica dos encontros exige o deslocamento constante dos participantes pelos vários espaços da comunidade. Os moradores afirmam que essa estratégia faz com que as informações fluam e as redes se fortaleçam progressivamente.

Pelas produções informacionais vinculadas pela internet e pelas intervenções observadas nos territórios, percebe-se que os moradores têm empreendido esforços no sentido de construir modos inovadores de resistência e interação com o Estado. Uma inovação que se dá pelo reconhecimento e mobilização dos saberes e de capacidades locais que vem sendo progressivamente fortalecidas com o uso das tecnologias de informação e comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese objetivou analisar as relações entre informação, poder e segurança pública tendo como foco as dinâmicas informacionais desenvolvidas em comunidades da cidade do Rio de Janeiro onde foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadoras. Essa análise considerou não só o território no qual estão instaladas as UPPs, mas os diversos espaços que a elas se referem.

A diversidade de atores mobilizados e a pluralidade de pontos de vista envolvidos no território de uma UPP o conformam como um espaço agonístico. Essas múltiplas e heterogêneas visões correspondem aos diferentes modos de perceber a realidade que se confrontam cotidianamente nas disputas pela produção e apropriação de significados/sentidos. Esse confronto se materializa através de discursos que não só enunciam a realidade como também a constituem.

Sob essa perspectiva, este trabalho foi dividido em três capítulos cujos objetivos e contribuições serão apresentados a seguir. No capítulo 1, inicialmente, analisou-se o conceito de informação através de autores tradicionais da Ciência da Informação e de outras áreas de conhecimento. O conceito mais adequado aos fins dessa pesquisa foi aquele definido por Wersig (1993) que entende a informação como conhecimento para a ação.

Vista desse modo, a informação transcende a dimensão puramente técnica do paradigma físico e o viés idealista do paradigma cognitivo e se manifesta socialmente engajada através dos discursos. Esses, por sua vez, se vinculam a práticas econômicas, sociais e políticas de forma conflituosa não só traduzindo lutas, mas sendo também sua motivação.

O confronto desse referencial teórico com a produção resultante da dinâmica informacional das UPPs – normas, reportagens, vídeos no *Youtube* e postagens no *Facebook* – analisada no capítulo 3, permitiu ratificar o pressuposto desta pesquisa, ou seja, a informação assume papéis diversos em uma política de segurança pública figurando por um lado como elemento de poder/controle do Estado e, por outro, como fator de resistência/potência dos cidadãos.

A segunda seção do primeiro capítulo dedicou-se à discussão do conceito de poder apresentando a visão institucionalizada de Braman e as construções teóricas de Foucault e Negri. Constatou-se que a implementação das UPPs agrega as quatro formas de poder discutidas por Braman. O poder instrumental é adotado pelo Estado

através das ações policiais que constituem as UPPs em todas as suas fases. O poder estrutural é exercido por meio das regras impostas pelos policiais nas favelas “pacificadas”. O poder simbólico, por sua vez, é exercido pelo Estado através de eventos como o Baile de Debutantes do Morro da Providência, da Feira Literária das UPPs, do desenvolvimento do turismo nas favelas e de todo o aporte publicitário dado às UPPs.

A última categoria, o poder informacional, permeia a prática do Estado na gestão das UPPs, em todas as suas fases. Além das ações de informação desenvolvidas no planejamento, na implementação e na avaliação dessa política, o Estado faz um uso eficiente da informação veiculada na publicidade e na cobertura jornalística da grande mídia sobre os eventos relacionados às UPPs.

A abordagem de Braman permite a análise do poder sob o ponto de vista do Estado, o que Negri intitula poder constituído, derivado e antagonizado pelo poder constituinte. A interação dessas duas formas de poder, ou mais precisamente, do poder do Estado e da potência da multidão pode também ser verificada ao longo da pesquisa. As várias manifestações dos moradores das favelas contra os excessos policiais, as remoções compulsórias e as proibições de realização de eventos exemplificam a dinâmica/conflito entre essas formas de poder.

No entanto, é em Foucault que a pesquisa busca suporte para entender a rede de poder que permeia as diversas ações desenvolvidas nas comunidades desde o nível individual até o coletivo. Para Foucault poder e resistência são fenômenos complementares nas relações sociais. Por isso, a militarização da segurança pública nas favelas e todas as normas impostas pelo Estado aos moradores não submetem esses espaços a um estado de exceção e nem faz de seus moradores *homo sacer* contemporâneos, distintamente do que figura na obra de Giorgio Agamben.

As resistências no âmbito das UPPs ocorrem de várias formas, sendo que, sob o ponto de vista informacional, se destacamos vídeos postados no *Youtube* e os perfis criados no *Facebook*. Essa produção informacional, em seu conjunto, mostra um olhar não hegemônico sobre as UPPs e o processo de pacificação.

Ainda sob a perspectiva de poder de Foucault, pode-se verificar que as UPPs são dispositivos biopolíticos pautados na disciplina e na segurança como tecnologias de poder. Em sua primeira fase de instalação, as UPPs se caracterizam como um regime disciplinar onde policiais armados de fuzis fazem patrulhamento diuturno nas

comunidades. A tecnologia de poder utilizada é a disciplina que se manifesta na definição de horários para realização de eventos, tipos de eventos permitidos, bem como as regras a serem seguidas nessas ocasiões. As abordagens policiais, nessa fase, são constantes bem como o cerceamento das liberdades individuais em nome de uma suposta segurança coletiva.

A formalização surge como o grande objetivo de gestão do espaço social. Os usos clandestinos de serviços públicos e privados são fortemente combatidos (caso dos “gatos” de energia elétrica, de água e de televisão a cabo) e as taxas referentes a esses serviços são instituídas. Da mesma forma, as atividades produtivas locais (comércio, serviços e indústrias) são alvo de fiscalização e enquadramento nas regras gerais do Estado.

Ao espaço físico são destinadas obras apresentadas pelo Estado como reformas urbanísticas e revitalização local, ainda que representem a remoção de parte das favelas. O Morro da Providência vive esse momento de poder disciplinar ao qual Foucault nomeia de “utopia urbana”, ou seja, a tentativa de construir regularidades artificialmente (FOUCAULT, 2008).

A internalização dessas condutas por parte significativa dos moradores conduz à segurança, tal qual definida por Foucault. Nessa fase ocorre a redução do contingente de policiais em rondas, bem como do armamento ostentado. O foco principal é deslocado do espaço para a população.

No caso do Morro Santa Marta, essa fase foi acompanhada da instalação de câmeras de vídeo monitoramento, fazendo com que a vigilância seja permanente nos seus efeitos através da submissão dos moradores a um campo de visibilidade no qual cada um retoma por sua conta as limitações do poder; fazendo-as funcionar espontaneamente sobre si mesmos (FOUCAULT, 1993, p. 166).

“O BBB da UPP”, referência ao *reality show* Big Brother Brasil, foi utilizado como título para matéria de jornal que defendia a utilização das câmeras nas favelas, assim como para os vídeos produzidos por entidades que as repudiavam. Essa questão despertou reações acaloradas na comunidade e mobilizou grande número de aliados em favor dos moradores do Morro Santa Marta. Parte das reuniões de mobilização e das manifestações contrárias a essa prática estão postadas em vídeos de autorias diversas no *Youtube*.

A terceira parte do primeiro capítulo discute os vários entendimentos do termo segurança pública e seus paradigmas, tal qual proposto pelos documentos do PNUD

que se dedicam à questão do desenvolvimento humano. Essa categorização, segundo os pesquisadores entrevistados, tem pouca aplicabilidade prática no caso concreto da segurança pública brasileira, entretanto mostrou-se uma ferramenta analítica eficiente. Ao prover características gerais das políticas de segurança pública, esses paradigmas viabilizaram a definição de marcos temporais que facilitaram a análise das relações entre informação e segurança pública, um dos objetivos dessa pesquisa.

Dessa forma, foi possível verificar que, no longo período histórico que vai do início da colonização até a promulgação da constituição de 1988, o Brasil viveu sob o paradigma da segurança nacional. Nesse período, as políticas de segurança pública priorizaram o controle sobre a circulação da informação, a censura de conteúdos e a criação de serviços militares de inteligência e polícias políticas com vistas à repressão e controle de atividades informacionais (educacionais, culturais, artísticas, políticas, etc.). A truculência dos métodos adotados pelo Estado não neutralizava a resistência e as lutas pelo domínio dos meios informacionais.

No período seguinte, de 1988 até aproximadamente o ano 2000, vigorou o paradigma da segurança pública no qual a informação deixa de ser utilizada, exclusivamente, em favor do Estado e passa a atuar em favor também do cidadão, respeitando as determinações legais. Administrativamente, buscava-se o aprimoramento do planejamento, das estatísticas e a troca de informações a fim de criar dados confiáveis e sistemas unificados de informação que permitissem o desenvolvimento de estratégias de gestão da segurança pública e controle da violência.

Nas duas últimas décadas, tem início a implantação de experiências de políticas públicas baseadas no paradigma da segurança cidadã. Nesse contexto, as redes apresentam uma nova possibilidade de exercício político e as tecnologias de informação e comunicação potencializam as formas de organização social.

Assim, a reconstrução teórica da segurança pública, balizada pelos paradigmas propostos pelo PNUD, permitiu responder positivamente à questão dessa pesquisa que indagava sobre a alteração do papel da informação nas políticas de segurança pública no Brasil, ao longo de sua história. Como se pode observar, na terceira seção do capítulo 1, os usos da informação ocupam papel relevante nessas políticas públicas, seja nas estratégias do Estado, seja nas dos cidadãos.

Essa alteração no papel da informação nas políticas de segurança pública não é fruto de concessões do Estado, mas resultado das lutas dos cidadãos pela apropriação dos novos meios informacionais que viabilizam, também, inovações nas relações entre políticas públicas e sociedade.

O capítulo 1, em seu conjunto, situou historicamente e discutiu as relações entre poder, segurança pública e informação no Brasil alcançando assim dois objetivos específicos dessa pesquisa que questiona como se dá a dualidade da informação, no âmbito das políticas de segurança pública, no tocante ao poder/controlado do Estado e à resistência/potência da sociedade.

O capítulo 2 se dedicou aos regimes e ações de informação que buscam legitimar e/ou questionar a política de segurança pública representada pelas UPPs. Nesse sentido foram apresentados documentos oficiais e a produção da mídia sobre o assunto. Dada a exiguidade de produções acadêmicas sobre as UPPs no período de desenvolvimento dessa pesquisa, foram realizadas entrevistas com pesquisadores dedicados à temática das cidades e da segurança pública. As análises desses pesquisadores foram utilizadas como contraponto às fontes já citadas.

O estudo dos documentos oficiais demonstra que o Estado adota a informação em diversos momentos da implantação de uma UPP. Na fase inicial ela serve de recurso para o planejamento. Nas etapas intermediárias, viabiliza a padronização/normatização dos processos e ações. E na pós-implantação é possível avaliar/monitorar a informação através das pesquisas. A presença da informação e sua diversidade de papéis se verificam, também, nas intervenções sociais das UPPs.

O cotejamento dos documentos oficiais e das matérias jornalísticas levou ao entendimento de ambas as produções como embates discursivos, nos quais prevalecem regimes de verdade sustentados por uma aliança entre a grande mídia e Estado. Os pesquisadores asseveram a inadequação dessa parceria que resulta inútil para o aprimoramento das UPP, como política de segurança pública, e para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O capítulo 3 assume que as mídias sociais têm um escopo de penetração que permite comparar seus efeitos aos da grande mídia. Por isso, o capítulo se dedica à produção informacional das comunidades do Morro Santa Marta e do Morro da Providência e às entrevistas com moradores. O confronto dessas produções com os

discursos da grande mídia e do Estado, apresentados no capítulo 2, revelam as disputas entre as diferentes perspectivas de segurança pública.

Enquanto as produções informacionais do Estado e da grande mídia enfatizam supostos benefícios da pacificação nas comunidades, as ações de informação desenvolvidas pelos atores vinculados às comunidades ressaltam as contradições desse processo e os prejuízos sociais e históricos causados. A diversidade de temas abordados nas produções materializa a potência dos moradores que atuam a partir das organizações comunitárias já existentes, constituem novas ou arregimentam aliados.

Embora essa seja a tônica da produção dos moradores, nota-se, nos territórios, a ambiguidade de opiniões, onde parte dos moradores avalia positivamente as UPPs e as consequências de sua implantação. Os territórios também não são homogêneos entre eles e essas diferenças se refletem nos regimes de informação vigentes em cada comunidade.

O Morro Santa Marta tem uma história de ativismo comunitário que se consolidou através de décadas, apesar dos problemas de segurança vividos pela comunidade. A quantidade, a qualidade técnica e a diversidade de produtos informacionais disponíveis no *Facebook*, no *Youtube* e no próprio território, desde o primeiro ano de instalação da UPP, demonstra o nível de conscientização dos moradores do Morro Santa Marta.

Os vídeos e perfis enfatizam o cerceamento das liberdades civis (privacidade, direito de ir e vir, manifestação cultural); a luta por direitos sociais (direito à moradia, à saúde, à urbanização, etc); o empenho para o fortalecimento das entidades comunitárias locais e a expansão da rede de aliados na resistência contra as consequências da pacificação.

Com um regime de informação bastante complexo, o Morro Santa Marta através de instituições comunitárias locais, organizações não governamentais e lideranças comunitárias tem uma ambiência altamente reflexiva que demonstra a potência da favela enquanto espaço de saberes e produção de informação, enquanto produção de mundos.

O Morro da Providência tem dinâmica distinta. Sua produção informacional é mais intensa no *Facebook*, provavelmente por permitir a atuação individual e exigir baixo investimento técnico. No *Youtube*, a quantidade de vídeos chega a superar a do Morro Santa Marta, entretanto muitos deles não abordam questões ligadas às

UPPs e à vida comunitária da favela. Dos cinquenta e nove vídeos apenas quinze, aproximadamente um quarto, têm essa preocupação.

Outra característica dos vídeos produzidos sobre o Morro da Providência mostra pouco envolvimento das lideranças comunitárias nos processos reivindicativos da comunidade. A maior parte dos vídeos é produzida por pessoas e entidades externas à favela e solidárias à causa dos moradores.

A temática dominante é a remoção das moradias decorrente do processo de reurbanização. Questões vinculadas aos direitos civis e políticos, não aparecem nos vídeos localizados na pesquisa. Assim, a quantidade do material produzido, os intervalos entre essas produções e as autorias demonstram a pouca mobilização dos moradores em ambientes de baixa interatividade como o *Youtube*.

No *Facebook*, os perfis mais combativos do Morro da Providência se apresentam com nomes genéricos desvinculados de entidades atuantes na comunidade. Suas postagens buscam a coordenação de ações sociais que têm como objetivo não apenas informar, mas também orientar o agir coletivo.

O conjunto da produção informacional das comunidades e das entrevistas de seus moradores, apresentado no capítulo 3; as ações desenvolvidas pelo Estado, apresentadas no capítulo 2; as entrevistas realizadas com os quatro especialistas cujas análises encontram-se distribuídas ao longo dos capítulos 1, 2 e 3; e o enquadramento dado pela grande mídia aos temas relacionados às UPPs compõem a resposta à segunda questão desta pesquisa que indaga sobre o papel das ações de informação desenvolvidas pelos diferentes atores na disputa entre distintas perspectivas e significações de segurança pública.

As ações desenvolvidas pelos moradores atuam no sentido de superar formas históricas de exclusão e discriminação através da luta por direitos, realçando a diferença como recurso político e propondo novas formas de diálogo entre o Estado e a sociedade a partir de uma nova agenda. Esse contexto inclui tanto as ações de informação veiculadas através das redes sociais como as reuniões, eventos e formações realizadas nos territórios.

O Estado adota prioritariamente as ações de informação do tipo relacional, ou seja, aquelas desenvolvidas através de atividades de monitoramento, controle e coordenação que têm como objetivo transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo. As peças publicitárias, as estatísticas, os decretos e

regulamentos, bem como, os eventos promovidos para os moradores das favelas pacificadas são exemplos das ações de informação desenvolvidas pelo Estado.

A grande mídia, em sua maior parte, como observado pelos moradores e corroborado pelos pesquisadores, assumiu a UPP como um caso de sucesso. A partir de sua autoridade discursiva atua em prol da conformação dos regimes de verdade propostos pelo Estado. Soares (2012) lembra que esse apoio não é casual, pois os gestores de um dos grandes grupos jornalísticos do Brasil, a Rede Globo, integra o *think tank* que assessora o Governador do Estado, desde seu primeiro mandato. Ainda que esse fato não seja a única motivação, percebe-se a mídia, em geral, acrítica e conservadora em nada contribuindo para o aperfeiçoamento do projeto das UPPs.

Os estudiosos, em seus trabalhos, buscam dar voz aos moradores e identificar os vários discursos e as múltiplas dinâmicas que compõem as Unidades de Polícia Pacificadora, quer seja na sua intervenção social quer seja nas ações coercitivas. O resultado desses trabalhos aliado aos dados e observações da presente tese, indica que as UPPs resultam, ainda que indiretamente, em ganhos para a comunidade. E esses ganhos, são em boa parte, decorrentes das ações de informações que têm lugar nas comunidades.

Independente do volume da produção informacional das favelas estudadas, o conteúdo das ações de informação comprova o antagonismo dos regimes discursivos do Estado e dos atores sociais em relação à segurança pública. O Estado, os moradores e a grande mídia compuseram com suas práticas informacionais um regime de informação que evidencia as redes culturais, sociais e econômicas nas quais estão implicados e as relações de poder que as mantêm e transformam.

Em termos comparativos, os moradores do Morro Santa Marta desenvolvem ações de informação em maior quantidade e com um nível de complexidade superior aos do Morro da Providência. Esse fato pode decorrer das redes de ação comunitárias já existentes e em atividade em cada uma das favelas.

Em relação aos programas UPP Social e Território da Paz verifica-se que suas atuações não são suficientes para o desenvolvimento de novas lideranças comunitárias. A maior parte da produção informacional disponível na internet foi produzida por entidades ou atores sociais cuja consolidação da representatividade nas favelas é anterior ao processo de pacificação. A exceção fica por conta de

novas lideranças que surgem de forma reativa às investidas do poder constituído nos territórios “pacificados”.

Nesse cenário, a informação desempenha papel relevante como instrumento do poder constituído e do poder constituinte, como elemento estratégico na inovação das relações entre o Estado e os atores sociais, na disputa pela formulação e implementação de políticas de segurança públicas. A partir dessa conclusão é possível responder a última das questões dessa pesquisa que interroga sobre o modo como se dá a dualidade da informação no âmbito das políticas de segurança pública, no tocante ao controle/poder do Estado e à resistência/potência dos atores sociais.

A resistência das comunidades materializada por sua produção informacional na luta pela preservação de seus direitos e de sua história, classificam-na como um espaço agonístico. Entretanto, essa produção encontra-se dispersa nas favelas e no conjunto da sociedade, dificultando a sua reconstrução histórica. Por isso, como proposta de estudos futuros, sugiro a organização desse acervo em centros de referência que possam documentar a potência das favelas como espaços de luta e, também, de memória. E por que não da memória como luta.

REFERÊNCIAS

A tropa da elite sobe o morro. **Veja**, São Paulo, 2 mar. 2012. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/a-tropa-da-elite-sobe-o-morro>. Acesso em: 17 ago. 2012.

A volta por cima. O Globo, Rio de Janeiro, 27 abr. 2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/zona-sul/a-volta-por-cima-4751636#ixzz2FExt17nN>. Acesso em: 01 set. 2012.

ABRAÇADO pelo poder público, o funk diz créu aos detratores. **Veja**, São Paulo, 3 jun. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/abracado-pelo-poder-publico-o-funk-diz-%E2%80%98creu%E2%80%99-aos-detratores>. Acesso em: 16 ago. 2012.

ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, n. 37, p. 34-46, 1994.

AGAMBEN, G. **Qu'est-ce qu'un dispositif ?** Paris: Payot & Rivages, 2007.

_____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALMEIDA, J. S. A. **O uso das tecnologias da informação e comunicação no campo operacional da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo: desafios à gestão de pessoas**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALVES, M. H. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

APÓS pacificação UPP social é a aposta do Secretário Estadual de Assistência Social para... **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/apos-pacificacao-upp-social-a-aposta-do-secretario-estadual-de-assistencia-social-para-2938187>. Acesso em: 21 ago. 2012.

AZEVEDO, L. S. P. **A Política de direitos humanos no Rio de Janeiro: ouvidoria da polícia e corregedoria geral unificada; estratégias de controle social no estado democrático de direito (1999-2006)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

AZEVEDO, C. F. S. X. **Pareceres Sobre os Meios de Melhorar as Condições das Habitações Destinadas às Classes Pobres** (apresentados pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública na sessão de 8 de julho de 1886). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BACKHEUSER, E. Habitações populares. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BANCOS miram em clientes de favelas pacificadas no Rio. **Veja**, São Paulo, 13 dez. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bancos-miram-em-clientes-de-favelas-pacificadas-no-rio>. Acesso em: 15 ago. 2012.

BELKIN, N; ROBERTSON, S. Information Science and the Phenomenon of Information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 34, n. 4, p. 197-204, Jul./Aug. 1976.

BELTRAME: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'. OAB critica diferenciamento. **Extra**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2010. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html>. Acesso em: 30 mar. 2011.

BELTRAME: mesmo morrendo crianças, não há alternativa. **Terra**, 15 dez. 2010. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1998832-EI5030,00.html>. Acesso em: 30 mar. 2011.

BELTRAME, José Mariano. Sem hipocrisia: O secretário de Segurança do Rio diz que a sociedade também é responsável pela escalada da violência. **Veja**, São Paulo, 200-. Entrevista concedida a Ronaldo Soares. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/311007/entrevista.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2011.

BELTRAME participa de festa de natal em quatro UPPs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-participa-de-festa-de-natal-em-quatro-upps-2907859>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BORGES FILHO, N. **Direito, estado, política e sociedade em transformação**. Porto Alegre: S. Fabris, 1994.

_____. **Os Militares no poder**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

BRAMAN, S. A Economia representacional e o regime global da política de informação. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. **Information Policy and the Information** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DE POLÍTICA E REGIME DE INFORMAÇÃO, 3., 2009, Rio de Janeiro. [**Anais...**]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ICICT/Fiocruz, 2009.

_____. **Change of State: Information, Policy, and Power**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

_____. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

_____. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications Policy**, v.13, p. 233-242, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial**, Brasília, 20 out. 1967.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 18 set. 1946.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891.

_____. Constituição Política do Império do Brasil. **Livro 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1824.

_____. **Decreto nº 1915**. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1939a.

_____. **Decreto nº 1949**. Dispõe sobre o exercício de atividades de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1939b.

_____. **Decreto nº 7.001**. Manda executar o regulamento da estatística policial e judiciária. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1878.

_____. Lei nº 10.201, de 16 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 fev. 2001a.

_____. Lei nº 10.746/2003, de 13 de outubro de 2003. Altera a redação dos Arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 out. 2003.

_____. Lei nº 11.530, de 24 out. 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 out. 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública: Texto-base**. 2009.

_____. Medida Provisória nº 416, de 23 de janeiro de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública

com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 24 jan. 2008.

_____. **Programa Nacional de Segurança Pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2001b.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Segurança com Cidadania**. Brasília, 2009a.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Texto base para a Conferência Nacional de Segurança** – CONSEG. Brasília, DF, 2009b.

CABRAL, Sérgio. **Getúlio Vargas e a música popular brasileira, ensaios de opinião**. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1975.

_____. **No Tempo de Almirante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CANO, I. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 16 maio 2012.

_____. **Sociedade e Políticas: a participação da sociedade civil na área da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. [Anais...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CAPURRO, R; HJORLAND, B. The concept of information. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARIOCA se sente mais seguro com instalação de upps, revela pesquisa. **Veja**, São Paulo, 26 abr. 2012. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/carioca-se-sente-mais-seguro-com-instalacao-de-upps-revela-pesquisa>. Acesso em: 18 ago. 2012.

CARNEIRO, M. L. T. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, D. (Ed.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 327-340

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, J. B. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B. (Org.). **Brasil Monárquico: declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COCCO, G. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 22 de abril de 2012.

_____. Mobilizar os Territórios Produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, G; COCCO, G. **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. **Capitalismo Cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COM pratos fartos e preços convidativos, bares de comunidades com UPP querem atrair turistas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/com-pratos-fartos-precos-convidativos-bares-de-comunidades-com-upp-querem-atrair-turistas-2940796>. Acesso em: 20 ago. 2012.

COM UPPs comunidades passam receber iniciativas que racionalizam consumo de energia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/com-upps-comunidades-passam-receber-iniciativas-que-racionalizam-consumo-de-energia-2907879#ixzz2FF9puBZB>. Acesso em: 21 ago. 2012.

COMUNIDADES recebem cinema itinerante com sessões gratuitas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/comunidades-recebem-cinema-itinerante-com-sessoes-gratuitas-2939819#ixzz2FF0luvoU>. Acesso em: 21 ago. 2012.

CONCURSO premiará fotos de áreas pacificadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/concurso-premiara-fotos-de-areas-pacificadas-2903498#ixzz2FF4AwWwl>. Acesso em: 25 ago. 2012.

CORRÊA, G.N. **A violência política institucionalizada**. Porto Alegre: Humanas, 1999.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COTRIM, D. S. **Sistemas de informação geográfica para auxílio à análise e ao planejamento de rotas de viaturas policiais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sistemas e Computação)- Universidade Salvador, 2008.

COTTA, F. A. **Uma Polícia para o Império**: Historiografia e iconografia sobre a polícia no Rio de Janeiro – primeira metade do século XIX. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/umapoliciaparaoimperio.pdf. Acesso em: 30 mar 2011.

_____. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais.** Minas Gerais: Crisálida, 2006.

DELEUZE, G. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

DIAS NETO, T. **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção.** São Paulo: FGV/RT, 2005.

DORNELLES, J. R. W. **Conflito e segurança: entre pombos e falcões.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

EM morro "pacificado", cartilha quer evitar abuso policial. **Terra Magazine**, São Paulo, 28 jun. 2010. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4529503-EI6594,00.html>. Acesso em: 10 ago. 2012.

ESCOLINHA de futebol de Zico chega à Mangureira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/escolinha-de-futebol-de-zico-chega-mangureira-3570576>. Acesso em: 01 set. 2012.

ESPINOSA. **Os Pensadores: Pensamentos Metafísicos; Tratado da Correção do Intelecto; Ética; Tratado Político; Correspondência.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FACEBOOK atinge 1 bilhão de usuários ativos mensais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/10/facebook-atinge-1-bilhao-de-usuarios-ativos-mensais.html>. Acesso em: 04 nov. 2012.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira, tomo III: O Brasil Republicano, Sociedade e Instituições (1889-1930).** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 2 volumes:

_____. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.

FELTES, T. et al. **Segurança cidadã e polícia na democracia.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

FERREIRA, B. A. A. **A percepção dos sistemas e tecnologias da informação (SI/TI) pelos gestores da PMDF: uma pesquisa amostral.** 2003. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação)- Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

FGV. **Indicadores Socioeconômicos nas UPPs do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FICO, C. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILOSOFIA da polícia do rio de janeiro é de matar o inimigo e não de prender o criminoso. **Carta Capital**, São Paulo, 08 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/%e2%80%9ca-filosofiada-policia-do-rio-de-janeiro-e-de-matar-o-inimigo-e-nao-de-prender-o-criminoso%e2%80%9d/>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

FIGUEIREDO FILHO, C. R. Nos porões da ditadura: psicanálise da tortura aos presos políticos no brasil pós-64. **Projeto História**, São Paulo, n. 38, p. 57-78, jun. 2009.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

_____. **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

_____. **A Verdade as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

_____. **História da sexualidade: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Subject and Power. In: DREYFUSS, H.; RABINOW P. **Beyond structuralism and hermeneutics**. Brighton: The Harvester Press, 1982.

_____. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **L' impossible prison, recherches sur le systeme pénitentiaire au XIX siècle**. Paris: Éd. du Seuil, 1980.

_____. História da Sexualidade: **A Vontade de Saber**. RJ: Graal, 1977. volume 1.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **A Ordem do Discurso**. Paris: Gallimard, 1971.

FREIRE, A. Cabral defende aborto contra violência no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 25 out. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>. Acesso em: 30 mar. 2011.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Aurora**, ano III, n. 5, dez. 2009.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: **ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FORM INFORMATION**, 23., 1995. [Anais...]. [S.l.: s.n.], 1995.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, 24 abr. 1995.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. [Anais...]. São Paulo: [s.n.], 2008.

GOVERNO do Rio quer atrair turistas às favelas. **Veja**, São Paulo, 10 nov. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/governo-do-rio-que-atrair-turistas-as-favelas>. Acesso em: 15 ago. 2012.

GUIMARAENS, F. Poder Constituinte em Maquiavel e Spinoza: a perspectiva da imanência. **Lugar Comum**, n. 19-20, p. 41-60, jan./jun. 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: Guerra e Democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de São Paulo (SP). **Brasil; nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

IMÓVEIS em favelas com UPP sobem até 400%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mai. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/imoveis-em-favelas-com-upp-sobem-ate-400-3001504>. Acesso em: 20 ago. 2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS. **Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.iddh.org.br/v2/upload/72198c6e3df058d0607e3ee393339402.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 7, ago. 2003.

ISP: áreas de UPPs têm redução de crimes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/isp-areas-de-upps-tem-reducao-de-crimes-2698779>. Acesso em: 29 ago. 2012.

JOVENS da Providência foram mortos com 46 tiros, diz IML **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u413859.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

JOVENS terão baile de debutante no Morro da Providência. **Veja**, São Paulo, 20 ago. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/jovens-terao-baile-de-debutante-no-morro-da-providencia>. Acesso em: 16 ago. 2012.

KING, G. e MURRAY, C.J.L. Rethinking human security. **Political Science Quarterly**, New York, v. 116, n. 4, winter, p. 585-610, 2001.

KRAUSHE, V. **Música Popular Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Tudo é História.

LATOURE, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: EDUSC, 2002.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMLE, M. **Por um Rio integrado em 2016**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual do Viva Rio, 2010. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/MATERIA-por-um-rio-integrado-em-2016>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

LIGHT já reduziu em 90% os gatos de energia em cinco comunidades com UPPs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/light-ja-reduziu-em-90-gatos-de-energia-em-cinco-comunidades-com-upps-3555758#ixzz2FFIs5ImJ>. Acesso em: 29 ago. 2012.

LIXO reciclável já pode ser trocado por descontos na conta de luz de moradores de Botafogo e do Humaitá. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/lixo-reciclavel-ja-pode-ser-trocado-por-descontos-na-conta-de-luz-de-moradores-de-botafogo-do-humaita-2870877#ixzz2FF2NjV9z>. Acesso em: 26 ago. 2012.

LULA quer cortar o nome "favela" das cidades brasileiras. **Veja**, São Paulo, 30 ago. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/lula-quer-cortar-o-nome-favela-das-cidades-brasileiras>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MARIANO, B. D. **Por um novo modelo de polícia no Brasil**: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **Criar uma polícia democrática**. Porto Alegre: Corag, 2002.

MARTELETO, R. M. Informação, redes e redes sociais: fundamentos e transversalidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

MATOS, C. **Acertei no milhar**: samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MARTIN, G; CEBALLOS, M. **Bogotá**: Anatomia de uma transformação – Políticas de Segurança Cidadã (1995-2003). Bogotá: Pontifícia Universidade Javeriana, 2004.

MC Fiell fala sobre UPPs, direitos humanos e seu recém-lançado livro 'Da favela para as favelas'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 set. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mc-fiell-fala-sobre-upps-direitos-humanos-seu-recem-lancado-livro-da-favela-para-as-favelas-2787887#ixzz2FF4d3bh3>. Acesso em: 20 ago. 2012.

MENDES, M. B. **Militarização da Segurança Pública no Brasil**: A Polícia Militar e os Cenários de sua Construção Histórico-Cultural. 2007. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MÍDIA na ocupação da Rocinha. **Carta Capital**, São Paulo, 15 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-midia-na-ocupacao-darocinha/>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

MIR, L. **Guerra Civil**: estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MISSE, M. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 13 de junho de 2012.

MORADORES do Dona Marta recebem cartilha sobre como lidar com PMs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-do-dona-marta-recebem-cartilha-sobre-como-lidar-com-pms-3037245#ixzz2FEwpNHEZ>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MORADORES expulsos pelo tráfico já ensaiam volta para casa, e parentes de bandidos não são ... **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/imoveis/moradores-expulsos-pelo-trafico-ja-ensaiam-volta-para-casa-parentes-de-bandidos-nao-sao-3206545#ixzz2FEarod7w>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MOREIRA, M. A. S. M. **Comunicação, Gestão da Informação e Propaganda Institucional no Disque Denúncia de Campos dos Goytacazes – RJ**. Dissertação

(Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MORRO da Providência será reurbanizado e ganhará dois teleféricos e plano inclinado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/morro-da-providencia-sera-reurbanizado-ganhara-dois-telefericos-plano-inclinado-3032742#ixzz2FFF3xGhZ>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MORRO Dona Marta celebra três anos de pacificação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/morro-dona-marta-celebra-tres-anos-de-pacificacao-3482298#ixzz2FEtGPH2t>. Acesso em: 29 ago. 2012.

MOURA, D. A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império. **Revista de História Regional**, v. 4, n. 1, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Segurança Humana**. New York: Oxford University Press, 2010.

_____. **Relatório do Relator Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Philip Alston**. 2008.

_____. **Resolution adopted by the General Assembly**. New York: Oxford University Press, 2005.

NEGRI, A. A Constituição do Comum. Palestra sobre Império, Multidão e a Constituição do Comum proferida 24 de outubro de 2005 no **II Seminário Internacional – Capitalismo Cognitivo**.

_____. **O Poder Constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Exílio**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____. **A anomalia selvagem**. São Paulo: Editora 34, 1993.

NETO, T. D. **Segurança Urbana**: O modelo de uma nova prevenção. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

NO Rio, empresas sobem o morro em busca de consumidores. *Veja*, São Paulo, 14 dez. 2011. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/especial-no-rio-empresas-sobem-o-morro-em-busca-de-consumidores>. Acesso em: 17 ago. 2012.

NOBRE, C. **O negro na Polícia Militar**: cor, crime e carreira no Rio Janeiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade Cândido Mendes, Rio Janeiro, 2008

NOVA(velha) questão da segurança pública no Rio de Janeiro. **Carta Capital**, São Paulo, 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/nova-vellha-questao-da-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 01 ago. 2012.

O Rio está pacificado? **Carta Capital**, São Paulo, 06 out. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-rio-esta-pacificado>. Acesso em: 01 ago. 2012.

OLIVEIRA, A. B. O fim da Guerra Fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana. **Aurora**, Marília, ano III, n. 5, p. 68-79, dez. 2009.

OLIVEIRA, E. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, N. D. **A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas: Brasil - década de 1950 - sistema repressivo num Estado de natureza autocrática**. 2008. Dissertação (Mestrado)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OS retirantes da favela. **Carta Capital**, São Paulo, 9 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-retirantes-das-favelas-2/>. Acesso em: 01 ago 2012.

PARA jovens de favelas com UPP pobreza é o maior inimigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/para-jovens-de-favelas-com-upp-pobreza-o-maior-inimigo-3298717#ixzz2FFERkZro>. Acesso em: 29 ago. 2012.

PATTO, M. H. S. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. Estudos Avançados, vol. 13, nº 35, p. 167-198, 1999.

PAZ ou medo. **Carta Capital**, São Paulo, 6 set. 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/paz-ou-medo/>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

PESQUISA da Firjan mostra diferenças sociais em favelas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jul. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-da-firjan-mostra-diferencas-sociais-em-favelas-2911515>. Acesso em: 01 set. 2012.

PIETÁ, E. **Crime e polícia**. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1997.

POLÍCIA diz que rapper é contra UPP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 mai. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-diz-que-rapper-contra-upp-3003465#ixzz2FEy27vly>. Acesso em: 20 ago. 2012.

POR um Rio integrado em 2016. **Biblioteca Virtual do Viva Rio**, Rio de Janeiro, 04 out. 2010. Disponível em <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/MATERIA-por-um-rio-integrado-em-2016>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

PRIMEIROS 'clientes' da UPP ainda cobram presença do estado. **Veja**, São Paulo, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/primeiros-%E2%80%98clientes%E2%80%99-da-upp-moradores-do-dona-marta-ainda-cobram-presenca-do-estado>. Acesso em: 16 ago. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina:** marco conceitual de interpretação-ação. [S.l.], 2007.

_____. **La democracia en América Latina:** hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. [S.l.], 2004.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1994.** New York: Oxford University Press, 1994.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990.** New York: Oxford University Press, 1990.

PROGRAMA das UPPs entra em sua segunda etapa com ações sociais de educação ambiental. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mai. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/programa-das-upps-entra-em-sua-segunda-etapa-com-acoes-sociais-de-educacao-ambiental-3008382#ixzz2FF9caY4J>. Acesso em: 20 ago. 2012.

PROJETO Novo Telecurso forma primeira turma de educadores composta por moradores da comunidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/projeto-novotelecurso-forma-primeira-turma-de-educadores-composta-por-moradores-da-comunidade-2909799#ixzz2FF42P8kY>. Acesso em: 21 ago. 2012.

PROJETO vai promover cursos e oficinas para formar novos líderes em seis favelas beneficiadas com UPPs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/projeto-vai-promover-cursos-oficinas-para-formar-novos-lideres-em-seis-favelas-beneficiadas-com-upps-2795066#ixzz2FFJwJgHE>. Acesso em: 25 ago. 2012.

RAPPER acusa policiais de UPP de agressão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mai. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rapper-acusa-policiais-de-upp-de-agressao-3004044#ixzz2FExZsWVd>. Acesso em: 20 ago. 2012.

RAPPER do Morro Dona Marta é detido por levar ao ar rádio pirata. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 set. 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/rapper-do-morro-dona-marta-detido-por-levar-ao-ar-radio-pirata-2774625#ixzz2FEyOYLuy>. Acesso em: 20 ago. 2012.

REIS, G. P. **Criação do conhecimento interorganizacional na segurança pública:** uma análise sobre o “Modelo Socialização, Externalização, Combinação, Internalização” nas Áreas Integradas de Segurança Pública de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro /Escola de Governo Prof.º Paulo Neves de Carvalho, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/IPPUR-UFRJ/FASE, 1997.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Assistência Social e Direitos Humanos. Agenda social nos territórios pacificados. **Rio de Janeiro, [201-]**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=971929>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. Decreto nº 41650 de 21 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a criação da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP e dá outras providências. **Boletim da Polícia Militar**, Rio de Janeiro, n. 12, fl. 80, 22 jan. 2009.

_____. Decreto nº 42787 de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 5, 7 jan. 2011.

RIO registrou queda de homicídios no primeiro semestre. **Veja**, São Paulo, 20 out. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/rio-registrou-queda-de-homicidios-no-primeiro-semester>. Acesso em: 15 ago. 2012.

ROSA, C. S. Câmera na mão, política na cabeça. **Revista de História.com.br**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/camera-na-mao-politica-na-cabeca>. Acesso em 10 out. 2012.

SAMET, H. Função de Polícia Política na I República. **Arquivo & História**. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, n. 1, p. 7-14, nov. 1994.

SAROLDI, L. C.; MOREIRA, S. V. **Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984.

SILVA, V. F. História da Segurança Pública. Natal, 1998. **Plano de ensino da disciplina História da Segurança Pública**. Curso de Especialização em Segurança Pública/ UERN / Academia Cel Milton Freire.

SILVA, M. B. N. A Intendência Geral da Polícia, 1808-1821. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, p.187-204, jul./dez. 1986.

SILVA, O.; VIEIRA, H. **História da Polícia Civil de São Paulo**. São Paulo: Editora Nacional, 1955.

SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SEBRAE, 2006.

SILVEIRA, D. P. Radio XX. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 20, out. 1942.

SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. Tradução de Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOARES, L. E. **Análise sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Marcia Martins de Oliveira em 11 de abril de 2012.

SOARES, L. E. **Policciamento preventivo com ocupação social pode ser modelo para o País**. Entrevista concedida à Agência Brasil em 23 maio 2003. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-05-23/policciamento-preventivo-com-ocupacao-social-pode-ser-modelo-para-pais>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, Dec. 2007.

_____. É possível. In: VELOSO, Fernando; FERREIRA, S. G. (Org.). **Gestão da segurança pública e redução da violência**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006.

SOUZA, N. G. **Integração de sistemas de informação na segurança pública do Distrito Federal**: um modelo de consenso e suas possibilidades. 2003. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

SOUZA DA SILVA, S. **Polícia pra quem precisa**. Um estudo sobre as práticas de tutela e repressão utilizadas pelo GPAE no morro do Cavalão (Niterói). 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense, Programa de pós-graduação em Antropologia, Rio de Janeiro, 2006.

SPINOZA, B. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político**; Correspondência. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

UM deputado no olho do furacão. **Carta Capital**, São Paulo, 25 out. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/um-deputado-no-olho-do-furacao>. Acesso em: 01 ago. 2012.

Um prêmio para imagens das UPPs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 mar. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upp-premio-para-imagens-das-upps-2816492#ixzz2FF0YkSMu>. Acesso em: 25 ago. 2012.

UNGER, R.; FREIRE, I. M. Sistemas de informação e linguagens documentárias no contexto dos regimes de informação: um exercício conceitual. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 102-115, jul./dez. 2006.

UPP: prêmio para o melhor réveillon na laje. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 set. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-premio-para-melhor-reveillon-na-laje-2951538>. Acesso em: 20 ago. 2012.

UPP da Providência fará segundo baile de debutantes no sábado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 ago. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upp-da->

providencia-fara-segundo-baile-de-debutantes-no-sabado-2687946#ixzz2FFAyU01F. Acesso em: 29 ago. 2012.

UPP da Providência ganha cozinha industrial para cursos profissionalizantes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jul. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upp-da-providencia-ganha-cozinha-industrial-para-cursos-profissionalizantes-2710707#ixzz2FFAo1BiM>. Acesso em: 26 ago. 2012.

UPP do Morro da Providência em festa pelos campeões de karatê. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 set. 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-do-morro-da-providencia-em-festa-pelos-campeoes-de-karate-2948183#ixzz2FFBeeUgV>. Acesso em: 20 ago. 2012.

UPP impulsiona samba de classe média e restringe baile funk. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2010. Disponível <http://oglobo.globo.com/politica/upp-impulsiona-samba-de-classe-media-restringe-bailes-funk-2907062#ixzz2FEucXYeV>. Acesso em: 25 ago. 2012.

UPPs abrem caminho para economia formal em favelas do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/upps-abrem-caminho-para-economia-formal-em-favelas-do-rio-2907353>. Acesso em: 25 ago. 2012.

UPPs impulsionam crescimento habitacional nas comunidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upps-impulsionam-crescimento-habitacional-nas-comunidades-3331240#ixzz2FF3wAuAF>. Acesso em: 18 ago. 2012.

UPPs já beneficiam 13 milhões de pessoas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upps-ja-beneficiam-13-milhao-de-pessoas-2840924#ixzz2FFJTjK7w>. Acesso em: 25 ago. 2012.

UPPS passam a ser tratadas como “atração turística”. **Veja**, São Paulo, 20 ago. 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/upps-passam-a-ser-tratadas-como-%E2%80%98atracao-turistica%E2%80%99>. Acesso em: 15 ago. 2012.

UPPs reduziram homicídios em 38 bairros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upps-reduziram-homicidios-em-38-bairros-3331252#ixzz2FFKksTPP>. Acesso em: 29 ago. 2012.

VALLADARES, L.P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALSA em vez de funk, pelo menos, na festa de 15 anos. **Veja**, São Paulo, 19 ago. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/valsa-em-vez-de-funk-pelo-menos-na-festa-de-15-anos>. Acesso em: 16 ago. 2012.

VASCONCELOS, D. R. **GAPatrol**: uma abordagem evolutiva para otimização de rotas de patrulha policial via calibração de simulação multiagentes. Dissertação de Mestrado (Informática Aplicada). Universidade de Fortaleza. 2008.

VASCONCELOS FILHO, J. E. **Geosimulação tutorada: um estudo de caso na segurança pública**. Dissertação (Mestrado em Informática Aplicada). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2006.

VELLOSO, M. **Mário Lago**: boemia e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VIEIRA, V. L. O intrincado universo dos sistemas de segurança nacional a partir da segunda metade do século XX no Brasil. **Histórica**, São Paulo, v. 39, p. 1-15, 2009.

VIOÊNCIA no Rio é fruto da omissão crônica do poder público. **Carta Capital**, São Paulo, 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-no-rio-e-frutoda-omissao-cronica-do-poder-publico/>. Acesso em: 01 ago. 2012.

WERSIG, G. Information Science: The study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELLING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, p.127-140, Dec. 1975.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

ZALUAR, A. M.; MONTEIRO, M. F. G. Desigualdades regionais do risco de mortalidade de jovens: Raça, renda e/ou escolaridade da mãe?. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, p. 369-386, 2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PERFIL COMUNIDADE

1. Como você tomou conhecimento da implantação da UPP em sua comunidade?
2. Como as informações sobre a implantação da UPP repercutiram na comunidade?
3. Você e sua comunidade foram devidamente esclarecidos sobre as ações da UPP?
4. Quais são os pontos positivos das UPPs?
5. Quais são os pontos negativos das UPPs?
6. Você já teve experiência com outros projetos de segurança pública em seu bairro? Em caso afirmativo, houve diferenças entre a UPP e as outras experiências?
7. O que é segurança pública para você?
8. As UPPs deram mais visibilidade para as comunidades ocupadas. Segundo sua opinião, as informações veiculadas pela mídia refletem a realidade da comunidade e os fatos nela ocorridos?
9. Quais são as fontes de informação do morador de sua comunidade?
10. Como as redes sociais participam do processo de produção e divulgação de informações sobre a sua comunidade e para ela?
11. Quem produz informação relevante hoje dentro da comunidade?
12. Que relação pode ser estabelecida entre a segurança pública, tal qual implantada pelas UPPs, e os direitos e deveres dos cidadãos das comunidades?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PERFIL PESQUISADOR

1. Qual o seu entendimento sobre o conceito de segurança?
2. O que você acha que mudou nas políticas de segurança pública no Brasil?
3. A literatura aponta que a segurança pública no Brasil passou por três estágios – segurança nacional, segurança pública e segurança cidadã. Você concorda com isto? E nesta perspectiva histórica, como você vê a experiência das UPPs?
4. Quais são as inovações que a UPP traz para o cenário da segurança pública do Rio de Janeiro? E o que mantém das experiências anteriores?
5. O PRONASCI tem como um de seus programas locais, o Território da Paz, que no Rio foi rebatizado de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Você acha que foi mantida a coerência de princípios entre o programa nacional e a implementação local?
6. Quais são os principais desafios das UPPs?
7. Como você analisa a relação entre segurança pública e cidadania no Brasil?
8. A UPP tem potencial para integrar os dois lados da cidade partida, “asfalto” e comunidades?
9. De acordo com a sua percepção, como as comunidades têm se comportado em relação à instalação das UPPs? Algum caso se destaca?
10. E a mídia como podemos analisá-la neste contexto?
11. Como você avalia o uso da informação e das tecnologias de informação e comunicação em torno da UPP, tanto pela sociedade como pelo Estado?
12. Que avaliação se pode fazer das redes sociais neste processo?
13. Dos seus estudos e análises sobre a segurança pública, que pontos o senhor julga relevantes na análise das UPPs e que não abordamos nesta entrevista?